

TRABALHADORES MARGINAIS E CONTESTAÇÃO: classe social e ação coletiva nos movimentos sem-teto¹

Flávia Gabriella Franco Mariano

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Email: flavia.mariano@ufu.br

A modernização que abriu o século XX, lograda sob a reprodução do padrão social e territorial de desigualdade, semeou em sua estrutura contradições urbanas que rearranjaram dinâmicas conflituais e lutas sociais. A grande massa de trabalhadores urbanos desprovidos de moradia induziu o surgimento de ocupações gradativas e espontâneas de áreas ociosas ou irregulares como forma de provimento imediato de moradias individuais e familiares.

Uma vez que o processo de urbanização da sociedade brasileira condicionou a relação direta da reprodução da força de trabalho vinculada à industrialização com a formação de favelas e assentamentos precários em áreas periféricas das cidades, a realização de ocupações ilegais por parcelas de trabalhadores “é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais” (MARICATO, 2012, p. 152).

Os movimentos sociais centralmente organizados pela reivindicação de acesso à moradia demarcam-se a partir da ocorrência de ocupações coletivas e organizadas de terras rurais e urbanas no contexto das mudanças socioeconômicas engendradas após a crise na década de 1970. A reestruturação socioeconômica e política que incidiu na sociedade brasileira a partir desta década acirrou contradições socioeconômicas ao tempo que abriu possibilidades políticas para que estas ações de resistência tenham ganhado um sentido massivo e organizado pelo viés contestatório e reivindicativo.

¹ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Este texto apresenta parte dos resultados de uma pesquisa cujo objetivo geral centrou-se em investigar os posicionamento, a participação e a prática política de trabalhadores sem-teto, com fim a localizá-los no bojo das lutas de classes contemporâneas. Para tanto, nos baseamos em dados construídos no trabalho de campo realizado em torno de duas áreas ocupadas por movimentos sem-teto na periferia da cidade de Uberlândia, em Minas Gerais.

1. A marginalidade das bases sociais sem-teto

Nas ocupações sem-teto acompanhadas, observamos uma base social internamente diversificada, mas que apresenta um caráter de similaridade quando comparada no conjunto de outros movimentos. Assimilamos que os sem-teto compreendem uma fração de classe trabalhadora que podemos denominar como *massa marginal*. Trata-se de uma camada superexplorada e pauperizada, desempregada ou empregada em trabalhos muito precários, que, em nossa análise, encaixa-se nesta categoria cunhada por José Luis Nun (1969).

O conceito de massa marginal se inscreve no conjunto de interpretações histórico-estruturais sobre as configurações da marginalidade no capitalismo dependente contemporâneo. Estamos falando de marginalidade entendida nos termos das relações produtivas engendradas pelo capital – em relação aos meios de produção, e não os meios de subsistência. Nesse sentido, nos remetemos à trabalhadores localizados à margem das relações de produção dominantes no capitalismo contemporâneo, denotando a relação combinada entre acumulação capitalista e miséria.

A relação entre desigualdade e segmentação é o núcleo da reflexão sobre a massa marginal, sob direta relação com as configurações dos mercados de trabalho e sua correlação com a formação das classes trabalhadoras. Nun (1978) parte da relação estrutural entre os processos de acumulação capitalista prevalecentes na América Latina e os fenômenos da pobreza e da desigualdade social. Para tanto, propõe evidenciar a heterogeneidade e a crescente fragmentação da estrutura ocupacional e suas consequências sobre as identidades de classe.

Segundo os escritos de Nun (1978), se o contexto histórico implicou Marx (2001) a pensar exclusivamente na parcela funcional da superpopulação relativa (o exército industrial de reserva), analisar as relações presentes no tipo dominante de organização produtiva

referente a esta formação social, mais precisamente o capitalismo monopolista e suas reverberações na periferia dependente, requer mirar a população excedente ao sistema produtivo do ponto de vista de uma disfuncionalidade.

Em Nun (1987), regime social de acumulação é concebido como uma matriz de configuração mutável, no qual se entrelaçam diferentes estratégias específicas de acumulação e táticas diversas para implementá-las, de modo que a acumulação de capital aparece sempre como "o resultado contingente de uma dialética de estruturas e de estratégias" (JESSOP, 1983, p. 98).

Reside aqui a chave da dialética presente na interpretação deste autor: entende-se que, no constante desenvolvimento dos meios de produção correspondentes ao capitalismo monopolista, é maior a especialização e a qualificação da força de trabalho, de modo que declinam as probabilidades de transferência de trabalhadores de um ramo a outro, e “perde sustentação a ideia anterior de uma reabsorção possível de operários afastados pela máquina: a demanda industrial de trabalho tende a contrair-se ou, no melhor dos casos, a estancar-se” (NUN, 1978, p. 97).

Tem-se, nessa perspectiva, que os processos quanto à industrialização dependente, como ocorridos no Brasil, iniciam um aumento de apropriação do excedente pelas grandes empresas monopolistas, associado à restrição na difusão de tecnologias, ao avanço da mecanização e da demanda por trabalho qualificado e ao estancamento da demanda industrial de trabalho, que resultaram na criação de uma barreira permanente entre os desempregados e os ocupados, de modo que a massa dos não qualificados não apenas se tornou estancada, mas perdeu sua funcionalidade sistêmica (DUARTE, 2014).

Entende-se que o capital monopolista demanda por força de trabalho de forma diversa ao capitalismo industrial competitivo, não centralizando no desemprego a reserva de força de trabalho (exército de reserva), bem como urde a centralidade da manutenção do nível dos salários e da intensidade do trabalho em outros mecanismos de exploração, com contornos próprios nas relações de dependência. A perda da funcionalidade desta parcela de trabalhadores, que vivencia relações sistêmicas marginais, se refere, assim, às relações que se estabelecem entre a superpopulação relativa e o setor produtivo hegemônico, ou seja, às funcionalidades, respectivamente direta e indireta, da superpopulação relativa, caracterizadas por Marx (2001) quanto ao exército de reserva.

A predominância primária no conteúdo das economias dependentes, mediada pela mecanização dos setores primário e secundário e pela tendência à desvinculação de serviços, acarreta, além do direcionamento da massa de trabalhadores para o setor terciário, a incorporação de grande parte da força de trabalho nos trabalhos informais e autônomos. As formas de trabalho marginais, estando fora dos esquemas hegemônicos de produção ou desenvolvendo-se ao seu redor, fazem-se mecanismos de absorção de uma fração de trabalhadores marginais às relações capital-trabalho formais e hegemônicas.

É a respeito deste conjunto da população, que perderia sua funcionalidade social no esquema produtivo central do capital, que surge o que a teoria da marginalidade conceitua como "massa marginal", categoria que implica uma dupla referência ao sistema que, ao mesmo tempo que gera este excedente, não necessariamente precisa dele para seu funcionamento (NUN, 1969). Nesse entendimento, a massa marginal se refere tanto a camadas de desempregados, quanto a camadas de ocupados precarizados, que se encontram fora do circuito das grandes corporações monopolistas.

Destaca-se que, apesar de a massa marginal constituir um elemento central para a análise do capitalismo monopolista, as empresas hegemônicas monopolistas coexistem com pequenas e médias empresas que operam de maneira mais próxima ao estado competitivo (NUM, 1969). Não se trata de uma condição estática e homogênea, mas de diferentes tipos de marginalidades e marginalizados – incluindo uma parcela da classe trabalhadora que transita entre uma e outra categoria – (NUM, 1969) que se categorizam no conceito de massa marginal e tipificam a generalidade destes sujeitos. Assim, segundo o autor, na fase presente:

[...] se sobrepõe e se combinam dois processos de acumulação qualitativamente distintos, que introduzem uma crescente diferenciação no mercado de trabalho e nos quais varia a funcionalidade da população excedente. De esta maneira, os desempregados podem ser, ao mesmo tempo, um exército industrial de reserva para o setor competitivo e uma massa marginal para o setor monopolístico. Entretanto, a força de trabalho excedente em relação a este último não necessariamente figura-se desempregada, já que pode estar ocupada no outro setor (NUM, 1969, p. 202, tradução nossa).

Partindo do conceito de Nun (1969), Quijano (1978) contribui para o debate sobre a inserção marginal no mundo do trabalho ao definir como “polo marginal” o conjunto de ocupações ou atividades estabelecidas geralmente em torno do uso de recursos residuais, ou desligadas da produção, de caráter disfuncional ao sistema de acumulação capitalista. Por

esta via, Quijano (1978) ampliou a discussão da tese de massa marginal ao problematizar a realidade de carências crescente no tecido social urbano:

Como, precisamente, esses povoamentos se levantaram, em regra geral, nas bordas ou margens do corpo urbano tradicional das cidades, o mais fácil era denominá-los “bairros marginais” e seus habitantes, “populações marginais”... O problema que estes grupamentos encerravam se constituiu no problema das “populações marginais” (QUIJANO, 1978, p. 18).

Em geral, os sem-teto são trabalhadores pauperizados, sejam desempregados ou empregados em ocupações extremamente precarizadas, em maioria informais ou autônomas. Esta posição marginal no mercado de trabalho é condicionante fundamental para que estas camadas de trabalhadores não tenham acesso ao mercado habitacional formal, bem como à garantia de grande parte dos meios de subsistência. Denotamos a íntima relação deste sistema de exclusões, advindos da marginalidade, com a segregação urbana em suas mais variáveis materialidades. Estamos falando não só de local de habitação, mas de acessos objetivos e subjetivos a serviços e equipamentos que conformam a cidade.

Kowarick (1985) aborda a marginalidade urbana destacando em sua constituição o pauperismo e o cenário de favelização, relacionando-os, ainda, com a estratificação econômico-ocupacional marginal e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores pobres nos grandes centros urbanos. Além de evidenciar um fenômeno migratório gerador de uma perversa marginalidade cultural, os estudos de Kowarick (1975) inferem que a maioria dos trabalhadores marginais no Brasil se encontra no mercado informal.

Deste modo, é fundamental articular de modo estrutural, como propõe Kowarick (1979), a ideia de uma força de trabalho submetida a formas de extorsão que extrapolam os domínios do local de trabalho. O autor atenta para que as condições de vida dependem de uma série de fatores, dos quais a dinâmica das relações de trabalho é o ponto primordial. Quando as favelas, casas precárias da periferias e ocupações urbanas abrigam parte significativa da classe trabalhadora, cujas condições de alojamento expressam a precariedade dos salários, a questão habitacional só pode ser entendida dentro da compreensão dos processos socioeconômicos e políticos mais amplos.

A carência de moradia existe, neste contexto, inseparável de outras carências paralelas ou mesmo decorrentes dela. Às menores oportunidades de profissionalização e ao condicionamento aos empregos mais precarizados, somam-se a dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem

inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.), maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. Conforme relaciona Maricato (1996, p. 56), a lista é interminável.

A precariedade na moradia, bem como no acesso a bens coletivos de consumo, à qual são submetidas as parcelas populares que constituem a base social dos sem-teto, explicitam a fórmula de reprodução da força de trabalho nas cidades conformadas pelo desenvolvimento econômico dependente. Ao somatório destas extorsões, que se operam por meio da “inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho”, Kowarick (1979, p. 59) refere-se como espoliação urbana.

2. Constituição da classe na práxis da luta pela moradia

A situação de classe, ou as condições materiais que conformam a massa marginal, nos apareceram como a determinação primordial para a ação reivindicativa em torno da moradia. Entretanto, ao pesquisar os processos de politização das demandas de urgência, apresentamos a compreensão de que, entre a privação e a mobilização, há um processo de reconhecimento de um sistema de distinções (BOURDIEU, 2013), precisamente, de que a privação de moradia e de outros bens e serviços urbanos, não advém de efeitos isolados ou individualizados, mas integrados a um sistema combinado de desigualdades, em que a existência desta massa de trabalhadores espoliados se relaciona conflitivamente com a existência de agentes que acumulam.

No processo de organização e luta por acesso à moradia e à bens/serviços coletivos, identifica-se o “outro” (os agentes identificados como responsáveis pelas mazelas vividas) e, a partir da figuração das relações de confronto de interesses, constrói-se uma identidade coletiva. Entendemos que esse processo que transforma esses trabalhadores em sem-tetos –

sujeito político coletivo – compreende uma percepção de pertencimento e localização em relações sociais e políticas que conformam a estrutura urbana desigual².

A identificação dos agentes do capital imobiliário como antípoda do movimento é marcadamente constante nas falas dos moradores das ocupações. A despeito das contradições internalizadas por esses sujeitos – que em muitos casos manifestam o pesar de estar fazendo algo errado por ser ilegal –, a compreensão da especulação imobiliária como uma injustiça e como representação da desigualdade social é um dos principais elementos de legitimação da luta e das ocupações contido nesses repertórios. Não é menos frequente, ainda, a identificação destes ‘inimigos’ com o poder ou com o que confere poder – nesse caso, a propriedade.

Percebemos, ainda, que embora os sem-teto se reconheçam como “injustiçados”, e que suas privações não são responsabilidade individual, é por vezes difuso o entendimento sobre a responsabilidade direta sobre sua condição. Em geral, a ocupação é entendida como legítima, mas comumente se reconhece o direito genérico à propriedade e, nesse sentido, se incorpora a defesa de que os proprietários não sejam prejudicados, sob argumentos que possivelmente remetam a uma fundamentação moral e meritocrática da propriedade. Em todos os relatos e conversas que participamos ou presenciamos, percebemos uma necessidade constante de reforçar o desejo de pagar pela posse dos lotes.

É um enredo constante no discurso dos acampados a conotação de legitimação da posse por meio do pagamento de mensalidades – o pagamento torna legal e, não menos, moralmente legítima a posse. Em alguns momentos, esse entendimento se alia à ideia de que os proprietários não deveriam especular, mas têm o direito de acumular as áreas se fizerem uso delas. Obviamente, não é possível precisar a extensão desse entendimento, e nos é certo que não se trata de uma posição política dos movimentos. De toda forma, chama-nos atenção para o quanto não é possível tratar de forma homogênea e linear a construção política no todo das bases sociais dos movimentos.

É menos difusa a identificação dos agentes do Estado – gestores, judiciário e força policial. Salvo exceções, geralmente há uma forte distinção entre o que se considera esquerda

² Ou no que Bourdieu (2013) denomina como relações de oposição constitutivas do sistema de marcas distintas que caracterizam a formação social.

e direita e, respectivamente, aliados e inimigos, sobretudo, dentre representantes políticos. Visto, ainda, que a repressão é fortemente personificada nos agentes do judiciário e das forças policiais, estes são, em geral, amplamente identificados como inimigos diretos do movimento. Esta identificação não nos parece tão genérica, mas calcada também em uma noção de distinção, de lugares diferentes que determinam condições diferentes e, portanto, interesses diferentes.

Em todos esses momentos relatados, percebemos a constituição de contradiscursos (CHAUI, 2014), de desconstrução de discursos e argumentos dominantes a partir do repertório instituído – e multideterminado – na experiência social e na organização política dos sem-teto. Interessa-nos destacar, porém, que no embate e nos processos de resistência os sem-teto reconhecem-se como coletivo por meio da construção de uma identidade coletiva que unifica esses trabalhadores em torno de um projeto comum de luta e transformação.

Nesse trecho, notamos como as fundamentações que levam à ação direta coletiva articulam-se em uma linguagem comum, que mobiliza, direciona e confere sentidos que definem a legitimidade daquela luta coletiva (DE SORDI, 2014). O que conforma e confere identidade a esta coletividade não se limita, pois, às características econômicas comuns aos acampados, mas compreende estilos de vida, representações e *habitus* compartilhados (BOURDIEU, 1990) por esses trabalhadores marginalizados. Estamos falando, então, de sistemas de práticas e valores comuns, que dinamizam-se dialeticamente na luta coletiva, instituindo os esquemas de ações políticas.

A esse respeito, concordamos com Tilly (2010) que os repertórios incluem criações culturais aprendidas, mas não se originam de abstrações filosóficas ou são resultado matemático da propaganda política; eles emergem nos processos de luta. Consideramos plausível acrescentar, ainda, que o processo de plenificação dessas coletividades passa por uma luta que se desenvolve, de modo heterogêneo e contraditório, em diversos planos das relações sociais: no econômico, no político e no ideológico (ALMEIDA, 2005).

No campo específico do político, Bensaid (1999, p. 159) ressalta que “as relações de classes adquirem um grau de complexidade irreduzível ao antagonismo bipolar que, entretanto, as determina”. A partir desse entendimento podemos nos referir à constituição da

classe como um processo dialético e relacional, que informa, sobretudo, a “*expressão social coletiva* do fato da exploração e, naturalmente, da resistência a esse fato” (SAINTE-CROIX, apud BENSAD, 1995, p.111, grifo nosso).

Os sem-teto reconhecem-se como classe social – ainda que nem sempre utilizem esta categoria no cotidiano – à medida que se localizam dentro das situações e posições que estruturam o espaço social urbano desigual e que identificam o lugar social que ocupam, situando seus interesses e demandas dentro das dinâmicas e conflitos políticos. Posto isso, é plausível pontuar que as classes sociais:

[...] não podem se tornar classes mobilizadas e atuantes, no sentido da tradição marxista, a não ser por meio de um trabalho propriamente político de construção, de fabricação – no sentido de E.P. Thompson fala em *The making of the English working class* - cujo êxito pode ser favorecido, mas não determinado, pela pertinência à mesma classe sociológica.) (BOURDIEU, 1996, p. 29).

Bem como define Pinheiro (2010), os movimentos sociais sem-teto engendram formas organizativas e bandeiras em um quadro interpretativo que articula a crítica do lugar que sua base social ocupa nas relações sociais de produção, com a crítica da experiência imediata e dos diferentes lugares de subordinação ocupados em outras esferas da vida social. Nesse sentido, as visões de mundo instituídas na luta coletiva compõem um processo social em que:

[...] se no plano imediato os movimentos são manifestações concretas que emergem na cena pública como efeito do descontentamento resultante das condições próprias desses lugares funcionais e, a partir deles, elaboram quadros interpretativos com vistas a legitimar suas demandas, o trabalho de elaboração desses quadros, como estratégia de interpelação social [...] necessariamente remete às estruturas sociais em seu conjunto e por elas é condicionado (PINHEIRO, 2010, p. 112)

A elaboração prática e teórica mediada pelos movimentos sociais (implícita e explícita) dos antagonismos, divergências e contradições manifestam, assim, formas pelas quais a cultura dominante é interiorizada, reproduzida e transformada, tanto quanto as formas pelas quais é recusada, negada e afastada (CHAUÍ, 2014). Sob este prisma, compreendemos as expressões de luta e resistência contidas nas ações que coletivizam os



sem-teto como elaborações das condições de classe e, ao mesmo tempo, instâncias vivas, fundamentalmente constitutivas desta classe social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Lutas sociais, direitos e políticas públicas*. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v. 20, n 1, p.232-236, jan./jun. 2005.

BENSAÏD, Daniel. As classes ou o sujeito perdido. In: *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.141-174.

BENSAÏD, Daniel. *La discordance des temps: essais sur les crises, les classes, l'histoire*. Paris: Les Éditions dela Passion, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção – crítica social do julgamento*. São Paulo, Editora Zouk/Edusp, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas Ditas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DE SORDI, Denise Nunes. *Moradia, Trabalho e Luta: experiências, práticas e perspectivas sobre ocupações de terras urbanas*. 2014. 148 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos populares e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.

DUARTE, P. H. E.. Superpopulação relativa e marginalidade social: contribuições teóricas para a análise do excedente de mão de obra na periferia. SEMINÁRIO NACIONAL DE TEORIA MARXISTA, 2014. *Anais...*Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, mai. 2014.

JESSOP, B. Accumulation strategies and hegemonic projects. *Kapitalistate*, nº 10, 1983, p. 89-111.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L. As lutas sociais e a cidade: impasses e desafios. In: KOWARICK, Lúcio (org). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.315- 326

KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade urbana na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo, Hicitec, 1996.

MARX, K. A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: MARX, K. *O Capital* (Livro Primeiro, vol. II). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001, p. 712-827.

NUN, J. La teoría política y la transición democrática. In: NUN, J. & PORTANTIERO, J. C. (orgs.). *Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina*. Buenos Aires: Puntosur, 1987.

NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. In: *Revista Latinoamericana de Sociología del Instituto Torcuato Di Tella*, v. 5, n. 2, 1969, p. 78-236.

NUN, J. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, L. (org). *Populações Marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

PINHEIRO, Jair. Novos movimentos sociais classistas. *Revista Aurora*, Marília, ano VI, n. 6, ago. 2010.

QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade. In: PEREIRA, Luiz. (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p.11-72.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, janeiro-julho, n. 3, p. 133-160, mês, 2010.

Trabalhadores e sindicatos na construção da prática sindical revolucionária na Primeira República: questões historiográficas

Kaio César Goulart Alves*

Resumo: O presente texto tem por objetivo apresentar o debate conceitual sobre a prática sindical revolucionária no Rio de Janeiro, no início do século XX, ao mesmo tempo em que formula novas questões com o objetivo de aprimorar a análise da relação entre os trabalhadores e os sindicatos na formação do sindicalismo revolucionário.

Palavras-chave: Trabalhadores; Sindicalismo; Ação direta.

Abstract: The purpose of this paper is to present the conceptual debate on revolutionary union practice in Rio de Janeiro at the beginning of the 20th century, while formulating new questions with the aim of improving the analysis of the relationship between workers and trade unions in Formation of revolutionary syndicalism.

Keywords: Workers; Sindicalism; Direct Action.

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: kaio.goulartalves@outlook.com

Apresentação do problema

Segundo Eric Hobsbawm, o avanço geral da organização sindical e política dos trabalhadores no Ocidente se deu em duas fases. A primeira, entre 1880 e 1890, caracterizou-se pelo protagonismo dos militantes socialistas que haviam conquistado pelo voto democrático o direito de ocupar as cadeiras dos parlamentos espalhados pela Europa. Esse foi o contexto de criação e desenvolvimento dos partidos operários de massa, a exemplo do Partido Social-Democrata Alemão (SPD). Nesse período foi criada a II Internacional, e o Primeiro de Maio tornou-se um símbolo de esperança e confiança dos trabalhadores. A segunda fase desse avanço desenvolveu-se entre 1905 e 1914, num intervalo em que a greve geral mostrou-se um instrumento de luta poderoso, a exemplo de sua importância na Revolução de Fevereiro de 1905, na Rússia. Também buscou-se, nesse contexto, a conquista do sufrágio universal masculino. Ao mesmo tempo, o “sindicalismo revolucionário” - uma concepção de como os sindicatos devem atuar, influenciada pelo anarquismo -, passou por uma importante expansão, especialmente na Rússia, no “mundo ibérico” (Portugal e Espanha), e nos países latinos, incluindo o Brasil. Nas palavras de Hobsbawm, a consciência de classe vivenciada pelos trabalhadores pautou-se na identificação eleitoral dos mesmos com o Partido Social-Democrata (SPD), para o caso da Alemanha. Na Grã-Bretanha, por sua vez, a consciência de classe dos trabalhadores foi expressa na criação de uma “cultura operária”, simbolicamente notável no “proverbial boné operário de viseira”, nos jogos de azar, e no lazer proporcionado pelo bar operário (HOBSBAWM, 1988, p. 187-188).

No Brasil, pode-se afirmar que o processo de formação das classes trabalhadoras inicia na segunda metade do século XIX, em virtude da transição do trabalho escravo para o livre, bem como do começo de nossa industrialização, fatores estruturais que permitiram a ampliação da força de trabalho assalariada urbana. Estudando o caso do Rio de Janeiro, Marcelo Badaró Mattos observou que as experiências compartilhadas pelos trabalhadores escravizados e livres, no âmbito das suas condições de vida, de trabalho, e dos movimentos sociais resultaram na formação de instituições de classe, como as associações de ajuda mútua, os grêmios recreativos, as associações

carnavalescas, os partidos políticos e os sindicatos, ao mesmo tempo em que forjavam-se formas de consciência coletiva (MATTOS, 2009).

O movimento operário e sindical da Primeira República, objeto dessa presente reflexão escrita, não foi uma simples expressão do anarquismo, uma vez que o sindicalismo reformista constituiu uma prática sindical igualmente influente no meio operário daquele período, fator esse que contrariava as teses de uma historiografia que via naquele momento importante das lutas sociais apenas a atuação de homens brancos, italianos e anarquistas (BATALHA, 1990).

Na Primeira República havia, precisamente, duas tradições de luta sindical, concorrentes entre si, uma reformista, que caracterizava-se pela defesa da “greve como o ‘último recurso’, e por buscar consolidar as conquistas trabalhistas através de medidas legais”, (BATALHA, 1990: 121), e uma de ação direta, que, em termos gerais, “significava organização sem delegação de poder, sem representação de corte liberal, o que se aplicaria ao campo da política e da economia”, nesse modo, “os trabalhadores lutariam diretamente contra as autoridades públicas e contra os patrões, desenvolvendo vários procedimentos, desde os mais pacíficos até aqueles em que teriam de recorrer à força (GOMES, 1988, p. 96).

É notável que a historiografia sobre o movimento operário no Brasil, marcada pelo grande número de pesquisas sobre o tema específico da luta sindical no começo do século XX, construiu categorias explicativas voltadas para a análise do sindicalismo de ação direta que, até certo ponto, são conflitivas, embora o objeto de pesquisa fosse o mesmo: a ação direta dos trabalhadores. “Anarco-sindicalismo” (PINHEIRO; HALL, 1979), “sindicalismo revolucionário” (BATALHA, 2000), “corrente autônoma” (TOLEDO, 2004) e “método de ação” (OLIVEIRA, 2009) são algumas das categorias explicativas forjadas pelos estudiosos da ação direta dos trabalhadores.

Historiografia e debate conceitual

O quadro mais geral em que tal debate conceitual foi forjado desenvolveu-se a partir dos anos 2000, em um período de retomada dos estudos sobre os mundos do

trabalho na historiografia brasileira. Novos trabalhos, sob novas abordagens, começaram a ser produzidos. Segundo Batalha:

As conquistas da história do trabalho foram muitas e muito significativas desde fins dos anos 1990. Houve ganhos no volume e na qualidade da pesquisa produzida, com reflexos evidentes nas publicações, na variedade dos temas abordados, na construção de espaços institucionais e acadêmicos para a história do trabalho. Sem está última, dificilmente esse campo de estudos teria o espaço que hoje tem nos periódicos especializados e nos encontros científicos da disciplina (BATALHA, 2006a, p. 88).

Em linhas gerais, tentou-se superar a separação que existia entre as experiências dos escravizados e dos livres (CHALHOUB; SILVA, 2009), bem como levantar outras perspectivas de análise, como a de gênero e a étnico-racial (CRUZ, 2010), conservando, em alguns trabalhos, a perspectiva de classe (LONER, 2001; MATTOS, 2008). Em síntese:

A história do trabalho tradicional preocupava-se essencialmente com os aspectos que unificavam os trabalhadores; sem abandonar essa dimensão essencial para a compreensão da ação classista, está cada vez mais atenta àquilo que os divide (origens étnicas, diferenças de ganhos e de status social, crenças, etc.). Certas dicotomias que prevaleceram durante algum tempo neste campo, opondo, por exemplo: trabalho e lazer, organização e cotidiano, militância e trabalhadores não organizados; agora têm pouco espaço (BATALHA, 2006a, p. 89).

Em tal movimento de mudanças no campo da história do trabalho, o movimento abolicionista, por exemplo, foi avaliado a partir do apoio dado pelos trabalhadores à causa dos escravos, de modo que escravidão e liberdade passaram a ser compreendidas como partes integrantes do processo de formação da classe trabalhadora (MATTOS, 2004). Uma contribuição importante a ser considerada, a respeito da formação da classe trabalhadora carioca, é a que resultou da pesquisa realizada por Marcelo Badaró Mattos, sobre as experiências comuns de escravizados, libertos e livres no Brasil durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Isto porque Mattos ressalta que o processo de formação da classe foi marcado por experiências de exploração, trabalho, organização e movimentos sociais compartilhadas por escravos,

ex-escravos e livres. Havendo, além disso, paralisações de escravos ao mesmo tempo em que ocorriam paredes de assalariados livres e formavam-se solidariedades entre os movimentos sociais populares - como no caso do “apoio à causa abolicionista por parte de organizações de escravos e libertos (como irmandades negras) e mesmo de trabalhadores organizados” (MATTOS, 2008, p. 156). De acordo com Mattos, a nova consciência de classe, em formação na cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX reintegrou em seus movimentos sociais e discursos a importância das lutas dos escravos pela liberdade, e também a valorização do ofício e a dignidade de ser artista (MATTOS, 2008, p. 222-224).

Outra questão importante foi o deslocamento temporal, da década de 1910 para os primeiros anos do século XX, feito por trabalhos como o de Marcela Goldmacher (2009), que avaliou greves conduzidas desde a década de 1890, e estudou a primeira “greve geral” do Rio de Janeiro, promulgada em 1903 pelos trabalhadores da Fábrica de Tecidos Cruzeiro. Da mesma forma que pesquisas sobre o anarquismo e o “sindicalismo revolucionário”, como as de Edilene Toledo (2004), e Tiago Bernardon de Oliveira (2009) lançaram sugestões e questionamentos sobre qual a delimitação mais adequada dessas experiências.

Edilene Toledo, analisando o caso de São Paulo, afirma que o “sindicalismo revolucionário” era uma “corrente autônoma” que defendia a luta de classes, e que por ser neutra em termos ideológicos permitia a atuação de militantes de correntes políticas variadas, como socialistas, sindicalistas puros e anarquistas (TOLEDO, 2004, p. 53). Toledo também observa que se haveria espaço para a pluralidade ideológica nas organizações “sindicalistas revolucionárias”, não haveria a predominância de militantes anarquistas, uma vez que “o critério para a participação no sindicato era ser trabalhador, e não anarquista, socialista ou de outra tendência semelhante” (TOLEDO, 2004, p. 70). Nesse sentido, a luta reformista, “visando conquistas dentro do sistema existente”, seria uma característica importante das organizações “sindicalistas revolucionárias” (TOLEDO, 2004, p. 53).

A respeito do anarquismo, Tiago Bernardon de Oliveira aponta que mesmo tendo em vista “as múltiplas correntes internas”, e muitas delas “conflitantes entre si”, pode-se afirmar que “a aversão ao Estado, a defesa intransigente da liberdade individual, e a ação direta são elementos presentes, pelo o menos em teorias e discursos, dos que se diziam anarquistas no Brasil (OLIVEIRA, 2009, p. 58). Oliveira destaca, ao mesmo tempo, que a relação entre “sindicalismo revolucionário” e anarquismo é complexa (OLIVEIRA, 2009, p. 64). Pensando distintamente de Toledo, Oliveira afirma que o “sindicalismo revolucionário” não foi uma “corrente autônoma”, mas sim um “método de ação”, cuja projeção atingida foi aumentada, sobretudo, pela intensa militância anarquista (OLIVEIRA, 2009, p. 66).

Marcelo Badaró Mattos acrescenta, nesse sentido, que mesmo havendo a possibilidade das diretrizes sindicalistas serem adotadas por diferentes correntes políticas, predominava, no âmbito de entidades “sindicalistas revolucionárias” como a Confederação Operária Brasileira (COB), a combinação da concepção sindical com o ideário político anarquista, “como se observa pelos artigos doutrinários de fundo anarquista publicados no jornal *A Voz do Trabalhador*, porta-voz da COB, entidade máxima de orientação sindicalista revolucionária no país” (MATTOS, 2008, p. 128).

Em tal movimento historiográfico, nota-se, atualmente, um esforço internacional no campo da historiografia do trabalho voltado para a análise da assimilação das culturas militantes de esquerda (especialmente o anarquismo e o socialismo) pelos sindicatos de trabalhadores no início do século XX, seja na África, na Europa ou nas Américas (DARLINGTON, 2009; MCKAY, 2012; CARUSO, 2012; WALT, 2010; SAMIS, 2009; BELKIN, 2006; RODRIGUES, 2004; TOLEDO, 2004; SAMIS, RAMOS, 2002; GABRIEL, 1991).

Lucien van der Walt, em trabalho recente, avalia o surgimento do anarquismo e do “sindicalismo revolucionário” na África do Sul, tendo em vista identificar, entre outras questões, a presença de “pessoas de cor” nas associações dos trabalhadores que se orientavam pela prática “sindicalista revolucionária”. Walt também apresenta uma interpretação alternativa à imposta pelo Partido Comunista da África do Sul, que

afirmava-se como a única tradição de esquerda na história das lutas trabalhistas daquele país (WALT, 2010).

Claudio Batalha caracterizou, recentemente, o “sindicalismo revolucionário” em relação ao anarquismo quando observou que “a posição de [Neno] Vasco, que prevaleceu na COB, propunha uma adoção ‘tática’ do sindicalismo revolucionário pelos anarquistas atuando nos sindicatos” (BATALHA, 2013, p. 87).

É possível observar, desse modo, que as pesquisas atuais no campo da História Social do Trabalho têm conferido tratamento variado ao caracterizar a experiência “sindicalista revolucionária” no Brasil, especialmente em relação ao anarquismo e ao socialismo, considerando que há categorias distintas e interpretações divergentes sobre essa experiência.

Questões para o debate

Nossas primeiras consultas às fontes primárias do acervo do II Congresso Operário Brasileiro (realizado entre 8 e 13 de setembro no Rio de Janeiro) alimentam a formulação de novas questões voltadas para a compreensão de como se deu a construção da prática sindical revolucionária no Rio de Janeiro. Quais ofícios adotaram essa prática sindical? Quais etnias eram mais atuantes? Havia espaço para mulheres e negros nesses sindicatos? Qual o peso das culturas militantes anarquista e socialista na elaboração dos princípios que nortearam essa prática sindical? Esses são alguns dos questionamentos que apresentamos, tendo em vista aprimorar a compreensão do sindicalismo de ação direta no início do século XX.

O relatório, escrito em forma de histórico, produzido por lideranças do Centro Cosmopolita (uma associação que representava trabalhadores dos hotéis, cafés e estabelecimentos congêneres, fundada em 1903 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal) apresenta-nos o seguinte: a data de fundação desse sindicato e seu número

inicial de membros; a orientação expressamente contrária à luta político-partidária; a adoção da “luta direta como a única eficaz”; a promoção da greve geral da classe dos trabalhadores em hotéis, cafés e estabelecimentos congêneres, proclamada em 1912; o número de trabalhadores que aderiram à greve e o modo em que ela foi conduzida; e, por fim, a publicação de um jornal, de nome *A Verdade*, financiado pelo Centro Cosmopolita (Relatório nº 82, COB, 82, Microfilme nº 546, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro). Esse documento revela um número considerável de informações quantitativas e qualitativas, que apontam para a existência de um material de pesquisa promissor acerca da formação do sindicalismo de ação direta no Rio de Janeiro.

Também enviado para a comissão organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro, o relatório produzido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro contém informações igualmente instigantes, citamos: “podemos dizer mesmo que foi a agremiação [Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos] que trouxe para o Rio o método da resistência, ou do Sindicalismo Francês, se assim quiserem”. A greve geral da categoria também é descrita no relatório. Proclamada em 15 e agosto de 1903, seu interesse consistia na conquista do “dia normal de 8 horas e 40 por cento de aumento sobre os salários existentes”. Explicando o porquê do fracasso da greve, o relatório menciona detalhes sobre a espionagem promovida pelo aparato repressivo do Estado, por meio de Francisco Fernandes, um agente especial do corpo de segurança pública, junto ao “ministro da justiça”, que se infiltrou no comando da greve, e agiu em seu prejuízo. (Relatório n. 97, COB, 97, Microfilme n. 546, AGCRJ).

O debate historiográfico conduzido até o momento, cujo interesse é identificar qual conceito é mais adequado para delimitar a experiência sindical de ação direta, deve considerar, *a priori*, os discursos e as práticas produzidas pelos trabalhadores e suas lideranças no âmbito da organização e da luta sindical. Um estudo de perspectiva mais totalizante é complexo exatamente na proporção em que é necessário, se trabalhamos com a ideia de que a compreensão desse sindicalismo, em suas múltiplas capilaridades, pode nos dar ferramentas para entender melhor a história das esquerdas no Brasil.

Em função disso, e à luz do que foi dito acima, a documentação organizada no acervo do II Congresso Operário Brasileiro, composta de ofícios, telegramas, cartas, históricos e relatórios das associações enviados à comissão organizadora do congresso, juntamente com a rica imprensa operária do período, certamente lançam novas questões para o entendimento do sindicalismo, como aquelas acerca de peso da influência anarquista ou socialista na construção da prática sindical revolucionária.

Referências Bibliográficas

BATALHA, Claudio H. M. A Confederação Operária Brasileira e sua militância. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Teresinha (orgs.). **Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores**: coletânea do 3º seminário internacional o mundo dos trabalhadores e seus arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.

_____. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

_____. Os desafios atuais da história do trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, 13 (23/24), jan.-dez. 2006a.

_____. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L (orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. **Ciências Sociais Hoje**, 1990, São Paulo: Vértice / Editora dos Tribunais, p.117-127, 1990.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

_____. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BELKIN, Alejandro. **Sobre los orígenes del sindicalismo revolucionario en la Argentina**. Buenos Aires: Ediciones CCC, Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2006.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO II CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO: INVENTÁRIO ANÁLITICO. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro/Casa Civil/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2013.

CARUSO, Laura. Sindicalismo revolucionario, trabajadores marítimos e historiografía a comienzos del siglo XX: revisión crítica y perspectivas. **Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**, nº 1, 2012.

operário carioca na pós-abolição. **Topoi**, vol. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, p. 114-135.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos do AEL**, vol. 14, n. 26, 2009, p. 14-46.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca na pós-abolição. **Topoi**, vol. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, p. 114-135.

DARLINGTON, Ralph. Syndicalism and the influence of Anarchism in France, Italy and Spain. **Anarchist Studies**, vol. 17 nº 2 (2009).

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1976.

GABRIEL, Pere. Sindicalismo y huelga: Sindicalismo revolucionário francês e italiano. Su introducción en España. **Ayer**. n. 4, la HUELGA general (1991), pp. 15-45. Consultado em: http://www.jstor.org/stable/41324116?seq=1#page_scan_tab_contents

GOLDMACHER, Marcela. **A greve geral de 1903: o Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910**. Tese de doutorado em História. Niterói, UFF, 2009.

HALL, Michael M. A Confederação Operária Brasileira no centenário do seu Segundo Congresso: 1913-2013. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Teresinha (orgs.). **Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores: coletânea do 3º seminário internacional o mundo dos trabalhadores e seus arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.

KUSHNIR, Beatriz. Ação e trajetória, o acervo da comissão organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro (Rio de Janeiro, 1913). In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Teresinha (orgs.). **Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores: coletânea do 3º seminário internacional o mundo dos trabalhadores e seus arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1880-1930)**. Pelotas, Unitrabalho/Ed. UFPel, 2001.

MCKAY, Iain. Another View: Syndicalism, Anarchism and Marxim. **Anarchist Studies**, vol 20. nº 1 (2012).

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

_____. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.

_____. **Trabalhadores em greve, polícia em guarda:** greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto: Faperj, 2004.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936).** Tese de doutorado em História. Niterói, UFF, 2009.

SAMIS, Alexandre. **Minha pátria é o Mundo Inteiro:** Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos. Lisboa: Letra Livre, 2009.

_____; RAMOS, Renato. Anatomia da crise: do sindicalismo revolucionário ao colaboracionismo cooperativista. **Verve**, 2002, p. 211-225.

SCHMIDT, Michael; WALT, Lucien van der. **Black flame:** The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism. Oakland, CA & Edinburgh: AK Press, 2009.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário:** trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WALT, Lucien van der. Negro e vermelho: anarquismo, sindicalismo revolucionário e pessoas de cor na África Meridional nas décadas de 1880-1920. **Revista Mundos do Trabalho**. vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 174-218.

O trabalhador da enfermagem: Entre a conquista da formalização e a dureza do regime de trabalho: dilemas para ação coletiva

Helton Saragor De Souza

Mestre em Ciências- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
heltonsaragor@gmail.com

Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes

Professor Doutor; Livre-Docente de Economia da Saúde,
Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, USP e do
Faculdade de Economia e Administração da PUC-SP
aquilasn@uol.com.br

Introdução

O objeto da investigação é o regime e ação coletiva das categorias de enfermagem (enfermeiros, técnicos e auxiliares), após a década de 1990, em três hospitais da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) sob diferentes formas de gestão (administração direta, terceirizada sob gestão de Organizações Sociais de Saúde (OSS) e da iniciativa privada no contexto do capitalismo financeirizado e da organização do trabalho pós-fordista. Nessa pesquisa, a análise da origem social dos profissionais através da análise das atividades laborais pregressas correlacionada à abordagem da influência do tipo de vínculo empregatício na conformação de regimes de trabalho diferenciados nas diferentes formas foram centrais para reflexão a ação coletiva das categorias da enfermagem nos três hospitais investigados.

METODOLOGIA:

Trabalhamos sob duas perspectivas para a exposição do objeto. Na dimensão teórica, relacionamos a literatura sobre regimes fabris e vínculo empregatícios com a

literatura clássica acerca dos trabalhadores e a relação com o sindicato no Brasil. Na pesquisa empírica, os meios de pesquisa consistiram nas técnicas etnográficas, nas entrevistas semiestruturadas e conversas informais. A pesquisa ocorreu durante o primeiro semestre do ano de 2014. No roteiro de entrevista, abordamos a formação educacional; trajetória e perspectiva profissional; mercado de trabalho; remuneração; qualificação profissional; processo de trabalho; a relação com a tecnologia; aspectos da terceirização; conflitos no local de trabalho; mercado interno de trabalho; ação coletiva; subjetividade envolvida no trabalho e saúde do trabalhador.

RESULTADOS E CONCLUSÕES:

Em síntese, o contexto social e histórico dos serviços de saúde é fundamental para entender a realidade da ação política dos trabalhadores de enfermagem. Em nossa visão, as tendências econômicas submetem o regime e o processo de trabalho das categorias da enfermagem na medida em que, para a diminuição de custos, constroem a contratação do número adequado de profissionais. Nesse sentido, todas as formas de gestão da força de trabalho da enfermagem (pública, terceirizada e privada) instituem a relação desproporcional que se baseia na inequação entre demanda do número de pacientes e quantidade incipiente de profissionais, ou seja, à moda do trabalho em cuidado, institui-se sistema análogo ao *just-in-time* consagrado no toyotismo e “emprestado” para diversas atividades de serviços (GOUNET, 1999). Do ponto de vista técnico, essa relação é demonstrada pelo não atendimento dos estabelecimentos de saúde dos parâmetros fixados do dimensionamento do quadro de profissionais da enfermagem, conforme resolução do COFEN 293/2004. Sendo assim, a dinâmica do fluxo tensionado (DURAND, 2003) é fundamental para a compreensão da organização do trabalho em enfermagem. Temos uma configuração de cobrança desproporcional sobre os profissionais que devem realizar seus procedimentos mesmo sem as condições básicas muitas vezes. Portanto, o modo de produzir e o regime de trabalho das categorias de enfermagem são submetidos pelo capitalismo financeirizado, representado na pressão para a redução de custos da força de trabalho e aumento da produtividade advindos da conversão dos serviços de saúde e do orçamento estatal em áreas de valorização do capital sob predominância financeira.

Destacamos como a peculiaridade subjetiva do trabalho em enfermagem gera tamanha pressão sobre os trabalhadores. A intensificação e a sobrecarga de trabalho sob o fluxo tensionado parte do contexto de que o objeto de trabalho são os usuários, logo, a não realização de um procedimento ou um erro implica em prejuízo gradativo a depender da condição do paciente. A tendência observada nos profissionais da enfermagem é de seguir pelo fluxo, porém, o cotidiano de trabalho sob essas condições desembocam em sérias consequências sobre a sua saúde. Temos uma representação concreta no contexto do trabalho em cuidado do caráter contraditório do trabalho sob o capitalismo, enquanto o profissional oferece sua capacidade para o benefício da saúde de outrem, exauri a sua própria saúde.

Em paralelo à caracterização da racionalização do processo de trabalho e as peculiaridades do trabalho na atividade de cuidado, respectivamente, a intensificação e a pressão subjetiva, a tendência do mercado de trabalho após a década de 1990 expõe o movimento do capital, a articulação entre as estratégias de capitalização a partir dos ativos financeiros e dos empréstimos bancários e a atividade econômica das seguradoras e operadoras no cenário de ampliação do mercado consumidor dos planos privados. O processo de aquisição e fusão das operadoras está em curso resultando em verticalização. No período de 2003 a setembro de 2013, as operadoras privadas reduziram de 1.814 para 1.274, correspondendo a cerca de 30% de redução do número de operadoras de planos privados de saúde no Brasil⁵. Essa dinâmica é mundializada como apontado por Chesnais (1996). No país, a ampliação do mercado consumidor de serviços de saúde motivou, por exemplo, em 2012, a aquisição por parte da empresa líder de mercado nos Estados Unidos, *United Health*, do grupo empresarial nacional de planos de saúde AMIL - Assistência Médica Internacional. Esse processo foi associado com o aumento do faturamento do setor, de acordo com Ocké-Reis no período de 2003 a 2011: “o faturamento do mercado quase dobrou e seu lucro líquido cresceu mais de duas vezes e meia acima da inflação” (OCKÉ-REIS, 2013, p.10). Do ponto de vista do trabalho, esse movimento ampliou consideravelmente a oferta de emprego nas ocupações da enfermagem, categoria majoritárias nas estruturas hospitalares e em outros serviços assistenciais. Não temos acesso às estatísticas específicas sobre o emprego das categorias

da enfermagem. Os dados acerca do emprego cedidos pelo IBGE referem-se aos trabalhadores dos hospitais e da administração pública sem distinção (IBGE, 2014, p.55). Não obstante, os dados de inscritos cedidos pelo COREN-SP (Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo) podem nos servir como espelho dos postos de emprego, pois não é esperado que a progressão de profissionais inscritos crescesse consideravelmente sem o aumento de postos de emprego de forma correlacional. Segundo dados do Conselho, o número de inscritos cresceu de 73.360 inscritos no ano de 1993 para 445.693 em julho de 2014 (GRÁFICO I). Esse crescimento do número de profissionais de aproximadamente 600% deve-se à composição predominantemente relacional do processo de trabalho na enfermagem e a expansão econômica da oferta de serviços.



Fonte: COREN/SP (2014)

Na realidade brasileira, a origem social da força de trabalho da enfermagem que sustentou esse ciclo de valorização do capital é pressuposto para a compreensão das formas de ação coletiva e a relação com os sindicatos. De forma implícita, o relato dos profissionais corrobora a decisão de ingresso na enfermagem motivado, principalmente, pela formalização obtida por duas vias: 1) garantia do emprego respaldado pela CLT (Consolidação das Leis de Trabalho); 2) ingresso por concurso nos serviços públicos. Do

ponto de vista dos futuros profissionais, realizar o curso técnico é a certeza do emprego, apesar da consideração do trabalho como desgastante e mal remunerado. Para esses trabalhadores, estar empregado com vínculo formal é um avanço em comparação com as atividades laborais anteriores.

A respeito da primeira forma, a formalização pela carteira assinada tem significativa relevância, embora isso ocorra junto com o aumento do emprego formal no país nos últimos anos. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a informalização ainda representa 43% da população economicamente ativa em 2012 (IBGE, 2014). Constatamos nas entrevistas que as atividades pregressas dos profissionais são permeadas pela informalização, como por exemplo: pintor sem carteira assinada; trabalhadora do lar; cozinheira e babá. Em outras palavras, os profissionais da enfermagem têm, muitas vezes, o primeiro acesso aos direitos trabalhistas, tais como, férias, décimo terceiro salário, depósito de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), rescisão em caso de demissão e seguro-desemprego quando estão ocupados na área. A única trabalhadora formal foi auxiliar de produção metalúrgica por dezesseis anos, mas ficou desempregada após os quarenta anos. Ela relata do seguinte modo o seu ingresso na enfermagem:

(...) por causa da idade (...) eu pensava, às vezes não vai mais compensar, eles (empregadores) não vão deixar de pegar uma menina de vinte para pegar uma de trinta né? Nossa, quando eu resolver estudar, eu nem vou ter mais chance no mercado de trabalho (...) porque era muito tarde (Téc./Aux.2).

Posteriormente, confirma ter conseguido emprego logo após o término do curso.

Estritamente, sobre os enfermeiros: a profissional do hospital terceirizado trabalhava no setor de comunicação e migrou posteriormente; já os demais ingressaram na área como atendente e secretária de médico. Chamamos a atenção para a trajetória profissional do enfermeiro do hospital público. Sua história de vida condicionará sua postura nas relações de trabalho e a valorização da profissão de enfermeiro. Ele trabalhou em olaria aos nove anos de idade no interior de Minas Gerais; posteriormente, em São Paulo, foi vendedor informal. A sua transição para a área de saúde ocorreu quando era office-boy de um hospital. Esse tipo de transição interna foi relatada como comum,

segundo a enfermeira do hospital terceirizado: — Tem gente que era da limpeza aqui e que hoje é técnico, tem gente que era recepcionista e hoje é técnico (Enf. 2). A técnica do hospital público era cozinheira de uma instituição filantrópica que também prestava serviços de saúde e realizou essa transição. Coerentemente, todos entrevistados declaram serem oriundos de famílias pobres. A centralidade do vínculo formal pela maioria dos entrevistados é confirmada com a informação de não conhecerem o desemprego após a formação como técnico de enfermagem, embora, contraditoriamente, os graduados relatarem momentos de desemprego. Somente um profissional de nível médio trabalhou como home-care (cuidador) informalmente.

Ainda sobre o tema, na bibliografia encontramos muitas semelhanças entre os relatos dos trabalhadores no artigo de Aguiar e Soares (2004) que analisa a categoria dos atendentes de enfermagem (categoria extinta) e nos relatos dessa investigação. Os depoimentos das trabalhadoras acerca de sua origem social, vida profissional e o ingresso na área de enfermagem por cursos de formação têm conteúdo muito próximo ao expresso pelos trabalhadores entrevistados dessa pesquisa. As autoras demonstram como os processos de qualificação profissional formaram atendentes em auxiliares e garantiram empregos direitos trabalhistas, assim como, alterações progressivas na condição de vida dessas trabalhadoras. A descrição da situação anterior à formação profissional das trabalhadoras também converge com a situação de informalização observada na investigação dessa pesquisa, inclusive com a citação de algumas ocupações informais idênticas. Aguiar e Soares (2004) demonstram como a formação profissional e o emprego tornam-se um acesso aos direitos da cidadania, anteriormente negados. Nos exemplos do artigo, a transição interna das atendentes foi atingida através da realização de programa de formação técnica provido pela secretaria municipal de São Paulo. A garantia do emprego formal tanto pelo vínculo celetista ou ingresso no serviço público também foi demonstrada

Referenciamo-nos nas categorias de superpopulação relativa que tem a desqualificação como característica e está submetida às oscilações do desemprego sistêmico. Marx realiza quatro distinções dessa superpopulação, o primeiro grupo seria a reserva móvel da força de trabalho, trabalhadores que transitariam entre os setores

produtivos com desemprego momentâneo; o segundo grupo é marcado pela característica “latente” na qual as populações ficariam disponíveis ao mercado pelo desenvolvimento capitalista, exemplo dos trabalhadores rurais em direção à cidade; o terceiro grupo é o mais relevante para a nossa caracterização, nas palavras de Marx: “A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital”(MARX,1985, p.208). O quarto grupo refere-se ao “lumpemproletariado” como segmento mais pauperizado. Sinteticamente, caracterizamos esses profissionais como oriundos da superpopulação relativa, isto é, não estavam inseridos no mercado de trabalho, pois o trabalho doméstico, as atividades informais ou os variados tipos de “bicos” eram sua referência. Desse modo, configuraram setor da força de trabalho com raízes na precarização de direitos e na informalização.

A trajetória profissional e origem nos setores pauperizados influenciam consideravelmente as relações trabalhistas, caracterizamos como distintas nos três hospitais investigados. Fundamentamo-nos na adaptação dos regimes fabris de Burawoy (1990), guardadas as peculiaridades da proposta original e de nossa aplicação e na influência do vínculo empregatício nos regimes de trabalho (NICHOLS et al, 2004). Em nossa visão, o tipo de vínculo empregatício é determinante nos contrastes das relações laborais e do funcionamento das unidades hospitalares estudadas. A diferença de vínculo é o aspecto mais importante para os trabalhadores da enfermagem em relação aos tipos de gestão. Sinteticamente, os servidores públicos inserem-se em regimes estatutários. O cargo efetivo tem mais direitos em comparação aos empregados celetistas, por exemplo: a previsão de abonos de faltas, licença prêmio por assiduidade e, principalmente, estabilidade na qual só existirá sanção ou exoneração após definição de processo administrativo disciplinar com direito de ampla defesa do trabalhador.

A instabilidade do regime celetista sustenta a gestão da força de trabalho baseada na insegurança e influencia o cotidiano dos profissionais. Nas unidades hospitalares privada e terceirizada, a assimetria de poder entre trabalhadores e direção da empresa

conduz ao despotismo permeado por relações arbitrárias. A autonomia do trabalhador é maior no setor público, sendo que o alicerce é a estabilidade advinda do regime estatutário.

Em todos os hospitais, os profissionais apresentaram a noção difusa de que as categorias de enfermagem são submissas aos médicos e às direções dos hospitais. Esse entendimento dos entrevistados em relação à enfermagem é apontado como fator inibidor da ação coletiva e a capacidade de resistência. Nos três estabelecimentos hospitalares, há pouca referência aos sindicatos ou formas de mobilização organizada¹.

No hospital público, existe fragmentação de representação sindical, três entidades disputam a representação dos profissionais de nível médio (sindicato dos servidores municipais, reconhecido pela administração municipal; sindicato específico dos servidores da saúde, e associação dos servidores da saúde), todavia, nenhuma das entidades tem peso significativo nas relações laborais. Há cerca de três anos, houve um hiato de mobilização nesse hospital, o sindicato dos servidores da saúde organizou greve na rede municipal por questões salariais e melhores condições de trabalho. A administração não negociou com os grevistas e a mobilização não teve resultados imediatos; posteriormente, a administração cedeu em aspectos salariais, alterou chefias combatidas, reverteu os descontos de dias parados dos grevistas e as sanções administrativas das lideranças, porém, não reconheceu o sindicato grevista, que perdeu a relevância momentânea e não teve continuidade.

Os trabalhadores do hospital privado e terceirizado são representados pelo mesmo sindicato. No primeiro, a referência é negativa e citada pelo auxiliar entrevistado, que é diretor sindical; esse caracteriza o sindicato como pouco atuante e afastado dos trabalhadores. Contraditoriamente, alguns de seus colegas têm referência positiva no sindicato, justamente, por conta da atuação desse diretor. No hospital terceirizado, as referências são positivas por conta da intervenção sindical na recorrência dos atrasos salariais. Nas palavras da técnica do estabelecimento: *“Olha, eu não botava fé no sindicato, mas depois de agora, de janeiro, que eu saí de férias e minhas férias (depósito)*

nunca caia, quem resolveu foi o sindicato”. Em relação ao sindicato dos enfermeiros, os graduados desconhecem sua atuação.

Entendemos a pessoalidade presente como obstáculo da atuação conjunta. Dificilmente, os trabalhadores encaram sua relação de trabalho coletivamente, mas individualmente, portanto não como relação contratual hierárquica entre empregado e empregador. Os conflitos pessoais predominam sobre conflitos próprios das relações laborais. As referências dos profissionais sempre são cordiais². Citamos três exemplos sobre a relação entre pessoalidade e ação coletiva, no exemplo mencionado da greve, os grevistas não mobilizaram alguns colegas, pois esses “*deviam favores*” à supervisora de enfermagem que os indicou para empregos na iniciativa privada; a referência aos proprietários do hospital privado sempre em tom pessoal; a enfermeira do hospital terceirizado entrevistada relata ter sofrido assédio moral, mas em outro setor e sob uma chefia distinta, contudo, a profissional não vê responsabilidade da organização social, pois essa lhe deu a primeira oportunidade de emprego.

Outro aspecto de entendimento sobre a própria categoria é a falsa consciência de que o fato do setor ser composto majoritariamente por mulheres significa que a categoria é submissa e dócil. Questionado sobre o perfil político da enfermagem, o auxiliar do hospital privado e diretor sindical considerou:

Sim (...) acho diferente, o pessoal até faz uma pressão diferente em cima das mulheres, porque sabe que vai ceder fácil pela própria característica das mulheres, da enfermagem que é uma categoria desgastante, submissa, né? As pessoas mandam e a gente obedece.

Em que pese o entendimento dos envolvidos, consideramos essa posição respaldada mais no machismo da sociedade do que propriamente na ação prática dos sujeitos, porque no exemplo da greve do hospital público, a maioria dos grevistas e, principalmente, das lideranças, eram mulheres. A questão do vínculo empregatício tem maior relevância do que a predominância de mulheres, pois qualquer tentativa de

² Utilizamos o termo cordialidade, no sentido apresentado por Sérgio Buarque de Holanda, cordial é aquilo oriundo do coração, logo, o homem cordial tem sentimentos que oscilam do amor ao ódio, e isso torna-se um obstáculo para a construção da coisa pública e da sociedade civil (HOLANDA, 1997).

mobilização nos hospitais privados e terceirizados, seja de mulheres ou de homens, é fortemente coibida pelas direções. Por exemplo, o auxiliar entrevistado do hospital privado fora demitido quando era membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) por não ser considerado cooperativo³.

Outro aspecto observado é a comoção resignada dos trabalhadores acerca da reverberação dos erros procedimentais em tom de responsabilização individual, mas que não se canaliza em ações efetivas de solidariedade, a maioria tem empatia aos profissionais envolvidos, pois todos profissionais relatam ter presenciado situações de erro.

Por fim, consideramos que o histórico profissional dos trabalhadores, no qual não vivenciaram ações de resistência ou tiveram representação sindical associado à pessoalidade constroem a ausência de ações organizadas, além de interpretarem o sindicato como algo alheio à sua condição de trabalhador analogamente a posição dos operários na década de 1950 de origem rural que viam o sindicato como algo externo a sua condição (LOPES, 2008). Especificamente sobre a enfermagem, a pré-noção de submissão profissional e a instabilidade dos contratos celetistas configuram regimes de trabalho assimétricos que dificultam a ação coletiva.

³ O auxiliar foi readmitido após decisão judicial.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Z e SOARES, C. A qualificação dos atendentes de enfermagem: transformações no trabalho e na vida. *Revista Latino-americana de Enfermagem* 2004 julho-agosto; 12(4):614-22 www.eerp.usp.br/rlaenf

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

BURAWOY, M. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n°13. ANPOCS: 1990

Conselho Federal de Enfermagem. Resolução 293/2004 Fixa e estabelece parâmetros para o dimensionamento do quadro de profissionais de enfermagem nas unidades assistenciais das instituições de saúde e assemelhados. Disponível em: http://novo.portalcofen.gov.br/resoluco-cofen-2932004_4329.html Acesso em: 26 nov. 2013

DURAND, J. A refundação do trabalho no fluxo tensionado. IN: **Revista Tempo Social**. vol.15 n.1. São Paulo Abril/ 2003.

GOUNET, T. (1999) Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel, Boitempo, São Paulo.

HOLANDA, S. B., Raízes do Brasil, Cia. das Letras, São Paulo, 1997

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. 2014. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf > Acesso em: 07/05/2014.

LOPES, JRB. Sociedade Industrial no Brasil. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2008.

MARX, K.. O Capital - Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, volume 2, 1985.

NICHOLS T et al. Factory regimes and the dismantling of established labor in Asia: a review of cases from large manufacturing plants in China, South Korea and Taiwan. *Work Employment & Society*, Dec 2004, Volume: 18 Issue: 4 pp.663-685.

OCKÉ-REIS, C. *Mensuração dos Gastos Tributários: O Caso dos Planos de Saúde – 2003-2011*. Nota Técnica IPEA. Maio/2013.

Teoria da revitalização sindical: contribuições e limites para analisar o sindicalismo brasileiro.

Ana Paula Fregnani Colombi

Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP
pesquisadora do CESIT, bolsista FAPESP

Email: anafcolombi@gmail.com

Introdução

A chegada ao poder executivo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e a melhora nos indicadores econômicos e sociais suscitou um intenso debate a respeito da capacidade de influência do movimento sindical nesses governos (2003-2016).

Além de leituras baseadas na passividade e acomodação política (GALVÃO, 2006, 2010; ARAÚJO; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014), na recuperação (BOITO JR; MARCELINO, 2010; CARDOSO, 2013), ou mesmo na cooptação (DRUCK, 2006; BRAGA, 2012) do movimento sindical durante os anos 2000, mais recentemente surgiu o debate em torno da existência ou não de um processo de *revitalização* sindical (GALVÃO, 2014; DIAS; KREIN, 2015). Essas análises, entretanto, têm demonstrado um certo subdesenvolvimento conceitual, pois os termos “recuperação”, “revitalização”, “cooptação” e “passividade” dizem pouco sobre os repertórios adotados e a natureza das demandas disputadas pelo sindicalismo brasileiro nos anos 2000. Por vezes os autores chegam a distintas conclusões mesmo quando a dimensão econômica da ação coletiva é destacada como a mais promissora. Além disso, as dimensões econômica, política e social da atuação sindical por vezes se confundem sem evidenciar perspectiva teórica da análise.

Considerando o debate em torno das dimensões da ação coletiva à luz da teoria da revitalização sindical é uma elaboração eminentemente anglo-saxã e levando em consideração que os sindicatos, conforme Hyman (2001), possuem ideologias e identidades específicas e se inserem em sistemas de relações laborais (nacionais) com trajetórias históricas singulares que produzem, por sua vez, estruturas de oportunidades políticas diferenciadas, qual seria, então, a relevância desse debate para analisar o caso brasileiro?

Responder essa questão implica dois movimentos. Na primeira seção investiga-se as formulações em torno dos estudos das relações industriais (*industrial relations*) a fim de relacioná-las com as dimensões de análise da ação coletiva que perfazem a abordagem da revitalização sindical. Na segunda seção problematiza-se a apropriação das dimensões da ação coletiva para analisar o caso brasileiro à luz da teoria da revitalização sindical. A hipótese é que a teoria da revitalização sindical só pode ser usada para o caso brasileiro se for redefinida à luz das identidades do movimento sindical no país. Neste sentido, ao final, apresenta-se uma metodologia de análise baseada na teoria da revitalização sindical, mas cuja definição das dimensões econômica e política da ação sindical expresse as identidades que informam a trajetória sindical no Brasil.

1. As dimensões da ação coletiva no debate anglo-saxão: das relações industriais à teoria da revitalização sindical.

Apesar de não ser possível falar em um único campo de teorização dentro das relações industriais, prevaleceu no debate anglo-saxão uma concepção dos sindicatos como atores que deveriam atuar no campo econômico, priorizando melhores condições salariais e de trabalho. Segundo Hyman (2001):

In most English-speaking countries, trade unions have traditionally been viewed as organizations the primary purpose of which is to secure economic benefits for their members; in particular, by advancing their 'terms and conditions of employment' through collective bargaining. From such a perspective, broader social and political objectives are of dubious legitimacy, or at best ancillary to unions' economic functions (HYMAN, 2001, p. 6).

No caso americano, a negociação coletiva é entendida como o núcleo das relações trabalhistas (FREGE, 2008) e a função sindical prioriza a busca por melhores condições salariais e de trabalho, caracterizando um *pure-and-simple* sindicalismo ou, como é mais conhecido, um sindicalismo de negócios (*business unionism*) (HYMAN, 2001).

Do Reino Unido proveio o conceito *collective bargaining* segundo o qual a melhora nas condições de trabalho deveria ser buscada através de um canal de negociação entre empregados e empregadores, via suas instituições de representação (WEBB e WEBB, 1897). Apesar da leitura dos Webb também privilegiar a esfera econômica, o debate europeu tende a aceitar a atuação sindical junto ao Estado como uma ação complementar à negociação coletiva. Esta é uma característica que os distancia da experiência americana onde a tradicional falta de interesse no

Estado ou na parceria social “pode ser explicada pela ausência do Estado e da democracia no local de trabalho no contexto das relações industriais nos Estados Unidos” (FREGE, 2008, p. 44).

Seria mesmo muito restrito, na visão de Flanders (1970) e Hyman (1975), considerar que a finalidade principal dos sindicatos é a negociação coletiva. Para Flanders, atuar na esfera estatal significa adentrar na esfera política da ação sindical. O objetivo dessa atuação é estabelecer direitos e participação política, buscando na regulação a criação de uma ordem social embutida em um código de direitos trabalhistas. Para Hyman, por sua vez, as relações industriais tratam sobre as questões que são negociadas no bojo do contrato de trabalho, englobando a questão salarial, mas também tratam dos limites que podem ser impostos ao poder do empregador.

É possível notar que, mesmo por caminhos diferentes, tanto Flanders quanto Hyman reconhecem que o sindicato possui a função econômica tanto quanto a função política. No seu primeiro sentido, os sindicatos buscam regular e melhorar os termos em que os trabalhadores são obrigados a dispor de sua força de trabalho. Ainda assim, o sindicalismo – dialeticamente – levanta questões de poder e controle e é isso que compõe a base para a ação política dos sindicatos.

Em suma, o debate europeu explicita que os sindicatos fazem parte da sociedade – não podendo, portanto, ignorar o contexto em que atuam. Nenhuma instituição negligencia, ao fim e ao cabo, o contexto social e político que permeia as relações de mercado, assim como nenhuma delas deixa de pensar nos interesses materiais e imediatos da classe trabalhadora (HYMAN, 2001). Nesse sentido, os sindicatos que definem sua função, primeiramente, em termos de negociação com empregadores estão, também, compelidos a buscar maneiras de influenciar as políticas públicas, sendo – mesmo que em diferentes graduações – atores econômicos, mas também políticos. Mais do que isso, a relação entre estes dois papéis é complexa e contraditória, e a prioridade atribuída a cada um varia ao longo do tempo e em relação aos contextos nacionais (GUMBRELL-MCCORMICK; HYMAN, 2013, p. 134).

Com a crise sindical que despontou nas duas últimas décadas do século XX, o debate em torno dessas dimensões da ação coletiva tem sido revisitado, a exemplo da teoria da revitalização. Esta abordagem busca analisar “as várias dimensões que capturam as principais orientações ou esferas da atividade sindical (BEHRENS; HAMANN; HURD, 2004, p. 20) por meio das quais os sindicatos buscam recuperar os recursos de poder que consideram estratégicos para a permanência de sua capacidade de mobilização e representação dos trabalhadores. Isso implica dizer que o



processo de revitalização significa que: *i.* dentro da dimensão da filiação (*membership dimension*), as instituições sindicais têm juntado esforços para aumentar o número de membros; *ii.* que, dentro da dimensão econômica (*economic dimension*), têm buscado desenvolver novas formas de negociação coletiva; *iii.* que, dentro da dimensão política (*political dimension*), têm buscado novas formas de envolvimento eleitoral e juntado esforços para influenciar a legislação e os processos de elaboração das políticas públicas, e por fim, *iv.* que, na dimensão organizacional (*organizational dimension*), as instituições têm buscado reformar as estruturas organizacionais para atender as demandas dos trabalhadores e aumentar o grau de democracia interna (BEHRENS; HAMANN; HURD, 2004).

Na medida em que os sindicatos traçam e realizam estratégias de revitalização em resposta à referida crise, seus modelos de atuação – historicamente constituídos – vão sofrendo alterações (GUMBRELL-MCCORMICK; HYMAN, 2013). E, é possível acrescentar, a interação entre as dimensões da ação coletiva e a definição que é atribuída a cada uma delas também vão se transformando. É importante salientar, entretanto, que as dimensões de análise da teoria da revitalização sindical estão informadas pelas identidades que marcam o contexto europeu e este parece ser o ponto fundamental de discussão quando busca-se o exercício de apropriação desse quadro metodológico para a análise do sindicalismo brasileiro.

Em primeiro lugar, as dimensões econômica e política da ação sindical são conceituadas, respectivamente, no campo da negociação coletiva e no campo da disputa, na arena estatal, em torno da legislação trabalhista. É justamente o caráter nacional dessas disputas que atribui uma dimensão social à luta sindical, como já havia sido pontuado por Flanders (1970) e Hyman (1971, 1975). Além disso, a separação das esferas econômica e política expressa, como analisado anteriormente, a realidade inglesa em que a arena política da atuação sindical é mobilizada como suporte à negociação coletiva, dimensão considerada a mais importante do ponto de vista das funções do ator sindical.

As dimensões da atuação sindical, entretanto, ganharam novos contornos no contexto brasileiro em que as lutas por democracia, desenvolvimento econômico e igualdade social marcaram a identidade do movimento sindical na sociedade brasileira.

2. As dimensões da ação sindical no sindicalismo brasileiro: limites da teoria da revitalização sindical.

Enquanto o desenvolvimento capitalista na Europa Ocidental e nos Estados Unidos foi acompanhado pela introdução dos direitos sociais mediante a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida da população (CASTEL, 1998), no Brasil o desenvolvimento capitalista não implicou a formação de um Estado de Bem Estar Social (SILVA, 2015).

A realidade brasileira de cidadania fluida e de curta duração (CARDOSO, 2016), de grande desigualdade social *vis-a-vis* um crescimento econômico e industrial pujante impulsionou, todavia, a emergência de um movimento sindical combativo, a despeito do corporativismo sindical:

Na situação política de desenvolvimento acelerado no início dos anos 60, o sistema corporativo de organização do trabalho conservou sua estrutura formal, mas sua ação foi transformada pelo uso que se fez dele. Com relação a isso, as forças nacionalistas de esquerda no movimento sindical alteraram fundamentalmente o equilíbrio político do poder, fazendo dos sindicatos uma força política independente (...). (HUMPHREY, 1982, p. 28).

Embora parte da literatura tenha tratado a emergência da classe trabalhadora no setor industrial enquanto o surgimento de uma “aristocracia do trabalho” baseada em um sindicalismo de negócios (RODRIGUES, 1966; ALMEIDA, 1996), a luta contra o baixo nível salarial, a busca por melhores condições de trabalho e a preocupação com os temas mais gerais da sociedade, como a reforma agrária, evidenciavam o reavivamento político da classe trabalhadora (HUMPHREY, 1982). Esse processo, que intensificou-se com as distensões políticas e a crise econômica do governo militar, viria a ser chamado de “novo sindicalismo”: “uma ousada aposta na mobilização, nas lutas de massa, na organização de base, na politização da agenda sindical” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, p. 72). Tal politização encontrava-se na luta contra a contenção salarial, mas também na luta pela cidadania (RODRIGUES, 2011) e pelo regime democrático (MOISÉS, 1982).

Nos países europeus, a luta do movimento sindical no século XIX em diante também esteve atrelada à extensão do conceito de cidadania a fim de incluir o direito da negociação coletiva, de acesso aos direitos sociais e à participação política. No caso brasileiro, entretanto, o Estado adquiriu outro papel: o Estado autoritário teve um importante papel na reprodução das desigualdade sociais, no controle do movimento sindical e na limitação de suas demandas e suas funções (SEIDMAN, 1994). Neste sentido, parece não fazer sentido a separação entre um sindicalismo economicista e outro de caráter político no cenário brasileiro. O surgimento do movimento sindical na arena



política extrapolou o espaço interno da fábrica e a esfera da produção não somente pelo papel que desempenhou na luta pela democracia, mas também pela cidadania. Como se tratavam de questões nacionais, os líderes sindicais foram levados à cena nacional, confirmando a legitimidade da luta dos trabalhadores na arena política.

Desde então, a ação sindical no país não tem se limitado ao campo das relações de trabalho e tem desempenhado uma função que vai muito além da esfera econômica (GALVÃO, 2016). Nos anos 1990, num cenário de desestruturação do mercado de trabalho (BALTAR, 2003) e de flexibilização nas relações laborais (KREIN, 2013), o sindicalismo CUT uniu uma postura defensiva em nome da manutenção dos postos de trabalho a uma estratégia de resistência propositiva ao neoliberalismo, estabelecendo uma agenda sindical “cidadã” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). Essa conformação prático-discursiva objetivava fortalecer e ampliar a presença do sindicalismo CUT nos espaços institucionais por meio de alianças com outros movimentos sociais, buscando ocupar os espaços de disputa do poder e projetar-se como um campo de proposição alternativa de políticas públicas. Mas, ao mesmo tempo, ela significou o reforço da ideia do “público não-estatal” como condição de exercício de uma cidadania ativa, discurso que encontrava lugar para uma atuação mais assertiva da central na criação de espaços de criação e promoção da cidadania (promovendo, por exemplo, qualificação profissional e alargando a oferta de serviços aos sócios) e que se contrapunha à natureza privatista do Estado brasileiro. Tratava-se, portanto, de um “sindicalismo cidadão” que por vezes atuava no campo da parceria, situado entre o serviço aos sócios, a filantropia e o negócio e que nem sempre se contrapunha à ressignificação que lhes impunha a razão neoliberal (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011).

A transição de um sindicalismo combativo para um sindicalismo que aposta na participação institucional sugere que a evolução do sindicalismo brasileiro não corresponde a um processo de anulação da esfera política da ação coletiva mas, como indicado por Galvão (2016), a um processo de transformação da atuação sindical e da relação que vem se estabelecendo entre essas instituições e os governos frente às modificações nas conjunturas econômica, política e ideológica. Trata-se assim, não da ausência de uma ação política, mas da modificação dessa atuação por parte do ator sindical que, ao apresentar dificuldades para pensar um projeto alternativo de sociedade e para



difundir um projeto de transformação da mesma, tende a revelar-se cada vez mais poroso à ordem ideológica neoliberal (BÉROUD, 2014)¹.

A trajetória do sindicalismo brasileiro no século XX demonstra que suas identidades dominantes são marcadas menos pela contraposição entre a ação política *versus* a atuação econômica do que pela forma como essas duas esferas interagem e se expressam vis-à-vis as transformações no contexto nacional. A dimensão econômica da ação coletiva tomou forma, historicamente, na defesa do emprego e na luta salarial, aspectos que num regime autoritário ou fora dele, não podem ser descolados da dimensão política em um país cuja desigualdade social e cidadania limitada são elementos fundantes da nação. Neste sentido, divorciar as demandas econômicas de seus atributos sociais e políticos no Brasil parece ser um exercício que desconsidera as características estruturais do capitalismo e a trajetória de luta e formação do sindicalismo no país.

A teoria da revitalização sindical está fundamentada, entretanto, na separação – ao menos no plano analítico – das dimensões de atuação, uma vez que inspirada nas experiências nacionais em que a ação sindical de natureza economicista preponderou, como nos casos americano e inglês. Senão nesses casos, esta abordagem inspira-se em países, como Alemanha e França, em que o Estado cumpriu um papel fundamental na formação de um Estado de Bem Estar Social, confiando ao sindicalismo as disputas em torno das relações de trabalho. Assim, lançar mão da teoria da revitalização sindical para o caso brasileiro, separando as dimensões da ação coletiva, oculta o processo histórico sobre o qual se fundou o sindicalismo no Brasil.

Além disso, no caso brasileiro, a atuação coletiva e os desdobramentos em torno da contestação ou compactuação em torno da estrutura sindical corporativa são fortemente influenciadas pelo contexto. Neste sentido, a relação entre o poder de agência da classe trabalhadora e os condicionantes estruturais adquirem maior complexidade, uma vez que o processo de industrialização e a criação de um grupo de operários nos setores industriais não foram as únicas condições para o fortalecimento e a mobilização da classe trabalhadora. Nesse sentido, colocar a capacidade de resposta e de escolha estratégica do ator sindical como premissa da

¹ Essa transformação ganha expressão não somente nas mudanças do sindicalismo CUT, mas na criação de outra central sindical: a Força Sindical (FS) em 1991 (TRÓPIA, 2009).

abordagem sob a qual analisa-se a questão, como faz a teoria da revitalização sindical, subtrairia a importância da dinâmica política em influenciar o movimento sindical no Brasil. Conforme ressaltam Frege e Kelly (2004), uma das contribuições da abordagem da revitalização sindical é trazer a estratégia sindical para o primeiro plano da análise. Entretanto, ao trazer a estratégia sindical para o centro do debate, ao menos no caso brasileiro, a teoria da revitalização poderia subestimar a importância dos movimentos políticos e também econômicos em moldar a escolha da estratégia sindical. Isso não quer dizer que não há margem de escolha dentro das instituições sindicais, quer dizer, apenas, que tais escolhas demonstram uma interação complexa e não linear com o contexto político e que é esta interação que precisa ser levada ao primeiro plano do debate.

Essas ponderações não estão aqui sendo articuladas para descartar a teoria da revitalização sindical como ferramenta metodológica para a análise do caso brasileiro. Busca-se, ao contrário, estabelecer as diferenciações nacionais necessárias para que a teoria tenha aplicabilidade nos estudos sobre o sindicalismo do país. Para tanto, requer-se que as definições do que venha a ser o político e o econômico partam, mas não se restrinjam, às atribuições estabelecidas no bojo da teoria da revitalização sindical. Propõe-se, neste sentido, o alargamento dos conceitos, conforme o quadro abaixo, levando-se em consideração as especificidades de caso brasileiro:

Quadro 1: Dimensões da teoria da revitalização sindical aplicadas ao caso brasileiro.

Abordagem	Dimensão Econômica	Dimensão Política
Teoria da Revitalização Sindical:	- Obtenção de melhorias salariais e de benefícios e impacto mais geral na distribuição da riqueza, incluindo novas técnicas de negociação e redefinição do papel do sindicato no processo negocial.	- Interação com atores nos diversos níveis de governo e em três arenas de atividade (eleitoral, legislação e implementação das normas) resultando em uma regulamentação do trabalho mais favorável.
Teoria da Revitalização Sindical com base no caso brasileiro:	A diferença fundamental é que a dimensão econômica da atuação sindical não se refere apenas à melhora das condições salariais dos trabalhadores, mas à forma como o movimento sindical articula essas demandas no contexto nacional e, principalmente, à forma como disputa as políticas econômicas e seus impactos sobre os trabalhadores. Neste sentido, é pertinente analisar: - a obtenção de melhorias salariais no plano da remuneração fixa ou variável - as disputas mais gerais que impactem na distribuição da riqueza	A diferença fundamental é que a atuação política não se restringe à atuação na esfera eleitoral-institucional. Ela também se dá nessa esfera, mas abrange outros aspectos como a disputa por um discurso de resistência, a articulação das bandeiras da classe trabalhadora com o acesso à cidadania e a parceria com outros movimentos sociais. Neste sentido, é pertinente analisar: - a interação das instituições sindicais com atores nos diversos níveis de governo e em três arenas de atividade, visando melhorias na regulamentação do trabalho

	- as disputas mais gerais que busquem influenciar a política econômica dos governos Nesse quadro, as instituições sindicais mobilizam o poder de barganha coletiva e de mobilização para lograr novas conquistas (poder estrutural). Mas também se utilizam do poder institucional a fim de que possam influenciar nos aspectos nacionais da economia, com destaque para as políticas públicas que impactam diretamente os trabalhadores.	- a articulação das demandas da classe trabalhadora com as disputas em torno do projeto de desenvolvimento nacional - como se dá o reforço ou esvaziamento da ideia de cidadania - a interação com os demais movimentos sociais que expressem movimentos de resistência e contestação à lógica neoliberal Nesse quadro, as instituições sindicais mobilizam o poder de participação na esfera político-nacional, isto é o poder institucional. Mobilizam, também o poder social, entendido como a capacidade de cooperação do movimento sindical com outros grupos e organizações sociais e como a capacidade de obter o apoio da sociedade na legitimação das pautas sindicais. Se trata de ter capacidade de generalizar a luta política, vislumbrando um projeto de sociedade.
--	---	---

Fonte: Elaboração própria.

O quadro explicita elementos que fazem parte das dimensões da ação coletiva, mas que são tratados de forma mais restrita na teoria da revitalização sindical. Além disso, não localiza *a priori* os temas de investigação em uma ou outra dimensão, mas permite identificar a manifestação das mesmas ao longo dos movimentos de disputa e da análise das manifestações, lutas e repertórios utilizados para a veiculação nacional das reivindicações.

Considerações Finais

O campo de investigação em relações industriais demonstra que os sindicatos, como representantes dos trabalhadores, atuam para melhorar as condições de venda da força de trabalho, mas também para tensionar o poder do empregador em determinar as relações de trabalho. Essas funções do ator sindical aparecem visivelmente nas dimensões da ação coletiva presentes na teoria da revitalização sindical, sendo respectivamente entendidas como as esferas econômica e política da atuação deste ator.

As trajetórias históricas singulares e as estruturas de oportunidades políticas presentes nos diferentes sistemas nacionais de relações laborais alteram, entretanto, a definição e a interação entre as dimensões da ação coletiva. No caso brasileiro, a ação sindical raramente deteve-se ao campo das relações de trabalho. Além disso, o entrelaçamento das dimensões política e econômica da ação sindical remete a um processo tardio de industrialização que não logrou construir a condições de



cidadania presentes nos países centrais – justamente aqueles sobre os quais se assenta a teoria da revitalização sindical. Em um país em que a desigualdade social e a luta pela democracia são elementos constitutivos da nação, entender o político tão somente enquanto a luta pela regulamentação das relações de trabalho é subtrair a complexidade da trajetória da formação das identidades do movimento sindical brasileiro.

O esforço na construção de perspectiva de análise baseada na teoria da revitalização sindical é, portanto, perceber todos os aspectos da ação coletiva em que os elementos econômico e político de sua atuação podem se manifestar. O fazendo, mais relevante do que responder se há um processo de revitalização em curso ou não, ou mesmo pré-definir quais repertórios de ação se enquadrariam – à priori – em uma ou outra dimensão, é utilizar o arcabouço teórico metodológico desta teoria para refletir acerca das transformações na definição do que vem sendo atribuído a cada uma das dimensões da ação coletiva ao longo da trajetória sindical.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. H. T. de. **Crise econômica e interesses organizados**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

ARAÚJO, A. M. C.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O sindicalismo na era lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; FERRAZ, M.; BRIDI, M. A. (Ed.). **O Sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 29–60.

BALTAR, P. E. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Ed.). **Trabalho, mercado e sociedade: Brasil nos anos 90**. São Paulo: Unesp, 2003.

BEHRENS, M.; HAMANN, K.; HURD, R. Conceptualizing labour union revitalization. In: FREGE, C. M.; KELLY, J. E. (Ed.). **Varieties of Unionism – strategies for union revitalization in a globalizing economy**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 11–24.

BÉROUD, S. Contribuições e limites do conceito de campo sindical: uma reflexão a partir do caso francês. **Crítica Marxista**, n. 38, p. 89–101, 2014.

BOITO JR, A.; MARCELINO, P. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **CADERNO CRH**, v. 23, n. 59, p. 323–338, 2010.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

CARDOSO, A. Para onde foram os sindicatos? In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, Aguas de



Lindóia. **Anais...** Aguas de Lindóia: 2013.

CARDOSO, A. M. **Work in brazil: essays in historical and economic sociology**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DIAS, H.; KREIN, J. D. Sindicalismo Brasileiro na encruzilhada? Fortalecimento da ação corporativa vs protagonismo social e político. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: 2015.

DRUCK, G. Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. **DEBATES**, n. 19, p. 329–340, 2006.

FLANDERS, A. **Management and unions**. London: Faber and Faber, 1970.

FREGE, C. M. The History of Industrial Relations as a Field of Study. In: BLYTON, P.; BACON, N.; FIORITO, J.; HEERY, E. (Ed.). **The SAGE Handbook of Industrial Relations**. [s.l.] Sage, 2008.

FREGE, C. M.; KELLY, J. E. **Varieties of unionism: strategies for union revitalization in a globalizing economy**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

GALVÃO, A. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. **Revista Outubro**, n. 14, 2006.

GALVÃO, A. O movimento sindical no governo Lula entre a divisão e a unidade. In: VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo, Cidade do México. **Anais...** Cidade do México: 2010.

GALVÃO, A. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. **Crítica Marxista**, v. 38, 2014.

GALVÃO, A. Political action of the Brazilian labour movement: issues and contradictions facing PT governments. **Studies in Political Economy A Socialist Review**, n. 96, 2016.

GUMBRELL-MCCORMICK, R.; HYMAN, R. **Trade unions in western europe: hard times, hard choices**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

HUMPHREY, J. **Fazendo o milagre: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes e CEBRAP, 1982.

HYMAN, R. **Marxism and the sociology of trade unions**. London: Pluto, 1971.

HYMAN, R. **Industrial relations. a marxist introduction**. London.: Macmillan, 1975.

HYMAN, R. **Understanding european trade unionism – between market, class and society**. London: Sage, 2001.



KREIN, J. D. **As relações de trabalho na era do neoliberalismo no brasil.** Campinas: Editora LTr, 2013.

MOISÉS, J. Á. **Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RODRIGUES, I. J. **Sindicalismo e política: a trajetória da cut (1983 a 1993).** 2 edição ed. São Paulo: LTr, 2011.

RODRIGUES, L. M. **Conflito industrial e sindicalismo no brasil.** São Paulo: Difel, 1966.

SEIDMAN, G. **Manufacturing militance: workers' movements in brazil and south africa, 1970 - 1985.** London: University of California Press, Ltd., 1994.

SILVA, J. P. Inequality in contemporary Brazilian debate. Between citizenship and recognition. **Civitas**, v. 15, n. 4, p. 703–722, 2015.

TRÓPIA, P. V. **Força sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. **Sindicalismo e democracia no brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão.** São Paulo: Annablume Editora, 2011.

Sindicatos e Fundos de Pensão no Governo Lula

Mateus Ubirajara Silva Santana – IE, Unicamp

mateus.santana89@gmail.com

Paulo Sérgio Fracalanza – IE, Unicamp

fracalan@gmail.com

Lício da Costa Raimundo – Facamp

liciocr@gmail.com

Introdução

O presente artigo tem como principal objetivo analisar a relação entre sindicatos e fundos de pensão no Brasil, sobretudo durante o governo Lula (2003-2010), buscando identificar os discursos e práticas da instituição sindical e de seus membros em torno da poupança previdenciária dos trabalhadores.

Opondo-se, no plano discursivo, ao modelo norte-americano de fundos de pensão, nos quais a participação sindical possui um grau mínimo de influência sobre suas decisões de investimento, no Brasil as organizações sindicais e o PT defendiam a ampliação da atuação dos sindicatos na gestão dos fundos a partir da mobilização de argumentos legitimadores. A justificativa central repousava na ideia de que enquanto representantes da classe trabalhadora, os gestores de origem sindical poderiam redirecionar os investimentos dos fundos a atividades produtivas, capazes de gerar crescimento econômico e emprego privilegiando assim os interesses dos trabalhadores.

Diversos estudiosos, porém, criticam os resultados da gestão sindical nos fundos de pensão, afirmando que esse processo deu origem a uma elite sindical gestora de fundos de pensão, que tende a ter uma representação cada vez mais distante dos interesses dos

trabalhadores, sinalizando para uma profissionalização das entidades e maior estreitamento com as práticas financeiras e rentistas.

Portanto, nos limites deste artigo, propõe-se, num primeiro, momento revelar os contornos mais gerais do movimento de financeirização e da atuação dos fundos de pensão nos países desenvolvidos. Em seguida, busca-se investigar os discursos, as crenças e práticas dos sindicatos no Brasil, sobretudo na administração Lula, que justificam sua imersão nos fundos de pensão, com vistas a explorar as contradições que envolvem a prática do sindicalismo brasileiro dos anos 2000 e o discurso legitimador de suas escolhas políticas.

Fundos de pensão no cenário internacional

No plano internacional, sobretudo nos países onde os mercados financeiros encontram-se altamente desenvolvidos, como Estados Unidos e Inglaterra, os fundos de pensão têm se mostrado, desde a década de 1980, uma força social determinante na moldagem da forma de organização e gestão da corporação capitalista, provocando assim profundos impactos nas relações de trabalho e na própria forma de atuação e organização sindical. Por concentrarem um grande volume de recursos, originário da poupança de trabalhadores, esses grandes fundos de pensão, juntamente com outros investidores institucionais¹, tornaram-se acionistas de diversos grupos econômicos em todo mundo, chegando a participar ativamente em seus Conselhos Administrativo e Fiscal e fazendo valer, dessa forma, seus interesses enquanto proprietários da riqueza mobiliária.

Além de acionistas, os fundos de pensão tornaram-se relevantes também por seus maciços investimentos de portfólio, em grande parte voltados a aplicações em ativos financeiros do mundo inteiro. Seus investimentos possuem destinos diversos, abarcando desde ativos de maior liquidez e segurança (como os títulos públicos de países centrais), até ativos de rentabilidade mais volátil, como os títulos privados (*bonds* corporativos, cotas de fundos de investimento, cotas de ativos securitizados e participações em mercados de derivativos).

¹ Investidores institucionais incluem bancos, companhias de seguro, fundos de pensão, fundos mútuos e fundos soberanos, que, devido à grande soma de recursos acumulados, passaram a atuar nos mercados financeiros globais, tornando-se importantes e poderosos atores no cenário econômico internacional.

Segundo Sauviat (2005), entre os investidores institucionais, os fundos de pensão e os fundos mútuos merecem destaque por representarem os atores mais importantes e dinâmicos do mercado financeiro mundial. Sua importância se justifica, em primeiro lugar, pelo tamanho e força que adquiriram ao centralizar a poupança coletiva dos trabalhadores e pelas suas atuações como vetores transformadores da relação capital-trabalho.

Em países anglo-saxões, os ativos dos fundos de pensão chegam a patamares correspondentes a 70% do PIB, revelando a nítida centralidade que esses agentes alcançaram no cenário internacional dominado pelas finanças. Enquanto acionistas de grandes corporações, os fundos de pensão dos países centrais revelam-se capazes de influenciar diretamente as decisões de gestão da empresa, como, por exemplo, a forma e o grau de endividamento, a política de investimento, as deslocalizações de plantas produtivas, as estratégias de externalização de atividades produtivas, as técnicas de reestruturação e as práticas em geral que orientam a gestão corporativa, com vistas à maior eficiência na alocação de seus recursos. Frequentemente, essas práticas implicam prejuízos aos trabalhadores, já que se traduzem em corte de custos com pessoal, achatamento de salários, demissões, utilização de mão de obra terceirizada e precarização das condições de trabalho em geral.

Assim, os fundos de pensão, ao lado dos demais investidores institucionais, se apresentam como importantes artífices das transformações nas formas da governança corporativa, sobretudo nos Estados Unidos. Assiste-se em todo o mundo, mas principalmente neste país, a substituição da lógica de *reter e investir* – característica do modelo fordista e do modelo da firma gerencial, em que os lucros retidos pela corporação eram reinvestidos para seu crescimento – pela estratégia de *diminuir e distribuir*, sob a égide do que se convencionou denominar de *maximizing shareholder value*, quando passa a prevalecer a lógica de valorização de curto prazo dos ativos financeiros². Tal transformação está intimamente associada à distribuição dos lucros gerados, quer sob a forma de dividendos e recompras de ações aos acionistas, quer na ampliação das políticas de salários diretos e bonificações aos executivos corporativos.

² Lazonik e O'Sullivan (2000).

O fato desses fundos serem formados pela poupança previdenciária de trabalhadores e se consubstanciarem em grandes investidores institucionais que buscam valorizar seus ativos nos mercados financeiros globais representa por si só uma contradição, uma vez que, reunindo recursos dos trabalhadores, eles se configuram em atores financeiros, com capacidade de influir diretamente nos fluxos de capitais mundiais. Essa contradição é levada ao paroxismo na medida em que, na posição de acionistas de grandes corporações e estando presentes em seus Conselhos Administrativo e Fiscal, esses fundos impõem a lógica da financeirização e práticas relacionadas às práticas de reestruturação produtiva, que levam à precarização do próprio trabalho.

Desde a década de 1980, os sindicatos americanos despertaram interesse para a poupança acumulada dos trabalhadores, reivindicando sua gestão a partir da justificativa de representação dos participantes e de atuarem como agentes de governança corporativa. No entanto, Sauviat (2005) e Lordon (2000) compartilham da visão de que as organizações sindicais americanas estão mais sintonizadas com a prática ortodoxa e rentista dos investimentos e subordinados à lógica financeira de valorização do capital do que com uma gestão responsável, voltada aos interesses e à segurança dos trabalhadores.

Fundos de pensão e sindicatos no governo Lula

Segundo Raimundo (2002: 146-147), a introdução das leis complementares 108 e 109 de 2001³, ao substituírem a lei 6.435 de 1977 como organizadora do sistema de previdência complementar, abriram um espaço inédito aos seus participantes na medida em que determinaram que os Conselhos Fiscal e Deliberativo dos fundos de pensão incorporassem maior representação da classe trabalhadora. Tratou-se de marco regulatório fundamental que veio a permitir a maior atuação dos sindicatos de trabalhadores na gestão dos fundos, criando maior possibilidade de direcionamento dos investimentos conforme seus interesses.

A reforma previdenciária de 2003, implementada no governo Lula, com apoio de centrais e organizações sindicais, também representou um importante marco na legislação

³ A lei 108/2001, permitiu a maior “democratização” da participação dos trabalhadores nos fundos ao assegurar que seus representantes ocupassem, pelo menos, 1/3 das vagas nos seus Conselhos Deliberativos e Fiscais, no caso de fundos de pensão patrocinados por empresas privadas ou instituídas por sindicatos e órgãos representativos de classe. Por sua vez, a lei complementar 109/2001 passou autorizar a criação dos fundos de pensão por intermédio do *instituidor* profissional, classista ou setorial.

acerca dos fundos de pensão. Isso porque, entre suas medidas encontrava-se a imposição de um teto de benefícios previdenciários aos servidores públicos e, simultaneamente, a criação de um sistema de previdência complementar (privado), de caráter voluntário, que fornecesse planos de Contribuição Definida aos seus participantes.

A presença de membros ligados a sindicatos na gestão dos grandes fundos de pensão brasileiros, cujos principais patrocinadores são empresas públicas, como Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa Econômica Federal), revelou-se bastante expressiva durante o governo Lula. O estudo de Maria Celina d'Araújo (2009) aponta que, enquanto no governo FHC (1999-2002: 76), a porcentagem de gestores ligados a sindicatos era de 41% nesses três principais fundos, no primeiro governo Lula (2003-2006), essa participação aumentou para 51%, até alcançar o patamar de 66% no segundo mandato de Lula (2007-2010)⁴.

Desde a década de 1990, os fundos de pensão estavam na agenda dos sindicatos e do próprio PT. Embora, em um primeiro momento, os membros sindicais estivessem mais arredios em participar de uma atividade tida como “engrenagem do capitalismo financeiro global”, eles começaram a mudar de ideia e a defender a ampliação dos fundos via ampliação da previdência complementar e maior participação sindical em sua gestão.

Em 2011, Lula já enfatizava a importância estratégica dos fundos na economia brasileira, afirmando que “se não aumentarmos a poupança, não haverá recursos para investimentos; se não houver investimentos, não haverá crescimento econômico; se não houver crescimento, não haverá criação de emprego” (ZIBECHI, 2011: 76). Os fundos de pensão, assim, passavam a ser vistos como um instrumento de *funding*, com capacidade de financiar o crescimento e o desenvolvimento econômico do país.

Até o governo Lula, os fundos de pensão eram associados à ideia de corrupção e ilegitimidade em função das grandes somas que acumulavam e da ausência de mecanismos de fiscalização e transparência, além da permanente preocupação com sua possível insolvência ou falência, em um contexto marcado pela instabilidade econômica, característico dos anos 1980 e 1990. Contudo, como mostra Jardim (2009), a partir de um

⁴ Alguns nomes importantes podem ser destacados, como: Wagner Pinheiros, que, após ser dirigente de sindicatos bancários, dirigiu a Petros e a Postalis; Guilherme Lacerda, que participou da fundação da CUT e presidiu a Funcef; Sérgio Rosa, que ocupou a presidência da Confederação Nacional dos Bancários e da Previ; José Sasserone que foi dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Diretor de Seguridade da Previ e presidente da Anapar.

discurso de inclusão social via fundos de pensão, de desenvolvimento da “cultura previdenciária” e da coletivização dos riscos, o governo Lula iniciou uma campanha que buscou trazer o conceito de solidariedade aos fundos de pensão, até então presentes apenas no modelo previdenciário de repartição e não no de capitalização.

Ainda segundo a autora, a ideia inicial era tornar os fundos de pensão instrumentos de inclusão social, através da crescente participação de representantes dos trabalhadores em sua gestão e da difusão dos princípios de solidariedade e seguridade, partindo da premissa de que é possível moralizar e humanizar o capitalismo, desde que os interesses dos trabalhadores prevaleçam sobre os do capital.

Além disso, acreditava-se que os fundos de pensão poderiam servir como instrumento de luta contra o processo de financeirização da economia. Por mais contraditória que possa parecer essa possibilidade, seus defensores argumentavam que os investimentos deveriam se direcionar a atividades produtivas e “éticas”, contribuindo, dessa forma, para frear as práticas rentistas e especulativas e, ao mesmo tempo, estimular o nível de atividade econômica, gerando emprego e renda, a partir de investimentos em infraestrutura.

As organizações e centrais sindicais conferiram respaldo político a essa estratégia do governo petista por meio de seus discursos e práticas de defesa dos fundos de pensão enquanto alternativa à previdência pública e, ao mesmo tempo, como espaço de atuação sindical, no qual os representantes da classe trabalhadora poderiam influir nas decisões de investimento. Aderindo ao discurso de que essas entidades poderiam ser um instrumento na luta contra o processo de financeirização da economia, o movimento sindical, em sua maior parte, defendeu que a poupança dos trabalhadores deveria ser utilizada em proveito deles, e seus investimentos deveriam ser voltados a atividades produtivas e “éticas”, que garantissem a rentabilidade e a segurança dos aposentados e, ao mesmo tempo, o nível de atividade da economia real.

Fundos de pensão e financeirização da alta burocracia sindical

A imersão de sindicatos no mundo das finanças, particularmente na gestão de fundos de pensão, suscitou um debate importante no meio acadêmico: esse processo não representaria uma transformação radical nas crenças e práticas da instituição sindical? Os sindicalistas não conformariam uma nova elite sindical, distanciando-se assim de sua base

social, a classe trabalhadora? As discussões em torno dessa questão estão associadas, em primeiro lugar, às transformações pelas quais passaram as organizações sindicais ao longo da década de 1990, no contexto da reestruturação produtiva e da acumulação capitalista sob predomínio das finanças e, em um segundo momento, na relação que o sindicalismo estabeleceu com o governo Lula.

Segundo Marco Antonio de Oliveira (2003), a preocupação dos sindicatos se alterou a partir da década 1990: pautas ligadas a questões econômicas e sociais, como aumento salarial e ampliação de direitos trabalhistas – que caracterizavam as lutas do período anterior – perderam cada vez mais espaço para a temática da garantia do emprego e do combate às demissões. Devido à nova realidade do mercado de trabalho, marcada pelo processo de reestruturação, flexibilização e precarização, a agenda sindical foi se alterando, tendendo a se concentrar na defesa do emprego, na participação nos resultados da empresa, na discussão sobre a gestão e organização do trabalho, nos efeitos da flexibilização da jornada de trabalho etc. Em suma, a pauta sindical tendeu a reduzir-se à sobrevivência no emprego e à tentativa de amenizar os efeitos deletérios provocados pelo processo de reestruturação produtiva e precarização das condições de trabalho.

A nova gestão laboral passou a exigir do trabalhador – ou do *colaborador*, como se convencionou denominá-lo no mundo corporativo – maior participação e envolvimento com os projetos da empresa, trazendo elementos que inexistiam na fábrica fordista, como a jornada de trabalho flexível, os deslocamentos, a necessidade de reciclagem contínua do profissional, a discussão em equipe – visando os melhores resultados para a empresa – as metas a serem batidas, a busca pelos prêmios e bônus por competência, o processo de individualização das responsabilidades e o aumento generalizado da concorrência no ambiente de trabalho.

Todos esses novos elementos trouxeram uma profunda mudança na relação capital-trabalho, impondo novos desafios ao sindicalismo, que teve de se adaptar a essa nova realidade. O fato é que se mostrou muito mais difícil aos sindicatos mobilizar a classe trabalhadora e, portanto, manter seu papel tradicional de representante de interesses amplos e de agente de barganha frente ao patronato. É nesse sentido que Oliveira (2003a) aponta para o surgimento de um *novo caráter sindical a partir dos anos 1990*: o sindicalismo de conciliação, que tem de negociar e realizar mais concessões para fazer

valer seus interesses em um ambiente onde seu poder de influência e ação diminuiu drasticamente em decorrência da reestruturação produtiva e da nova gestão laboral.

Nesse cenário desfavorável à ação sindical tradicional, a agenda de participação pelas vias institucionais ganhou força e temas como políticas compensatórias e parcerias passaram a ser mobilizados. É nesse contexto que emerge o discurso que busca legitimar a aproximação dos sindicatos com os fundos de pensão.

Druck (2006) argumenta que ao longo dos anos 1990 teria ocorrido um processo de crescente despolitização dos sindicatos, traduzido em sua incapacidade de levar adiante propostas políticas mais assertivas e de apontar um projeto alternativo ao neoliberalismo. Galvão (2009), por sua vez, argumenta que já no início dos anos 1990, a direção majoritária da CUT sinalizava uma aproximação com o sindicalismo de resultados, assim como ficou associada a Força Sindical, buscando ocupar espaços institucionais e oferecer aos membros dos sindicatos um número crescente de serviços.

Como afirma Ramos (2013), embora esse processo tenha começado em administrações anteriores, durante o governo Lula, a conversão de (ex-) sindicalistas em gestores de fundos de pensão assumiu maior relevância. João Bernardo e Luciano Pereira (2008) buscam explorar as contradições de uma entidade de classe tradicionalmente voltada à representação dos trabalhadores na negociação de compra e venda da força de trabalho e que passa a administrar e investir vultosos recursos. Segundo os autores, na posição de controladores de fundos financeiros, os dirigentes sindicais se aproximariam da figura do investidor capitalista, distanciando da representação dos interesses da classe trabalhadora. Observando o movimento de aproximação e penetração da alta cúpula sindical com os fundos de pensão no caso brasileiro Ruy Braga & Álvaro Bianchi (2011) defendem a ideia de que teria se iniciado, ao longo dos anos 1990, um processo de financeirização da alta burocracia sindical no Brasil, que se consolida no governo Lula, a partir da presença de sindicalistas na gestão e conselhos dos maiores fundos de pensão brasileiros, em um contexto marcado pelo regime global de acumulação financeira. Segundo os autores, o vínculo orgânico “transformista” da alta burocracia sindical com os fundos de pensão pavimenta um caminho sem volta do novo sindicalismo rumo ao regime de acumulação financeira globalizado (BRAGA, 2012: 141).

Antunes (2003) também analisou de forma maneira crítica esse movimento dos sindicatos a partir dos anos 2000, principalmente a convivência da CUT com a reforma

previdenciária de 2003 e sua política de adesão e reivindicação pela gestão dos fundos. Segundo ele, as centrais sindicais no Brasil caminham para um sindicalismo negocial, cujo interesse passa a se centrar na gestão das grandes somas de aposentadoria e nas práticas rentistas em detrimento de um comprometimento com as lutas sociais da classe trabalhadora. No mesmo sentido, Francisco de Oliveira (2003a, 2003b) é também crítico à inserção dos sindicatos no universo dos fundos de pensão. Observando o movimento de desestruturação do trabalho organizado ao longo da década de 1990 e a consequente perda da capacidade do poder político sindical, o autor apontava, no início dos anos 2000, para uma crescente dissociação entre as organizações de representação dos trabalhadores e sua base, afirmando que muitos dos antigos líderes sindicais, sobretudo aqueles ligados ao setor bancário, haviam se convertido em uma nova classe de elite sindical, defensora e/ou gestora de fundos de pensão.

Conclusão

A partir do que foi exposto é possível concluir que a busca dos sindicatos pela gestão dos fundos de pensão se insere no contexto nacional e internacional de reestruturação produtiva e de reorganização do capital produtivo pela lógica financeira. As formas institucionais de organização e representação dos trabalhadores, frente a tais gigantescas transformações históricas, *optaram* por se aproximar do movimento de valorização capitalista e construir um discurso legitimador dessa sua opção. Nesse sentido, a transformação dos sindicatos, sua paulatina aproximação com o mercado financeiro e sua reivindicação pela gestão dos fundos de pensão devem ser entendidas a partir do processo de reorganização e acumulação do capital e da busca por novos espaços de atuação, como aqueles oferecidos pelos fundos de pensão.

No caso específico do Brasil, verificou-se que ao longo do governo Lula diversas lideranças sindicais, sobretudo aquelas ligadas ao setor bancário, passaram a reivindicar a gestão de fundos de pensão sob a justificativa de reorientar os investimentos para atividades produtivas, objetivando representar os interesses dos trabalhadores. Tenha tido ou não aderência à realidade, tal discurso sacramentou uma nova forma de organização do sindicalismo brasileiro, inserindo-o definitivamente nos contornos de um processo de financeirização da alta burocracia sindical e no estreitamento de sua relação com o mercado financeiro.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. A práxis do poder da lógica financista. In: *Jornal da Unicamp*, Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/227pag0607.pdf>. Último acesso em: 29/04/2017.
- BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. *Capitalismo sindical*. São Paulo: Xamã, 2008.
- BRAGA, Ruy; BIANCHI, Álvaro. A financeirização da burocracia sindical no Brasil. In: *Correio da Cidadania*. Maio, 2011. Disponível em: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5816&Itemid=79 Último acesso em: 21/04/2017.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *A elite dirigente do governo Lula*. Lameirão. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/D-Araujo-e-Lameirao-A-elite-dirigente-do-governo-Lula.pdf>> Último acesso em: 21/04/2017.
- DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais no governo Lula: cooptação e resistência. *Revista OSAL*, ano VII, n. 19. Buenos Ayres, Argentina, 2006.
- GALVÃO, Andreia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. *Outubro Revista*, n. 18, 2009. Disponível: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-18-Artigo-07.pdf>> Último acesso em: 21/04/2017.
- JARDIM, Maria A. Chaves. *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. São Paulo: Annablume editora, 2009.
- LAZONICK, William & O'SULLIVAN, Mary. Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance. *Economy and Society Review*. vol. 29, n.1, February, 2000.
- LORDON, Frédéric. *Fonds de pension, piège à cons ? Mirage de la démocratie actionnariale*. Paris: Raison d'agir, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003a.
- OLIVEIRA, Francisco. Um dos fundadores do PT, o sociólogo critica os rumos do início do governo Lula e, pessimista, explica seu ensaio em que adota o ornitorrinco como metáfora do Brasil. In: *Programa de entrevistas Roda Viva*, Rede Cultura. São Paulo, 2003b. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/697/entrevistados/francisco_de_oliveira_2003.htm> Último acesso em: 21/04/2017.
- OLIVEIRA, Marco Antonio de. Tendências recentes das negociações coletivas no Brasil. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- RAMOS, Iuri. Do trabalho ao capital: Sindicalismo e Fundos de Pensão sob a égide da finança mundializada. In: *XXIX Congreso Latinoamericano de Sociología - ALAS Chile*, Santiago, Chile, 2013.
- RAIMUNDO, Lício Costa. O papel dos fundos de pensão na reconstrução industrial e da infraestrutura urbana brasileira no século XXI. *Tese Doutorado em Ciências Econômicas*. Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2002.



- SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ZIBECHI, Raúl. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE JOINVILLE EM DISPUTA DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO DILMA ROUSSEFF¹

Ana Paula Nascimento

Instituto de Ciências Sociais – Universidade Federal de Uberlândia

ana.pn@live.com

Introdução

No final dos anos de 1970, o Brasil era sacudido pela maior onda grevista de sua história. No topo desta onda, liderando as greves, dando o tom das reivindicações, rompendo o silêncio e o isolamento do movimento sindical, encontram-se os metalúrgicos do ABC Paulista, região que, desde 1950, havia se tornado polo da moderna indústria automobilística, onde se situavam as principais montadoras e indústrias de autopeças. Foi o protagonismo dos metalúrgicos no chamado “novo sindicalismo”, ao criticar a estrutura sindical oficial, realizar greves de massa e enfrentar a intervenção dos governos militares, que levou à construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), à formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e à campanha histórica das Diretas Já, no final do período de ditadura civil-militar no Brasil. A força do sindicalismo metalúrgico também pode ser medida pela emergência da principal liderança popular no período recente, Luiz Inácio Lula da Silva, que seria eleito presidente da República em 2002.

As lideranças atuantes no “novo sindicalismo” buscavam articular os movimentos sociais e populares e defendiam a democratização nos locais de trabalho e

¹ Este trabalho é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica que conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, e com a orientação da Profª Patrícia Vieira Trópia, a quem a autora agradece pelos comentários neste texto.

do próprio sindicalismo. As experiências iniciadas no ABC Paulista provocam uma espécie de efeito dominó. Diretorias de entidades pelegas são rechaçadas e o movimento das oposições sindicais passa a organizar os trabalhadores nas fábricas e a disputar as eleições. No início da década de 1980, o movimento sindical no sul do Brasil se articulava ao novo sindicalismo. Lideranças transitam de um estado ao outro, levando e trazendo experiências. Segundo Gastão Cassel, o movimento sindical se fortaleceu muito através do trabalho junto às oposições: “o pessoal ia organizar aqui, **nos metalúrgicos de Joinville**, ia disputar Sindicato, vinha o pessoal dos metalúrgicos do ABC trazer sua experiência de oposição... e junto com isso vinha toda a discussão política de forma de organização” (VOZES DA DEMOCRACIA, 2006, grifos nossos).

A CUT buscava organizar e apoiar as oposições sindicais visando conquistar a direção dos sindicatos e implementar um modelo de sindicalismo de contestação e confronto.

Embora a atuação da CUT em Joinville remonte ao início da década de 1980, apenas em 1994 uma chapa de oposição cutista vence as eleições sindicais no Sindicato dos Metalúrgicos, precedidos pelo Sindicato dos Mecânicos e pelo Sindicato dos Plásticos, em 1989.

A despeito de o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville (SMJ) ter se filiado à CUT com a vitória de 1994, a partir de 1982 iniciou-se um processo de contínua mudança: o velho peleguismo foi somado as transformações que estavam ocorrendo na década. A principal figura para o início do processo de mudança do SMJ, foi Luis Carvalho, eleito em 1982 vice-presidente, ao romper com a tradição da cidade “não grevista” com a histórica greve de 1985 na Fundação Tupy S.A., ocasião em que participaram 7.200 metalúrgicos, de um total de 9 mil funcionários da empresa (SAG/DIEESE, s/d).

O processo de mudança em curso nos anos 1980 foi decisivo para a entrada das ideias do novo sindicalismo em Joinville. Proclamadores da mudança, ativistas da Igreja Católica, ligados a Teologia da Libertação, que no início da década organizaram o Partido dos Trabalhadores da cidade, articulados em oposições sindicais, tinham no SMJ a maior número de trabalhadores.

Desde 1994, a chapa da situação se mantém a frente do SMJ, mas em 2012 ocorreu a primeira disputa pela entidade sindical desde a filiação à CUT. Esta disputa ocorreu entre duas chapas cutistas, cada qual partidária, ainda que não explicitamente durante as campanhas, de uma corrente do PT.

O objetivo deste artigo é analisar a disputa ocorrida em 2012 pela diretoria do SMJ, suas motivações e natureza. Para tanto, o texto será dividido em duas partes. Na primeira, apresentaremos a trajetória histórica do SMJ e em seguida, analisaremos a disputa ocorrida em 2012.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville

O Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville representa os trabalhadores da indústria metalúrgica², de fundição, da siderurgia e da indústria de material elétrico. Somados estes ramos encontramos cerca de 600 estabelecimentos e aproximadamente 18 mil trabalhadores, em 2015. O número de filiados ao Sindicato era, em 2012, de 4.926 metalúrgicos. Já em 2016, 6.091³ trabalhadores são sindicalizados do total de 18.500 trabalhadores.

Tabela 1. Número de trabalhadores de categorias representadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, no período 2006-2015

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Indústria Metalúrgica	15.928	16.710	17.920	16.735	18.817	20.099	16.762	17.774	17.138	15.947
Elétrico e Comunicação	688	901	962	1.123	1.505	2.291	2.708	3.044	2.925	2.101
Total	16.616	17.611	18.882	17.858	20.322	22.390	19.470	20.818	20.063	18.048

Fonte: RAIS/MTE. DardoWeb. Elaboração própria.

² O Sindicato representa trabalhadores, entre outras, das seguintes empresas: Wetzel S.A – unidade Ferro –, Fundição Tupy S.A, Schulz S.A, Docol Metais Sanitários, Ciser Parafusos e Porcas, Franke Sistemas de Cozinhas, Nova Motores, Grupo Prysmian, PPE Fios Esmaltados S.A, General Motors (GM), e Ibrame Indústria Brasileira de Metais. A indústria metalúrgica em Joinville é responsável pela produção de aparelhos de ar condicionado, motores para embarcações, bombas centrífugas, chapas de aço, motores e moto bombas, ferro e aço, torneiras de cobre, metais sanitários, moto compressores, motores para o setor automobilístico.

³ Sócios ativos 5.055 e 1.036 sócios aposentados, segundo dados da própria entidade.

A entidade foi fundada em 17 de novembro de 1931 e reconhecida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 12 de fevereiro de 1942, por meio da Carta Sindical emitida pelo órgão federal. Expressão do modelo de Sindicalismo de Estado implementando durante o governo Vargas, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville “[...] nasceu [...] para a manutenção e o disciplinamento do trabalhador ao Estado, ao capital, ao interesse condicional e irrestrito da indústria” (SOUZA, 2008, p.80).

O SMJ é um dos mais antigos da cidade e originalmente representava também os trabalhadores dos setores mecânico e térmico. Porém na década de 1950, a entidade foi dividida em três novos sindicatos, resultando um sindicato para a categoria dos mecânicos, outro sindicato para o setor térmico e outro sindicato para os trabalhadores metalúrgicos.

Sobre a atuação dos dirigentes antes da década de 1980, Aires Zacarias (SINDICALISMO, 1980, s/p) denuncia o peleguismo dos sindicatos joinvilenses, “O sindicalismo joinvilense até muito à quem (sic) da realidade brasileira limitando-se a conceder assistência médica-odontológica, se constituindo mais como um mini-posto do INAMPS, do que efetivamente um órgão de assistência sindical.”. Diz ainda que o Sindicato dos Metalúrgicos à época comandado “[...] por um pelego de nome Orlando Silva, [ele] não admite concorrência que o ameace a sua tranquilidade neste empreendimento.”.

Em 1977, quase toda a chapa oposicionista foi sumariamente demitida. Segundo Zacarias,

[...] empregados que tiveram a ousadia de formar oposição estão sendo demitidos covardemente, com o apoio de pelegos cretinos, que utilizam-se de cargos para pisotear seus companheiros de trabalho, vilipendiando-os [...] aceitando as imposições patronais covardemente, recebendo altas somas em dinheiro para aceitarem aprovação de acordos coletivos de trabalho espúrios, indignos. (SINDICALISMO, 1980, s/p).⁴

A partir de 1985 inicia-se um processo de mudança política no movimento sindical em Joinville, sob influência da CUT, que conquista em 1989 a direção do

⁴ SINDICALISMO. **Hora H.** Joinville, s/p, 14 fev. 1980.

Sindicato dos Mecânicos. Neste mesmo ano o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Material Plástico de Joinville, também, elege uma chapa cutista para a direção da entidade.

Este clima, segundo nossa hipótese, terá repercussão entre os metalúrgicos de tal forma que a partir de 1985 ocorrem as primeiras greves desta categoria na cidade. Mais precisamente, neste ano, os metalúrgicos deflagraram uma greve, na Fundação Tupy S.A., com a participação de 7.200 trabalhadores, de um total de 9 mil (SAG/DIEESE, s/d).

Esta greve ocorreu quando o sindicato procurou a gerência da Fundação Tupy S.A. para negociar um aumento salarial (fora do período da data-base) levando em conta a inflação do período. Na reunião de negociação, para além da diretoria do sindicato, compareceram duzentos trabalhadores que, por difundirem a ideologia de parceria, acreditavam que a gerência concederia um aumento salarial. Entretanto quando a gerência se negou a negociar, diante do grande número de trabalhadores no recinto, o sindicato deflagrou a primeira greve da categoria. O processo de negociação se desenrolou com interferência do Tribunal Regional do Trabalho e, segundo dados do Dieese, os metalúrgicos retornaram ao trabalho mediante acordo com a empresa.

Em 1989, ocorrem, ainda segundo o Dieese, quatro greves de metalúrgicos no período da data-base. Em abril de 1990, os metalúrgicos deflagraram uma greve na empresa MARTRIC e, em junho, realizaram a primeira greve de categoria, envolvendo 8.000 trabalhadores de várias empresas e unificada com os trabalhadores filiados ao Sindicato dos Mecânicos (CUT).

O processo de mudança política no movimento sindical joinvilense resulta, também, da ação política do PT na cidade. A vitória de uma chapa cutista, em 1989, no Sindicato dos Mecânicos retrata a ligação do PT com as disputas por diretorias de entidades sindicais.

A esmagadora votação (55%) na chapa apoiada pelo PT no Sindicato dos Mecânicos foi confirmadora [do aumento de inserção e trabalho do PT na cidade], Luis Álvaro de Freitas (filiado ao PFL), que está no cargo [de presidente dos mecânicos] e concorreu à reeleição pela chapa 1, sentiu que a chapa apoiada pela CUT iria vencer a eleição. 'Se este pessoal do PT fizer um bom trabalho, vai acabar pegando os

outros Sindicatos. Caso contrário, eles não vão conseguir conquistar mais nenhum Sindicato’, afirmou.⁵

A experiência acumulada ao longo das greves, a atuação conjunta com os mecânicos e a crescente influência da CUT e do PT na cidade permitiram o movimento de ruptura dos metalúrgicos com o velho sindicalismo e o surgimento, em 1994, de uma chapa cutista, de oposição.

O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Joinville filiou-se à CUT em 1994, após disputada eleição em que venceria a chapa 2, de oposição, tornando-se presidente o trabalhador Adolfo Constâncio, da fábrica Ciser. O processo eleitoral teve apoio de lideranças da própria CUT e do PT do estado de São Paulo, da cidade Curitiba (PR) e da capital catarinense.

Nos dezoito anos seguintes ocorrem eleições regulares para a diretoria, a cada quatro anos, com chapa única cutista. No ano de 2008, a eleição para diretoria ocorreu no mês de setembro e a chapa 1, única concorrente, denominada “Unidade na luta, a nossa força é a nossa união”, liderada pelo então presidente, Genivaldo Marcos Ferreira, foi reconduzida. Houve uma renovação de 45% da diretoria, totalizando dez novos diretores à frente do Sindicato. Mas durante o mandato a diretoria “rachou”, um grupo de diretores se afastou e se tornou oposição⁶.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville em disputa

Nas eleições seguintes, em 2012, ocorreu uma nova disputa pela diretoria da entidade. Duas chapas da CUT concorreram à direção do Sindicato, sendo a Chapa 1 da situação, composta por membros da direção, e a chapa 2, intitulada “Resistência Metalúrgica”, composta por membros dissidentes da gestão 2008, bem como por antigos diretores que haviam participado do Sindicato nos anos 1990, entre eles Adolfo

⁵ MECÂNICOS elegem petista. **Diário Catarinense**. Joinville, p. 13. 28 jan. 1989.

⁶ Segundo nos foi relatado pelo presidente do sindicato, Sebastião de Souza Alves, em entrevista, a cisão ocorreu após parte da diretoria solicitar que a ajuda de custo oferecida a três membros da diretoria fosse ampliada para vinte e quatro membros da diretoria de base.

Constâncio⁷, e por trabalhadores afastados e aposentados de três grandes empresas da cidade: Fundação Tupy S.A., Shultz S.A e Wetzel⁸. Ademais, tiveram o apoio do Sindicato dos Servidores Públicos de Joinville, do Sindicato dos Mecânicos de Joinville, principalmente da figura de Adilson Mariano, aliado destes sindicatos e vereador pelo Partido dos Trabalhadores a época.

O resultado desta eleição foi a vitória da chapa 1, presidida por Sebastião de Souza Alves. Dos 4.926 eleitores aptos a votar, 3.533 comparecem, sendo 2.486 (71,7%) dos votos para a chapa 1 e 982 (28,3%) dos votos para a chapa 2, 27 votos brancos e 38 votos nulos⁹.

Longe de representar uma disputa entre lideranças, as eleições de 2012 expressam conflitos de ordem política entre correntes internas da CUT do PT. Conflitos estes que diziam respeito sobre o posicionamento do partido em relação ao governo Dilma Rousseff e no âmbito local, o prefeito Carlito Merss.

Em 2009, pela primeira vez foi eleito um prefeito pelo Partido dos Trabalhadores em Joinville, Carlito Merss, filiado à corrente “Construindo um Novo Brasil” (CNB). Tal corrente é oposicionista a chamada “Esquerda Marxista”, cujos membros eram a época participantes do Sindicados dos Servidores Públicos Municipais e do Sindicato dos Mecânicos, ambos filiados à CUT.

A relação histórica entre sindicatos e o PT apareceu, em Joinville, durante o mandato de Merss, quando divergências político-partidárias se configuraram como uma reverberação, para o plano sindical, daquelas já existentes entre correntes do PT na cidade. A cisão ocorrida dentro da diretoria do SMJ representa esta reverberação.

⁷ Ver: www.sinsej.org.br/2012/08/sinsej-e-chapa-2-juntos-um-ganho-para-a-luta-sindical/

⁸ A crítica que a chapa 2 fazia à atual gestão dizia respeito ao afastamento da gestão sindical do cotidiano do trabalhador operário. Tal chapa se intitulava como “verdadeiramente cutista” e tinha como objetivo a unificação dos trabalhadores na cidade como um todo buscando negociações para toda a categoria, também um Sindicato independente e autônomo em relação às empresas e uma data-base igual para todos os metalúrgicos da cidade de Joinville.

⁹ Entretanto, ao se analisar os votos em zonas de votação, na empresa de maior número de filiados ao Sindicato (metade dos filiados) a votação da chapa 2 chegou a 45% dos votos.

Em entrevista, Adolfo Constâncio afirmou que as divergências estavam ligadas a esfera político partidária e que a chapa de situação apoiava a gestão do prefeito Carlito Merss:

As diferenças eram políticas. A ala [corrente] do Adilson Mariano [...] é da extrema radical [Esquerda Marxista]. E os caras da outra chapa eram do PT, do Carlito [Merss], era a ala mais sossegada [Construindo um Novo Brasil]. Era esse pessoal, eles eram de alas diferentes, eles tinham diferenças políticas.

Teve [apoio ao prefeito Carlito Merss], tanto teve que eles colocavam apoio ao prefeito Carlito, porque estava no auge. [...] A questão da disputa [entre chapas, de 2012], era mais questão política, não era interesse da categoria não, não foi pensando na categoria não, foi pensando no partido político, e na relação deles com o partido.¹⁰

Em 2011, o Sindicato dos Servidores Públicos de Joinville realizou uma greve, durante 40 dias. Tal greve, por ser liderada pelo sindicato cujas lideranças eram filiadas ao PT, repercutiu dentro do partido, ocasião que a corrente “Construindo um Novo Brasil” passou a solicitar a expulsão dos membros da corrente “Esquerda Marxista” do partido. Em 2015, tal corrente se retirou, migrando para o PSOL.

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, pelo PT, o movimento sindical sofre algumas mudanças. A CUT torna-se força apoio deste governo. A Força Sindical se aproxima da CUT nas principais questões econômicas e trabalhistas: reforma da previdência, reforma sindical e reforma trabalhista, e tornam-se força de apoio deste governo (BOITO JR., GALVÃO, MARCELINO, 2009; SOUZA, TRÓPIA, 2016). A pressão que este governo recebeu partiu dos movimentos sociais, que não tiveram suas reivindicações garantidas nas décadas anteriores (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014), e de setores dissidentes que formaram novas centrais sindicais (GALVÃO, MARCELINO, TRÓPIA, 2015).

De acordo com Galvão (2009, p.179), nos governos Lula a aproximação acrítica de parcela do sindicalismo e do governo “[...] ao invés de fortalecer a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores e de seus organismos de representação, tem evidenciado suas debilidades.”. Tais debilidades são o posicionamento de acomodação da CUT, a opção da Força Sindical em não se tornar opositora ao governo, a

¹⁰ Entrevista realizada com Adolfo Constâncio, em Joinville (SC), em abr. 2016.

fragmentação do movimento sindical, a criação de novas centrais sindicais, e, também, a fusão de correntes sindicais por orientação não político-ideológica, mas pragmática.

Quanto à CUT, esta se manteve acrítica aos governos Lula mesmo diante das perdas de direitos dos trabalhadores.

A retomada da discussão acerca da Reforma Trabalhista, que ocorreu no primeiro ano do governo Lula, segundo Araújo e Oliveira (2014, p.10) “[...] situou-se, contraditoriamente, entre os compromissos históricos do seu núcleo petista e sindicalista e os compromissos do programa que construiu com sua base aliada”.

O posicionamento acrítico da CUT em relação aos governos do PT é reflexo de “[...] um processo de conversão ideológica [...]” vivido por ambos, pois “[...]a proximidade entre a central e o partido afastou a CUT de manifestações e críticas ao governo, mesmo quando este ameaça direitos dos trabalhadores.” (GALVÃO, 2009, p.181-182).

Segundo Soares (2013) e Druck (2006), embora o governo Lula tivesse uma base popular, ele combinou medidas assistencialistas, desenvolvimentistas e neoliberais, posto que embora tenha investido no setor produtivo (PAC, aumento de recursos para o BNDES, política de isenção fiscal durante a crise econômica), reduziu os direitos trabalhistas com a reforma da previdência e criou de novas modalidades de contratos precários (Pessoa Jurídica (PJ), menor aprendiz) (SOUZA, TRÓPIA, 2016).

Base de apoio dos governos petistas, a CUT manteve o apoio ao governo Dilma Rousseff em seu primeiro mandato (2011-2014). Segundo Soares (2013, p.560) as centrais sindicais brasileiras se ajustaram e “[...] adaptaram à estrutura sindical e à política transformista, bem como deixaram de lutar por uma organização sindical livre e autônoma dos trabalhadores, política essa que se aprofundou no governo Lula e segue a mesma linha no governo Dilma.”.

Desde a filiação à CUT, os membros das diretorias do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville passam a ter vínculos com o Partido dos Trabalhadores.

O posicionamento acrítico referido acima é visível, também, no posicionamento da diretoria do SMJ em relação aos governos Merss e Dilma Rousseff. Quanto as greves do período, segundo dados do Dieese, o SMJ realizou quatro greves.

No ano de 2011 ocorreu uma greve na empresa Wetzell Metalúrgica que mobilizou 700 trabalhadores durante 40 horas. As reivindicações incluíam melhorias no ambiente de trabalho, nos planos de saúde, nas instalações de vestuário e Participação nos Lucros e Resultados. As reivindicações foram parcialmente atendidas. No ano de 2012, a greve na empresa Tupy S.A. envolveu 4.000 trabalhadores durante 16 horas e o resultado foi um aumento salarial de 8%, abono de R\$ 500,00, extensão da licença maternidade para 180 dias e reajuste no piso da categoria. Duas greves ocorreram em 2013 na Metalúrgica Duque S.A., ambas motivadas por atraso nos salários e descumprimento do pagamento do FGTS.

As greves, ainda que deflagradas em determinadas empresas, resultaram em ganhos para a categoria metalúrgica, pois os acordos firmados entre o SMJ e o Sindicato Laboral, por meio de Convenções Coletivas de Trabalho, foram, exceto em 2011, superiores à inflação (Tabela 2).

Tabela 2. Inflação anual, reajuste salarial e piso dos Metalúrgicos de Joinville

Ano	Inflação anual (IPCA)	Reajuste salarial via Convenção Coletiva de Trabalho	Piso salarial
2011	6,50%	6,00%	R\$ 682,00
2012	5,83%	7,50%	R\$ 750,00
2013	5,91%	8,00%	R\$ 831,00
2014	6,41%	8,25%	R\$ 935,00

Fonte: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Convenções Coletivas de Trabalho do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville. Elaboração própria.

Além disso, no ano de 2012 o tempo de licença maternidade foi ampliado de 120 para 180 dias e instituiu-se o auxílio-creche de R\$ 140,00 por mês e por filho, durante vinte e quatro meses.

Outro acordo firmado nas Convenções Coletivas de Trabalho no período foi a instituição da proteção à gestante durante cinco meses após o parto em 2011 e seis meses a partir de 2012.

A análise das greves e das Convenções Coletivas de Trabalho evidencia que os trabalhadores metalúrgicos de Joinville tiveram, exceto em 2011, ganhos reais de salário, além de conquistas trabalhistas importantes.

Embora os vínculos políticos e ideológicos entre o SMJ, a CUT e o PT mostrem o sindicato como base social de apoio dos governos petistas, os ganhos materiais conquistados com as greves ajudam a entender porque o SMJ teve um posicionamento favorável ao governo Dilma Rousseff.

Considerações finais

A disputa ocorrida no Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, em 2012, pela diretoria expressa a relação existente entre os membros das chapas concorrentes e as correntes dentro do Partido dos Trabalhadores. Relação esta que é histórica e remonta a criação do partido e a articulação de oposições sindicais na cidade.

Em Joinville, o grupo de trabalhadores que se tornou oposição em 2012, ainda que somente durante um pleito, o fez para expressar seu descontentamento com o posicionamento acrítico da entidade sindical para com as ações do Partido dos Trabalhadores em nível nacional, com a presidente Dilma Rousseff e em nível local, com o prefeito Carlito Merss, alegando um distanciamento da base. Evidência disto foi a realização de uma greve capitaneada por um sindicato cutista contra o prefeito do PT.

Referências:

SOUZA, G. M. **A cidade onde se trabalha:** a propagação ideológica do autoritarismo estadonovista em Joinville. 1. ed. Itajaí: Maria do Cais, 2008.

BOITO Jr, A.; GALVÃO, A.; MARCELINO, P. **Brasil:** o movimento sindical e popular na década de 2000. OSAL, Buenos Aires: CLACSO, X, nº 26, 2009.

SOUZA, D. C.; TRÓPIA, P. V. Greves, conjuntura político-econômica e transformações ideológicas no sindicalismo brasileiro recente (1989-2013). In: **III International Conference Strikes and Social Conflicts:** Combined historical approaches to conflict., 2016, Barcelona.

III International Conference Strikes & Social Conflicts - Aproximaciones históricas combinadas a la conflictividad. Barcelona: Proceedings, 2016.

GALVAO, A., MARCELINO, P., TRÓPIA, P. **As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras**, Curitiba, Appris, 2015.

GALVÃO, A.. **A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula**. Outubro (São Paulo), v. 18, p. 175-197, 2009.

ARAÚJO, A. M. C.; OLIVEIRA, R. V. O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. **O sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**, Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p.29-60.

DRUCK, G. Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistencia. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. VI, n. 19, jul 2006, p.329-340.

SOARES, J. L. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.28, n.3, p.541-564. Set/dez 2013.

O sindicalismo na corda bamba: um balanço da ação sindical nos anos PT

José Luiz Soares

PPGSA/UFRJ, bolsista de pós-doutorado pelo CNPq

E-mail: zeluizdos@yahoo.com.br

A apresentação tem como tema a situação do sindicalismo trabalhista no Brasil durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) na esfera federal (2003-2014)¹. Miramos três vieses de análise: 1) a mobilização sindical, com foco nas principais agendas e formas de ação desenvolvidas no período; 2) os resultados gerais das mobilizações coletivas; e 3) as mudanças na estrutura e na organização sindical.

O tema é tratado por meio de um quadro de análise que busca conciliar as relações de força e a gramática moral dos atores sociais. Por um lado, partimos das noções de *repertório* e *performance* (Tilly, 2006 e 2008), de modo a enfatizar o conjunto de formas de ação que os atores sociais lançam mão quando se engajam em situações de confronto. Por outro, seguimos a concepção de que a mobilização é algo que envolve uma “comunidade moral”, isto é, um conjunto de atores sociais que compartilham sentidos de justiça, sentidos, ideias e imagens (Honneth, 2003; Cefaï, 2009).

A pesquisa, ainda em curso, foi realizada a partir da análise de *sites* e jornais de sindicatos, entrevistas com sindicalistas, materiais de campanha, contratos coletivos, documentos da Justiça do Trabalho e do DIEESE e material bibliográfico.

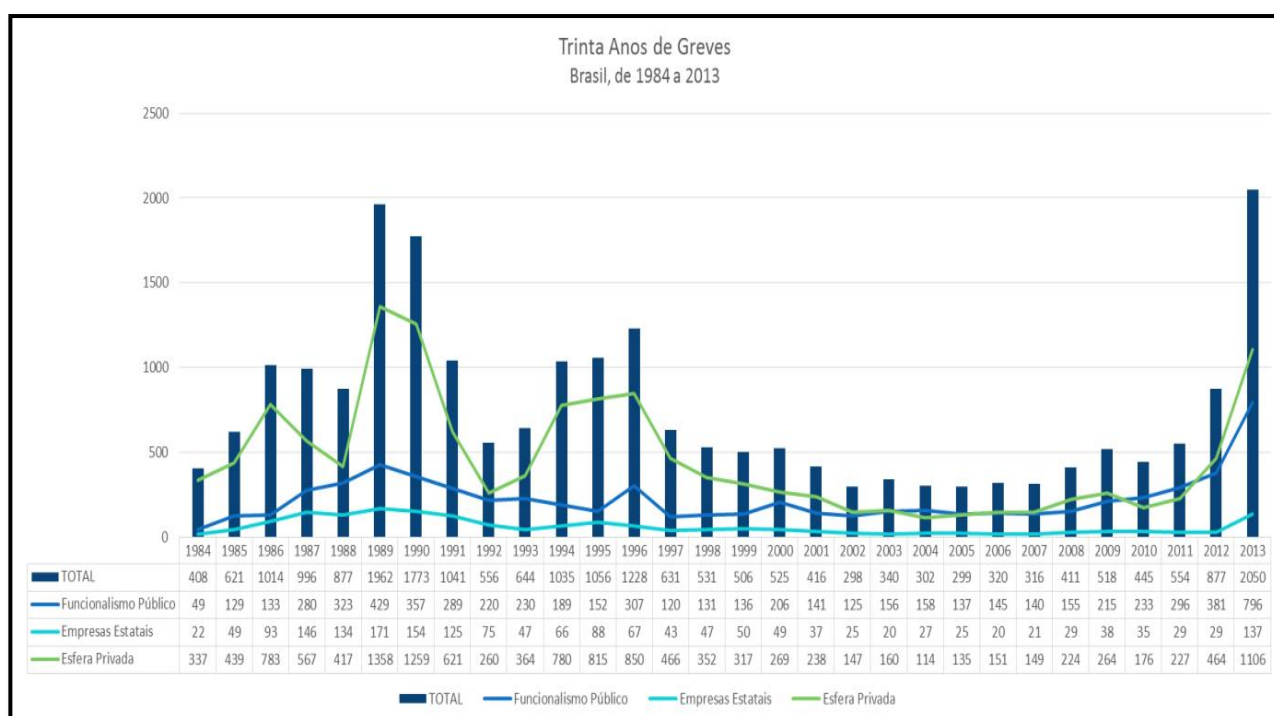
¹ O recorte, deixando de lado o segundo governo Dilma Rousseff, se deve ao fato desse período corresponder a uma conjuntura muito específica, cuja análise merece um trabalho à parte.

1) Mobilização sindical

Alguns trabalhos acadêmicos recentes sugerem, cada qual ao seu modo, que os sindicatos no Brasil foram atores políticos relevantes no período em questão. Eles teriam recuperado parte de sua capacidade de ação, que havia diminuído ao longo da década de 1990, ainda que passando por diversos e graves problemas (Cardoso, 2015; Ladosky *et al*, 2014; Krein & Teixeira, 2014; Boito *et al*, 2009; Soares, 2013; Ramalho & Rodrigues, 2013).

A retomada da capacidade de ação pode ser constatada, por exemplo, pelo aumento do número de greves a partir de 2008 (GRÁFICO 1). Em 2013, o DIEESE (2015) registrou um total de 2.050 greves (o maior número da série histórica) e 111 mil horas paradas (o maior volume desde 1990). Além disso, 80% das greves foram “vitoriosas”, já que tiveram suas reivindicações atendidas no todo ou em parte.

GRÁFICO 1 – Total Anual de Greves (Brasil, 1984-2013)



Fonte: DIEESE.

Mesmo antes de 2008, quando as greves ocorriam em menor número, já se notavam sinais de recuperação da capacidade das atividades grevistas. Lúcio (2008)

chamou a atenção para o fato de que, desde 2003, as greves saíram de um padrão preponderantemente defensivo para outro, preponderantemente propositivo. Boito *et al* (2009) ressaltaram a amplitude das greves e os métodos de luta mais agressivos verificados já entre 2004 e 2007.

Para além das greves, o restante do *repertório* de ação coletiva também denotou a vitalidade do sindicalismo. Os sindicatos lançaram mão de um conjunto de formas de ação que incluiu: ações de protesto; negociação direta com os patrões; procedimentalização do direito via Ministério Público e/ou Justiça do Trabalho; ações em âmbito internacional; participação em conselhos de políticas públicas etc. (Soares, 2013; Pessanha *et al*, 2009; Pereira, 2014; Bridi, 2009; Rombaldi, 2013).

No sindicalismo brasileiro há uma divisão de tarefas entre organizações sindicais de base e de cúpula (em especial as centrais sindicais). Os sindicais de base voltam-se para suas categorias e têm como principais atividades a negociação de contratos coletivos com os patrões. As centrais sindicais não negociam diretamente com os patrões e possuem uma natureza mais política. Elas podem coordenar ou auxiliar as ações dos sindicatos filiados, mas também organizam ações “próprias”, no sentido de promover uma agenda mais ampla, que diz respeito ao conjunto dos trabalhadores: “agenda pelo desenvolvimento”, “agenda pelo trabalho decente”...

Nos sindicatos de base, as diferentes formas de ação que identificamos (negociação direta, greve e ação judicial, por exemplo) não foram excludentes entre si. Ao contrário, se complementaram e se compensaram estrategicamente diante dos desafios da negociação coletiva (Pessanha *et al*, 2014). A primeira alternativa de ação dos trabalhadores em geral foi a busca pela negociação direta. Porém, diante das resistências encontradas nos processos de negociação, lançaram mão de outras *performances*, como a greve, o acionamento do MPT e, em situações limites, depois de esgotadas as tentativas de superar os conflitos por outros meios, ativaram a Justiça do Trabalho. As decisões basearam-se em um conjunto de avaliações compartilhadas a respeito das oportunidades de ação disponíveis, da correlação de forças entre patrões e empregados, da conjuntura política e econômica e da jurisprudência dos juízes do trabalho.

As centrais sindicais, por sua vez, realizaram várias ações conjuntas ao longo dos governos petistas (Ladosky *et al*, 2014), pressionando empregadores e governos. A conjuntura político-econômica – com o arco de alianças reunido nos governos petistas, o crescimento econômico, a criação de empregos etc. – favoreceu esse tipo de atuação conjunta, que não se verificou da mesma forma antes de 2003 e nem após 2014.

No que diz respeito às agendas de reivindicações trabalhistas, o horizonte dos desejos no movimento sindical brasileiro, grosso modo, transitou em torno daquilo a que Cardoso (2010) chamou “utopia do trabalho assalariado regulado”, ou seja, “o sonho de inclusão na dinâmica do capitalismo via o mundo dos direitos do trabalho”, secundando outras utopias (como a socialista).

As agendas de reivindicações também devem ser compreendidas como reações às formas assumidas pelas relações de trabalho em um contexto histórico marcado pela globalização, financeirização da economia, acumulação flexível e crise do neoliberalismo, de um lado, e de um governo capitaneado por um partido dito “dos trabalhadores”, de outro.

Tendo isso posto, cumpre dizer que as reivindicações econômicas (salários diretos e indiretos) foram, como sempre, as mais centrais para os trabalhadores. Nos setores sindicais mais dinâmicos, duas concepções rivalizaram quanto à forma que as lutas por melhor remuneração deveriam assumir. Uns tinham como horizonte a recuperação das perdas salariais ocorridas em governos anteriores aos do PT. Os demais, mais contidos, defendiam como mais realista a busca por “ganhos reais”, isto é, reajustes salariais acima da inflação, ainda que pequenos.

Outros tipos de agendas também receberam atenção significativa: ampliação do emprego, redução da jornada de trabalho, saúde do trabalhador, segurança e meio ambiente do trabalho, assédio moral, metas de produtividade, fim do fator previdenciário etc. (cf. Ladosky *et al*, 2014; Soares, 2013; Medeiros, 2014). Algumas delas voltaram-se especificamente para setores mais frágeis do mercado de trabalho, como as ações em favor da ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas, contra o trabalho escravo ou mesmo as buscas pela valorização da agricultura familiar.

Nesse ínterim, “novas” linguagens de direitos foram evocadas, com termos como “trabalho decente”, assédio moral e “metas abusivas”, dando novas formas jurídico-políticas às lutas contra as más condições de trabalho. Outros temas, ainda que não fossem propriamente novidades, se desenvolveram ou se consolidaram. Foi o caso, por exemplo, da consolidação da agenda de igualdade de oportunidades de gênero (Soares, 2016b); do desenvolvimento das demandas por regulação da terceirização e “desterceirização”/“primarização da força de trabalho” (Dias & Oliveira, 2011); ou ainda, do maior destaque assumido pelas reivindicações relacionados à segurança e ao meio ambiente do trabalho (Soares, 2013; Ramalho *et al*, 2013; Araújo *et al*, 2006).

Outras agendas tiveram perfis mais propriamente políticos, como a defesa da valorização do salário mínimo, a “Agenda pelo Desenvolvimento”, a regulação do sistema financeiro, a reforma política e a reforma agrária (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, 2010; Ladosky *et al*, 2014; Ramalho *et al*, 2013; Ramalho & Rodrigues, 2013; Soares, 2013).

2) Resultados das mobilizações coletivas

Os resultados das mobilizações sindicais no período 2003-2014 foram ambivalentes. Em termos gerais, os trabalhadores obtiveram algumas conquistas dignas de nota, sobretudo econômicas; porém, não conseguiram reagir a contento em outros temas. No mais, movimentos de regulamentação coexistiram com movimentos de desregulamentação e de precarização das relações de trabalho (Krein & Teixeira, 2014; Krein *et al*, 2012).

TABELA 1 - Reajustes Salariais Anuais x Inflação (INPC-IBGE), de 1996 a 2016

Ano	Acima do INPC		Igual ao INPC		Abaixo do INPC		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1996	120	51,9	9	3,9	102	44,2	231	100
1997	184	39,1	73	15,5	213	45,3	470	100
1998	141	43,5	64	19,8	119	36,7	324	100
1999	111	35,1	46	14,6	159	50,3	316	100
2000	190	51,5	56	15,2	123	33,3	369	100
2001	214	43,2	97	19,6	184	37,2	495	100
2002	124	25,8	133	27,7	223	46,5	480	100
2003	103	18,8	126	23,0	319	58,2	548	100
2004	361	54,9	172	26,1	125	19,0	658	100
2005	459	71,7	104	16,3	77	12,0	640	100
2006	565	86,3	70	10,7	20	3,1	655	100
2007	627	87,7	59	8,3	29	4,0	715	100
2008	625	76,6	97	11,9	94	11,5	816	100
2009	648	79,5	95	11,7	72	8,8	815	100
2010	705	87,7	63	7,8	36	4,5	804	100
2011	702	87,0	57	7,1	48	5,9	807	100
2012	751	93,6	39	4,9	12	1,5	802	100
2013	675	86,1	59	7,5	50	6,4	784	100
2014	705	90,4	57	7,3	18	2,3	780	100
2015	382	50,7	230	30,5	141	18,7	753	100
2016	135	18,9	317	44,4	262	36,7	714	100

Fonte: DIEESE.

Os sindicatos trabalhistas se aproveitaram de conjunturas político-econômicas relativamente mais favoráveis, conseguiram realizar greves mais fortes e, com isso, os termos das negociações coletivas com o patronato tornaram-se mais favoráveis que em anos anteriores. Por exemplo: dados do DIEESE (2016) demonstram que aumentou significativamente o percentual de negociações coletivas com reajustes salariais acima da inflação (ganho real). O ano de 2012 foi o mais positivo, havendo ganhos reais em 93,6% dos casos acompanhados (TABELA 1). Some-se a isso os ganhos com os seguidos aumentos do salário mínimo no país. É fato notório que as centrais sindicais foram parte ativa na formulação das regras de reajuste anual do salário mínimo, acordada com o governo federal em 2006. Aliás, a política de valorização do salário mínimo (que resultou em ganhos de 77,18% acima da inflação entre 2003 e 2015²) e o crescimento do emprego

² “Mínimo subiu 77% acima da inflação”, O DIA, 30/04/2016.

formal verificado no período contribuíram para os resultados das negociações coletivas entre capital e trabalho.

Nesse cenário mais favorável, os sindicatos mais organizados conquistaram outros tipos de cláusulas, para além das econômicas, referentes à saúde ocupacional, segurança do trabalho, meio ambiente do trabalho, igualdade de oportunidades etc. O número de cláusulas dos contratos coletivos aumentou em diversas categorias, como pudemos constatar em nossas pesquisas a respeito dos bancários e dos petroleiros. No meio rural, ganharam vulto as políticas creditícias para a agricultura familiar e a compra institucional de alimentos da agricultura familiar (Medeiros, 2014).

Por outro lado, esse conjunto de ganhos encontrou claros limites.

No que tange a amplitude dos reajustes salariais, é interessante observar que boa parte das bases sindicais os considerou pouco significativos ou imperceptíveis. Temos por hipótese que isso se deveu: 1) ao ritmo lento dos ganhos reais³; e 2) ao aumento do custo de vida para os setores médios, com suas cestas de consumo específicas.

Quanto aos demais direitos do trabalho, os resultados também ficaram distantes do desejado. Quando Lula foi eleito presidente em 2002, muitos imaginavam que o sindicalismo seria capaz de conquistar melhores condições de trabalho, com menos assédio moral e metas de produtividade. As terceirizações, acreditava-se, diminuiriam, assim como as demissões imotivadas no setor privado. A reforma agrária deveria pôr o país em um novo padrão de desenvolvimento. Mas pouco disso aconteceu a contento. As condições de trabalho continuaram a se deteriorar, com assédio moral e metas de produtividade cada vez maiores. O número de afastados do trabalho por adoecimento físico e/ou psíquico foi altíssimo. As terceirizações aumentaram muito e se tornaram mais diversificadas. As demissões imotivadas se mantiveram em níveis massivos, ainda que o número de contratações as tenha superado, fazendo crescer o contingente total de empregados formais. Os ganhos relativos à questão da terra – assentamentos, demarcação de territórios indígenas e quilombolas etc. – também ficaram aquém do esperado.

³ Entre 2003 e 2014, os aumentos médios anuais variaram entre 0,61% acima da inflação, em 2004, e 1,90%, em 2012 (DIEESE, 2016); e isso num cenário em que os trabalhadores tinham grandes expectativas, como a recomposição de perdas salariais.

3) Mudanças na estrutura e na organização sindical

Nos governos do PT, dirigentes sindicais vieram a ocupar postos no sistema burocrático do governo federal, inclusive postos de primeiro escalão (em ministérios, empresas públicas etc.). O sindicalismo que até então fazia oposição aos governos federais *tornou-se situação*, chegando mesmo a disputar seus rumos “por dentro”. E, desde cedo, a participação e o apoio ao governo despertaram dúvidas quanto à autonomia com que os sindicatos atuariam dali em diante.

Além disso, houve todo um reordenamento político-organizacional. O que se deveu, primeiramente, às controvérsias quanto a quais posicionamentos tomar diante do governo do PT, levando a um aumento sensível nas tensões entre os grupos político-sindicais. Deveu-se igualmente à minirreforma sindical aprovada nos anos Lula, que reconheceu formalmente as centrais sindicais e lhes concedeu a possibilidade de receber uma parcela do imposto sindical. Em conjunto, estes dois fatores resultaram numa rearticulação das organizações sindicais brasileiras, com a criação de novas centrais, confederações e federações, aumentando a pluralidade nas organizações de cúpula (Radermacher & Melleiro, 2007; Ladosky *et al*, 2014).

Do mesmo modo, houve um grande crescimento no número de sindicatos de base. Em sua maioria, não por motivos propriamente políticos, mas pelo mero apetite em gerenciar o imposto sindical compulsório destinado a cada entidade. A pulverização sindical não é recente; vem ocorrendo ao menos desde a promulgação da Constituição de 1988 (Filgueiras, 2008). De todo modo, é fato notório que foram criados cerca de 3 mil sindicatos ao longo dos governos petistas. Justamente num período em que o número de sindicicalizados reduziu-se à metade.

A pulverização sindical teve seus efeitos. Um número cada vez maior de sindicatos de base (já são mais de 10 mil) está dividindo 60% dos valores arrecadados a título de imposto sindical, ao passo que, desde a reforma sindical do governo Lula, 10% do mesmo imposto vem sendo destinado às poucas centrais sindicais existentes (menos de 10). Tudo somado, segundo Cardoso (2015), isso vem contribuindo para uma “oligarquização” no sindicalismo brasileiro, já que as centrais concentraram recursos e tiveram mais força na condução das eleições sindicais. Em suma, concentraram poder.

Argumentamos em estudo anterior (Soares, 2016a) que a compreensão das relações sindicais no Brasil contemporâneo requer atenção aos processos de burocratização e concentração de poder. À inserção de sindicalistas na burocracia governamental e à participação nas disputas dentro dos governos do PT corresponderam um aumento na competição interna por poder. As relações assumiram formas mais verticalizadas. As decisões se tornaram (ainda) mais concentradas.

Nesse cenário, as ações sindicais se assentaram muito no funcionamento da máquina sindical e pouco na dinamização e mobilização das bases. Estas, em geral, participaram pouco das mobilizações e na definição das estratégias – salvo nas greves construídas por fora e à revelia das estruturas sindicais oficiais. Os processos de burocratização inclusive alimentaram o distanciamento entre sindicalistas e suas bases. Um sindicalismo tão burocratizado reúne uma minoria que se ocupa de atividades políticas em tempo integral e concentra o poder de decisão e uma maioria cuja relação com a política é muito circunstancial. Naturalmente, entre ambas se desenvolveram concepções muito diferentes a respeito da política. Isso tornou mais difícil a renovação do quadro de ativistas.

As mudanças no sindicalismo brasileiro também se manifestaram nos padrões de atuação sindical. Na Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior central sindical do país, verificou-se um enfraquecimento dos ímpetus *utópicos, movimentistas e conflitivos* e um reforço das tendências de atuação *pragmáticas, institucionalizadas e negociadoras*. O avanço das orientações políticas pragmáticas/negociadoras – que vinha ganhando força já desde meados dos anos 1980 (Rodrigues, 1997), vale dizer –, somado ao apoio aberto ao governo federal e à inserção de sindicalistas na burocracia governamental, resultou em uma série de rachas, com os grupos políticos mais radicais se retirando da organização.

A leitura feita pelo sindicalismo-CUT à época foi que a eleição de Lula representou a *chegada ao poder* de um projeto político trabalhista, ainda que imerso nas disputas de um governo de coalizão (Radermacher & Melleiro, 2007; Ladosky et al, 2014; Araújo & Oliveira, 2014). Diante disso, o sindicalismo-CUT adotou um padrão de política ambíguo, tensionado entre preservar um governo politicamente próximo e manter a combatividade em situações que o chocava contra o governo (Soares, 2013). É interessante observar que as situações de conflito aumentaram quando tornou-se mais

difícil ser ouvido pelo governo, já predito por Dilma. Os grupos políticos *mais à esquerda* fizeram leitura distinta. Defenderam que os governos petistas representaram uma continuidade das políticas neoliberais dos anos 1990, comprometidas em flexibilizar direitos e precarizar as condições de trabalho. As entidades sindicais mais próximas ao governo foram consideradas cooptadas e, senão traidoras dos interesses dos trabalhadores, ao menos “conciliadoras” ou “amortecedoras de conflitos”.

Os demais grupos, como a Força Sindical, também tiveram sua rota alterada, com suas propostas se revestindo de um sentido mais desenvolvimentista (cf. Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, 2010) e menos de uma defesa aberta ao neoliberalismo, como verificado nos anos 1990.

4) Considerações Finais

Aproveitando-se de conjunturas político-econômicas relativamente favoráveis, os sindicatos conseguiram realizar greves mais fortes e obter alguns resultados dignos de nota durante os governos do PT. É possível dizer que o sindicalismo foi um vetor de mobilização. Porém, esbarrou em constrangimentos de diversas ordens, alguns dos quais oriundos de suas próprias escolhas e da relação com o governo. Diante deles, os resultados obtidos com as mobilizações ficaram aquém dos desafios postos nas relações de trabalho contemporâneas e aquém do esperado pelos trabalhadores.

De maneira geral, os setores dominantes do sindicalismo brasileiro desenvolveram uma *política ambivalente*. Primeiro porque suas relações com o governo variaram da condescendência ao conflito. Depois por adotarem um *repertório* de ações coletivas nas relações com o patronato que variaram desde a negociação até a confrontação por meio de fortes greves. Por fim, foram igualmente ambivalentes os resultados das negociações coletivas, com pontos positivos e negativos, conquistas lado a lado a dificuldades expressas em dar respostas aos dilemas do mundo do trabalho; movimentos de regulação do trabalho se sucedendo a desregulamentação e flexibilização.

O sindicalismo também foi um vetor de burocratização. O poder de decisão tornou-se ainda mais concentrado e as ações se assentaram mais no funcionamento de uma organização muito bem estruturada do que na dinamização das bases.

Parte das críticas públicas comumente feitas ao sindicalismo brasileiro contemporâneo pode ser explicada por meio disso. As mobilizações não deixaram de ocorrer, nem os sindicatos foram propriamente cooptados (Cardoso, 2015), mas os setores dominantes na categoria conseguiram imprimir um tipo de sindicalismo pragmático que muitos consideram inválido. A força da burocracia comandada por este grupo e, bem ou mal, os ganhos obtidos foram tais que não permitiram a ascensão de propostas de sindicalismo mais utópicas e conflitivas.

Bibliografia

ARAÚJO, Adriane *et al.* Ações Civis Públicas no TST: Atuação do Ministério Público do Trabalho e dos Sindicatos em Perspectiva Comparada. *Cadernos CEDES*, 2006, n. 06.

ARAÚJO, Ângela & OLIVEIRA, Roberto Vêras. “O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas”. In: Oliveira, Roberto Vêras *et al* (orgs.). *O sindicalismo na era Lula*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 29-59.

BOITO, Armando *et al.* Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. *Observatorio Social de América Latina*, out. 2009, nº 26, p. 35-55.

BRIDI, Maria Aparecida. *Trabalhadores dos Anos 2000: o sentido da ação coletiva na fábrica de nova geração*. São Paulo: LTr, 2009.

CARDOSO, Adalberto. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. *Caderno CRH*, set./dez. 2015, vol. 28, nº 75, p. 493-510.

_____. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas*, abr./jun. 2009, vol. 02, nº 04, p. 11-48.

CONFERÊNCIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA. *Agenda da Classe Trabalhadora pelo Desenvolvimento com Soberania, Democracia e Valorização do Trabalho*. São Paulo, 2010.

DIAS, Sabrina Moura & OLIVEIRA, Ricardo. Depois da terceirização, a desterceirização: comparação dos processos na CSN e na CAIXA. *Paper* apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011.

DIEESE. Balanço das Negociações dos Reajustes Salariais de 2015. *Estudos e Pesquisas*, abr. 2016, nº 80.

_____. Balanço das Greves em 2013. *Estudos e Pesquisas*, dez. 2015, nº 79.

FILGUEIRAS, Vitor. Explicando a desunião: a pulverização sindical no Brasil após a promulgação da Constituição de 1988. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp, 2008.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2003.

LADOSKY, Mario Henrique *et al.* “A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000”. In: Oliveira, Roberto Vêras *et al* (orgs.). *O sindicalismo na era Lula*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 61-85.

KREIN, José Dari *et al.* Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições. *Texto para Discussão - Instituto de Economia/Unicamp*, fev. 2012, nº 201, p. 01-27.

KREIN, José Dari & TEIXEIRA, Marilane Oliveira. “As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil”. In: Oliveira, Roberto Vêras *et al* (orgs.). *O sindicalismo na era Lula*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 213-245.

LÚCIO, Clemente Gans. Balanço das negociações coletivas e das greves no Brasil no período 1998-2007. *Paper* apresentado na 2ª Conferência Brasileira de Relações de Emprego e Trabalho – IBRET. São Paulo, 2008.

MEDEIROS, Leonilde. “O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências”. In: Oliveira, Roberto Vêras *et al* (orgs.). *O sindicalismo na era Lula*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 247-282.

PEREIRA, Luisa Barbosa. Navegar é Preciso: sindicalismo e judicialização ativa dos trabalhadores da indústria naval. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, 2014.

PESSANHA, Elina *et al.* Trajetos da negociação coletiva trabalhista: Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Bancários do Rio de Janeiro. *Política & Trabalho*, out. 2014, nº 41, p. 61-88.

PESSANHA, Elina *et al.* “TST, Dissídios Coletivos, Demissão Massiva: Novos Desafios para a Justiça do Trabalho”. In: Coutinho, Grijalbo *et al* (orgs.), *O Mundo do Trabalho – Vol. 1. Leituras Críticas da Jurisprudência do TST*. São Paulo: LTr, 2009, p. 77-94.

RADERMACHER, Reiner & MELLEIRO, Waldeli. El sindicalismo bajo el gobierno de Lula. *Nueva Sociedad*, set./out. 2007, nº 211, p. 124-143.

RAMALHO, José Ricardo & RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicato, Desenvolvimento e Trabalho: crise econômica e ação política no ABC. *Caderno CRH*, mai./ago. 2013, vol. 26, nº 68, p. 217-231.



RAMALHO, José Ricardo *et al.* Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. *Sociologia & Antropologia*, jun. 2013, vol. 03, nº 05, p. 175-200.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

ROMBALDI, Maurício. Internacionalização do Sindicalismo no Brasil: um estudo sobre os setores metalúrgico e de telecomunicações. *Paper* apresentado no VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho, 2013.

SOARES, José Luiz. Radiografia da Mobilização Bancária: ação sindical e política nos anos 2000. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, 2013.

_____. O que terá acontecido ao sindicalismo bancário no Brasil (2003-2014)? *Sociologia & Antropologia*, mai./ago. 2016a, vol. 06, nº 02, p. 497-522.

_____. As políticas de gênero no sindicalismo brasileiro contemporâneo. Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS, 2016b.

TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

_____. *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Sindicalismo e movimentos sociais: o caso dos metalúrgicos do município de Açailândia-MA durante a crise e pós-crise econômica internacional de 2008.

Wendson Veras Asevedo

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PPGCSoc/UFMA
wend.veras@hotmail.com.

Introdução

O contexto de transformações que marcaram o fim do século XX e o início do século XXI com a globalização econômica e ajustes macro e microeconômicos refletiram efeitos sobre o mundo do trabalho. Faz-se necessário o debate para compreender um enfraquecimento da identificação, dentro da categoria de “classe”; na representação dos trabalhadores (Ramalho, Santana, 2003), seja em partidos, seja em sindicatos. Ocorreu uma maior “flexibilização” da produção e dos mercados: contratação flexível e desemprego constante passam a se tornarem regras.

Questão que envolve um quadro geral de desigualdades: pobreza global e ampliação de vulnerabilidade social e econômica das sociedades capitalistas e expande a análise sociológica para além do chão-de-fábrica. Esta é a temática do presente artigo, que resgata nossa pesquisa de monografia do curso de ciencias sociais, que também refletiu a mobilização coletiva do Sindicato dos Trabalhadores da Industria metalúrgica de Açailândia-STIMA durante a crise econômica mundial do *subprime* dos EUA de 2008, pelos efeitos do desemprego e do aumento da precarização do trabalho, pois, as medidas tomadas pelas empresas atingiram duramente os trabalhadores siderúrgicos: diminuição dos salários, redução das atividades produtivas (diminuição da jornada de trabalho de 8 horas para 6 horas diárias , redução de direitos conquistados (adicional noturno , hora

extra), o fim da cesta básica mensal e da alimentação nos refeitórios (café, almoço, e jantar).

Para explicar a união do STIMA com outras entidades no período referido, na primeira seção a configuração teórica sobre o sindicalismo do “tipo movimento social”, como “novos formatos” da representação sindical. A seção seguinte discorre a contextualização em que ocorreu a mobilização coletiva e suas causas. A última seção destaca o processo de articulação política deste sindicato com outros movimentos sociais, no que tange a uma unificação de vários discursos em 2008, bem como na relação atual.

1 – Ação sindical e a chamada “questão social”.

Ramalho e Santana (2003), falam de uma mudança de perspectiva deste processo: perspectiva de proteção, substituída pela perspectiva de competição, que vê na lógica do Estado mínimo, e com desigualdade social a condição de que os indivíduos se engajem na sociedade: “A problemática da coesão social não é a do mercado, a solidariedade não se constrói em termos de competitividade e de rentabilidade” (Castel, 1997 *apud* Ramalho e Santana, 2003). Há um processo de “decomposição do social”, que produz uma “decadência do coletivo”, que é prejudicial aos instrumentos tradicionais de representação. Recorre-se agora diretamente ao Estado, perdendo-se a expressão das reivindicações “unificadas e canalizadas” nos sindicatos. (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 57, *Apud* Ramalho e Santana 2003).

Ocorreu primeiro nas regiões mais desenvolvidas onde as ideias de proteção social do “*welfare state*” são destituídas em favor da “doutrina neoliberal.” Isto pode explicar os problemas do sindicato, enquanto movimento e instituição e os riscos a sua prática, e as ações e conquistas desenvolvidas no século XX, dificuldades trazidas por uma “sociabilidade” segundo os mesmos, oposta ao “coletivo” e “público”. Este período de flexibilização das relações de trabalho e de mudanças nas ações do Estado que caracterizam o processo que se expandiu a nível global, conhecido como Reestruturação Produtiva.

Contudo, neste contexto de baixa proteção, de desregulamentação e de flexibilização do sistema social, indicam *um ressurgimento do movimento organizado dos trabalhadores*. O desenvolvimento de *novos formatos* de organização e orientação sindical: articulação de atividades tradicionais de mobilização com outras atividades

(externas); o debate e a participação (intervenções) em projetos de políticas públicas e sociais. A inclusão da “questão social” ao ideário sindical.

A mobilização coletiva dos trabalhadores metalúrgicos do STIMA com sua ampliação, participação e debate nas questões sociais de desigualdade com outros movimentos; ocorridas em Açailândia no período de crise econômica de 2008, é um exemplo deste “novo formato” sindical. Sobretudo quando se utiliza o conceito de “precarização” do trabalho, o qual, sociologicamente se opõe (Ramalho, Santana, 2003) ao processo anteriormente explicado. Situação a que aqueles trabalhadores foram submetidos desde a origem das relações de trabalho da indústria siderúrgica naquela localidade.

Esta discussão problematiza o padrão flexível deste contexto de reestruturação: novos aspectos da divisão social do trabalho, novos tipos de contrato, trabalho informal, etc. que ajudam na interpretação do movimento sindical na atualidade. E para isto é necessário que se coloque a “questão social”, em primeiro plano através da associação de precarização, pobreza e exclusão feita por Robert Castel. Esta percepção parece destacar a “função integradora” do trabalho na sociedade num ambiente de desemprego e novas formas de pobreza:

“Além disso reconhece-se ‘uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que ‘amparam’ um indivíduo diante dos acasos da existência, possibilitando ‘zonas de coesão social’.” p. 21. (Castel, 1998; apud Ramalho e Santana, 2003)

O contato com outros movimentos sociais, não é algo novo na história do sindicalismo, surgiu a partir dos anos 1980, como resultado de um processo de insegurança social refletindo em desemprego. Existe uma atitude de apoio e alianças, segundo Andre Gorz (*apud* Beynon, 2003). O apoio dos sindicatos aos outros movimentos sociais era decisivo para os próprios sindicatos e que o movimento sindical era a força mais forte dentro de movimentos progressistas:

“A definição de se esses outros elementos serão parte da esquerda ou romperão com ela, se estarão engajados em ações coletivas ou permanecerão como minorias tentadas ao recurso da violência, depende de se o movimento sindical se opuser a eles ou buscar alianças ou ações conjuntas.” p.62

Beynon (2003) ressalta que os sindicatos no século passado eram uma realidade “estranha” aos movimentos sociais, no entanto uma mudança se projetava, cita o exemplo do Reino Unido e Estados Unidos, em que Campanhas para o cancelamento da dívida externa, espalharam-se através da reunião de grupos religiosos, sindicatos e ONGs.

Também no Reino Unido a associação de sindicalistas de minas com ativistas ambientais, utilizando-se da experiência de uma greve de um ano desenvolveram protestos contra o trabalho em minas a “cêu aberto” por serem poluentes ao meio ambiente. Os estudos sobre desenvolvimento sindical (Hyman, Mispelblom, *apud* Ramalho e Santana, 2003) destacam o mesmo como instituição que surgiu na maioria dos países industrializados como representantes de interesses setoriais, frequentemente locais e coletivos, mas que se tornam mais amplos gradativamente.

2 – Crise econômica de 2008 e seus efeitos para os metalúrgicos de Açailândia.

No Brasil a crise do *subprime* norte-americana teve uma repercussão menos intensa que nos países desenvolvidos (Silva e Fonseca Neto, 2012), elas duraram em torno de 5 meses, tendo sido restabelecida as taxas de emprego. “Setorialmente, as demissões concentraram-se na indústria, sobretudo nos segmentos de metalurgia básica, produtos de metalurgia básica, produtos de metal e fabricação de equipamentos, que perderam 10% de seus postos de trabalho.” p 104.

Com a retração do mercado consumidor externo, as empresas exportadoras de *commodities*, justamente o caso das siderúrgicas instaladas em Açailândia, que perdem no valor de preço dos produtos exportados. Houve o grande crescimento do desemprego deste setor que somando todas as empresas da cadeia produtiva da siderurgia na região, chegou a 20 mil pessoas. (CARNEIRO e RAMALHO, 2009) As demissões foram justificadas pelas empresas siderúrgicas pelo fato de que o comércio do seu produto estava vinculado exclusivamente para as exportações, e principalmente para os EUA, país “gerador” e em recessão econômica devido à crise.

Os trabalhadores se articularam através da mobilização de diferentes movimentos e atores sociais com greves e “novos repertórios” de contestações (CARNEIRO e RAMALHO, 2013), tais como as audiências públicas (inclusive com os poderes legislativos estadual e federal), movimentos de protestos nas ruas, conseguiram reverter esta situação, ainda que com muitas perdas de benefícios já conquistados.

Nos países emergentes as taxas recuam já no mesmo ano: “No Brasil, ao final de 2009, a taxa de desemprego havia recuperado o patamar de 8,0% verificado antes dos efeitos da crise”. (Fernandes, Araújo, e Targino, 2012) Estes dados são explicados mesmo sob o efeito negativo na economia, segundo os autores acima citados, devido ao desempenho do setor industrial na economia nacional em particular o crescimento do

setor no Nordeste entre os anos de 2003 e 2009. Período que as empresas guseiras do Polo siderúrgico de Açailândia viveram o melhor momento em termos das exportações do ferro-gusa (toneladas), chegando a exportar 1,581 bilhão de dólares (Ramalho, Carneiro, 2013).

“... as empresas continuaram exportando e lucrando com a venda do ferro gusa estocado mas de forma oportunista aproveitaram o cenário da crise econômica para demitir trabalhadores. Os dados comprovam que as demissões poderiam ter sido retardadas enquanto se confirmavam reduções nas exportações de ferro gusa.” (Ramalho; Carneiro *apud* Mancini, 2015)

Os trabalhadores metalúrgicos não aceitaram a continuação da retirada dos seus benefícios e direitos e, principalmente, a redução drástica dos postos de trabalho (1.033 demissões apenas em Açailândia), articularam a mobilização com outras instituições sociais. Primeiramente com a Igreja Católica local que lidera o “Movimento Popular em favor da justiça e da dignidade humana” com promoção de audiências públicas para discussão dos impactos da crise para os trabalhadores metalúrgicos não apenas o desemprego; mas todos os direitos e conquistas suprimidos.

A empresa VALE, a partir desse movimento passa a se tornar o foco principal destas contestações, se tornando “o foco central da crítica dos diferentes movimentos sociais” da região. (Carneiro; Ramalho, 2013). Devido ao seu monopólio do fornecimento do minério de ferro, que em 2010 aumentou o preço repassado às siderúrgicas de US\$ 48,00 para US\$ 137,00. Possibilitou uma aproximação entre trabalhadores e as empresas.

Pelo *International Labour Conference* de 2010 (*apud* Silva e Fonseca Neto 2012), três foram os principais fatores que orientaram as diferentes consequências da crise, no mercado de trabalho mundial: Situação do sistema financeiro doméstico antes da crise, Solidez fiscal, e a intensidade do impacto externo. Especificamente podemos situar os efeitos da crise econômica de 2008 na siderurgia desta região da Amazônia oriental e a mobilização coletiva que desencadeia, no item impacto externo, problematizando não apenas a situação dos desempregados do mercado de trabalho de Açailândia, mas de forma mais ampla construir uma crítica as fragilidades econômicas desta atividade no município cujo produto (ferro-gusa) é destinado à exportação, e continua “susceptível” ao mercado internacional.

A união de vários outros movimentos sociais que, a seu modo particular, já possuíam suas contestações aos efeitos prejudiciais observados nos projetos de

desenvolvimento relacionados ao Polo Siderúrgico de Açailândia, como no caso dos moradores do Piquiá de Baixo, onde se situa o Distrito Industrial de Açailândia, a reivindicação dos moradores do bairro Pequiá, estava relacionada com a necessidade de combater a poluição do ar causada pelas siderúrgicas, e implicava na necessidade da construção de um novo assentamento urbano. Por outro lado, entidades de defesa de causas ambientais, de defesa dos direitos humanos, contestavam o “trabalho escravo” na cadeia de produção da siderurgia a carvão vegetal, como o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia Carmém Bascarán (CDVDH) que tem historicamente atuado nessas questões. Também atuaram movimentos extralocais como a ONG Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) e a Justiça Global, que, junto com a Campanha Justiça nos trilhos produziu um Relatório sobre o conjunto de violações ambientais e sociais provocadas pelas empresas siderúrgicas: “Quanto valem os direitos humanos?” (CARNEIRO; RAMALHO, 2013).

3 - Atuação e relação do sindicato com os movimentos sociais locais na atualidade.

Hoje o sindicato ainda mantém comunicação importante com estes movimentos que consolidaram a ação coletiva local. Segundo o STIMA foi justamente pela união de diferentes forças que pode-se vir a enfrentar as situações sociais de crise atual na siderurgia local, como na época da grave crise econômica de 2008.

Além dos moradores do Bairro Piquiá de Baixo, o sindicato teve em 2008 e mantém ainda relação com o CDVDH- Carmém Bascarán, que surgiu por iniciativa do movimento da PJ- Pastoral da Juventude da Igreja Católica, que se articularam para criar o centro de defesa. Também com o apoio dos Padres combonianos e de Carmém Bascarán, missionária e uma das fundadoras. Não é uma entidade vinculada a Igreja Católica, mas mantém parceria com a CPT-Comissão Pastoral da Terra. Nasceu da necessidade de combater as violações de direitos humanos na região, bem como combater a corrupção eleitoral, através de ações que provoquem o Estado e as autoridades competentes para coibir e punir estes crimes. O centro recebe todos os tipos de denúncias de violações aos direitos humanos.

Segundo pesquisamos historicamente os movimentos sociais de Açailândia sempre estiveram muito bem articulados, hoje perdeu-se mais essa articulação, estando mais fragmentado. Para Fabrícia, secretária da entidade foi a união dos movimentos da cidade que sempre fizeram a diferença “de forma muito atuante”. E conseguem interferir

em pautas políticas por exemplo, ou questões das necessidades de melhorias urbanas, no caso o desempenho das associações de bairro. Ela confirmou que no período de crise econômica de 2008, os impactos reais foram muito mais de perda de ganho de capital dos empresários do que um impacto econômico definitivo para o setor. Segundo ela foi um momento em que os movimentos todos estavam com um mesmo objetivo, e a crise havia chegado a um nível em que todos sentiram a necessidade de se unir. Ela não atribuiu liderança ao sindicato, mas citou que o Sindicato dos trabalhadores rurais e o STIMA estavam muito empenhados, juntamente com os Padres combonianos e do MST.

Ela relatou que em quase todas as mobilizações da história do Centro, o STIMA estava presente. O Centro sempre manteve proximidade com este sindicato. Segundo a mesma é uma parceria importante para combater o trabalho escravo que ela afirma ainda existir em Açailândia, pois o município ainda figura entre os locais onde são resgatados pessoas nestas condições de trabalho em fazendas que não são de propriedade das siderúrgicas, mas que fazem parte da cadeia produtiva desta atividade, como já afirmado anteriormente.

A união com o sindicato possibilitou a ampliação da parceria com os outros movimentos por “tornar a luta coletiva”, e trazer resultados para todos. Em 2011, o sindicato contou com o apoio da entidade durante a maior greve já realizada, e estiveram juntos também mais recentemente nas mobilizações dos moradores do Piquiá de Baixo contra a poluição causada pela atividade siderúrgica.

Foi interessante verificar essa relação de articulação quando questionávamos os trabalhadores sobre a questão do trabalho escravo na atividade do carvoejamento. Foi comentada por todos os trabalhadores entrevistados, contudo segundo eles ouvia-se entre os metalúrgicos, mas somente há alguns anos antes do período da crise econômica de 2008. Hoje não mais tinham conhecimento da ocorrência. Mas era uma questão que chegava ao conhecimento de quem atuava na siderurgia. Tinham conhecimento do trabalho de conscientização de entidades sociais de luta contra o trabalho escravo, do CDVDH, bem como da associação que o STIMA fez no período da crise de 2008 tanto com esta instituição como com a Associação de moradores de bairro e sobre eventos ou reuniões com outros movimentos.

O STIMA participou da mobilização pelo reassentamento dos moradores do Piquiá de Baixo. O reassentamento da população foi uma das reivindicações das mobilizações

de contestação social em 2008. O processo de entrega oficial do terreno para a construção de moradias para as famílias foi formalizado no ano de 2015.

Em entrevista com um morador/fundador da Associação de moradores do bairro, ouvimos que a chegada das indústrias gaseiras a implantação da VALE marcou o começo da poluição da região, e consequentemente os problemas de saúde para os moradores. O mesmo considera uma “grande vitória” ter esta entidade como parceira. E que sem o auxílio de todos os movimentos, seria impossível a luta contra os prejuízos causados pelas Indústrias no Piquiá de Baixo. No caso do STIMA, a relação sempre foi muito próxima, porque muitos trabalhadores residiam no bairro (os trabalhadores reivindicaram melhores condições de vida para as próprias famílias). Hoje o Sr William diz que a maioria não trabalha diretamente nas siderúrgicas. Mas em empresas terceirizadas no “trabalho pesado, braçal”. Ele entende que só com as manifestações dos trabalhadores as empresas “empurravam com a barriga” e não surtia efeitos concretos para os metalúrgicos, atribui a participação conjunta na reivindicação o êxito das pautas dos trabalhadores.

Portanto houve uma relação de reciprocidade entre trabalhadores metalúrgicos e a associação de bairro. O movimento de protestos da associação de moradores do Piquiá de Baixo, não tinha o apoio dos trabalhadores no início. Estes consideravam prejudicial as manifestações dos moradores porque impediam o seu acesso aos locais de trabalho. No entanto a partir do posicionamento de apoio dos moradores aos metalúrgicos nas greves em 2008; estes se sentiram obrigados a somar forças nas reivindicações sociais dos primeiros.

A mobilização coletiva do sindicato com outras entidades civis do município, não se restringe aos moradores do Bairro. O STIMA continuou com a proximidade daquelas entidades civis, sejam outros sindicatos, entidades de classe, ONGs-organizações não governamentais de proteção ao meio ambiente, sejam ONGs internacionais e locais ligadas aos direitos humanos, instituições religiosas, a associação de bairro, o CDVDH, e outras que se uniram no período da crise de 2008 e que hoje formam o Grupo Rede de Cidadania, com o objetivo de dar continuidade ao debate sobre os problemas da siderurgia no município: poluição, degradação do meio ambiente, direitos dos trabalhadores, e a atual crise do setor e sua consequência no aumento do desemprego em Açailândia.

Realizou-se em 2015, debate sobre a crise da siderurgia na cidade, com participação de vários atores sociais locais e extra-locais, como estudantes, professores, os

trabalhadores metalúrgicos, outros sindicalistas, religiosos, defensores de direitos humanos, etc. Uma dos temas foi a questão da dependência da atividade siderúrgica local, do mercado consumidor norte-americano, que ainda passa por crises econômicas reflexos de 2008. Uma das ideias defendidas foi que as empresas já passaram pelo período de maior crise econômica internacional, entre 2007 e 2008. O STIMA com o apoio daqueles movimentos também buscou na atualidade fazer uso das audiências com as esferas do poder público tanto a nível local como em nível nacional, foram também instrumentos utilizados em 2008 e 2010. Ocorreu audiência pública em Açailândia e contou com participação do sindicato patronal, sindicato dos metalúrgicos, sindicatos de outras entidades de classe, e desta vez com as empresas envolvidas na produção do ferro gusa e de aço, constatando-se segundo o STIMA a época as dificuldades das empresas. A partir deste momento o sindicato em parceria com a comissão formada pelas entidades solicitou uma negociação com o Governo do Estado, como já explicado anteriormente, para uso de créditos de ICMS pelas siderúrgicas e manutenção dos postos de trabalho em Açailândia.

Em 2015, junto com outras entidades, o STIMA participou do movimento pela cassação do mandato da prefeita Gleide Santos. A participação nesse episódio e nos conselhos municipais mostra, que além da pauta interna, relacionada com a defesa dos direitos dos metalúrgicos, o STIMA atua junto a outros atores sociais, em ações que envolvem a gestão do município. Atualmente o sindicato tem participação no Conselho Municipal de Açailândia, Conselho dos deficientes físicos aqui de Açailândia, além de parceria com CEREST - Centro de recuperação e tratamento dos trabalhadores do município de Imperatriz, porque em Açailândia não existe unidade do CEREST.

Conclusão

Nossa pesquisa buscava entender como a conjuntura de crise econômica e social de 2008, possibilitou ao STIMA, uma oportunidade de constituir reivindicações por intermédio de associações, tornando-se uma ação sindical mais ampla. Assim, visualiza-se na organização coletiva do STIMA, a partir do que se verificou na conjuntura de crise econômica internacional e pós crise 2008 em seus reflexos atuais, uma incorporação das demandas tanto do movimento sindical, relacionadas as garantias trabalhistas quanto com a articulação em rede com outras formas de representação, as

quais já possuíam suas contestações aos efeitos prejudiciais observados nos projetos de desenvolvimento relacionados ao Polo Siderúrgico de Açailândia:

É possível encontrar uma correlação da mobilização coletiva do STIMA na crise de 2008 e no cenário atual, a tendência de um “sindicalismo mais comunitário” que se une a outros movimentos sociais para reivindicar os interesses dos excluídos do mercado de trabalho. Seria o que Moody (*apud* Ramalho; Santana, 2003) defende: um sindicalismo mais aberto às novas demandas, e em medida internacional, “um sindicalismo tipo movimento social”. Os entrevistados direcionam a participação sindical não a vantagens pessoais, mas enfatizaram que os benefícios e as conquistas através da ação sindical era de cunho coletiva, que para eles são importantes no conjunto dos metalúrgicos.

Pode-se interpretar o sindicato estudado, portanto, como um ator social que procura desenvolver novas perspectivas tanto organizativas, quanto políticas, ultrapassando os espaços das relações industriais, para um *alargamento do campo de intervenção social*.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BEYNON, Huw. O sindicalismo tem futuro no século XXI? In: RAMALHO, J. Ricardo; SANTANA, MARCO A. (orgs). Trad. Marco Aurélio Santana. **Além da Fábrica: Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. Boitempo; São Paulo, 2003.

CARNEIRO Marcelo Sampaio; RAMALHO José Ricardo; **Ações coletivas em complexos minero-siderúrgicos: experiências na Amazônia e no Sudeste brasileiro**. EDUFMA; São Luís, 2015.

CARNEIRO, M. S. C.; RAMALHO, J.R. “A crise econômica mundial e seu impacto sobre o setor siderúrgico maranhense: relações entre o desempenho recente das empresas guseiras e o desemprego no município de Açailândia”. In: CARNEIRO, M. S.; COSTA, W. C. da (Org.). **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio**. São Luís: EDUFMA, 2009, p. 37-48.

FERNANDES, Maria de Fátima D; ARAÚJO, Sabrina M. de. TARGINO, Ivan. Espacialização do emprego industrial no Nordeste: 2000-2009. In: TARGINO, Ivan; OLIVEIRA, Roberto V. de (orgs) **Cenários da crise e do trabalho no Brasil**. Editora Universitária da UFPB; João Pessoa, 2012.



MANCINI, Roberto Martins. **Siderurgia e mercado de trabalho na Amazônia maranhense**: a dimensão político-institucional da estruturação do território produtivo de Açailândia (MA). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, 2015.

RAMALHO, José R.; SANTANA, Marco A. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In: RAMALHO, J. Ricardo; SANTANA, Marco A. (orgs). **Além da Fábrica: Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. Boitempo; São Paulo, 2003.

RAMALHO, José. R.; CARNEIRO, Marcelo S. Ação sindical, contestação política e siderurgia na Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, V. 16. Nº 1. p. 7-28, jun. 2013.

SILVA, Fábio José F. da; FONSECA NETO, Fernando de A. A crise do *subprime* alcança o Brasil: canais de transmissão e efeitos sobre o desemprego. In: TARGINO, Ivan; OLIVEIRA, Roberto V. de. (orgs). **Cenários da crise e do trabalho no Brasil**. Editora Universitária da UFPB; João Pessoa, 2012.

O sindicalismo nas categorias de trabalhadores terceirizados e temporários: uma análise das Convenções Coletivas de Trabalho do SINDEEPRES-SP (pôster)

Maísa Santos Calazans Silva
calazans.maisa@gmail.com

Resumo:

O processo de desregulamentação do trabalho no Brasil tem progredido desde os anos 1990 com a implementação das políticas neoliberais no país. Com o recente golpe de Estado (2016-atual) o Congresso brasileiro tem avançado pautas de desregulamentação do trabalho que flexibilizam e precarizam as relações trabalhistas no país. Vale ressaltar ainda que todas essas alterações reduz o poder de barganha dos trabalhadores e de suas organizações e entidades. Essas mudanças alteram as características dos postos de trabalho, como o tipo de contrato firmado, o conteúdo das atividades realizadas, as formas e níveis de remuneração, a rotatividade da mão de obra e as possibilidades de ascensão da carreira, todos esses pontos com a marca da precarização das relações de trabalho. Frente a este movimento se faz urgente o estudo das condições de organização e representação política dos trabalhadores terceirizados e temporários. Essa apresentação se dedicará à análise das Convenções Coletivas de Trabalho do SINDEEPRES-SP (que abrangem os trabalhadores das empresas de prestação de serviços a terceiros; trabalho temporário; colocação e administração de mão de obra e demais categorias que estejam na intersecção com o registro da entidade) no período 2006-2016 (observando os anos pares).

Palavras Chave: Sindicalismo, Terceirização, Representação.

O sindicalismo brasileiro diante do golpe

Andréia Galvão

Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas -
agalvao@unicamp.br

Paula Marcelino

Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo -
prpmarcelino@gmail.com

Introdução

O Brasil vive hoje em meio a uma dupla crise, econômica e política, que repercute negativamente sobre as condições de trabalho e de vida das classes populares. A crise econômica está relacionada ao processo desencadeado em nível internacional a partir de 2008, cujos efeitos impactaram, ainda que de modo tardio, a economia nacional. A crise política, por sua vez, expressa-se no desmonte da base de sustentação do governo de Dilma Rousseff, na perda de apoio popular e no processo de ruptura institucional que culminou com o *impeachment* da presidenta em agosto de 2016.

Essa dupla crise evidencia as contradições acumuladas ao longo dos governos petistas, governos esses sustentados por uma ampla, porém heterogênea, coalizão político-partidária e social. Essa coalizão incluía, de um lado, partidos de centro e de direita, bem como setores da burguesia e, de outro, partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais. As divergências no interior da "frente política neodesenvolvimentista" [Boito, 2012; Boito e Saad-Filho, 2016, p. 190] e o acirramento do conflito distributivo fortaleceram a oposição ao governo e as críticas às políticas socialmente progressistas por ele implementadas. A alteração na correlação de forças sociais propiciou a retomada a agenda neoliberal dos anos 1990 já no início do segundo

mandato de Dilma Rousseff. Os movimentos sociais à direita, com forte presença da classe média alta [Cavalcante, 2015], ganharam as ruas e o conservadorismo político se intensificou [Velasco e Cruz, Kaysel e Cotas, 2015; Saad-Filho e Boito, 2016]. A "coalizão produtivista", fundada na defesa da intervenção do Estado para promover a industrialização, o crescimento econômico e a distribuição de renda se dissolveu, dando lugar à uma "frente única burguesa antidesenvolvimentista" [Singer, 2015, p. 67] ou ao que Magalhães [2015] identificou como o domínio de um bloco social e um pacto "antidistributivista". Mudam, assim, as condições em que atua o sindicalismo brasileiro.

Como os sindicatos se inserem nessa conjuntura? De que maneira são afetados e intervêm na crise? Quais as diferenças em relação ao período em que o governo esteve sob o comando do PT? Defendemos a hipótese de que num contexto de crescimento econômico, como o verificado até 2014, a proximidade entre a cúpula do movimento sindical e o governo inibiu o confronto sistemático dos interesses das organizações sindicais e dos trabalhadores por elas representados. Porém, num contexto de deterioração econômica e de acirramento do combate aos direitos já conquistados, a agenda neoliberal dos anos 1990 voltou com força à cena política, o que altera as condições de luta e provoca o rearranjo das forças sindicais.

Para discutir essas as questões recuperaremos, na primeira parte do texto, as principais características da atuação do sindicalismo sob os governos petistas, tanto no que se refere à ação institucional junto ao Estado brasileiro e ao patronato quanto à mobilização coletiva. Na segunda parte, indicaremos as mudanças mais gerais na conjuntura político-econômica, discutindo de que maneira o sindicalismo reage às políticas de austeridade e ao avanço da direita.

1. O movimento sindical nos governos do PT

A atuação do movimento sindical entre 2003 e 2014 foi por nós denominada de uma "nova fase" [Boito, Galvão e Marcelino, 2016]. Essa nova fase foi marcada pelo apoio da grande maioria do movimento sindical aos governos petistas; pela crescente participação das centrais sindicais nas instituições estatais; por conquistas obtidas no plano econômico e pela retomada do ativismo grevista. As seis centrais sindicais oficialmente reconhecidas, dentre as quais as mais importantes são CUT e Força Sindical (FS), apoiaram, até 2013, o governo de Dilma Rousseff [Galvão, Marcelino e Trópia, 2015]. Esse apoio não garantia o atendimento das demandas sindicais, tampouco impedia a implementação de políticas desfavoráveis aos trabalhadores, mas tornava o quadro sindical mais complexo. Algumas conquistas pontuais, como a valorização do salário mínimo, associada aos indicadores positivos do mercado de trabalho e aos resultados obtidos pela via da negociação coletiva e das greves explicavam, na nossa avaliação, a posição sindical diante dos governos do PT.

No que se refere aos direitos sociais e trabalhistas, os governos do PT, tanto nos dois mandatos de Lula quanto no primeiro mandato de Dilma, fizeram “movimentos contraditórios em relação à regulação social” [Krein e Biavaschi, 2015, p. 47], introduzindo certos direitos e reduzindo outros por meio do reconhecimento de contratos precários de trabalho. Demandas históricas do movimento sindical e de alcance mais geral, como a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, o fim da demissão imotivada, a assinatura da convenção 151 da OIT de modo a instituir a obrigatoriedade da negociação coletiva no setor público, não avançaram no processo de negociação.

A despeito desses limites, a maior parte do movimento sindical assumiu uma posição política de apoio aos governos de Lula e Dilma, o que, a nosso ver, levou a uma moderação da luta política. Essa moderação reside no fato de que as centrais sindicais não questionavam o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos, mas, antes, buscavam seu aperfeiçoamento. Assim, restringiam-se a lutar por crescimento econômico e distribuição de renda no interior desse projeto, aceitando o reformismo

fraco e sem confronto com o capital que caracterizou os governos petistas [Singer, 2012]. Uma exceção a esse posicionamento foi a estratégia adotada pelas minoritárias CSP-Conlutas e Intersindical, organizações de esquerda que surgiram de uma cisão da CUT e que não cumprem os requisitos de representatividade para serem oficialmente reconhecidas como centrais sindicais.

O debate bibliográfico sobre o sindicalismo brasileiro envolve questões como a capacidade de influência sindical no processo decisório; os resultados obtidos por intermédio das greves e negociações coletivas; a relação entre participação institucional, mobilização e contestação. Essas questões são frequentemente tratadas de uma perspectiva dicotômica, que desconsidera a complexidade do contexto político-ideológico e simplifica as disputas entre diferentes lógicas e estratégias sindicais. Alguns autores consideram que a tendência à burocratização decorrente da estrutura sindical corporativista se intensifica sob governos de esquerda, que buscariam integrar de modo mais orgânico os sindicatos ao Estado. Desse modo, contrapõem a burocratização à autonomia sindical, sustentando teses acerca da cooptação do sindicalismo pelo Estado [Druck, 2006; Antunes, 2011], do transformismo da alta burocracia sindical [Coutinho, 2010, Bianchi e Braga, 2011; Braga, 2012, Soares, 2013] e do apassivamento das direções [Mattos, 2014]. De nossa parte, identificamos uma recuperação da atividade sindical no Brasil [Marcelino e Boito, 2010] e sustentamos a coexistência entre uma forte e vitoriosa atividade no plano da luta reivindicativa e uma orientação política moderada na cúpula do movimento sindical [Boito, Galvão e Marcelino, 2016].

O sindicalismo brasileiro continuou, ao longo dos governos do PT, marcado pelo corporativismo estatal, sendo um sindicalismo de dirigentes, pouco enraizado no local de trabalho. Ainda assim, os sindicatos protagonizaram importantes conflitos motivados, sobretudo, por questões de natureza salarial. O crescimento das greves, que já vinha ocorrendo desde 2004, se acentua a partir de 2008. Importantes mobilizações ocorreram em setores como educação, correio, bancos públicos e privados, petróleo, metrô e diferentes categorias de funcionários públicos, sendo que várias greves foram

deflagradas à margem dos sindicatos e, às vezes, contra seus dirigentes [Mattos, 2014; Veras, 2014 ; Linhares, 2015; Campos, 2016].

A eficácia do sindicalismo em mobilizar os trabalhadores em nome de demandas econômico-corporativas contrasta, porém, com sua baixa capacidade de mobilizar em torno de reivindicações mais amplas, que exigiam mudanças na legislação e nas políticas públicas. Isso fica evidente quando comparamos as marchas nacionais “da classe trabalhadora”, realizadas entre 2004 e 2014 em defesa do aumento do salário mínimo e de direitos sociais, com as manifestações de junho de 2013, deflagradas pelo Movimento do Passe Livre (MPL) e que reuniram milhões nas ruas das grandes e médias cidades brasileiras.

Embora, como afirme Cardoso (2014), não seja prudente e nem justo comparar dois movimentos diferentes, parece ser possível dizer que a convocação, pelas centrais, de duas jornadas nacionais unitárias de lutas e paralisações, em julho e agosto de 2013, com o objetivo declarado de “fazer avançar a pauta dos trabalhadores no congresso”, não alcançou a mesma dimensão das manifestações de junho em termos do número de participantes, a despeito da ampla pauta de reivindicações apresentada e do fato de ter sido mais efetiva na paralisação temporária de ramos produtivos importantes.

2. O sindicalismo e as ruas, de 2013 a 2016

As manifestações de junho foram heterogêneas, tanto em termos das demandas apresentadas quanto dos atores envolvidos. Setores de esquerda e de direita, que criticavam os governos do PT por razões distintas, se encontraram nas ruas.

Os críticos à direita buscaram deslocar o sentido das manifestações, inicialmente contrárias ao aumento das tarifas e à má qualidade do transporte público, para eleger como alvo o governo federal, acusando-o de ineficiente, mau gestor e corrupto. Esses segmentos compreendem os descontentes com as políticas sociais de redistribuição de renda e de ação afirmativa, bem como com o gasto público destinado a financiar aquelas políticas [Saad-Filho e Boito, 2016].

Em 2015, esses segmentos se aproveitaram das denúncias de corrupção envolvendo empresas estatais e políticos do PT para convocar manifestações pelo *impeachment* de Dilma, manifestações essas que tinham um perfil de classe média [Cavalcante, 2015]. Setores populares também participaram das manifestações pelo *impeachment*, mas não constituíam sua maioria [Datafolha, 2015; Fundação Perseu Abramo, 2016].

Os sindicatos não tiveram uma participação de peso nas manifestações pelo *impeachment*. Porém, a Força Sindical, a despeito da posição contrária de alguns de seus dirigentes, aderiu ao movimento pela destituição de Dilma, responsabilizando-a pela crise econômica e alegando a perda de condições de governabilidade. Convém destacar que o presidente dessa central sindical, o deputado federal Paulinho, desempenhou um papel de destaque na frente parlamentar que viabilizou esse processo. Mas o apoio da Força Sindical à deposição de Dilma não significou mobilização de seus sindicatos nas ruas para isso.

Os críticos à esquerda, por sua vez, denunciavam, desde o governo Lula, a ausência de reformas estruturais e a manutenção de uma política econômica conservadora, baseada em uma taxa de juros elevada, uma taxa de câmbio excessivamente valorizada e em uma política fiscal que limitava os recursos destinados às políticas sociais comparativamente ao montante destinado ao pagamento da dívida pública. No plano sindical, essa posição era vocalizada pela CSP-Conlutas e pela Intersindical, cuja capacidade de mobilização é pequena.

Com exceção da Força Sindical, que apoiou o candidato do PSDB, as centrais oficialmente reconhecidas (a despeito de algumas dissidências internas) e os mais importantes movimentos sociais apoiaram Dilma nas eleições presidenciais de 2014. Apesar desse apoio ter sido decisivo para assegurar sua reeleição, Dilma optou por enfrentar a crise econômica e política por meio do ajuste fiscal e de um programa centrado na austeridade, contrariando o compromisso assumido no discurso de posse de seu segundo mandato: "nenhum direito a menos". Essa opção abalou a relação dos

movimentos sociais com o governo e lhe custou a perda de uma parcela significativa de apoio popular.

A austeridade não trouxe, porém, qualquer melhora no cenário econômico: a informalidade, que vinha numa trajetória de queda até 2013, aumentou; o desemprego saltou de 4,8% em 2014 (último ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff e de sua reeleição) para 6,8% em 2015 e 11,8% em 2016 [cf. IBGE, 2016] enquanto o PIB, no acumulado de doze meses até setembro de 2016, caiu 4,4% em relação ao mesmo período de 2015 [Drummond, 2016, p. 26]. Além do claro momento de recessão e desemprego, uma onda conservadora trouxe consigo o descrédito nos “políticos” e na “política” [Velasco e Cruz, Kaysel e Cudas, 2015], onda essa que afeta a legitimidade da atuação sindical.

Assim, aumentaram as dificuldades para as centrais vocalizarem suas demandas no plano institucional, já que a oposição ao reconhecimento e conquista de novos direitos aumenta e uma parte do sindicalismo admite até mesmo negociar alguns dos direitos existentes. As mobilizações ofensivas no plano econômico-corporativo, por aumento salarial e inclusão de novos benefícios nos acordos coletivos, dão lugar a mobilizações defensivas (pela manutenção do emprego e contra a perda de direitos).

Desde 2015 vimos aumentar o número de manifestações conjuntas dos movimentos sociais e sindicais contra o retrocesso nos direitos trabalhistas. Apenas contra o projeto de regulamentação da terceirização do trabalho, foram convocadas cinco jornadas, com manifestações massivas e paralisações de algumas categorias (como metalúrgicos e trabalhadores de transportes públicos) em todas elas. Desde agosto de 2016, quando Michel Temer foi confirmado na presidência, multiplicaram-se as manifestações contra a reforma da previdência e, principalmente, contra a emenda constitucional que congelará os gastos públicos por 20 anos, reajustando-os apenas de acordo com a inflação.

Apesar da ampliação da presença de reivindicações de tipo defensivas nas greves de 2013, ainda não era possível falar, naquele momento, que o sindicalismo estava em uma fase mais defensiva. Os reajustes salariais acima do índice oficial da inflação no

país apontavam que continuava alta a capacidade de conquistas econômicas dos sindicatos. Desde o ano de 2006, o índice de negociações salariais que estabeleciam ganhos acima da inflação situava-se acima dos 80% [Dieese, 2015].

Ainda não temos dados consolidados das greves que ocorreram nos anos de 2014, 2015 e 2016. Mas os balanços das negociações coletivas de 2015 e 2016 mostram claramente a deterioração das conquistas econômicas obtidas por parte dos trabalhadores sindicalmente organizados. Segundo o Dieese [2016, p. 2], desde 2004 não se observava um resultado tão desfavorável para os trabalhadores quanto o de 2015, quando apenas 52% dos trabalhadores tiveram algum ganho real acima da inflação; 30% conseguiram apenas a reposição da inflação e 18% amargaram perdas salariais. No primeiro semestre do ano de 2016 todos esses indicadores pioraram ainda mais.

Como as centrais sindicais reagiram a esse cenário de perdas? Antes mesmo desta piora geral ser percebida, a CUT havia retomado certas proposições controversas, apresentando-as diretamente ao governo, sem a mediação das instituições tripartites. Formuladas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, essas proposições promovem a flexibilização das relações de trabalho, como o Plano de Proteção ao Emprego (PPE, proposto em 2014), que estabelece a redução da jornada em troca de redução salarial.

Por outro lado, a despeito das críticas sindicais ao governo Dilma, a iminência do golpe levou a um realinhamento das posições sustentadas pelas centrais, o que constituiu uma novidade do cenário político pós-eleitoral. Com o agravamento da crise política em 2015, uma parte da oposição de esquerda se reaproximou dos movimentos mais próximos do PT em nome da defesa da democracia. Em setembro e outubro de 2015, duas iniciativas foram criadas: a *Frente Brasil Popular*, integrada por CUT, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Movimento dos Sem Terra (MST), entre outros, e a *Frente Povo sem medo*, composta por CUT, CTB, Intersindical, Movimento dos Sem Teto (MTST). A CSP-Conlutas não integra nenhuma dessas frentes, considerando que a defesa das instituições democráticas não passava de pretexto para a defesa do governo Dilma. Assim, ela organizou suas próprias manifestações,

pronunciando-se ao mesmo tempo contra o governo e contra a oposição de direita, assumindo a bandeira do "fora todos".

No que se refere especificamente aos direitos dos trabalhadores, uma série de ameaças vem sendo anunciadas. O governo de Michel Temer pretende promover a derrogação da lei pela negociação coletiva e a ampliação da terceirização para todos os tipos de atividade. É certo que, como afirmamos, muitas das medidas ora propostas foram colocadas em discussão já no governo Dilma, de modo que não são fruto do golpe, mas das contradições e tensões que marcaram os governos do PT.

Se CUT, CTB e Intersindical tiveram um papel importante na articulação da resistência contra o golpe, o movimento sindical pouco mobilizou suas bases em torno das palavras de ordem "Não vai ter golpe" e "Fora Temer". O grosso dos manifestantes provinha de outros movimentos sociais, como o MST, o MTST e movimentos de mulheres, de quem Dilma se aproximou nos meses em que procurou defender seu mandato. Havia, também, muitos manifestantes avulsos, não organizados em partidos ou movimentos.

A despeito das manifestações recorrentes e da constituição de duas frentes de resistência, a ausência de uma estratégia unificada dificulta as possibilidades de luta. O recente envio do projeto de reforma da previdência (PEC 287/2016) e trabalhista (PL 6.787/2016) ao Congresso abrem novas frentes de batalha e podem promover uma maior aproximação entre as duas frentes de resistência.

Considerações finais

O sindicalismo brasileiro integrava uma frente política de sustentação dos governos do PT, frente essa na qual ocupava posição política subordinada e que era hegemonizada por uma determinada fração burguesa: a grande burguesia interna. A crise política que vem desde a eleição presidencial de 2014, passou pelo golpe parlamentar de agosto de 2016 e chega ao final desse mesmo ano já sob o governo de Michel Temer coloca em cheque essa frente política que vigorou pelo menos entre 2005 e 2014. Tudo indica que esse ciclo neodesenvolvimentista chegou ao fim. Não sabemos

se o governo Temer vai durar até as eleições gerais previstas para outubro de 2018, tendo em vista as suas muitas debilidades em termos de apoio popular, mas, principalmente, as disputas intra-burguesas pela hegemonia no governo.

De qualquer forma, o que temos condições de avaliar com os dados de que dispomos é que o movimento sindical se encontra num claro momento defensivo. Na base, verifica-se uma tendência ao aprofundamento da presença de motivações defensivas nas greves; isso ainda que o número de greves possa vir a aumentar ou a se estabilizar. Na cúpula, entendemos que pode haver um realinhamento das centrais para o enfrentamento das medidas de ataque aos direitos conquistados pelos trabalhadores. Mas, mantidas as condições conjunturais de recessão, desemprego e ameaça aos direitos, essa luta deverá se manter no que tem sido a tônica sob a hegemonia do capitalismo neoliberal: muita luta para continuar no mesmo lugar.

Bibliografia

- ANTUNES Ricardo, « A 'engenharia da cooptação' e os sindicatos no Brasil recente », *Jornal dos Economistas*, nº 268, 2011, p. 5-6.
- BOITO JR. Armando, « As bases políticas do neodesenvolvimentismo », 2012, [Consultado em 11/04/2013]. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>.
- BOITO Armando; MARCELINO Paula, « O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000 », *Cadernos CRH*, Salvador, vol 23, nº 59, 2010, p. 323-338.
- BOITO Armando; GALVÃO Andréia; MARCELINO Paula. « La nouvelle phase du syndicalisme brésilien ». *Cahiers des Amériques Latines*, nº 80, 2015, p.147-167.
- BOITO Armando; SAAD-FILHO Alfredo, « State, State Institutions, and Political Power in Brazil ». *Latin American Perspectives*, nº 43 (2). 2016, p. 190-206.

BRAGA Ruy, *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*, São Paulo, Boitempo, 2012.

BIANCHI, Alvaro e BRAGA, Ruy. A financeirização da burocracia sindical no Brasil, maio 2011 [consultado em 10 de dezembro de 2016]. Disponível em http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5816&Itemid=79

CAMPOS Cauê Vieira, *Conflitos trabalhistas nas obras do PAC: o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política; Unicamp), 220 p, 2016.

CARDOSO Adalberto, « Sindicatos no Brasil: passado, presente e futuro », in Antonio David Cattani. (dir.). *Trabalho: horizonte 2021*. 2014, Porto Alegre, Escritos, p. 121-145.

CAVALCANTE Sávio, « Classe média e conservadorismo liberal, in Sebastião Velasco e Cruz et al. (dir.), *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro* ». São Paulo: Editora Fundação, Perseu Abramo, 2015, p. 177-196.

COUTINHO Carlos Nelson, « A hegemonia da pequena política ». In: Francisco de Oliveira et al. (Org.), *Hegemonia às avessas*, São Paulo, Boitempo, 2010.

DATAFOLHA, *Manifestação na Avenida Paulista*, survey com participantes de 15/3/2015 [consultado em 05/4/2016]. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contr-a-corrupcao.shtml>

DATAFOLHA, *Manifestação na Avenida Paulista*, survey com participantes de 16/8/2015 [consultado em 05/4/2016]. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1669735-135-mil-vao-a-protesto-na-paulista.shtml> Acesso em 02/03/2017.

DIEESE, *Estudos e Pesquisas, nº 81: Balanço das negociações salariais no primeiro semestre de 2016*, 2016 [consultado em 15/12/2016]. Disponível em:

<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2016/estPesq81balancoReajustes1semestre2016.pdf>.

DIEESE, *Estudos e Pesquisas*, nº 80: *Balanço das negociações salariais em 2015*, 2016 [consultado em 26/10/2016]. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2016/estPesq80balancoReajustes2015.pdf>

DIEESE, *Estudos e Pesquisas*, nº 79: *Balanço das greves em 2013*, 2015 [consultado em 07/07/2016] Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>.

DRUCK Graça, « Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência », *Observatório Social da América Latina*, nº 19, 2006, p. 330-331.

DRUMMOND Carlos, « O abismo que nos separa », *Revista Carta Capital*, ano XXII, nº 930, 2016, p. 26-29.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Projeto - Manifestações de março*, survey comparativo de 13 e 18, 2015/2016, divulgado em março de 2016 [consultado em 20/4/2016]. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/FPA-Pesquisa-Manifestacoes-Comparativa-2015-2016-SITE-042016-ok.pdf>

GALVÃO Andréia; MARCELINO Paula e TRÓPIA Patrícia. *As bases sociais das novas centrais sindicais*, Curitiba, Appris, 2015.

IBGE, « Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em %) », 2016 [consultado em 20/11/2016]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default_novos_indicadores.shtm

KREIN José Dari; BIAVASCHI Magda, « Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho nos anos 2000 ». *Cuadernos del Cendes*, nº 89, 2015, p. 47-82.

- LINHARES Rodrigo, « As greves de 2011 a 2013. Revista Ciências do trabalho », nº 5, 2015, p. 97-112.
- MAGALHÃES José Carlos G. de. « Crescimento, emprego e distribuição de renda: o desempenho econômico do primeiro governo Dilma e o ressurgimento do pacto antidistributivista no Brasil ».2015 [consultado em: 05/10/2016], 51 p. Disponível em: <http://www.ifibe.edu.br/arq/20150727210907631636487.pdf>
- MATTOS, Marcelo Badaró. « As lutas da classe trabalhadores no Brasil dos 'mega-eventos' », *Observatório Social da América Latina*, nº 36, 2014, p. 215 -226.
- SAAD-FILHO Alfredo; BOITO Armando, « Brazil: the failure of the PT and the rise of the 'New Right'. *Socialist Register*, London: Merlin Press, 2016, p. 213-230.
- SINGER André, « Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) », *Novos Estudos Cebrap*, nº 102, 2015, p. 42-71.
- SINGER André, *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOARES José de Lima, « As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula ». *Revista Sociedade e Estado* nº 13, 2013, p. 541-564.
- VELASCO e CRUZ Sebastião; KAYSEL André; CODAS Gustavo (dir.), *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, 304 p.
- VÉRAS Roberto, « Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 103 | 2014: 111-136.

Por onde anda o movimento dos trabalhadores?

Uma análise das transformações sociais no Brasil e seus impactos sobre a mobilização dos trabalhadores no lulismo

Bruno Moreno Carneiro Freitas¹

Resumo:

Este artigo tem como objeto a relação das transformações sociais ocorridas no Brasil com o movimento dos trabalhadores, partindo desde a análise da sociedade de classes sob o capitalismo dependente de Florestan Fernandes e a eclosão do movimento do “novo sindicalismo”, até as transformações sociais ocorridas nas décadas 1990 e 2000, tais como a reestruturação produtiva e o advento do lulismo com a formação de uma “nova classe trabalhadora”. Buscando com isso compreender os resultados de tais transformações sobre a mobilização dos trabalhadores.

Palavras-chave: Classes sociais, lulismo, movimentos sociais, nova classe trabalhadora.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo contribuir com a discussão das classes sociais e organização do movimento dos trabalhadores no Brasil atual adotando como metodologia a revisão bibliográfica.

A primeira parte tem como escopo traçar uma discussão acerca do conceito de classe

¹ Aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (e-mail: bruno_mcf@hotmail.com)

trabalhadora sob o capitalismo dependente desenvolvido na obra de Florestan Fernandes (FERNANDES, 1981, p. 60). Neste sentido, analisa-se inicialmente o conceito de capitalismo dependente, bem como o papel das classes sociais neste modelo de capitalismo. Analisa-se em sequência, como se organizava a luta sindical antes das transformações havidas no mundo do trabalho na década de 1990, especialmente com o advento do "Novo Sindicalismo".

Na segunda parte, passa-se assim a traçar um paralelo entre os conceitos desenvolvidos por Fernandes com a fração de classe denominada por Paul Singer como subproletariado. Busca-se, uma breve análise das transformações do mundo do trabalho no Brasil durante a década de 1990, advindas do processo de reestruturação produtiva e políticas neoliberais e os seus impactos para a classe trabalhadora, o movimento sindical e também o subproletariado. Analisa-se, por fim, o que ocorreu com a classe trabalhadora durante o período do lulismo (2003-2014), que contou não só com a continuidade da terceirização e terciarização, mas teve uma forte geração de emprego e crescimento de renda na base da pirâmide salarial, procurando entender como as transformações havidas tanto nos anos 1990 e neste período apresentam novos desafios para a organização coletiva dos trabalhadores.

2 A SOCIEDADE DE CLASSES E O CAPITALISMO DEPENDENTE

2.1 As classes sociais sob o Capitalismo Dependente

A Teoria da Dependência foi desenvolvida por vários grupos de cientistas sociais latino-americanos e teve seu apogeu nas décadas de 1960 e 1970, sendo que muitos analistas subdividem a teoria da dependência em várias versões (VIEIRA, 2011, p. 46).

Fernandes (1981) chama a atenção para o fato de que a formação de um Estado nacional independente no Brasil desenrolou-se sem que se processassem alterações anteriores ou concomitantes na organização da economia e da sociedade, construindo-se sem que o regime de estamentos sofresse abalo, transformando senhores rurais em aristocracia agrária. A construção do capitalismo desta forma explica porque a sociedade nacional

emergente não era economicamente independente (FERNANDES, 1981, p. 21-23).

Para Fernandes (1981), entender sociologicamente o subdesenvolvimento exige compreender como as classes sociais se organizam e interagem entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou mesmo extinguir, o regime social de produção com fundamento na ordem social competitiva. Isto em virtude da superação da relação de dependência trazida pela modernização depender do modo pelo qual as sociedades subdesenvolvidas respondem à absorção do capitalismo. Quando as estruturas coloniais forem absolutamente suplantadas pela ordem social emergente, originam-se economias auto-suficientes e economicamente autônomas; quando forem tão somente parcialmente superadas, tem-se o capitalismo dependente, originando economias incapazes de expandir as forças modernizadoras para o conjunto da sociedade.

Esse panorama, de acordo com Fernandes (1981), possibilita explicar como se constitui, funciona e evolui o regime de classes no capitalismo dependente. Para tanto, o autor utiliza a distinção entre “possuidores de bens” e “não-possuidores de bens”, realizando com tais conceitos uma caracterização geral da sociedade brasileira.

Os “não possuidores de bens” dividem-se em duas categorias: 1) assalariados e os que estão em vias de proletarização ou se proletarizaram; e 2) os imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, que não se caracterizaria sequer enquanto um “exército industrial de reserva”.

Um dos pontos fundamentais a se considerar é que os “possuidores de bens”, no sistema econômico do capitalismo dependente, possuem os mesmos interesses de classe e a mesma "situação de classe", ao passo que os “não possuidores de bens” são distribuídos por categorias distintas, sendo que uma parte, no Brasil a maior dela, não chega a ter interesse de classe e "situação de classe", enquanto outra parte, inserida no setor moderno, possui ambas as condições, podendo valorizar-se por intermédio da venda da força de trabalho como mercadoria.

Neste sentido, Fernandes (1981) entende que no Brasil apenas as classes altas têm consciência clara de seus interesses de classe e de sua "situação de classe". No entanto, a dependência externa atua no sentido de impedir o processo de conscientização das classes

altas, acabando por eternizar a condição de dependência e de dualidade estrutural.

Quanto às demais classes, dois movimentos acabam sendo apontados como evidentes pelo autor, vejamos:

1) as formas de consciência e de atuação da classe média são condicionadas pela associação com os “interesses do capital” (nacional ou estrangeiro), convertendo-as em “puritanas do capitalismo dependente”; e 2) a classe baixa urbana, a classe dependente urbana e o campesinato sofrem profundamente os efeitos perturbadores da maneira pela qual se objetivam, positiva ou negativamente, seus interesses e situações de classe na ordem inerente ao capitalismo dependente. A classe baixa urbana não se metamorfoseia no equivalente a algo como “a vanguarda consciente do proletariado”, ao contrário, compartilha, aceita e valoriza o privilegiamento do mundo urbano.

2.3 O “novo sindicalismo” na sociedade de classes sob o capitalismo dependente brasileiro

Sob um cenário desta sociedade de classes apresentada por Fernandes, ressurgiu o movimento sindical no final dos anos 1970.

A ditadura militar cortara parte substancial dos laços de integração corporativa dos sindicatos nas políticas de Estado. No entanto, manteve os mecanismos de controle sobre as entidades sindicais e com a política de restrição salarial e proibição de negociação salarial livre, impediu o crescimento do peso da massa salarial no conjunto da economia (SILVA, 2008, p. 211). Num segundo momento foram necessárias reformas legais com o intuito de consolidar o redirecionamento das funções sindicais, esvaizar as entidades de seu sentido de resistência e de polo aglutinador tendo como objetivo impedir a afirmação da classe no cenário nacional e perante os seus empregados. Além disto, uma nova legalidade foi sendo construída para impedir ainda mais o exercício do direito de greve (SILVA, 2008, p. 204).

O papel de regulação das relações entre as classes do Direito do Trabalho era depurado de alguns de seus elementos fordistas no Brasil, concentrando renda nas classes compradoras de força de trabalho, sendo que a precarização das políticas compensatórias

traria maior contestação por parte dos setores de classe que vivem da força de trabalho (RAMOS FILHO, 2012, p. 237).

Por outro lado, houve crescimento ininterrupto da indústria automobilística no Brasil até a década de 1980. Entre 1975-1985, as exportações de veículos aumentaram 305% e as de motores quintuplicaram, ampliando a participação das firmas de autopeças na exportação da cadeia automotiva de 3,1% do total, em 1977, para 12,7%, em 1985 (PINTO, 2006, p. 78).

É neste cenário que eclode a greve de 1978 do ABC paulista. No dia 12 de maio de 1978 os trabalhadores da Scania paralisaram suas atividades, dando início a uma onda grevista, forte, espontânea e desordenada (SILVA, 2008, p. 207). É a partir da organização dos metalúrgicos de São Bernardo que um movimento com caráter cultural e político "novo" surge. Aponta-se como orientações deste novo sindicalismo: a) autonomia sindical frente ao Estado; b) independência em relação aos partidos políticos e liberdade de escolha partidária de seus participantes; c) negociações diretas entre empregados e patrões, sem intervenção governamental; d) movimentação pelas bases e criação de uma democracia interna ao movimento; e) nova forma de organização, trazendo o sindicato ao próprio local de trabalho e a criação de comissões de fábrica (SCHERER-WARREN, 1987, p. 43-44)

Comparando o processo histórico da reorganização do movimento sindical a partir do final dos anos 1970 no “novo sindicalismo”, pode-se concluir que se tratava da organização da fração de classe pertencente ao grupo dos “não possuidores” referidos por Fernandes como detentora de interesse de classe e “situação” de classe.

Ou seja, tratava-se de uma minoria da classe trabalhadora, que apesar de se situar no grupo de “não possuidores”, estava inserida dentro do setor moderno da sociedade de classes sob o subdesenvolvimento, ao passo que a maioria estava alijada deste processo. A formulação de Fernandes de que a classe baixa urbana não se metamorfoseia no equivalente à “a vanguarda consciente do proletariado”, ao contrário, compartilha, aceita e valoriza o privilégio do mundo urbano parece ter sofrido um ponto de inflexão no momento em que o movimento do “novo sindicalismo” se organizou junto ao movimento popular e ampliou as suas demandas. Assim, o “novo sindicalismo” teria partido de reivindicações bem precisas e concretas, específicas do terreno sindical e evoluído para demandas políticas que

não são toleradas pelo Estado (SANTANA, 1999, p. 108). Para tanto, este “novo sindicalismo” conjugou forças com outros movimento, tais como as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base (SCHERER-WARREN, 1987, p. 44).

3 OS "NÃO POSSUIDORES DE BENS" E O SUBPROLETARIADO

3.1 O subproletariado e o quadro que antecede o lulismo

André Singer (2012) menciona que apesar das transformações pelas quais passaram o Brasil e o mundo, permanecia a contradição fundamental quando o ex-presidente Lula da Silva tomou posse em 1º de janeiro de 2003: a mesma constatada por Paul Singer em 1981 quando mencionou que a fração de classe subproletariado (sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente) constituía 48% da PEA, contra 28% de proletários e que pelo seu tamanho influenciava decisivamente a luta de classes (SINGER, A., 2012, p. 19-20).

Ora, o subproletariado parece pertencer à fração de classe que constitui os "não possuidores de bens", caracterizada por Fernandes (1981) como os imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico, no meio rural e urbano (FERNANDES, 1981), percebido por ambos como majoritários na classe trabalhadora no Brasil.

No entanto, o quadro social de 2003 não se limitava ao analisado por Paul Singer ou Florestan Fernandes. As décadas de 1980 e 1990 trouxeram novos elementos à realidade social brasileira.

3.2 As transformações na realidade do trabalho no Brasil na década de 1990 e os impactos na organização sindical

Segundo André Singer, tal processo repôs com vigor o problema do subproletariado, pois a estagnação da economia e o combate à inflação por meio das importações produziram explosão de desemprego, ampliando o subproletariado (SINGER, A., 2012, p. 20). Ou seja,

André Singer considera que tais fatores tenham, no mínimo, mantido a proporção de subproletários na sociedade em comparação com o período pesquisado por Paul Singer. Com base em texto de Francisco Oliveira, de 2003, aponta que entre o desemprego e o trabalho sem-formas, transitava 60% da força de trabalho brasileira. (SINGER, 2012, p. 78). Nos anos 1980, estimava-se que a informalidade antigia 24% da PEA e em 1990, 29%. Já no início deste século, com base nos dados da PNAD 2002-2003, constatava-se 39% de trabalhadores sem contrato de trabalho formal e que somados aos trabalhadores "por conta própria", chegavam a 53% dos ocupados (SILVA, 2008, p. 260).

Sobre as relações coletivas de trabalho, com o governo Fernando Henrique, são apontados por Silva (2008) movimentos de restrição da autonomia coletiva com o objetivo de inverter a lógica clássica concessivo-aquisitiva do Direito do Trabalho (SILVA, 2008, p. 276).

O desenvolvimento da política neoliberal contribuiu para que as negociações coletivas tivessem maior descentralização, muitas vezes se restringindo ao âmbito da empresa, tais como as relativas à PLR e banco de horas. Outros mecanismos, tais como a contratação por tempo determinado (MP nº 1.726/98) e a suspensão temporária do contrato de trabalho (Lei nº 9.601/98) dificultaram também as iniciativas coletivas. A fragmentação do processo de negociação coletiva implicou em precarização da força de trabalho (ALVES, 2006, p. 468).

Portanto, o quadro encontrado em 2003 é o do subproletariado como maioria da classe trabalhadora, mas a realidade do mundo do trabalho é diversa da vivida em décadas anteriores, com implicações diretas na capacidade de organização coletiva dos trabalhadores. Vejamos que no ano de 1990 haviam sido registradas 1.956 greves, contando com a participação de 9.084.672 grevistas, ao passo que em 1999 foram registradas tão somente 552 greves, bem como apenas 1.378.668 grevistas (ALVES, 2006, p. 466-467).

3.3 O subproletariado e a nova classe trabalhadora no lulismo

André Singer traz o histórico dos dados no lulismo (SINGER, A., 2012), dizendo inicialmente que a população que vive abaixo da linha absoluta de pobreza reduziu-se de 36% para 23%.

Assim como na década de 1990, quando se intensificou o processo de reestruturação produtiva no Brasil (CARDOSO, 2003; POCHMANN, 2014; RAMOS FILHO, 2012; BRAGA, 2012), na década de 2000 se observou o crescimento das terceirizações e do setor terciário, sendo este último o responsável pela maioria dos postos de trabalhos no país (POCHMANN, 2012; BRAGA, 2012). Entretanto, ao contrário dos anos 1990, os últimos anos contaram com a forte geração de postos de trabalho na base da pirâmide salarial, ou seja, postos de trabalho com baixa renda (POCHMANN, 2012). Há diversas teorizações que analisam este fenômeno e este trabalho se atem às análises que apontam as principais características desta nova classe trabalhadora, tomando esta nomenclatura como a melhor para demonstrar que estes trabalhadores vivem uma realidade distinta dos assalariados antes das transformações ocorridas no mundo do trabalho na década de 1990.

Marilena Chauí (2013) assim aponta que o novo na classe trabalhadora seria não somente os efeitos das políticas sociais e econômicas do lulismo, mas também os elementos trazidos pelo neoliberalismo: fragmentação, terceirização e precarização do trabalho; e incorporação de segmentos sociais que antes pertenceriam à classe média (CHAUÍ, 2013).

Ou seja, tomando como referência a classificação dada por Fernandes (1981), aceita-se, de acordo com a narrativa de Chauí (2013), assumir que o grupo dos "não possuidores de bens" pode ser mais subfracionado diante desta nova realidade do mundo do trabalho.

Também é central a análise do destino do subproletariado traçado por Alves:

"Deste modo, podemos dizer que, sob o neodesenvolvimentismo, ocorreu uma mobilidade social intraclasse, com uma parte do subproletariado tornando-se beneficiária dos programas sociais como o Bolsa-Família e outra parte do subproletariado ascendendo à condição de nova classe trabalhadora que cresceu com a formalização contratual e a valorização do salário-mínimo." (ALVES, 2013)

Mesmo com a ascensão de parte do subproletariado à condição de nova classe trabalhadora, o movimento sindical não voltou a ser o centro de mobilizações que se espraiaram para o conjunto da sociedade como havia sido no desenvolvimento do "novo sindicalismo", sendo que a taxa de sindicalização que naquele momento chegou a atingir mais de 30% dos trabalhadores ocupados, passa a variar em torno de 15% e 20% entre os anos de 2003 e 2014 (POCHMANN, 2014, p. 65).

Entretanto, os trabalhadores terceirizados tem grande crescimento na taxa de sindicalização, como em São Paulo, cuja taxa de sindicalização varia de 0,2% em 1993 a cerca de 20% em 2003, passando a 1/3 dos terceirizados ocupados em 2010 (POCHMANN, 2012, p. 121-122). Surpreende ainda que em 2012, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o número de horas paradas só tenha sido inferior aos picos históricos dos anos de 1989 e 1990 e 75% superior a 2011 (BRAGA, 2013, p. 81); e que em 2013 o número de greves tenha chegado a 2.050, 134% maior do que em 2012 (BRAGA, 2016, p. 56).

Mesmo com grande e crescente número de greves, o movimento sindical não conseguiu se espraiar para o conjunto da sociedade. Seria o efeito das políticas de descentralização das negociações coletivas e enfraquecimento da autonomia coletiva além das demais que alteraram o mundo do trabalho nos anos 1990?

Mais curioso ainda é ver que neste cenário se deram as manifestações de junho de 2013 nas quais os manifestantes atuavam em coletivos que não eram hierarquizados (GOHN, 2014, p. 09), ao contrário do movimento sindical. No entanto, parte da nova classe trabalhadora foi às ruas naquela ocasião e/ou também fez greve naquele ano. Pesquisa realizada no Rio de Janeiro durante a manifestação de 20 de junho de 2013 pela empresa Plus Marketing mostrou que 70,4% dos manifestantes estavam empregados, 34,3% percebiam até 1 salário mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três salários mínimos. A idade média era de 28 anos (BRAGA, 2013, p.82). Cabe lembrar ainda que o movimento sindical convocou manifestações posteriores (no Dia Nacional de Mobilização) que não tiveram a mesma capacidade de mobilização (GOHN, 2014, p. 10).

4 CONCLUSÃO

As conclusões do presente trabalho são as de que o Brasil se organiza socialmente sob a vigência de um capitalismo dependente, forjado em razão de nossa estrutura social. Neste sentido, a sociedade de classes no Brasil se constituiu preservando as arcaicas estruturas sociais que vigiam no país. A análise feita sobre esta sociedade fundada sob o capitalismo dependente permite apontar na divisão de classes inserida em dois grandes grupos: os "possuidores de bens" e os "não possuidores de bens". Sendo que dentro do grupo dos "não possuidores de bens", a maior fração de classe foi, ao menos até 2003, formada de trabalhadores imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico, no meio rural e urbano, também denominada subproletariado. Ainda assim, um forte e irradiador movimento sindical se deu com o advento do "novo sindicalismo".

Analisando-se as transformações ocorridas na realidade brasileira desde a década de 1990 e levando em consideração as transformações sociais promovidas no período do lulismo, conclui-se que parcela do subproletariado teve suas condições de vida melhoradas, mas permaneceu podendo ser classificada como subproletariado e parte ascendeu ao que se denomina "nova classe trabalhadora", sendo que tal "classe" se diferencia do trabalhador assalariado existente antes do processo de introdução do neoliberalismo no Brasil, sendo mais fragmentada, precarizada e normalmente terceirizada. E, por outro lado, mesmo após o reaquecimento do mercado de trabalho, baixos índices de desemprego e a inclusão no mercado formal de trabalho desses "novos trabalhadores", o movimento sindical não retomou o espaço central na mobilização das lutas nacionais para além das pautas corporativas. Mesmo com aumento da taxa de sindicalização desses "novos trabalhadores" e aumento expressivo do número de greves, não foi o movimento sindical que retomou com força a agenda de mobilizações como a que culminou em junho de 2013, embora membros dessa "nova classe trabalhadora" tenham muito provavelmente participado tanto dos movimentos de greve de 2013 quanto das manifestações ocorridas em junho/julho.

Neste sentido, duas das possibilidades são que o processo de reestruturação produtiva, precarização das relações de trabalho e descentralização das negociações coletivas

com enfraquecimento da autonomia coletiva contribuíram para um quadro de fragmentação sindical que impede que a simples incorporação de novos agentes, como ocorreu durante o lulismo, seja suficiente para recolocar o movimento sindical como centro de mobilização da sociedade e dos trabalhadores para além de pautas corporativas. E que o movimento sindical talvez precise tentar retomar uma rede de organização popular para além das atividades corporativas e sindicais, tal como estabelecido entre o “novo sindicalismo” e as CEBs por exemplo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. In ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e classes sociais no Brasil. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/20/neodesenvolvimentismo-e-classes-sociais-no-brasil/>> Acesso em 02 de dezembro de 2016.

BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, Ruy. In JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRAGA, Ruy. In MARICATO, Ermínia [et al.] Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013

CARDOSO, Adalberto Moreira. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Nova classe trabalhadora: enigmas? Disponível em <<http://novo.fpabramo.org.br/content/nova-classe-trabalhadora-enigmas>> Acesso em 02 de dezembro de 2016.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 4ª ed. São Paulo: Jorge Zahar, 1981.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 2014.



PINTO, Geraldo Augusto. In ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

POCHMANN, Márcio. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, Márcio. O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

RAMOS FILHO, Wilson. Direito capitalista do trabalho: História, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 14 nº 41. São Paulo: Outubro/99

SCHERER-WARREN, Ilse. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo. J.. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. Relações coletivas de trabalho: Configurações institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: LTr. 2008.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda Casa Editorial. 2011.

Nuestra Lucha es en Contra del Sindicato
Una Etnografía del Antagonismo Obrero al Sindicalismo de Protección
Patronal en México. El Caso de la Industria Automotriz.

Paolo Marinaro
Facultad de Ciencias Políticas y Sociales
Universidad Nacional Autónoma de México
Doctorado en Sociología
marinaro.paolo@gmail.com

El Sector Automotriz en México.

En los últimos diez años en México el sector automotriz ha crecido de forma extraordinaria. La República Mexicana hoy es la séptima productora global de autos, primer socio comercial de Estados Unidos y tercer exportador mundial. Esto significa que cinco de cada cien autos vendidas en el mundo son ensambladas o producidas enteramente en México (Carrillo, 2015a).

El facturado del sector automotriz a nivel nacional representa el 20% del PIB de la industria manufacturera y el 30% del volumen total de exportaciones. Desde 1981 hasta 2015 los trabajadores del sector han crecido hasta cubrir el 55% de los empleados de la industria manufacturera (Carrillo, 2015b).

Por otro lado, el excepcional crecimiento de la industria del automóvil no se ha traducido en un mejoramiento de las condiciones laborales de los trabajadores, al contrario, el salario real ha disminuido constantemente desde la década de los ochenta, hasta clasificarse entre los cinco más bajos del mundo (Quintero, 2015). Al centro de esta contradicción, el sindicato juega un papel fundamental.

El Sindicalismo de Protección Patronal

Diferentes estudios han demostrado que, a partir de final de los años sesenta, las condiciones laborales han empeorado conforme a la progresiva sindicalización de las plantas manufacturera, a

través de la firma de contratos colectivos que han establecido condiciones por debajo de la Ley Federal del Trabajo (Carrillo, 1989; Gambrill, 1989; Quintero, 1990).

PERIODO	NÚMERO DE CONTRATOS COLECTIVOS	NÚMERO DE CONTRATOS SUPERIORES	PORCENTAJE DE CONTRATOS SUPERIORES	NÚMERO DE CLÁUSULAS LEONINAS	PROMEDIO DE CLÁUSULAS LEONINAS POR CONTRATO
1968 - 1969	11	4	36.4	1	.09
1970 - 1971	18	4	22.2	2	.1
1972 - 1973	15	5	33.3	4	.2
1974 - 1975	7	0	0	13	1.8
1976 - 1977	6	2	33.3	9	1.5
1978 - 1979	14	3	21.4	24	1.7
1980 - 1981	24	3	12.5	60	2.5
1982 - 1983	36	1	2.8	70	1.9

Un Contrato “superior” tiene prestaciones por encima de las mínimas legales. Una Cláusula “leonina” establece condiciones de trabajo por debajo del mínimo legal (Gambrill, 1989).

El crecimiento de la tasa de sindicalización ha sido el resultado de una adaptación de las organizaciones sindicales a las exigencias de flexibilidad de las empresas. “Flexibilidad” en este sentido significa el tránsito hacia un modelo de regulación de las relaciones industriales cuyo objetivo es incrementar el margen de acción de las empresas respecto a cuestiones como el uso de la fuerza de trabajo, el proceso productivo, el salario y la ocupación, a través de contratos laborales *ad hoc* (Covarrubias, 1993).

El “sindicato tradicional”, cuyo objetivo es el mejoramiento de las condiciones salariales y laborales de los obreros, a través del instrumento del contrato colectivo, ha sido sustituido por *sindicatos de protección patronal* (Bouzas y Riveros, 2001). Los estudiosos mexicanos con esta categoría se refieren a organizaciones vinculadas a las empresas por una relación de colaboración incondicionada y por la prevaricación de los derechos de los trabajadores, institucionalizada por contratos colectivos de protección patronal, firmados entre la empresa, el sindicato y la Junta de Conciliación y Arbitraje (JCyA), sin el consentimiento de los trabajadores, típicamente antes de la inauguración de la planta. (Quintero, 2006, p. 18).

El Antagonismo Obrero

La experiencia obrera de la contradicción entre el éxito global de la producción de autos en México y el deterioro de las condiciones laborales, es un fenómeno poco atendido por las ciencias sociales. Los estudios laborales, en las últimas tres décadas, con pocas excepciones, se han concentrado en aspectos económicos y de innovación tecnológica, limitando la posibilidad de apreciar la dimensión socio-cultural de este modelo de desarrollo industrial (De La Garza, 2012; Quintero, 2013). La experiencia de las condiciones laborales de los obreros de la industria transnacional, la peculiar vivencia de las relaciones sindicales y de los conflictos laborales han sido cuestiones poco estudiadas (Carrillo, 1985; Peña, 1986; De La Garza, 2010; Quintero, 2016).

“Se ha olvidado el devenir concreto de los trabajadores, la forma en que se relacionan con el proceso de producción, su manera de pensar, de organizarse y de actuar.” (Reygadas, 1988, p. 20).

Estas investigaciones, a lo largo de los años, han alimentado “un mito: que si bien hay una gran explotación de los trabajadores, no existen luchas significativas.” (Carrillo, 1985, p. 32).

En esta coyuntura, según estos estudios, no habría condiciones para la conformación de un “nosotros”, que permitiría el desarrollo de respuestas colectivas a las condiciones de trabajo (Méndez 2003; Solís, 2009).

Los discursos institucionales en los últimos años han adoptado estos argumentos para celebrar la paz laboral:

“Treinta y dos meses sin conflictos laborales, un hecho sin precedentes desde hace veinticinco años.” (Alfonso Navarrete Prida - STPS, Junio 2016)

“Sin embargo, no obstante ha existido una historia oficial, propagada por el gobierno y las estructuras laborales, empeñadas en señalar la ausencia del conflicto, esto nunca ha dejado de existir” (Quintero, 2006, p. 23). Aunque las estrategias, los objetivos y los actores involucrados en los conflictos laborales han cambiado, “la idea de un trabajador apático, dócil y sumiso (...) es por demás cuestionable” (Quintero, 1999, p. 176). La hipótesis de la servidumbre voluntaria carece de información empírica (De La Garza, 2002).

La Ponencia

Esta ponencia se enfoca en las recientes luchas para la democratización de las relaciones sindicales, estalladas en los últimos tres años en la industria automotriz en México. Se trata de conflictos surgidos de forma autónoma desde la base trabajadora, con el objetivo de romper con las políticas del sindicalismo de protección patronal. El instrumento privilegiado de estas luchas es el paro laboral, ya que diversamente de la huelga se sustrae al protocolo institucional, que prevé la mediación del conflicto por el sindicato titular del contrato colectivo y el respeto de los términos impuestos por la JLCyA¹. Sin embargo, la ausencia de un registro estadístico de los paros invisibiliza estos conflictos, forzando los movimientos obreros en clandestinidad y poniendo las condiciones para su represión ilegal por parte del sistema de protección patronal, a través de despidos masivos, intimidaciones, falsificaciones de documentos, sobornos, arrestos arbitrarios, agresiones y torturas.

La ponencia se enfoca en la experiencia obrera de estos conflictos, el objetivo es presentar el sindicalismo de protección patronal como condición y resultado de un proceso subjetivo, destacando las formas de acción colectiva que articula.

La presentación al congreso ABET se desarrolla a lo largo de los siguientes ejes (E):

[E1] Definir el papel del sindicalismo de protección patronal en la restructuración de las relaciones de producción en México.

[E2] Describir las prácticas, los discursos y las emociones que caracterizan la experiencia obrera del sindicalismo de protección patronal.

[E3] Describir las estrategias, los significados y los recursos afectivos a través de los cuales los trabajadores se constituyen en un sujeto político antagonista.

[E4] Describir el papel del sindicalismo de protección patronal en el contexto de las relaciones industriales transnacionales, con particular atención a la industria automotriz.

¹ En México se distingue entre huelga y paro laboral. Ambos términos se refieren a una forma de protesta de los trabajadores que se manifiesta con la interrupción voluntaria de las labores. La diferencia entre estas categorías reside en el hecho que la huelga es coordinada por el sindicato e impone el respeto de un protocolo institucional, que prevé la negociación de las condiciones de la protesta con la empresa y la JLCyA, mientras el paro es una reacción espontánea y autónoma de los trabajadores.

LA INVESTIGACIÓN

La ponencia prevé la presentación de los resultados de un trabajo de investigación etnográfica que he llevado a cabo a lo largo de dos años con los trabajadores de Teksid Hierro de México, una empresa italiana controlada por el grupo Fiat Chrysler Automobile (FCA). Al centro de esta propuesta analítica se sitúa la experiencia de los trabajadores de un cierto modelo sindical, del sistema de movilización de la mano de obra y de gestión de las relaciones laborales vigente en México. El énfasis, aquí, está en la definición construida por los trabajadores del sistema de actores e interacciones, mediado por estructuras normativas, que provee a la organización y al control de la relación entre capital y fuerza de trabajo.

La herramienta etnográfica, en esta perspectiva, constituye una técnica de investigación particularmente eficaz, en cuanto es capaz de penetrar la dimensión subjetiva de las relaciones sindicales, centrando el análisis en el punto de articulación entre la cultura y la praxis, las relaciones socio-culturales y la dinámica histórica (Bertaux, 1999).

Este tipo de acercamiento a las relaciones sindicales, más allá de la presentación de los mecanismos formales y de las infraestructuras institucionales, permite describir los significados y las emociones que los trabajadores les atribuyen, junto con las prácticas que desempeñan conforme a ese horizonte simbólico y emotivo, es decir, la apropiación subjetiva de un peculiar modelo de producción y de política sindical.

He llevado a cabo el trabajo de campo implementando las siguientes técnicas de investigación cualitativa: entrevistas semi-estructuradas, historias de vida, grupos focales y observación participante.

Durante dos años he vivido en casa de los trabajadores, junto con sus familias, participando en sus actividades cotidianas: estuve presente en las asambleas, en las sesiones de formación sindical, en las juntas para la construcción y la distribución de volantes y finalmente asistí a las audiencias en la Junta de Conciliación y Arbitraje [E2; E3].

He impartido 30 entrevistas semi-estructuradas [E1; E2; E3; E4], he recolectado 10 historias de vida [E2; E3] y he dirigido 8 grupos focales para la discusión de los contratos colectivos [E1; E2; E3].

Las entrevistas y los grupos focales me han permitido reconstruir los procesos que regulan el acceso al empleo, la capacitación al trabajo, la organización y el control del proceso productivo, los protocolos de seguridad, las prácticas de afiliación sindical, la elección de los representantes

sindicales, las dinámicas que presiden a la negociación colectiva y a la definición de los contratos colectivos [E1; E4]. Asimismo las entrevistas semi-estructuradas me ofrecieron la posibilidad de destacar las peculiaridades de la memoria y de la cultura sindical del territorio objeto de estudio, vislumbrando las trayectorias laborales de los entrevistados y de sus familias [E2; E3]. La participación en las actividades cotidianas del movimiento me ha dado la oportunidad de estudiar las prácticas, los discursos y los procesos afectivos que presiden a la construcción de un sujeto político, destacando las formas de politización, así como las técnicas de organización y las estrategias de movilización [E3]. Por otro lado la convivencia prolongada con las familias de los trabajadores me ha permitido enfocar en las relaciones y las prácticas de género, señalando la dialéctica que se establece entre estas, el trabajo en la fábrica y las políticas sindicales [E2; E3]. En el transcurso de los últimos dos años he tenido la posibilidad de observar el desencadenamiento global de los procesos que estuve estudiando a nivel local con los trabajadores mexicanos, entrevistando los responsables globales de recursos humanos de FCA y representantes sindicales en Italia y Estados Unidos. Con el mismo objetivo he participado en congresos internacionales entorno al sector automotriz, en asambleas sindicales transnacionales organizadas para desarrollar estrategias políticas en respuesta al sindicalismo de protección patronal y en la red sindical global de FCA [E4].

BIBLIOGRAFÍA

- Baumann, Z. (2004). *Modernidad Líquida*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica Argentina.
- Bertaux, D. (1999). “El Enfoque Biográfico. Su Validez Metodológica, Sus Potencialidades”. *Proposiciones* 29, pp. 1-23
- Bouzas, J. A., Riveros, M. M. (2001) “Contratos Colectivos de Trabajo de Protección”, in Bouzas, J. A., (coord.) *Democracia Sindical*, México: IIE-UNAM, UAM, AFL-CIO, FAT, p. 52
- Carrillo, J. (1985). “Conflictos Laborales en la Industria Maquiladora de Exportación”. *Enfoques de la Economía, Política y Cultura*, año 1, n. 1, México, Junio, pp. 32-46
- y García, Patricia. (1987). “Etapas Industriales y Conflictos Laborales: La Industria Automotriz en México”. *Estudios Sociológicos*. V: 14.
- Coord. (1989). *Reestructuración Industrial. Maquiladoras en la Frontera con*

Estados Unidos, México, D.F.: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.

——— (2015a). Ponencia “Transformaciones Industriales de La Maquiladora.” en Quintero, C. (Presidencia) “Medio Siglo de Maquiladora: ¿Qué nos ha dejado, hacia donde vamos?”, Seminario Internacional llevado a cabo en COLEF, Matamoros.

——— (2015b). Ponencia “La Importancia de Las Empresas Automotrices Globales En México.” Fundación Friedrich Ebert Stiftung, Industrial Global Union (Presidencia), “Los Sindicatos ante las estrategias de las empresas automotrices”, Congreso llevado a cabo en México, D.F.

Covarrubia, A. (1993). *La Flexibilidad Laboral en Sonora*. México: COLSON/Fundación Friedrich Herbert. Citado en Quintero, C. (2005). “Contratos de protección y flexibilidad laboral”, en *Memorias del Seminario Auge y perspectivas de los contratos de protección, ¿corrupción sindical un mal necesario?*, Grupo Parlamentario del PRD/Fundación Friedrich Ebert Stiftung, México, pp.25-36

De La Garza Toledo, E. (2002), “*Reorganización del Trabajo: Subjetividad y Resistencia*”. <http://sgpwe.izt.uam.mx/pages/egt/congresos/9TrabajoFrag.pdf> (04/07/2015)

——— (2010). “*Trabajo, Identidad y Acción Colectiva*”, México D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana Itztapalapa, Clacso, Plaza y Valdes.

Gambrill, M. C. (1989). “Sindicalismo en las Maquiladoras de Tijuana: regresión en las Prestaciones Sociales”. En Jorge Carrillo (coord.) *Reestructuración Industrial. Maquiladoras en la Frontera con Estados Unidos*. México, D.F.: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.

Gorz, A. (1982). *Adios al Proletariado*. Barcelona: El Viejo Topo

Guadarrama, R. Torres, J. L. (2004). Ponencia “Identidades Laborales en Transito. Costureras y Maestros de Primaria en Costa Rica y México”, en Reunión de la Latin American Association, Las Vegas: UAM-Itztapalapa.

Goodwin, J. Jaspers, J. Polletta F. (2016) “*Passionate Politics. Emotions and Social Movements*”, Chicago, London: University of Chicago Press.

Jaspers, J. (1998). “The Emotions of Protest: Affective and Reactive Emotions in and Around Social Movements” *Sociological Forum*, 13:397-424

López Estrada, S., & Quintero Ramírez, C. (coord). (2014). *Los Estudios de Género en el Norte de México a Umbrales del Siglo XXI*. Tijuana: Colef.

- Méndez Luis H. (2003). “Clase Obrera Maquiladora Fronteriza e Identidades Difusas”, *Sociológica*, año 18, No. 53, pp.123-156
- Modonesi, M. (2016). *El Principio Antagonista. Marxismo y Acción Política*, México D.F.: UNAM - ITACA
- Mummert, G. & Ramírez Carrillo, L. A. (coord) (1998). *Rehaciendo las diferencias. Identidades de Género en Michoacán y Yucatan*. Zamora: El Colegio de Michoacán.
- Peña, D. (1989). “Las Luchas en el Interior de la Fábrica.” En Jorge Carrillo (coord.) *Reestructuración Industrial. Maquiladoras en la Frontera con Estados Unidos*. México, D.F.: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- Pérez, P., & Mummert, G. (1998). “Introducción: la construcción de las identidades de género vista a través del prisma del trabajo femenino”. In Mummert, G.y Ramírez Carrillo, L. A. (coord), *Rehaciendo las diferencias. Identidades de Género en Michoacán y Yucatan*. Zamora: El Colegio de Michoacán.
- Quintero Ramírez, Cirila. (1990). “La Sindicalización en las Maquiladoras Tijuánenses”, México D.F.: Consejo Nacional para las Culturas y las Artes.
- y Middlebrook, Kevin J. (1998). “Las Juntas Locales de Conciliación y Arbitraje en México: Registro Sindical y Solución de Conflictos en los Noventa”. *Estudios Sociológicos*, Vol XVI, n. 47, Mayo - Agosto. México D.F.: COLMEX
- (1999). “Conflictos Sindicales en la Maquila de la Frontera Norte”. *Espiral*, Vol. V, n. 14, Enero – Abril, pp. 173 – 197
- (2006). “El Sindicalismo en las Maquiladoras. La Persistencia de lo Local en La Globalización.” *Desacatos*, n. 21, Mayo-Agosto, pp. 11-28
- y Dragustinovis, Javier. (2006b). *Soy Mas que Mis Manos: los Diferentes Mundos de la Mujer en la Maquila*, México: Friedrich Ebert Stiftung-SJOIIM.
- (2013). “Trabajadores en la Maquila. De los Riesgos Laborales a los Riesgos Sociales”. En Pérez, F. Lorena, R. Rodríguez Estevez, J. M. (Coord.) *El Análisis del Riesgo y Riesgos de la Frontera: Aportes desde las Ciencias Sociales*. Tijuana: COLEF.
- (2014). “Fighting for Independent Unions in the Maquilas”. En *México: The State Against Working Class*. NACLA – Report on the Americas, Vol. 47, n. 1, Spring, pp. 60 - 64
- (2015). Ponencia “Cinco Décadas de Empleo Maquilador: De Fuente Laboral Femenina a Empleo Regional”. Quintero, C. (Presidencia) “Seminario Internacional Medio Siglo



de Maquiladora: ¿Qué nos ha dejado, hacia donde vamos?”, llevado a cabo en el COLEF, Matamoros.

Reygadas, L. & Hernández, M. A. (2003). “Lógica Cultural de Prácticas al Margen de las Reglas. Compensaciones Ocultas y Pillaje en Dos Grupos de Sindicalistas Mexicanos”, *Alteridades*, 13 (25), pp. 103 -120

Rifkin, J. (1995). *El Fin del Trabajo*, México: Paidós.

Sennett, R. (1998). *The Corrosion of the Character. The Personal Consequences of Work in the New Capitalism*, New York, London: Norton & Company.

Solís, M. (2009). *Trabajar y Vivir en la Frontera. Identidades Laborales en las Maquiladoras de*

.

MOVIMENTO SINDICAL E JUVENTUDE: UMA INVESTIGAÇÃO DA JUVENTUDE DA CUT

Leise Helena Xavier Filgueiras

leise.filgueiras@gmail.com

Introdução:

O sindicalismo brasileiro passou/passa por profundas transformações nas últimas décadas, tanto no que diz respeito a sua atuação, quanto na sua composição, posicionamentos e capacidade. Desde a emergência do “novo sindicalismo” no final da década de 1970, a intensa atividade grevista da década de 1980, o refluxo sindical e as dificuldades da década de 1990 frente à ofensiva neoliberal, até a sua fase atual, que teve como marco a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, ex-sindicalista e uma das principais lideranças operárias, para a presidência da república.

Com efeito, os sindicatos e seus agentes se constituíram em força social capaz de participar e intervir nas decisões e na configuração do poder político, especialmente no processo de abertura democrática que culminou no movimento por eleições diretas no Brasil. A trajetória da CUT (Central Única dos trabalhadores) é exemplo disso, resultado de um longo processo de organização da classe trabalhadora no Brasil, ela se constituiu e permanece sendo a maior central sindical do país. Segundo dados do Ministério do Trabalho publicados no diário oficial da união (2015)¹, a CUT atualmente representa 30,40% dos trabalhadores sindicalizados.

O tema da juventude aparece nas resoluções da CUT desde o final da década de 1980, porém, apenas enquanto setor atingido pela precarização do mercado de trabalho e pelo desemprego, o qual deveria ser estimulado em sua participação sindical. Em 1997,

¹ Disponível no diário oficial da união, seção 1, nº62, 1 de abril de 2016, pág. 132.

foi criado o Coletivo Nacional de Juventude da CUT, e o tema reaparece timidamente na agenda da central na década de 2000. Na 12ª Plenária Estatutária da CUT (2008), foi aprovada a criação da Secretaria da Juventude e, no ano de 2009, na ocasião do 10º CONCUT (Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores), os representantes da secretaria de juventude da CUT nacional e das Estaduais da CUT foram eleitos.

Esse trabalho tem por objetivo investigar a problemática da juventude no sindicalismo brasileiro. Por esta razão se orienta pela seguinte questão: como e de que forma a Central Única dos Trabalhadores (CUT) trata os problemas referentes à juventude? Em outros termos, qual o lugar que as questões relativas à juventude têm nas práticas sindicais desta central? Para isto, buscamos investigar a Secretaria de Juventude da CUT, instância nacional fundada em 2008 que formula as políticas e posições desta central acerca desta problemática.

Na representação predominante da condição juvenil da metade do século XX até a atualidade, os jovens aparecem ou pela ótica do “problema social” (afetados pelas drogas, delinquência, desemprego, etc.) ou como “promessa” para o amanhã (OLIVEIRA, 2013). Na maior parte das abordagens parece haver uma dificuldade em considerar os jovens enquanto sujeitos políticos capazes de formular questões significativas e de propor ações relevantes, contribuindo para a solução dos problemas sociais para além de sofrê-los ou ignorá-los (ABRAMO, 1997).

Para os fins dessa pesquisa, adotamos o pressuposto metodológico de que a categoria juventude não pode ser compreendida enquanto socialmente homogênea, pois a condição de classe², as trajetórias, as experiências e as oportunidades não são as mesmas para os indivíduos com idades cronológicas semelhantes. A ideia de juventude é uma construção social, seu significado surge da produção de uma sociedade específica a partir das diversas formas que ela enxerga os jovens, das referências, dos estereótipos, dentre outros fatores que aparecem enquanto característicos dessa fase da vida a que

² Compreendemos classe social enquanto um fenômeno que é ao mesmo tempo econômico, político, cultural, objetivo e subjetivo, econômico porque assumimos que a divisão entre proprietários e não-proprietários é uma divisão fundamental que possibilita a formação de coletivos com interesses opostos, porém, para que essa potencialidade se realize faz-se necessário levar em consideração fatores político-ideológicos, que farão com que essa existência latente de classes que se colocam em oposição uma a outra, se torne manifesta (Boito Jr. 2007).

convencionamos chamar de juventude, mas que não é vivenciada igualmente pelos indivíduos de uma mesma faixa etária. A condição juvenil é histórica, cultural e social. Ela varia ao longo da história, varia de uma cultura para a outra, varia de acordo com a origem rural ou urbana desses indivíduos, varia de acordo com distinções sociais de classe, raça e gênero, etc.

Metodologia:

Para a realização dessa pesquisa utilizamos todos os documentos que foram lançados até o momento pela Secretaria Nacional de Juventude da CUT, a saber: a revista em quadrinhos chamada “A Aventura da Organização Sindical”, lançada no ano de 2011; “15 anos de organização da juventude da CUT: por uma política de Estado contra o desemprego e a precarização do trabalho juvenil”, lançada no ano de 2012; o caderno de formação sindical “Juventude, mercado de trabalho e sindicalismo”, do ano de 2013; e a cartilha “Juventude da CUT e as negociações sindicais no campo e na cidade”, lançada no ano de 2014. Além disso, buscamos examinar os discursos desses documentos utilizando outras fontes, tais como as resoluções dos Congressos Nacionais da CUT (CONCUT) e as Plenárias Nacionais da entidade.

Compreendemos que as fontes e os documentos que investigamos são resultado de lutas políticas e expressam as relações de forças dentro da entidade, sejam os elaborados pela Secretaria de Juventude, sejam os elaborados pela Executiva Nacional da entidade, ou ainda as resoluções de congressos de maior abrangência. Portanto, o resultado final das resoluções e demais documentos da central sindical é fruto da visão hegemônica de uma ou mais correntes e reflete a posição política daquelas que possuem maior força no seu interior.

O recorte temporal escolhido para a realização desse trabalho abrange os anos de 2006 a 2014, justificamos essa escolha por este ter sido o período em que os debates sobre juventude começaram a acontecer de forma mais sistemática no interior da central, culminando na criação da Secretaria de Juventude no ano de 2008. Além disso, se trata de um período marcante para o movimento sindical, sobretudo no interior da CUT, abrangendo o período dos governos Lula e Dilma no executivo nacional, dos quais a CUT

se manteve aliada, e a regulamentação legal das Centrais Sindicais no Brasil com a Lei 11.648/2008³.

Resultados de pesquisa:

A Secretaria de juventude da CUT afirma tomar como desafio a construção de uma nova geração sindical no Brasil, nova em sua forma de construir política sindical e em seu potencial criativo para organizar a classe trabalhadora e romper com as formas autoritárias, burocráticas e opressoras que ainda estariam arraigadas na estrutura sindical brasileira. Observamos que há um esforço por parte da Secretaria de Juventude, para a inclusão dessa juventude submetida ao emprego precário, que não goza das mesmas capacidades de se organizar sindicalmente nos locais de trabalho. Esse esforço aparece quando a Secretaria de Juventude afirma que a CUT não pode se limitar aos que possuem carteira de trabalho assinada e também na defesa da criação de coletivos de juventude nas entidades de base da central.

Ademais, é evidente o importante papel estratégico da questão da juventude para a interlocução da central com os movimentos sociais do campo, desde o primeiro projeto da entidade com relação à temática até a última cartilha lançada no ano de 2014. A sensibilidade da Secretaria de Juventude para essa questão pode ser explicada em larga medida pelo fato de que a Secretaria não é formada somente por militantes formalmente sindicalizados, o que incluiria de forma mais abrangente a juventude do campo no interior da central. A atual representante da Secretaria Nacional de Juventude na Direção Executiva Nacional da CUT (2015-2019) é oriunda do setor rural, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ouro Branco – Alagoas, tendo sido também Secretaria de Políticas para Mulheres Trabalhadoras da FETAG – Alagoas, o que dá

³ A lei 11.648/2008 trouxe o reconhecimento formal das centrais na estrutura sindical, enquanto entidades associativas de direito privado de representação geral dos trabalhadores, constituídas em âmbito nacional. Antes disso, as centrais sindicais não podiam participar formalmente de negociações entre a classe trabalhadora e o patronato, pois se tratavam apenas de associações civis. Portanto, esta lei concedeu às centrais a prerrogativa de coordenar e participar de negociações em espaços de diálogo social que possuam composição tripartite. Além disso, com a legalização as centrais passaram a ter acesso a 10% da contribuição sindical dos sindicatos filiados, no ano de 2010, por exemplo, a CUT recebeu R\$27,3 milhões, segundo dados do MTE. (Soares, 2013).

indícios da importância desse setor no interior da Secretaria de Juventude.

Destacamos também que a questão das políticas públicas adquire bastante centralidade nos documentos da Secretaria de Juventude desde a sua fundação, assim como também nas resoluções dos Congressos e Plenárias da CUT quando são mencionadas as questões da juventude, como se elas sempre desembocassem na necessidade de políticas públicas para esse setor. Ademais, essa questão também vem acompanhada de um discurso de “fortalecimento do estado”, que aparece na cartilha da Secretaria de Juventude do ano de 2012 e aparece também com o mesmo texto na resolução da 14ª Plenária Nacional da CUT.

De certa forma, esse argumento de que é imprescindível fortalecer o estado e criar políticas sociais se configura em um certo fetichismo do estado. Essa tendência é da central como um todo, já que a CUT fez esse movimento de se voltar mais para a construção de políticas públicas, para um sindicalismo cidadão e para a participação nas negociações coletivas. Esse tipo de ideário se destaca pela contraposição ao sindicalismo combativo mais característico da central nos seus primeiros anos.

Mesmo com o aumento de políticas públicas para a juventude a partir do governo Lula, em geral elas priorizavam o mercado de trabalho e focavam na ideia da profissionalização enquanto saída para o desemprego da juventude, conforme aparecem nos documentos do Conselho Nacional de Juventude (CONJUV) criado em 2005, na Agenda nacional de Trabalho Decente para a Juventude do Brasil (2010), na conferência Rio+20 (2012). Promovidos pelo Governo Federal, todos os documentos contêm uma perspectiva de formação cidadã e educação para o trabalho, nos quais a Secretaria da Juventude da CUT participou da elaboração enquanto representante da juventude.

Em nossa análise foi possível notar que o debate sobre juventude de fato só ganhou maior expressão nacional no interior da entidade recentemente. De modo geral a juventude aparece em todos os documentos da entidade enquanto setor amplamente afetado pela precarização do trabalho e pelo desemprego e, por conta disso, também aparece como um setor que necessita de políticas sociais específicas. Ao mesmo tempo, todos os documentos abordam de forma genérica que existe uma grande dificuldade em aproximar a juventude do movimento sindical.

A cartilha “Juventude da CUT e as negociações sindicais no campo e na cidade” (2014) traz alguns dados de uma pesquisa que a CUT Nacional encomendou ao DIEESE de caracterização dos dirigentes sindicais, a pesquisa foi uma deliberação do XI Congresso nacional da CUT (2012) sobre a necessidade de conhecer o perfil dos dirigentes da central. Através dos dados da pesquisa, é possível constatar que 89,1% dos dirigentes da CUT possuem mais de 35 anos, e deste percentual, 44% possuem 50 anos ou mais, mostrando que a central possui baixa participação de jovens nos seus cargos de direção, situação que se acentua mais ainda quando observamos apenas a Executiva Nacional, apenas 8% dos dirigentes possuem até 35 anos.

No que diz respeito às secretarias de juventude, 77,8% dos secretários estavam na faixa etária de menos de 35 anos, o que significa que 22,2% dos secretários de juventude da CUT não se encontravam na faixa etária que a central utilizou para caracterizar os “jovens”, fato que deve se alterar nos próximos anos dada a deliberação da 14ª Plenária Nacional da entidade, que estabelece idade máxima de 35 anos no ato da posse para que o dirigente assuma a secretaria de juventude tanto em âmbito nacional quanto em âmbito estadual. Mesmo com a faixa etária que abrange a juventude tendo sido ampliada pela CUT para até os 35 anos, salta aos olhos a baixa participação dos jovens na direção dos ramos e estruturas da CUT.

Com relação as diferenças regionais destaca-se que enquanto nas regiões Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste do país, os percentuais de dirigentes com menos de 35 anos eram 14,3%, 12,7%, 13,3%, e 8,2%, respectivamente, na região sudeste, região que sempre concentrou um grande número de sindicatos e que foram, em grande medida, importantes para a construção da CUT nacional, a exemplo do sindicato dos metalúrgicos do ABC, apenas 2,5% dos dirigentes possuem menos de 35 anos. Portanto, na região que concentra os maiores e mais importantes sindicatos cutistas, o percentual de jovens na direção é bem menor do que nas outras regiões do país, um indicador da dificuldade de renovação nos cargos de direção dos sindicatos dessa região.

Além disso, dentre os dirigentes entrevistados somente 11% afirmaram que a sua entidade de base estabelece cotas para jovens e 21% que elas possuem coletivos de jovens. Quando perguntados com a relação as maiores dificuldades em implementar ações específicas voltadas para a juventude 42% dos dirigentes afirmam que o principal

problema é a falta de interesse dos jovens em participar do sindicato, 35% assinalam que a falta de interesse é da entidade ou da diretoria do sindicato, 16,8% que a juventude não é representativa no interior da categoria, 9,1% que os jovens priorizam os estudos e por isso não possuem tempo para participar dos sindicatos e 6,8% que o jovem é despreparado para exercer representação no interior da central. Sobre essas questões a Secretaria da Juventude pondera:

Uma avaliação recorrente é a de falta de interesse dos jovens em participar dos sindicatos, de apatia sobre a política, o que cria dificuldades para que as entidades sindicais se aproximem dos jovens e tragam--no para dentro da vida sindical. Mas como temos visto, em especial no último ano, ainda que se possa apontar divergências de avaliações sobre formas de organização e pauta dos movimentos, a juventude está mobilizada e participando ativamente da vida política do país. Sendo assim, cabe uma avaliação profunda sobre o porquê da juventude não estar se organizando nas entidades sindicais, considerando ainda que o contingente de jovens no mercado de trabalho é significativo, o porquê de não se ver atraída a participar desse espaço de atuação política, deve ser fruto de uma avaliação que inclua diversos aspectos, para além do comumente dito - que é uma questão de linguagem para atrair os jovens -, talvez, seja mais uma questão de políticas, e não de linguagem. (Secretaria da Juventude, 2014, p.14)

As mobilizações as quais a Secretaria de Juventude está se referindo são as do ano de 2013, que começaram em São Paulo motivadas pelo aumento das passagens de ônibus e rapidamente tomaram o Brasil, organizadas pela juventude através das redes sociais. Braga e Santana (2015) observam que diante das manifestações de junho de 2013, nas quais os jovens deram a tônica, os sindicatos não contavam entre as forças motoras, inclusive com uma greve geral tendo sido convocada pelas redes sociais sem que eles protagonizassem a convocação, quando os sindicatos apareceram, no dia nacional de lutas, pareciam estar fora do contexto e em descompasso qualitativo e quantitativo com as manifestações.

A baixa inserção da juventude nos cargos de direção no interior da central demonstra que há resistência por parte dos sindicalistas mais antigos, resistência que transparece nos argumentos de que o jovem não possui interesse em participar dos sindicatos, prioriza os estudos e por isso não participa, ou ainda de que os jovens estão despreparados para exercer representação. Esses argumentos, somados a questão de que a juventude em sua maioria não estaria formalmente sindicalizada, contribuindo financeiramente com os sindicatos, podem ser as razões que fazem com que as questões

pertinentes a juventude permaneçam sendo questões menores, vide a dificuldade em ter Secretarias da Juventude com jovens nos cargos de dirigentes, e também a tímida adoção da política de cotas para jovens.

Conclusão:

As juventudes brasileiras são muitas, frutos de muitas clivagens multicombinadas, e faz-se necessário incorporar essas diferenciações, ao mesmo tempo em que é difícil representar um contingente tão heterogêneo. As publicações da Secretaria de Juventude se restringem em discutir trabalho e mercado de trabalho, que embora sejam questões fundamentais para o movimento sindical e para a juventude brasileira em geral, poderiam ser ampliadas, visto que a central se propõe a um nível de abrangência e de representação que visa ultrapassar a esfera das categorias profissionais.

Dessa forma, embora a CUT tenha tratado os problemas referentes à juventude em seus congressos e plenárias ao longo da sua história, eles não adquirem centralidade nas práticas sindicais da central, se tratando muito mais de uma emulação discursiva do que de fato uma ideia de juventude e de política pública para a juventude que seja definida e que tenha lugar e resultados nas ações da central.

Nesse sentido, cabe discutir quais as respostas que os sindicatos têm dado para a juventude, que tem protagonizado diversos movimentos sociais, seja discutindo questões raciais (vide marcha do empoderamento crespo que ocorreu em Salvador em 2015⁴ e as marchas do orgulho crespo que ocorreram em São Paulo⁵), questões de gênero (protestos contra a cultura do estupro que ocorreram em diversas cidades em 2016⁶), ou as jornadas de junho de 2013. De forma que a juventude não se encontra desmobilizada ou fora do cenário político nacional. Braga e Santana (2015) observam que é necessário

⁴ Para mais informações: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/marcha-do-empoderamento-crespo-reune-cerca-de-tres-mil-pessoas-em-salvador/>> último acesso: 29 ago. 2016.

⁵ Para mais informações: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/08/mulheres-participam-da-2-marcha-do-orgulho-crespo-em-sao-paulo.html>> último acesso: 29 ago. 2016.

⁶ Para mais informações: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/mulheres-protestam-contra-cultura-do-estupro>> último acesso: 29 ago. 2016.

pensar o lugar tradicional dos sindicatos como canal de organização frente a uma reconfiguração das classes sociais no Brasil contemporâneo.

O argumento de Braga e Santana (2015) é de que o “precariado” - juventude trabalhadora em condições precárias de vida e de trabalho, despojada de garantias trabalhistas e submetida a rendimentos incertos - está carente de uma identidade coletiva e os sindicatos representariam os privilégios dos que possuem alguma proteção social garantida pelas formas tradicionais de negociação coletiva, o que explicaria a hostilidade frente aos movimentos trabalhistas tradicionais (BRAGA, SANTANA, 2015). Entretanto, não acreditamos que essa hostilidade da juventude trabalhadora em relação aos sindicatos seja apenas uma expressão do ressentimento dos despossuídos, ela pode estar carregada de sentidos, que podem perpassar a própria decepção com as formas tradicionais, a ideia de burocratização e engessamento oriunda da própria estrutura sindical, a relação do movimento sindical com o estado, ou ainda ao sindicalismo de cúpula praticado pelas lideranças.

Por mais que o discurso da CUT tenha sido renovado a partir da Secretaria de Juventude, as práticas não são muito inovadoras, a Secretaria de Juventude trilha o mesmo caminho que o restante da central já traçou, o de pautar construção de políticas públicas e ações coletivas, mesmo que o escopo destas tenha sido ampliado. Falta uma renovação no que diz respeito as práticas, além de que caberia a central tentar se aproximar dos debates de questões mais caras as juventudes, como questões de raça e de gênero. Dessa forma, a análise dos documentos evidencia que a Secretaria de Juventude da CUT, assim como demonstra o histórico da própria central nas últimas décadas, tem buscado se relacionar muito mais com o estado do que com a sociedade civil e os movimentos sociais.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. SILVA, Jair Batista. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, v.28, n.75. Salvador: UFBA, 2015, p. 511-528.

BRAGA, Ruy. SANTANA, Marco Aurélio. Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. **Caderno CRH**, v.28, n.75. Salvador: UFBA, 2015, p. 529-544.

BOITO JR, Armando. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. A Hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, n.17. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 10-36.

_____. **O Sindicalismo de Estado no Brasil**. Hucitec. 1991.

DRUCK, Maria da Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. **Revista OSAL**, Ano VII, n.19. Buenos Aires, 2006.

GALVÃO, Andréia. Trópia, Patrícia Vieira. Marcelino, Paula. A reconfiguração do sindicalismo brasileiro nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico da Conlutas. **Opinião pública**, Campinas, vol. 19, n.1, junho, 2013, p. 81-117.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Revista Outubro**, n.18, 2009. p. 175-197.

_____. Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2007.

_____. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. **Revista Outubro**, n.14, 2006.

_____. **A CUT na encruzilhada: dilemas do movimento sindical combativo**. Ideias, Campinas, v. 09, n.1, 2003.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud és mas que una palabra. In: MARGULIS, Mario. **La juventud és mas que una palabra: ensayos sobre cultura e juventude**. Buenos Aires: Biblos, 2008. Disponível em: <http://perio.unlp.edu.ar/teorias/index_archivos/margulis_la_juventud.pdf>. Acesso em 29 jul. 2016.

OLIVEIRA, Luiz Paulo. *Filhos da precarização social do trabalho: um estudo sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000*. Tese de Doutorado. Salvador, 2013.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v.25, n.105/106, 1990.

RODRIGUES, Flávia; SILVA, Jair Batista da. Juventude, desigualdades e mercado de trabalho na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, n.1, 2011, p.155-176.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.

_____. Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos? **Caderno CRH**, v.28, n.75. Salvador: UFBA, 2015, p. 479-491.



RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

SILVA, Jair Batista da. *Racismo e sindicalismo: reconhecimento, redistribuição e ação política das centrais sindicais acerca do racismo no Brasil (1983-2002)*. Tese de Doutorado. Campinas, 2008.

SILVA, Selma Cristina. *Da “cidadania regulada” à cidadania regressiva: um estudo de caso do projeto de cooperativismo urbano da CUT*. Tese de Doutorado. Salvador, 2010

SOARES, J. L. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n.3, 2013.

Joint-ventures, deslocamentos e ações coletivas

Sabrina de Oliveira Moura Dias

Email: sabrinamouradias@gmail.com

Introdução

A terceirização é um tipo de organização da produção e do trabalho que tem se expandido no Brasil nos últimos anos (CARELLI, 2007; POCHMANN, 2008; DAU, 2009). No entanto, também não foi incomum nos últimos anos a retomada de atividades previamente terceirizadas por grandes empresas em diferentes setores produtivos. Parte destas desterceirizações resultou tanto de razões operacionais e estratégicas das empresas como também emergiram como resultado da crítica social em torno da precarização do trabalho que estas práticas de maneira recorrente ensejavam e da atuação de instituições e entidades que combateram/combatem ativamente estas práticas.

Neste texto buscaremos compreender a estratégia da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) - grande empresa do ramo siderúrgico e minerário - de substituir contratos com prestadoras de serviços por contratos com *joint ventures*. Embora reproduzam condições de trabalho e formas de contratação similares àquelas produzidas pela terceirização, a utilização de *joint ventures* com ex-prestadoras de serviços para contratação de trabalhadores foi divulgada pela empresa como “alternativa à terceirização”. A criação das *joint ventures* CGPAR em Congonhas (mineração) e CBSI em Volta Redonda (complexo siderúrgico) contribuiu para a criação de novos enquadramentos sindicais de trabalhadores anteriormente vinculados aos sindicatos das categorias preponderantes. A pesquisa para a elaboração do texto contou com entrevistas de trabalhadores e sindicalistas, bem como com a consulta à boletins sindicais e jornais locais.

A criação de joint-ventures em “substituição” à terceirização

Por volta de 2011 entrevistas com altos quadros da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda apontavam a criação de uma nova empresa como saída às críticas, ações e investigações, bem como à perda de eficiência que a terceirização vinha ocasionando na usina. A nova empresa seria uma *joint venture* controlada pela CSN e por uma de suas prestadoras de serviços – a antiga Cikel. A nova empresa ficaria responsável pela incorporação de grandes contratos de prestação de serviços dentro da Usina Presidente Vargas (UPV). No início do ano seguinte surgiu a Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura (CBSI), empreendimento com 50% de capital da CSN e 50% de capital da CKLS Serviços Ltda.

A *joint venture* incorporou na mesma época os contratos da CKLS, predominantemente ligados às obras de construção civil, embalagem e manutenção de estruturas metálicas da usina, e da Verzani Sandrini, especializada em limpeza industrial. É possível que já neste mesmo ano o novo empreendimento tenha se tornado a empresa com maior número de funcionários dentro da UPV. Afora estes grandes contratos, a empresa também incorporou outros serviços subcontratados às terceirizadas Enesa, Rip e Citrino. Assim como em outras mudanças e deslocamentos previamente ocorridos na produção, pouca ou nenhuma explicação foi oferecida a sindicalistas e trabalhadores sobre as causas e os objetivos por detrás do surgimento da CBSI. Algumas notícias atribuíam a criação da CBSI ao desejo da CSN de incorporar e gerir os contratos de manutenção industrial. Uma matéria online publicada pela imprensa local, o *Jornal Aqui*, mencionou a abertura da nova empreiteira da CSN e o ambiente de dúvidas e incertezas acerca de seu surgimento:

Esta semana, o *aQui* recebeu uma denúncia curiosa. A de que a CSN e a Cikel (uma antiga fornecedora de embalagens de madeira para a Usina Presidente Vargas) teriam se unido para criar uma terceira empresa para assumir os serviços de manutenção na UPV. A nova empresa, apelidada pela Rádio Peão de Companhia Benjamin Steinbruch (CBS) se chama na verdade Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura (CBSI). O problema é que mal foi criada e ela já começa a provocar dor de cabeça no presidente do Sindicato da Construção Civil, Dejair Martins. Há pelo menos dois bons motivos pra isso: primeiro, porque o sindicalista precisou se impor para impedir que as pendências trabalhistas da Cikel fossem deixadas de lado, prejudicando quase



mil operários que trabalhavam para ela. E segundo, porque a Cikel teria se recusado a pagar a PPR (Programa de Participação dos Resultados) de 2011, alegando que não teria dinheiro em caixa. Em entrevista ao *aQui* na quinta, 2, Dejair confirmou que a CSN e a Cikel se uniram e criaram a CBSI e que esta nova empresa passou a existir, de fato, no dia 1º de janeiro de 2012. *“Eu não sei por que eles montaram esta nova empresa. A Cikel tinha um contrato com a CSN de mais de 10 anos, não sei se vinha pedindo algum aditivo para continuar com a manutenção das obras na usina. O que eu sei é que elas se uniram e criaram a nova empresa. Dois diretores da CSN e dois da Cikel respondem pela CBSI”*, contou Dejair, acrescentando que as pendências trabalhistas até o dia 31 de dezembro de 2011 ficaram a cargo da Cikel – o que incluía o pagamento da PPR de 2011, que deveria ter sido paga até 31 de janeiro de 2012. (Jornal aqui de 31 de janeiro de 2012)¹

Em 2011 antes mesmo da criação da CBSI, um dos entrevistados afirmou que o objetivo da futura empresa era ampliar o controle da CSN sobre os serviços prestados dentro da UPV. Estima-se que no início de suas operações, a nova empresa tenha incorporado parte dos ex-funcionários da italiana Comau, responsável por contratos de manutenção industrial. De acordo com as entrevistas, a CBSI era responsável além das atividades de limpeza, embalagem e construção de estruturas metálicas, pela manutenção eletromecânica na recém-inaugurada fábrica de aços longos. O desempenho de atividades de manutenção na fábrica de cimentos funcionaria como uma prévia da incorporação pela *joint venture* de outros contratos deste tipo da UPV. Os objetivos da empresa segundo relatório da CSN eram *“a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros”* (CSN, Demonstrações Financeiras 2011). Entre as atividades incorporadas pela empresa estava a manutenção de máquinas e equipamentos. As funções de manutenção de máquinas equipamentos são aquelas que oferecem maior risco de fragmentação da base do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense (Sindmetal-SF). Isto porque a despeito da ampliação da terceirização da manutenção de equipamentos nos anos 1990 e 2000, a representação destes trabalhadores e funções permaneceu majoritariamente a cargo dos metalúrgicos. Como nos

¹ Disponível em: <http://www.jornalaqui.com.br/arquivo/2011/776/paginas/csn3.htm> (Acesso em 04/011/2014).



casos de terceirização dos serviços, os prejuízos causados por estes novos enquadramentos já são de longa data conhecidos: fragmentação da base sindical das categorias preponderantes e convenções e acordos coletivos em geral inferiores àqueles conquistados junto à categoria preponderante (DRUCK, 2007; SANTOS, 2009; MARCELINO, 2013).

A nova empresa “nasceu” suscitando polêmicas e disputas. Em princípio, criou divergências em função de agregar trabalhadores das ex-subcontratadas Cikel e Verzani Sandrini, com atividades respectivamente enquadradas nas categorias da construção civil e do asseio e conservação. Pouco antes de se tornar CBSI, a Cikel, que estava enquadrada no Sindicato da Construção Civil, alterou seu nome para CKLS e, nesta época, assinou acordos coletivos com o Sindicato do Asseio e Conservação. No entanto, ao integrar a *joint venture* CBSI, os trabalhadores da CKLS voltaram a ser enquadrados no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Sul Fluminense ou Sintraconsmonpes². A estratégia de criar uma *joint venture* para prestação de serviços nos complexos da CSN não se restringe a unidade de Volta Redonda (RJ). Em Congonhas (MG), a CSN criou em 2012 a CGPAR Construção Pesada S.A., fruto de sua associação com a contratada GPA Construção Pesada e Mineração Ltda, para incorporar contratos de logística e de manutenção na mineradora de Casa de Pedra³. Com a criação da *joint venture* trabalhadores de manutenção da mina contratados pela CGPAR passaram a ser enquadrados na categoria da construção civil em lugar da mineração. A empresa foi criada na mesma época em que tramitava na justiça uma Ação Civil Pública contra a terceirização ilegal na mineradora da CSN. Segundo uma procuradora do trabalho de Belo Horizonte, em uma das tentativas de acordo com a CSN, a empresa apresentou a *joint venture* CGPAR como alternativa à terceirização, ou ainda, como uma forma de “primarização” da força de trabalho da mina. A empresa, com um capital de 50% da CSN incorporaria justamente as funções terceirizadas que haviam sido definidas como atividades-fim pelo MPT e pela justiça do trabalho de Minas Gerais.

Segundo a procuradora entrevistada, as motivações para a criação da nova empresa pela CSN teriam sido: evitar as greves realizadas pelos funcionários da GPA e “regularizar” a situação dos terceirizados, afastando o risco de condenação pela justiça por terceirização ilegal. Em sua visão, no entanto, a nova empresa não representaria mais do que um “aperfeiçoamento” da terceirização, já que os trabalhadores continuariam em uma condição de subcategoria, sem acessar os benefícios e direitos dos funcionários CSN. Assim como no caso da CBSI, os funcionários da CGPAR não desfrutaram dos

² Sindicato dos Trabalhadores da Conservação Civil, Montagem e Construção Pesada de Volta Redonda.

³ A empresa tem como principais atividades: “a prestação de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens.”

direitos e benefícios conquistados pelas categorias preponderantes (respectivamente dos metalúrgicos e dos mineradores).

Embora seja difícil determinar as razões que levaram a CSN a criar a CBSI, alguns entrevistados especularam sobre as causas da montagem da nova empresa:

(...) Então a CBSI é uma empresa que visa lucro, mas no entanto ela tem uma margem pequena deste lucro em razão de que, de que ele a medida que ele pega o contrato diretamente ele já tem um valor específico (...) Mas hoje eu acredito que a margem de lucro dela não seja tão grande (...) Porque quando o sócio principal dela [a CSN] montou ela pensando em não gastar. É meio contraditório isso né. Mas na minha opinião a ideia do Benjamin quando associou a esta empresa [CKLS] foi para que a CSN não gastasse tanto, gastasse menos. Então no entanto, essa empresa não vai trabalhar com uma margem de lucro tão elevada quanto outras certamente ao ganhar um contrato estariam trabalhando com aquela margem de lucro maior. (L)

Se do prisma das relações de trabalho estabelecidas a CBSI não se distanciava de outros tipos de terceirização, do ponto de vista da relação entre as empresas é difícil classificar a *joint venture* como terceirização, ou ao menos como uma terceirização no sentido clássico. Na CBSI está ausente parte do conflito de interesses inerente à relação entre contratada e contratante. A prestadora de serviços não possui autonomia para barganhar os contratos, pois a CSN é ao mesmo tempo contratante e contratada. A CBSI beneficiaria a CSN ao reduzir os custos com os serviços, e também ao permitir o aumento do controle sobre os contratos e sobre os funcionários contratados. Nas palavras de outro trabalhador:

(...) Na verdade é o seguinte, a visão que o pessoal tem é a seguinte, é se eu tirar a Sankyu e botar a CBSI, a CSN vai estar pagando um dinheiro que é muito alto com manutenção. E ali gasta muito, você vê muita gente trabalhando. Só que quando a CSN pagar este valor, vai cair na mão do mesmo dono, o Benjamin vai tirar do bolso esquerdo e vai botar no direito. Por que ele vai ganhar com a CBSI, então a CSN, antes era o quê? Era só siderurgia. A CSN hoje é siderurgia, a CSN é logística, a CSN é energia, a CSN é cimento,

a CSN é (...) mineração. Então o cara entendeu que só produzindo aço ele não ganha dinheiro, porque a receita dele caiu muito. Fazendo manutenção tem uma receita muito grande. Então ele falou assim: eu vou botar os caras [da manutenção] no aço longos que é um equipamento novo, não vai demandar muita capacitação, pessoal tanto da parte gerencial quanto da parte do chão de fábrica vai adquirindo bagagem. E depois a gente tira a Sankyu e bota a CBSI ali. Então o dinheiro que eu vou pagar para a Sankyu que vai para outro dono, eu vou pagar para a CBSI que vai para o meu bolso (...) (L)

Desde 2012, a CBSI e a CGPAR integram a “CSN serviços” e representam a diversificação das atividades econômicas da empresa. Se num plano mais imediato as prestadoras de serviços visam atender às necessidades da CSN em seus complexos produtivos, as novas *joint ventures* também podem oferecer serviços em outras plantas industriais. Com a CBSI a empresa cria modalidades mistas de integração e desintegração vertical: funcionários 50% CSN, sem as garantias e direitos dos funcionários CSN. Ela contribui para dificultar a definição das identidades nas relações de trabalho, e para obliterar os limites entre ser e não ser um funcionário CSN.

Reestruturação dos quadros, deslocamentos e novas dinâmicas em antigos sindicatos

O maior controle exercido pela CSN sobre os contratos e sobre os funcionários da CGPAR e da CBSI não foi suficiente para evitar greves e paralisações destes trabalhadores nos anos subsequentes à criação das *joint ventures*. Na UPV, os trabalhadores da CBSI fizeram paralisações nos anos de 2012 e de 2013. Em 2012, a causa da parada foi a decisão da empresa de negociar um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) separado com o Sintraconsmonpes depois que a entidade havia conquistado um aumento salarial significativo⁴ na negociação com o sindicato patronal Sinduscon⁵ na Convenção Coletiva da categoria⁶. Embora tivesse inicialmente acatado a continuidade da vinculação dos funcionários da CBSI à Convenção Coletiva da Construção Civil, tal como na época da Cikel, a empresa recuou da decisão ao perceber que o Sinduscon ofereceria aumento salarial superior àquele que ela estava disposta a pagar. No princípio da Campanha Salarial de 2012, o

⁴ De até 13%, frente aos 5,9% oferecidos posteriormente pela CBSI.

⁵ Sindicato das Indústrias da Construção do Sul Fluminense.

⁶ Disponível em <http://www.diariodovale.com.br/noticias/0,61656,Trabalhadores-da-CBSI-fazem-paralisacao.html#axzz3SbnFuw5L> (Acesso em 07/10/2013).



Sindicato da Construção Civil aventou a possibilidade de realizar um ACT separado com a CBSI. Enquanto os sindicalistas enxergavam o ACT como a possibilidade de estabelecer vantagens superiores às firmadas pela CCT da Construção Civil, tendo em vista o tamanho da CBSI e a sua vinculação à CSN, a nova empresa pretendia através deste acordo oferecer condições inferiores às firmadas na Convenção Coletiva da Construção Civil. De acordo com o sindicalista, além de conseguir manter a CCT e o reajuste salarial da Construção Civil para os trabalhadores da CBSI, o Sintraconsmonpes ainda conquistou para estes trabalhadores o enquadramento como categoria diferenciada. Segundo o sindicalista a Cikel atuava primordialmente nas atividades de construção civil, no entanto, a CBSI já tinha um número importante de funcionários alocados nas atividades de estrutura. Isto possibilitou o enquadramento destes trabalhadores em categoria especial, e permitiu o recebimento de salários superiores aos dos pedreiros da Construção Civil, embora inferiores aos pagos à categoria da montagem⁷.

Em 2013 os funcionários da CBSI novamente paralisaram suas atividades, desta vez, por uma semana. O objetivo da greve era pressionar a empresa pela elevação dos reajustes salariais e dos benefícios dos trabalhadores⁸. Embora a greve tenha contado com a participação de funcionários de diferentes empresas de toda a base do Sintraconsmonpes, a participação dos trabalhadores da CBSI foi determinante para o desencadeamento do movimento paredista. Com cerca de 2.000 funcionários, a CBSI concentra o maior conjunto de trabalhadores da base sindical do Sintraconsmonpes e possivelmente o maior número de prestadores de serviços da UPV àquela época. Este dado é particularmente relevante tendo em vista o perfil dos Sindicatos da Construção Civil como um todo, marcado pela fragmentação dos trabalhadores em diversas pequenas e médias empresas. Neste quadro, os efetivos da CBSI são “chamados” a exercer um papel de vanguarda dentro da empresa, e no Sindicato da Construção Civil. O sindicalista da Construção Civil aponta o papel de destaque da CBSI na greve da construção civil no Sul Fluminense em 2013:

(...) A gente sempre teve uma resistência na Cikel, ela sempre segurou o acordo. Então os trabalhadores da Cikel sempre jogou o acordo para cima. Não

⁷ Por ser um setor onde há grande diversificação das atividades dos trabalhadores, o Sindicato da Construção Civil possui quatro CCTs diferentes. As Convenções Coletivas do sindicato abrangem as categorias: da construção civil, da construção pesada, da montagem industrial, do setor de mármore e granito. O setor de montagem industrial é aquele em que os benefícios e direitos são superiores aos do resto da categoria.

⁸ Jornal Foco Regional de 4 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.focoregional.web476.uni5.net/page/noticiasdtl.asp?t=Trabalhadores+da+constru%E7%E3o+civil+encerram+greve&idnoticia=104293> (Acesso em 22/08/2013).

seria diferente com os trabalhadores da CBSI, entendeu. Então os trabalhadores da CBSI, se não fosse a CBSI não teria greve, a verdade é essa. Porque a gente não conseguiria parar as empresas, as empresas públicas lá também se você não tivesse piquete. (...) Porque o que que acontece, a CSBI tava com 2.000 trabalhadores. Então assim, na praça tinha uns 700/800, dos quais mais de 50% era da CBSI. Se (...), digamos assim a CBSI não quer fazer greve, como é que eu vou identificar esses trabalhadores na portaria para mim fazer greve sem que haja um piquete, entendeu? Então quando a CBSI resolveu fazer a greve, as outras vem a reboque. *“Ah, tá todo mundo de greve, nós vamos de greve.”*

Entrevistadora: As outras empresas da construção civil?

Vieram juntas. Igual eu falei Reframon, Reframax, só não veio a Harsco, o resto todo mundo veio.

O peso aglutinador da nova empresa na dinâmica do Sindicato da Construção Civil se fez sentir de maneira importante durante o movimento de 2013. Os trabalhadores da CBSI agora são capazes de reunir uma série de trabalhadores dispersos nos canteiros de obras civis, que o sindicato dificilmente conseguiria engajar em um mesmo movimento. A greve demonstra também que novas insatisfações podem emergir da nova condição de funcionários “50% CSN”:

(...) pelo fato de hoje ter uma empresa com um número grande de trabalhadores e que tem a CSN como referência. Embora a CSN, se você pegar no setor siderúrgico, a CSN é a que tem o menor salário, é a que paga menos. Mas ela ainda assim é uma referência para os trabalhadores da região. Então se a empresa principal ela tem uma parceria com uma outra empresa e esses trabalhadores não têm nem de perto os mesmos benefícios da atividades principal da empresa principal que é a CSN isso te dá uma angústia, né. Te dá um desejo de transformar, de mudar, de peitar, de brigar. Então a gente usa isso como um motivador também, não tenha dúvida. Isso é a nossa gasolina. (Sindicalista do Sintraconsmonpes)

Assim como quando do processo mais intenso de terceirização dentro das empresas, a criação das *joint ventures* CBSI e da CGPAR confunde as fronteiras identitárias dos trabalhadores e dificulta a leitura e enquadramento dos novos empreendimentos pelos atores. Ao mesmo tempo em que a CSN buscou classificar a emergência das empresas como resultado de um processo de primarização, os atores se dividem entre considerá-las uma nova terceirização, ou uma desterceirização das atividades. As estratégias das empresas perpassam um constante deslocamento das identidades e dos pertencimentos: quando da intensificação da terceirização, há uma separação aguda entre o local onde se desempenha o trabalho e o empregador; com a “suposta” desterceirização, no caso da CBSI, houve uma retomada do controle dos efetivos pela CSN – agora simultaneamente contratante e contratada – sem que isto se refletisse na conquista de garantias e direitos que caracterizam o estatuto dos funcionários “diretos”. Talvez tenhamos que fazer agora uma diferenciação entre funcionários “100% CSN”, e os outros.

Em Congonhas, de acordo com o site da Conlutas, os funcionários da CGPAR fizeram uma greve espontânea em 2013 e uma paralisação ao final de 2014. Em 2013 a greve foi deflagrada em função da demanda por melhores condições de trabalho, elevação dos benefícios e salários, reconhecimento dos atestados médicos, fim do assédio moral das chefias, entre outros⁹. Em 2014, a paralisação tinha por objetivo o reenquadramento destes funcionários na categoria preponderante dos mineradores, no sindicato Metabase-Inconfidentes:

“Atualmente os trabalhadores da CGPAR são representados pelo Sitcop. A reivindicação da categoria é ser representada pelo Metabase Inconfidentes, entidade filiada à CSP-Conlutas e que representa os trabalhadores da CSN na mineração. Apesar de a CGPAR exercer atividades ligadas à mineração, ela é tida como prestadora de serviços para a CSN e seus funcionários são representados pelo sindicato da construção pesada (Sintcop)”¹⁰.

Em Congonhas assim como em Volta Redonda a CSN, a partir das críticas à terceirização

⁹Disponível em: <http://cspconlutasmg.blogspot.com.br/2013/02/comunicado-imprensa-trabalhadores-da.html> (Acesso em 17/01/2015)

¹⁰ “Trabalhadores da CGPAR, terceirizada da CSN, realizam paralisação na mina Casa de Pedra”. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2014/10/trabalhadores-da-cgpar-terceirizada-da-csn-realizam-paralisacao-na-mina-casa-de-pedra/> (Acesso em 18/01/2015)

buscou elaborar novas estratégias de contratação da força de trabalho que pudessem amenizar as “falhas” da terceirização, ou da terceirização em sua faceta clássica. As *joint ventures* introduziram novas incertezas nas condições de trabalho e de contratação dos trabalhadores, mas também lograram produzir novas formas de luta que ora se opunham às perdas ocasionadas pela fragmentação da base sindical (em Congonhas), ora reivindicavam melhores benefícios e salários tendo por base os trabalhadores diretos da empresa. Neste sentido, elas produziram também novas dinâmicas no sindicato da construção civil, ao concentrar e reunir um grande número de trabalhadores, antes dispersos em diferentes empresas e sindicatos, em torno de um mesmo acordo coletivo. A abertura das empresas Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura (CBSI) e da CGPAR – Construção Pesada S.A. com 50% de capital CSN inauguram a entrada da empresa no ramo dos serviços e apontam para continuidades e rupturas nas formas de subcontratação por ela utilizadas.

Referências Bibliográficas

- CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **Terceirização e direitos trabalhistas no Brasil**. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (orgs.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DAU, Denise Motta. **A expansão da terceirização no Brasil e estratégia da CUT de enfrentamento à precarização do trabalho**. In: DAU, Denise Motta; RODRIGUES, Iram Jácome; CONCEIÇÃO, Jefferson José (orgs.). *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2009.
- DIAS, Sabrina de O. Moura. **Quando a terceirização retrocede: resistências e desterceirização do trabalho na CSN**. 2015. 335 f. Tese (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- DIAS, Sabrina de O. Moura; OLIVEIRA, Ricardo Gonçalves. **Novas e velhas práticas do mundo do trabalho: desterceirização e flexibilização das relações de trabalho**. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, nº 18, 181-206, 2012.
- DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **Terceirização e precarização: o binômio anti-social em indústrias**. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (orgs.) *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARCELINO, Paula R.. **Trabalhadores terceirizados e luta sindical**. 1ª ed. Curitiba, Ed Appris, 2013.
- POCHMANN, Márcio. **A superterceirização do trabalho**. São Paulo: Ltr, 2008.
- SANTOS, A. H. da S. **Prefácio**. In: DAU, D. M.; RODRIGUES, I. J.; CONCEIÇÃO, J. J. (orgs.). *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2009.

A influência das manifestações de junho de 2013 nas lutas e greves de trabalhadores sindicalizados de São Paulo (SP)

Mateus Alves de Mendonça
mateus.a.mendonça@hotmail.com

Orientadora: Dra. Paula Regina Pereira Marcelino

Resumo:

Esse trabalho apresenta os resultados finais do projeto de pesquisa "A influência das manifestações de junho de 2013 nas lutas e greves de trabalhadores sindicalizados de São Paulo (SP)". Esse projeto se propôs a analisar as possíveis relações entre as manifestações ocorridas em junho de 2013 e as mobilizações dos trabalhadores sindicalizados de São Paulo no período subsequente. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre essas manifestações e sobre o sindicalismo brasileiro e também uma pesquisa de campo qualitativa em três importantes sindicatos paulistas, ligados a centrais sindicais diferentes, sobre suas mobilizações: o Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e o Sindicato dos Metroviários de São Paulo. Trata-se, portanto, de um estudo na área da sociologia do sindicalismo que buscou, através de um acontecimento histórico, investigar a relação entre a conjuntura política e ideológica e a mobilização sindical. Com isso, pretende-se discutir a pertinência das teses que afirmam que o sindicalismo, em alguma medida, se recupera da crise vivida na década de 1990. Além disso, apesar de não ser um estudo sobre as manifestações de junho, se propôs a também contribuir para o debate sobre esses acontecimentos ao buscar investigar um dos possíveis efeitos sociais desse fenômeno e ao fazer uma sistematização dos dados, pesquisas e teses sobre o assunto publicados até então.

A INFLUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO SINDICAL NOS CRITÉRIOS DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA DE TRABALHADORES DO COMÉRCIO

Tiago Magaldi

Mestrando em Ciências Sociais – PPCIS/UERJ

tmgranato@gmail.com

Introdução

Este trabalho procura condensar os principais resultados a que chegamos com a pesquisa que subsidiou nossa dissertação de mestrado¹. Nela procuramos compreender os efeitos que a participação sindical teve sobre a percepção de desigualdades e a adoção de critérios de justiça distributiva dentre trabalhadores do comércio então neófitos na militância. Para tanto, recorremos a autores recentes que abordaram ambas as dimensões de forma relativamente independente das considerações normativas típicas da abordagem da teoria política sobre a questão da justiça social. A pesquisa empírica nos permitiu delinear em largas pinceladas a visão de mundo geral que orienta as percepções de sindicalistas e não sindicalistas, bem como vislumbrar suas nuances dentre trabalhadores de diferentes setores do comércio varejista.

Linhas gerais da pesquisa

Nossa proposta atual teve origem no debate acerca da chamada “nova classe média”, tema de nossa monografia de graduação. Quem eram esses indivíduos, sociologicamente falando? Quais visões de mundo adotavam e quais rejeitavam? A disputa pela primazia explicativa evidenciou as grandes diferenças entre os intelectuais

¹ Defendida em 20 de abril do corrente ano, com o título: “Comerciários, sindicato e desigualdades sociais: contribuição para uma sociologia dos sentimentos de justiça”.

que se apresentaram com maior visibilidade, e isso tanto entre economistas (como Marcelo Neri (2011), Márcio Pochmann (2012, 2014), Waldir Quadros (2013)) quanto entre sociólogos e cientistas políticos (como André Salata e Celi Scalón (2012), Jessé Souza (2012), Bolívar Lamounier e Amaury Souza (2010), André Singer (2012), dentre muitos outros).

A leitura do artigo de Scalón e Oliveira (2012) sobre as percepções de jovens de classe média e baixa sobre desigualdade assentou definitivamente a direção de nossos esforços de pesquisa. Nele, os autores procuravam compreender particularmente como esses jovens explicavam a existência de vários tipos de desigualdade; delineavam as suas “teorias” sobre o assunto. Pensamos então que a dimensão da explicação e justificação de uma sociedade tão desigual como a brasileira oferecia um interessante recorte do que poderia ser considerado como “opinião política”. Tratava-se de uma dimensão difusa, mas ainda assim bastante concreta em termos de relevância social. A leitura, em seguida, da coletânea organizada também por Scalón (2004) com artigos dedicados a analisar os resultados de um survey sobre percepção de desigualdades assentou definitivamente essa impressão. Tomamos como nossa principal referência o artigo de Adalberto Cardoso presente nesta coletânea, cujo argumento tomou forma definitiva na segunda parte do livro publicado pelo autor em 2010. Trata-se de uma pesquisa sobre as percepções de desigualdade e os critérios de justiça distributiva adotados pelos indivíduos. Partindo da famosa formulação de Marx sobre justiça distributiva², Cardoso trabalha com dois critérios distributivos, um baseado nas “capacidades” e outro baseado nas “necessidades” das pessoas. A escolha normativa por trás de cada um desses critérios dar-se-ia por referência, respectivamente, ao mercado ou ao Estado como mecanismos distributivos.

Referenciar no mercado e no Estado os critérios de justiça significa dizer que adotam resultados distributivos completamente diferentes. A escolha pelo critério das “capacidades” significa afirmar que deve haver recompensa diferencial segundo a

² “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (Marx, 2012)

capacidade de cada indivíduo em sua atuação no mercado. Trata-se de um critério não igualitário porque, sendo o mercado um mecanismo indiferente às desigualdades, a retribuição de renda por esse critério engendraria uma desigualdade estrutural. É por este motivo que, para Marx, na sociedade comunista as capacidades deveriam ser um critério para a alocação de indivíduos na produção, e não de recompensa pelo trabalho. Do lado das “necessidades” também há variação. Mas o critério distributivo das necessidades é equitativo porque pretende colocar todos num mesmo patamar de não-necessidade. Portanto, as desigualdades variariam, mas o objetivo do critério, o resultado de sua aplicação, não.

A “classe”, cuja opinião política gostaríamos de compreender, no entanto, continuava um problema. Seguindo as melhores intervenções que analisamos, havíamos já abandonado a “nova classe média” como expressão de qualquer relevância sociológica. Foi quando tivemos contato com o Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (SEC-RJ). Na mesma época, o sindicato terminava de passar por um conturbado processo eleitoral, que havia culminado com a derrota da situação, a família Mata-Roma. A nova gestão parecia bastante aberta ao diálogo. Já havíamos então lido as curtas obras, destinadas ao debate público sobre a chamada “nova classe média”, de Pochmann (2012, 2014), nas quais havíamos constatado que boa parte da ascensão social ocorrida durante os governos petistas havia ocorrido via emprego formal neste setor. Decidimos, então, tomar a categoria dos comerciários como parte de nosso objeto, procurando compreender como o sindicato da categoria influenciava os trabalhadores que representavam nas dimensões que privilegiamos: a percepção de desigualdades e a adoção de critérios de justiça distributiva.

Metodologia

A análise do tema foi realizada pelos autores brasileiros que tomamos como referência quase exclusivamente através de técnicas quantitativas de pesquisa. A pequena bibliografia que foi produzida sobre o tema parecia depender excessivamente

da utilização teórica de “grupos sociais” que só existem estatisticamente. Grupos como “povo brasileiro” (Reis, 2004; Scalón, 2004), ou mesmo “40% mais pobres” (Cardoso, 2004; 2010), construídos para fins de análise de dados, embora auxiliem no desenvolvimento do argumento em geral, não apenas são pouco sensíveis a construções ideológicas mais complexas, como ignoram a distribuição desigual de construções simbólicas no espaço social. Realizam, assim, uma homogeneização artificial do contexto social específico dos indivíduos que compõem os grupos sobre os quais constroem suas análises. Dentre o “povo brasileiro” encontramos de trabalhadores extremamente precarizados a capitalistas milionários; dentre os “40% mais pobres” encontramos desde trabalhadores do comércio de luxo sindicalizados a indivíduos em situação de indigência.

Por isso, além da observação não participante nas manifestações e cotidiano do sindicato, durante o ano de 2016 realizamos entrevistas semi-estruturadas com um conjunto de trabalhadores do comércio, cuja análise, em nossa dissertação, foi realizada em dois eixos: i) dirigentes sindicais e trabalhadores não sindicalizados; ii) três diferentes “tipos” de trabalho no comércio varejista: ii.1) lojistas de shopping; ii.2) trabalhadores de supermercados. No total, foram realizadas dezesseis entrevistas.

Resultado da análise das entrevistas

Pouco depois de havermos entregado nossa dissertação de mestrado para a análise da banca foi publicada a já famosa pesquisa da Fundação Perseu Abramo intitulada “Percepções e valores políticos na periferia de São Paulo” (2017). Em suas conclusões, a pesquisa afirma a existência de um “liberalismo popular” na região pesquisada, que toma o Estado como “ineficaz e incompetente”, sendo o “sucesso” individual percebido como fruto exclusivo da força de vontade dos indivíduos. Embora sigamos uma linha de argumentação que procura complexificar certo “individualismo” que os trabalhadores do comércio apresentam como sua visão de mundo particular, é forçoso admitir que a nossa é uma argumentação semelhante, o que talvez seja um sinal do “espírito intelectual” do momento histórico no qual vivemos: quando em situações

de defensiva dos movimentos que defendem os interesses dos trabalhadores, os intelectuais se apressam a culpar os próprios trabalhadores...³

Mesmo cientes desse risco, acreditamos que o resultado a que chegamos não pode ser atribuído exclusivamente à necessidade histórica de encontrar bodes expiatórios para as derrotas. De fato, é claramente saliente nas entrevistas a importância atribuída à ação individual pelo conjunto dos entrevistados. Vejamos a questão mais de perto.

Em busca de um sistema geral de pensamento: a importância do indivíduo.

Em primeiro lugar é preciso destacar do conjunto das entrevistas a importância da *ação individual*. Com uma única exceção, todos os entrevistados fizeram questão de ressaltar a importância da vontade individual como justo determinante não apenas para a obtenção de renda através do trabalho, mas também de qualificação, prestígio profissional, e bens em geral. O indivíduo e sua capacidade de ação e “superação” é o elemento central do “sistema de pensamento” que podemos derivar das entrevistas.

A existência de poucas oportunidades para a obtenção de renda e bens via trabalho seria o *principal obstáculo* imposto ao indivíduo para o seu “sucesso” na vida. Para o conjunto dos entrevistados, sindicalistas ou não, se houvessem mais oportunidades para os indivíduos demonstrarem suas capacidades, certamente a sociedade brasileira seria menos desigual.

A centralidade do “indivíduo capaz” produz também uma base de identificação geral com os outros indivíduos. Isso porque alinha todos a um mesmo “ponto de partida”: se há desigualdades sociais, isso não ocorre, a rigor, por conta de diferenças “essenciais” entre os indivíduos (de cor, “raça”, “sangue”, etc.). Esse alinhamento produziria também uma solidariedade àqueles que se encontram impossibilitados de realizar suas capacidades de uma forma satisfatória. É aqui que a questão da remuneração das necessidades encontra seu encaixe na “filosofia social” da maioria dos

³ Agradeço aos professores Paulo Fontes e José Ricardo Ramalho pela acurada observação histórico-crítica deste ponto na ocasião de nossa defesa de dissertação.

entrevistados: deveriam ter suas necessidades levadas em conta em sua remuneração na exata medida em que permitiriam ao indivíduo livrar-se das obrigações mais básicas da reprodução de sua própria vida. As respostas “variam” de alimentação a moradia, nunca chegando, por exemplo, ao lazer, ou mesmo ao financiamento de qualificação educacional, saúde, consumo, filhos, etc.

Assim colocada a questão das causas da desigualdade, parece que os entrevistados minimizam a existência de múltiplos interesses dentro daquilo que pensam ser a sociedade brasileira. Estendendo o raciocínio, seria como se os mecanismos de retribuição de bens fossem “neutros” em relação ao interesse particular de indivíduos e grupos (o que não significa afirmar que estes não existam), a crítica devendo ser realizada apenas em relação aos “gargalos” existentes em seu funcionamento. Liberando esses gargalos, isto é, oferecendo mais oportunidades a todos, o “sistema” funcionaria corretamente, premiando indivíduos esforçados e qualificados com ascensão social, e punindo aqueles preguiçosos ou simplesmente sem desejo de ascensão no trabalho. Este, aliás, é o fundamento “sociológico” da negação da separação política entre “esquerda” e “direita”.

Uma vez presentes as condições de exercício da atividade individual, isto é, em um emprego determinado, uma posição que permite ação, em um “trabalho”, sobre quais critérios deveria estar assentada a remuneração dos indivíduos? Ambos os grupos (sindicalistas e não-sindicalistas) afirmam majoritariamente serem as “capacidades” o critério normativo mais importante para a determinação da remuneração. Mas é possível ainda analisar a expressão, de modo a nos aproximarmos mais das respostas empíricas que obtivemos. Para tanto, decompomos o termo em outros, surgidos nas entrevistas. São eles: 1) produtividade; 2) esforço; 3) qualificação; e 4) propriedade. Embora na fala dos entrevistados apareçam sempre entrelaçados, é possível distinguir essas quatro acepções empíricas diferentes daquilo que chamamos “capacidade”.

A importância subordinada das necessidades

O foco nas capacidades como critérios mais legítimos de remuneração não reduzem a importância das necessidades a zero. Em geral, os entrevistados reconhecem a importância de se atentar para elas para definir remuneração. No entanto, em geral restringe-se essa importância à determinação do que consideram o mínimo para a sobrevivência. Temos abaixo um trecho bastante cristalino desse pensamento, com o sindicalista Henrique⁴:

Entrevistado: - *Por exemplo, eu acho... É, vou falar sobre mim, deixa eu falar sobre mim. Um salário fixo mais comissão, o salário fixo não é um salário fixo que vai te manter, é o salário que vai te deixar numa zona de conforto para que você possa atingir mais para viver bem. Viver bem é o que? Olha ter dinheiro pra pagar um plano de saúde que a empresa não dá. Ter dinheiro pra você poder levar seu filho no MC Donald ou qualquer outro lugar, entendeu?*

Entrevistador: - *E abaixo disso seria? Você só de manter assim, comer, morar...*

Entrevistado: - *No limite. No limite. No limite. Entendeu? Então é tipo assim, a pessoa vai ganhar mil e quinhentos reais, mas a pessoa pode chegar a ganhar quatro mil, depende dela.*

É como se os entrevistados lutassem para manter esse critério “sob controle”, de modo a não invadir o terreno dos critérios “verdadeiramente legítimos”, fundamentados na agência do indivíduo.

As diferenças no pensamento sobre a justiça entre os trabalhadores: consequências da experiência sindical

Existiria alguma diferença entre sindicalistas e não-sindicalistas dentro do modelo teórico que construímos? Acreditamos que sim. Embora ambas as dimensões apresentem variações, a principal diferença entre comerciários que possuem atividade sindical e aqueles que não possuem não está nos *critérios* de justiça que adotam, mas na *sensação de injustiça* que sentem.

O critério das necessidades é sem dúvida mais relevante dentre os sindicalistas. Se a remuneração geral do trabalho se desse em função apenas de critérios de

⁴ Como de praxe, trata-se de um nome fictício, para garantir o anonimato do entrevistado.

necessidade, ambos os grupos afirmariam a injustiça da distribuição; o grupo dos dirigentes, no entanto, diferentemente dos não sindicalizados, tendem a perceber um rebaixamento injusto do que é considerado como “mínimo necessário”. Parte do que declaram ser sua luta é justamente aumentar a importância do piso recebido. Mas, a nosso ver, o fazem para “restabelecer” a justiça da distribuição diferenciada pelas capacidades, e não para superá-la.

As entrevistas nos permitiram destacar três razões para essa diferença. Em primeiro lugar, a incorporação de uma visão sobre a própria existência da “categoria” dos comerciários. Em regra, os sindicalistas entrevistados afirmam só ter passado a se sentir parte de uma categoria com sua entrada para o sindicato. Em segundo lugar, a participação nas negociações com os representantes dos patrões. Naquele momento os entrevistados sentem que, de fato, o interesse dos empregadores não está em produzir a maneira mais justa de remunerar seus trabalhadores, mas sim em remunerá-los o menos possível. Isso aumenta a indignação entre os sindicalistas na medida em que a dimensão dos *interesses estruturais* – isto é, não individuais e, portanto, ilegítimos a seus olhos – se sobrepõe à da *justiça*. Por fim, há a participação política no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que se inclina discursivamente para a valorização das necessidades como critério último de justiça distributiva⁵.

A influência do trabalho nos diferentes ramos do comércio

Além da distinção sindicalistas *versus* não sindicalistas, procuramos observar se a atividade de trabalho em diferentes ramos do comércio está correlacionada com determinadas maneiras de pensar a justiça de sua remuneração. Separamos os entrevistados em dois “ramos” – supermercados e lojistas de vestuário –, e procuramos analisar suas respostas.

Em primeiro lugar, temos os trabalhadores dos supermercados. Extensas jornadas e atividades agressivas ao corpo somam-se aos baixos salários para compor o

⁵ Pelo menos foi isso que pudemos observar empiricamente nas entrevistas que realizamos com militantes partidários atuando como dirigentes do SEC-RJ.

calvário desse trabalhador. A conclusão que tiramos das entrevistas é que o sentimento de justiça desses trabalhadores é fortemente determinado por um componente ético baseado especificamente no esforço individual. Para eles, a justiça da remuneração está ligada a um princípio fundamental, que estabelece a obrigatoriedade da recompensa àquele que se esforça. Não se trata exatamente daquilo que Souza (2012) qualificou como “ética do trabalho duro”, característica de seus “batalhadores”, porque não percebemos entre essas entrevistadas uma percepção normativa positiva do trabalho, pelo contrário. A elevação do esforço como ética parece ser antes uma maneira de dar um sentido legítimo ao duro cotidiano de trabalho que têm de enfrentar.

Em segundo lugar, temos os trabalhadores de lojas de vestuário. As entrevistas revelaram que estes trabalhadores foram os que aderiram de maneira mais cristalina às capacidades individuais como critérios justos de remuneração, mas sob um viés específico: o da *produtividade*. Todos concordaram que esse critério era justo para determinar a remuneração. Mas isso não parece ocorrer apenas por uma simples “inculcação” desse critério na sua consciência. Ele se objetiva muito concretamente na forma de salário e, principalmente, prestígio profissional. Dentre todos os entrevistados, esses trabalhadores foram os únicos que se mostraram orgulhosos de seu trabalho não apenas pelo dinheiro que conseguiram, mas também por motivos estritamente vinculados à função que exerciam. Nesse ponto, nossa pesquisa confirma o encontrado por Trópia (1994).

Considerações finais

Analizamos as entrevistas realizadas sob dois pontos de vista. O primeiro, e principal, tratou de observar semelhanças e diferenças entre sindicalistas e não sindicalizados quanto aos critérios de justiça aplicados à remuneração dos trabalhadores. O segundo procurou, subsidiariamente, observar se e como essas duas dimensões variaram conforme o ramo de comércio no qual o trabalhador estava inserido, buscando refinar a análise das percepções e critérios gerais delineados na primeira seção.

Chegamos à conclusão de que há sim uma forte diferença entre sindicalistas e não sindicalistas, mas ela está centrada antes no que estamos chamando de *sentimento de injustiça* do que nos *critérios de justiça*: os sindicalistas percebem a ordem social como mais injusta que seus colegas não sindicalizados, mas isso acontece porque esta ordem que percebem *aplica pouco os critérios de justiça meritocráticos, e não porque aplica critérios errados*. Além disso, embora compartilhem uma forte crença na remuneração por mérito pessoal, apontamos também uma maior presença das necessidades dentro a visão de mundo dos sindicalistas, sendo o seu não reconhecimento pelos empresários uma das fontes de suas críticas. Por outro lado, essa influência da vida sindical não teve o condão de desfazer as características ideológicas meritocráticas mais profundas.

A análise dos entrevistados por ramo do comércio varejista confirma essa conclusão, e permite ir além. Ao final de nossa pesquisa, essa segunda “socialização” surgiu como extremamente importante. Um dos argumentos de Trópia (1994) para explicar o “conservadorismo” do Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo (SEC-SP) foi a atuação da entidade para selecionar os associados, admitindo em geral lojistas, e dificultando a associação de trabalhadores de supermercado. Como esses últimos seriam os mais explorados e precarizados em suas relações de trabalho, seriam também, para a autora, os mais predispostos a radicalizar as pautas políticas. Há claramente no argumento da autora o elemento de “naturalização da consciência anti-exploratória pelos explorados”, típico da tradição marxista⁶. O que encontramos em nossas entrevistas não parece permitir essa afirmação. O fato de trabalharem sob péssimas condições, recebendo baixos salários, não impede posições bastante resignadas. O elemento decisivo parece ser antes a interação entre essa posição e o estabelecimento de novas maneiras de ver a própria posição – o que, a nosso ver, ocorre quando esses trabalhadores passam pela instituição sindical. Mas isso não significa dizer esses trabalhadores eram indiferentes, ou que possuíam uma “falsa consciência”;

⁶ Criticada em detalhe no primeiro capítulo de nossa dissertação – a partir do destaque da problemática da exploração dentro do marxismo realizada por Erik Olin Wright (2015) em recente livro –, para a qual remetemos o leitor.

antes, que apresentavam visões de mundo estreitamente relacionadas com os horizontes de recompensas existentes em seus respectivos trabalhos.

Nesse sentido, a fórmula de composição salarial “piso fixo + comissão”, típica do trabalho no comércio lojista, reflete, externamente ao trabalhador, suas convicções mais profundas de justiça. Por isso parece ser universalmente aceita e defendida com vigor – à exceção dos trabalhadores longamente socializados por critérios de necessidade via vida político-partidária. Mesmo no caso dos trabalhadores de supermercado, que possuem salário fixo, se porventura fosse oferecida a esses trabalhadores essa forma de assalariamento, acreditamos que a aceitariam de bom grado: diferenciar os “esforçados” dos “preguiçosos” é algo levado muito a sério: significa dar sentido concreto à visão de mundo que legitima seu imenso esforço cotidiano.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Adalberto M. Desigualdade, injustiça e legitimidade: uma investigação empírica sobre aspectos da sociabilidade brasileira. In: SCALON, Celi. Imagens da desigualdade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. Pp. 115-176.

_____. A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo. Disponível em <https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/percepcoes-e-valores-politicos-nas-periferias-de-sao-paulo/>. Data de acesso: 09 de maio de 2017. Publicado em abril de 2017.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.

MILLER, David. Distributive justice: what the people think. In: Ethics, vol. 102, nº3, pp. 555-593. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

POCHMANN, Márcio. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. O mito da grande classe média: capitalismo e estrutural social. São Paulo: Boitempo, 2014.

QUADROS, Waldir; GIMENEZ, Denis Maracci; e ANTUNES, Davi José Nardy. Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil. In: BARTELT, Dawid Danilo. A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

REIS, Elisa. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Vol. 15, nº 42, 2000.

_____. A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro. In: SCALON, Celi (Org.). Imagens da desigualdade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. Pp. 37-45.

SALATA, André; SCALON, Maria Celi. Uma nova classe média no Brasil na última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. In: Revista Sociedade e Estado, Brasília, vol. 27, nº 2, 2012.

SCALON, Maria Celi. Percepção de Desigualdades: uma análise comparativa internacional. In: _____. (Org.). Imagens da Desigualdade. Belo Horizonte: UFMG, 2004b, v. 1, p. 307-342.

_____; OLIVEIRA, Pedro Paulo de. A percepção dos jovens sobre desigualdades e justiça social no Brasil. In: Interseções, v. 14, nº2, p. 408-437. Rio de Janeiro, 2012.

SINGER, André. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo. Dissertação de mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

WRIGHT, Erik Olin. Understanding Class. Londres: New Left Books, 2015.

A INEXISTÊNCIA DE AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA FRENTE À GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E O NEOLIBERALISMO¹

Rubens Soares Vellinho²
PPGPS da UCPEL
E-mail r.vellinho@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A partir da reestruturação produtiva nos anos 1980 aliada ao receituário neoliberal e a globalização econômica nos anos 1990, se intensifica o debate sobre a necessidade de “modernizar” as relações de trabalho e a legislação trabalhista no Brasil. O modelo estático e inflexível de regulação trabalhista traduzido na CLT e na Constituição Federal é confrontado com a proposta de um modelo flexível mediante a preponderância da negociação coletiva entre sindicatos e entidades empresariais sobre a legislação trabalhista. A ideia central deste modelo flexível é afastar ou mitigar a intervenção do Estado na regulação dos direitos trabalhistas, deixando que os sindicatos negociem com as entidades empresariais de forma diversa ao que está previsto em lei. O debate na ordem do dia é discutir a possibilidade de prevalecer o negociado sobre o legislado, como forma de dar uma resposta mais rápida às necessidades do mercado. O lema é garantir da competitividade das empresas e a empregabilidade, mesmo que isso signifique subverter o caráter protetivo dos direitos trabalhistas que de certa maneira seriam de ordem pública, irrenunciáveis e indisponíveis.

¹ O presente artigo tem por base um artigo apresentado no XIII Encontro Luso-Brasileiro de juristas do trabalho e outro publicado na Revista da ABET, v. 15, n. 2, Julho a Dezembro de 2016.

² Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (2016) e doutorando em Políticas Sociais, Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da Universidade Católica de Pelotas.

Desde então, os ataques aos direitos trabalhistas não cessam, conforme se verifica nos Projetos de Lei 5.483/2001³, 1.463/2011⁴, 4.193/2012⁵, 8.294/14⁶, 4.962/2016⁷ e 6.787/2016⁸ e decisões judiciais por parte do STF⁹ e TST¹⁰. No mesmo sentido são os documentos da CNI, “As 101 Propostas”¹¹ e da Fundação Ulysses Guimarães vinculada ao PMDB “Uma ponte para o futuro”¹². Segundo alguns juristas e sociólogos, todas essas hipóteses objetivam precarizar direitos trabalhistas mediante negociação coletiva, assegurando a prevalência do negociado sobre o legislado. Porque para alguns a possibilidade de prevalecer o negociado sobre o legislado permite a adaptação dos direitos trabalhistas a conjuntura socioeconômica, através das denominadas cláusulas de ajuste de setor. Contudo para outros, qualquer hipótese que permita prevalecer o negociado sobre o legislado será sinônimo de precarização ou desregulamentação dos direitos trabalhistas. Portanto o debate sobre o que significa “modernizar” a legislação trabalhista se reflete numa luta político-cognitiva pela definição do real, em que as partes envolvidas: governo, campo jurídico, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais disputam suas posições em defesa da regulação pública das relações de trabalho ou na defesa da regulação privada.

A metodologia empregada lançou mão de pesquisa bibliográfica da literatura jurídica e sociológica relacionada aos estudos do mundo do trabalho e de pesquisa documental de declarações e manifestações dos mais diversos grupos de interesse a respeito do tema no

³ Altera o art. 618 da CLT permitindo a flexibilização de direitos trabalhistas mediante negociação coletiva.

⁴ Institui o Código do Trabalho, prevendo a adoção da prevalência do negociado sobre o legislado.

⁵ Altera o art. 611 da CLT permitindo a flexibilização de direitos trabalhistas mediante negociação coletiva.

⁶ Acrescenta parágrafo único ao art. 444 da CLT assegurando a livre estipulação das relações contratuais de trabalho, desde que “I – o empregado for portador de diploma de nível superior e perceber salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo do salário-de-contribuição da previdência social; ou II – o empregado, independentemente do nível de escolaridade, perceber salário mensal igual ou superior a três vezes o limite máximo do salário-de-contribuição da previdência social”.

⁷ Altera o art. 618 da CLT. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2081782>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

⁸ Altera diversos dispositivos da CLT como o trabalho em tempo parcial e em destaque o artigo 611. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1520055&filename=PL+6787/2016>. Acesso em: 22 mar. 2017.

⁹ Repercussão geral no Recurso Extraordinário, Agravo nº 647.651/SP, reconhecendo a necessidade de negociação coletiva no caso de demissão coletiva. Disponível em: <<file:///C:/Users/Rubens/Documents/Decisao%20Min%20Teori%20STF%20prevalencia%20negociado%20sobre%20o%20legislado.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

¹⁰ Acórdão da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST no ED-RODC-30900-12.2009.5.15.0000, em 04/09/2009, determinando a necessidade de negociação coletiva no caso de demissão coletiva.

¹¹ Discute e apresenta sugestões de como diminuir ou eliminar a rigidez da legislação trabalhista, o excesso de burocracia e de obrigações e a insegurança jurídica.

¹² Propõe a prevalência das convenções coletivas sobre a lei, salvo quanto aos direitos básicos.

seminário¹³ referente ao PL 5.483/2001 e na audiência pública¹⁴ referente ao PL 4.193/2012 na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Também foram consideradas doze entrevistas semiestruturadas com dirigentes sindicais vinculados a CUT e a FS, advogados trabalhistas e um juiz do trabalho, das quais foi feita análise de conteúdo, procurando identificar termos recorrentes nas falas dos atores sociais que permitissem constatar pontos de divergência de convergência.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CONTEXTO ATUAL: estabilidade social vs. flexibilidade social e a crise da sociedade salarial

No Brasil os direitos trabalhistas, em regra, são regulados em lei, dando-se pouco espaço à negociação coletiva e por isso as relações de classe são juridificadas e judicializadas (CARDOSO e LAGE, 2007). O que é reforçado por Noronha (2000) ao afirmar que o Estado assume a regulação das relações de trabalho e de suas conflitualidades. Nesta perspectiva, as relações de trabalho e suas decorrências em caso de conflito são resolvidas perante a Justiça do Trabalho. A negociação coletiva como a forma fundamental de relação entre trabalhadores e empresários é colocada em segunda ordem, mais como uma regulação residual das relações de trabalho do que a regulação mais condizente com a realidade de cada setor produtivo. Delgado (2008) sustenta que o patamar mínimo civilizatório ampara as relações de trabalho no Brasil através de três grupos de normas trabalhistas heterônomas: 1) as normas constitucionais em geral, com as ressalvas expressas na própria Constituição¹⁵; 2) nas normas de tratados e convenções internacionais vigorantes no plano interno brasileiro¹⁶ e 3) nas normas legais infraconstitucionais que asseguram patamares de cidadania ao indivíduo que labora¹⁷. Duarte (*In* RAMÍREZ; SALVADOR, 2012, p. 37-48) reforça a ideia de que a regulação estatal das relações de trabalho procura sanar a assimetria entre a relação de trabalho e a produção.

¹³ Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Evento: Seminário nº: 001328/01 Data: 13/11/01. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp/documentos/notas-taquigraficas/nt13112001.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

¹⁴ Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Evento: Audiência Pública. Reunião nº: 2.140/2013. Data: 3/12/2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/140930_bps22_cap6.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2015.

¹⁵ Art. 7º, incisos VI, XIII e XIV.

¹⁶ Referidas pelo art. 5º, § 2º, CF/88 expressando um patamar civilizatório no próprio mundo ocidental em que se integra o Brasil.

¹⁷ Relativos à saúde e segurança no trabalho, normas relativas à base salarial mínima, normas de identificação profissional, dispositivos antidiscriminatórios, etc.

Segundo Reis (2010) este patamar mínimo é anteparo contra qualquer tipo de retrocesso social como a precarização ou desregulamentação das relações de trabalho, Dessa forma, o limite da subordinação do trabalhador ao seu empregador (*jus variandi*) está no direito de resistência (*jus resistae*) porque ambos têm direitos e obrigações recíprocos (VIANA, 1996).

Não se pode esquecer que nos primeiros momentos do século XX o que vincula o indivíduo ao trabalho é o salário recebido pelo serviço prestado como resposta a fratura social do século XIX. É função do Estado impedir que os trabalhadores se sintam vulneráveis e os sindicatos se sintam fragilizados, compatibilizando a promoção do desenvolvimento econômico do país e a competitividade as empresas e o valor social do trabalho e a livre iniciativa. Por isso, Supiot (2006) observa que a OIT, em 1998, na “*Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work*”, sustentou a necessária convivência de um controle limitado do mercado financeiro e da assistência social pelo Estado:

[...] as normas internacionais do trabalho a partir do ponto de vista da concorrência econômica” com a seguinte declaração “Nos países em vias de desenvolvimento, os empregadores devem entender que uma dieta saudável ajuda a construir uma força de trabalho mais forte e isto, a longo prazo, fará sua empresa ou país mais competitivo, portanto, mais atrativo para os investidores.

Para Maurício e Gabriela Delgado (2015) a “vida econômica, social e institucional” (*Ibid*, p. 53) está condicionada a aquele *status* constitucional ao assegurar a prevalência da dignidade da pessoa humana. Ao determinar a coesão social (CASTEL, 1998) a nova relação salarial é decorrência do processo de industrialização em face de um novo perfil de trabalhador o qual passa a ter garantida “uma renda mínima que assegura apenas a reprodução do trabalhador e de sua família” (*Ibid*, p. 419). Ou seja, a sociedade salarial, como resultado do processo de industrialização e consequente crescimento econômico faz com que o *Welfare state* se desenvolva e regule socialmente as relações de trabalho, garantindo direitos e cidadania aos trabalhadores. Por isso para Bihl (2010) o Estado moderno reproduz o capitalismo na medida em que gerencia as relações de trabalho, mesmo quando incentiva o diálogo social para dirimir alguma contenda que coloque em risco o compromisso fordista¹⁸. Esse compromisso, segundo o autor, pode ser concebido como uma forma de garantir ao proletariado alguns direitos trabalhistas e sociais, além de permitir a burguesia “o direito de negociar as condições de sua dominação” (*Ibid*, p. 39).

¹⁸ Composto pelo Estado, entidades empresariais e entidades sindicais, este compromisso firmado garantiu aos trabalhadores uma rede de direitos sociais.

Todavia na segunda metade do século XX, o economicismo vira ordem do dia com a ideia de menos Estado e a economia e o individualismo ganham espaço de preponderância e conforme Bourdieu (1998) o Estado se afasta do seu papel de assistir aos mais necessitados em favor “dos privilégios materiais ou simbólicos” (*Ibid*, p. 13). Nessa luta simbólica, a visão de mundo de um grupo é imposta a outro grupo, conforme seu interesse de dominação, tornando como verdade aquilo que o grupo compreende como legítimo, correto, justo e necessário. Será o discurso institucional reconhecido e acatado por aqueles que o legitimam, por isso Bauman (1999) sustenta que a globalização “é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira” (*Ibid*, p. 7). Inclusive Ramírez (*In* RAMÍREZ; SALVADOR, 2012, p. 15-19) sustenta que a globalização econômica acarreta “profundas tensões no mundo laboral” (*Ibid*, p. 16) fazendo com que o receituário neoliberal “coisifique” as relações de trabalho.

Com a incerteza e a instabilidade decorrentes da flexibilização e/ou da desregulamentação das relações de trabalho, instala-se uma situação de vulnerabilidade social na qual a desesperança, para usarmos um termo de Sennett (2010), promove a corrosão do caráter e com a redução do Estado. O Estado “como depositário de todos os valores universais associados à ideia de público” (*Ibid*, p. 145) vai mirrando até o seu limite mínimo de atuação. Nesse processo de aviltamento das relações sociais, resultado do ideário neoliberal e da globalização, o princípio de solidariedade é mitigado “parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9).

A política de austeridade surge como única salvação contra a crise econômica via nova política monetarista e a adoção de medidas amargas ditadas pelo FMI e o Banco Mundial demarcam a financeirização da economia dano mais poder ao mercado e colocando em xeque o Estado Social. Para estes autores o neoliberalismo é muito mais uma racionalidade do que uma ideologia que molda a “conduta dos governados” (*Ibid*, p. 17).

No Brasil verificamos algumas alterações tópicas feitas na CLT, como forma de adequá-la as novas formas de trabalho necessárias¹⁹. O que se testemunha é uma forte mobilização de entidades empresariais no sentido de superar o que elas entendem como hermetismo da legislação trabalhista e sindical brasileira. A falta de unidade coletiva resulta na

¹⁹ Por exemplo: trabalho em regime de tempo parcial (artigo 58-A) e a Lei Complementar 150/2015 que estendeu ao trabalhador doméstico todos os direitos trabalhistas previstos no artigo 7º da Constituição.

“ambiguidade paralisante dos novos dispositivos” (*Ibid*, p. 300) empresariais que afetam a atuação sindical. O retrocesso social é nutrido pelo medo do desemprego e fator de docilidade dos trabalhadores que juntamente com a falta de atuação sindical participam “em certa medida daquilo que se poderia descrever como sua própria exploração” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 284).

As empresas buscam mercados com menores custos de produção a fim de aumentarem a lucratividade, por isso, Robortella (1994) e Romita (2002) defendem que o Direito do Trabalho de hoje não guarda qualquer relação com aquele existente nos primeiros 50 anos do século XX. Os autores defendem a maior flexibilidade dos direitos trabalhistas e a possibilidade de empregadores e trabalhadores, sem a participação do Estado, estabelecerem relações de trabalho de forma diversa ao estratificado em lei. Ou seja, a saída está na viragem ontológica do Direito do Trabalho, não mais importando a defesa do trabalhador (caráter protetivo da legislação trabalhista) e sim do emprego.

A CUT, uma das principais centrais sindicais do país²⁰, já experimentou a possibilidade de dar novo enfoque a negociação coletiva, permitindo a adoção da flexibilização de direitos dos trabalhadores com a experiência das câmaras setoriais nos anos 1990. Essa estratégia retrata a postura adotada pela CUT no seu 3º Congresso Nacional de construir um projeto social e econômico possível para os trabalhadores, o que Jácome Rodrigues (1995) denomina como “cooperação conflitiva”. A OIT tem demonstrado preocupação sistemática com a defesa dos direitos e princípios fundamentais no trabalho e com a liberdade e autonomia sindical (KAUFMANN, 2005). Destaque-se a Convenção 154 que defende a negociação coletiva de trabalho, livre e voluntária como objetivo impedir a submissão do trabalhador ao seu empregador, além de humanizar a relação capital e trabalho.

Portanto, a luta sindical deve ser revigorada, considerando-se o cenário em que estão presentes novas questões, novas exigências e expectativas nas relações de trabalho. Mesmo não havendo unanimidade e unidade entre as lideranças sindicais, resistir à voracidade dos interesses econômicos e do mercado é muito importante para garantir ao trabalhador sua dignidade e não submissão aos interesses dos empresários.

AS PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS SOBRE AS PROPOSTAS QUE FORTALECEM A NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

²⁰ Disponível em: < <http://www.diap.org.br/index.php/component/content/article?id=17053>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

A metodologia empregada até aqui, conta com a análise das notas taquigráficas referentes às falas dos diversos atores sociais (sindicalistas, empresários, juristas, dentre outros) presentes no seminário sobre o PL 5.483/2001²¹ e na audiência pública sobre o PL 4.193/2012²² ambos realizados na CTASP da Câmara dos Deputados. Além do conteúdo dessas notas taquigráficas, também serão aqui consideradas as falas de 12 entrevistas semiestruturadas realizadas com dirigentes sindicais, advogados trabalhistas e um desembargador do trabalho. Trata-se de procedimento qualitativo (GOBO, 2005; PIRES, 2010) por meio da técnica de entrevista demandou o esforço de conferir sentido sociológico aos posicionamentos nos depoimentos prestados tendo em vista a ênfase dada pelos entrevistados sobre determinados pontos abordados.

Esta análise permitirá verificar a existência de posições antagônicas em função das suas visões de mundo, de como concebem o fenômeno social sobre o qual estão debruçados e dentro do próprio campo sindical. Ou seja, como os entrevistados ou os declarantes enxergam as relações de trabalho no Brasil, as formas de regulação e o espaço reservado ao papel da negociação coletiva. Por isso foi adotado o método analítico de abordagem como forma de separar o tema em partes para melhor analisar e delinear uma nova forma de olhar o objeto pesquisado (RICHARDSON, 2010; BARDIN, 2011).

Verificaram-se divergências dentro dos campos jurídico e sindical em contraponto a posição unitária do campo empresarial. Os empresários entendem que a prevalência do negociado sobre o legislado dá segurança jurídica as relações de trabalho porque respeita a autonomia da vontade das partes envolvidas na negociação. Da mesma forma, os empresários e parte do campo jurídico enxergam o modelo hermético de regulação das relações de trabalho, como um modelo inadequado ao contexto socioeconômico. Em contrapartida, o campo sindical defende que a segurança jurídica nas relações de trabalho está garantida pela regulação estatal e pelo caráter protetivo dos direitos trabalhistas. O campo sindical defende a importância da negociação coletiva desde que ela não contrarie a lei trabalhista, mas alguns dirigentes sindicais vinculados à CUT defendem a possibilidade de flexibilização de direitos trabalhistas com as denominadas cláusulas de ajuste de setor nos casos conjunturais. Mas há unanimidade do

²¹ Requerimento 83/2001 CTASP encaminhado pela Deputada Federal Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM).

²² Requerimento 4193/2012 CTASP encaminhado pelo Deputado Federal Roberto Santiago PSD/SP.

campo sindical de que num cenário de recessão econômica e de austeridade ditada pelo receituário neoliberal não há como se expressar com liberdade a autonomia da vontade coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, as mudanças ocorridas nas relações de trabalho resultantes da intensificação da reestruturação produtiva, do processo de globalização econômica e do projeto neoliberal colocaram os trabalhadores em condições vulneráveis e de insegurança. Mesmo que haja a necessidade de alguns ajustes na legislação trabalhista e de fortalecer a negociação coletiva entre sindicato de trabalhadores e entidades empresariais, as adaptações devem respeitar ao patamar mínimo de direitos.

Se o neoliberalismo e a globalização econômica vieram para ficar, a forma de combater os excessos e evitar retrocessos depende da intervenção do Estado na ordem econômica e na garantia constitucional dos direitos trabalhistas e sociais. Somente assim será possível aos trabalhadores expressarem coletivamente sua autonomia da vontade ainda que dentro dos limites protetivos assegurados pela regulação estatal. Caso contrário, a regulação pública ficará como a única forma de assegurar aos trabalhadores a sanha dos interesses empresariais. Não há espaço para retrocessos sociais que se traduzam em precarização ou desregulamentação das relações de trabalho, mesmo que isso signifique pouco espaço institucional a negociação coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARDOSO, Adalberto; LAGE, Telma. **As normas e os fatos: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário**. Petrópolis. Editora Vozes, capítulo VIII, 1998.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 7ª ed. S.P: Editora LTr, 2008.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho**. São Paulo, LTr, 2015.

GOBO, Giampietro. O projeto de pesquisa nas investigações qualitativas. In: MELUCCI, Alberto (Org). **Por uma sociologia reflexiva. Pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 91-115.

KAUFMANN, Marcus de Oliveira. **Das práticas anti-sindicais às práticas anti-representativas: sistemas de combate e a tutela de representações coletivas de trabalhadores**. São Paulo: LTr, 2005.

NORONHA, Eduardo G. **O Modelo Legislado de Relações de Trabalho no Brasil**. Dados - Rio de Janeiro, v. 43 n. 2, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000200002>>.

PIRES, Alvaro. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In POUPART, Jean *et al* (Orgs).. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 43-94.

RAMÍREZ, Luis Enrique; SALVADOR, Luiz (coord.). **Direito do Trabalho: por uma carta sociolaboral latino-americana**. São Paulo: LTr, 2012.

REIS, Daniela Muradas. **O princípio da vedação do retrocesso no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.

RODRIGUES, Iram Jácome. **O Sindicalismo Brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva**. São Paulo em Perspectiva, 9 n 3, SEADE, volume 1995, p. 116-126.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2007.

ROBORTELLA, Luiz Carlos Amorim. **O moderno direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1994.

ROMITA, Arion Sayão. **O Princípio da Proteção em Xequê**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Ver_36/artigos/Art_Arion.htm>. Acesso em: 04 de mar. 2015.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2010.



SUPIOT, Alain. **Lei e trabalho. Um mercado mundial de regras?** Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Alain%20Supiot,%20Law%20and%20Labour,%20NLR%2039,%20May-June%202006.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2014.

VIANA, Márcio Túlio. **Direito de Resistência**. São Paulo: LTr, 1996.

OS GOVERNOS DO PT E O MOVIMENTO SINDICAL:

Apaziguamento ou aceleração da dinâmica das greves no Brasil?

Anderson Martins Silva

mestrando no Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social – UFJF, bolsista CAPES. E-
mail: anderson.martins.silva@hotmail.com.

Resumo

O artigo em questão, tem como objetivo apresentar os primeiros apontamentos obtidos a partir da interlocução com os autores de referência, acerca das características fundamentais do movimento sindical a nível mundial, e, em particular, o brasileiro, durante a quadra histórica que se inicia a partir dos anos 1970 do século XX. O artigo está organizado em cinco itens, quais sejam, *Introdução*, onde apresentamos de maneira breve a pesquisa da qual faz parte o presente artigo; *Nos limites da sociabilidade burguesa*, onde colocamos em evidência os limites apontados por I. Mészáros para as organizações dos trabalhadores na quadra histórica referida acima; *Os sindicatos e a crise estrutural do capital*, onde procuramos perceber as relações entre a crise, a conformação dos sindicatos e sua atuação em geral; *Os governos do PT: apaziguamento ou aceleração da dinâmica das greves Brasil?* Seção na qual buscamos apresentar os resultados parciais a que chegamos no estágio em que nos encontramos na análise dos balanços das greves produzidos pelo DIEESE e, por fim, *À guisa de conclusão*, onde explicitamos as conexões entre o debate apresentado e a nossa hipótese de trabalho atual.

Palavras-chave: Movimento grevista, Sindicatos, Crise estrutural, Partido dos Trabalhadores.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem sua origem na pesquisa intitulada *Sindicalismo em Tempos de Crise: uma análise do movimento grevista brasileiro durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT)*, em desenvolvimento no âmbito do *Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Mestrado da Universidade Federal de Juiz de Fora*, com o apoio e financiamento da CAPES-CNPQ. Em tal pesquisa, partimos da seguinte questão: qual foi o perfil do movimento grevista brasileiro durante os governos do Partido dos Trabalhadores? Adotamos como hipótese de trabalho que, o movimento grevista da classe trabalhadora brasileira durante os governos do PT caracterizou-se, por um lado, pela intensificação das greves, o que possibilitou a um número expressivo de categorias a obtenção de aumentos acima da inflação durante a maior parte do período, por outro lado, apesar de apresentar elementos germinais de ruptura com as direções conciliadoras da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do PT exemplificados pela fundação da Conlutas, da Intersindical, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (TROPIA et al, 2013), pela rebelião das bases sindicais contra as direções sindicais historicamente estabelecidas protagonizadas pelos trabalhadores nas greves do PAC, dos estaleiros de Niterói (LIMA e MATIAS, 2016), de Suape (DE OLIVEIRA e DA SILVA, 2015), na greve dos garis no Rio de Janeiro em 2014, se aprofunda a perspectiva defensiva-corporativa-estatal das centrais sindicais, por meio da conformação de um “sindicalismo negocial de estado”, marcado pela conciliação de classes e pela incapacidade de proposição de um novo horizonte societário (ANTUNES e SILVA, 2015).

Com o objetivo de verificar a validade de nossa hipótese de trabalho, estruturamos a pesquisa em torno de três procedimentos: 1) Interlocução teórica direta com a produção de autores que abordam a questão sindical em geral e, em específico a brasileira, durante a quadra histórica que tem como característica a crise estrutural do capital; 2) Análise dos balanços das greves produzidos pelo DIEESE (DIEESE, 2005a; 2006; 2008a; 2009a; 2012a; 2012b; 2013a; 2015) e dos balanços das negociações dos reajustes salariais produzidos pelo mesmo instituto; 3) Análise do documento Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira (2015) produzido pelo IBGE.

Neste artigo, traremos à tona os primeiros apontamentos obtidos, a partir da interlocução

com os autores de referência, acerca das características fundamentais do movimento sindical a nível mundial, e em particular o brasileiro durante a quadra histórica que se inicia a partir dos anos 1970 do século XX, além de apresentarmos os resultados parciais a que chegamos no estágio em que nos encontramos de nossa análise dos Balanços das Greves do DIEESE.

2. NOS LIMITES DA SOCIABILIDADE BURGUESA

Como aponta José Paulo Netto (2001), a partir de meados dos anos 1970 chegava ao fim o fenômeno conhecido como boom do pós guerra, e com ele a era do welfare state, assim entramos em uma quadra histórica marcada por uma crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011), que evidencia a aproximação do modo de produção capitalista dos limites inerentes a dinâmica do capital e coloca na ordem do dia a necessidade de uma ofensiva socialista, porém, a classe trabalhadora na contramão da exigência histórica, tem em suas mãos organizações defensivas forjadas a partir das exigências históricas do momento anterior, nas palavras de Mézáros (2011, p. 79)

[...] a atualidade histórica da ofensiva socialista, sob a nova fase histórica da crise estrutural do capital[...]” afirma-se como 1. Crescente dificuldade e, por fim, impossibilidade de obter ganhos defensivos [...] por meio das instituições defensivas existentes (e, em consequência, o fim do consenso político, trazendo com isso uma notória postura mais agressiva das forças dominantes do capital vis-à-vis ao trabalho). 2. A pressão objetiva pela reestruturação radical das instituições de luta socialistas existentes, para ser capaz de ir ao encontro do novo desafio histórico, numa base organizacional que se evidencie adequada à necessidade crescente de uma estratégia ofensiva.

Como aponta Mézáros (2011, p. 79), o que está em jogo é “[...] a constituição de uma estrutura organizativa capaz não só de negar a ordem dominante [...]”, mas também, “[...] simultaneamente, de exercer as funções vitais positivas de controle, na nova forma de autoatividade e autogestão[...]”. Em tal contexto, de acordo com Mézáros (2011, p. 75), “[...] não somente os riscos estão aumentando e as confrontações se aprofundando [...]”, mas “[...] também as possibilidades para um resultado positivo estão postas numa nova perspectiva histórica. ”, pois “[...] os riscos estão crescendo e tornando-se potencialmente mais explosivos; o repositório de compromissos, que formalmente tem servido tão bem as forças do ‘consenso político’, está cada vez mais vazio [...]”, levando a que certos caminhos sejam bloqueados

enquanto outros são abertos, o que, frente a ofensiva do capital sedento pela recomposição de sua taxa de lucro as custas do trabalho, demanda dos movimentos sociais da classe trabalhadora, incluídos aqui os sindicatos, a criação de novas estratégias para a luta contra o capital. Deste modo, “A transição para o socialismo em escala global, visualizada por Marx, adquiriu uma atualidade histórica nova e mais urgente, em vista da intensidade e da severidade da crise.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 75-76).

3. OS SINDICATOS E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

De acordo com nossos autores (ANTUNES e SILVA, 2015; ALVES, 2010; MATTOS, 2007; NETTO, 2001), ao fim da década de 1980, dada a necessidade do capital de buscar mecanismos para combater sua crise estrutural e a consequente queda da taxa de lucros, já despontavam as principais tendências econômicas e ideológicas que condicionariam a passagem da ação sindical no Brasil de um sindicalismo de classe para o sindicalismo cidadão dos anos mais recentes (COIMBRA, 2006), do ponto de vista econômico tivemos o aprofundamento da reestruturação produtiva em escala mundial e a emergência do capital financeiro como poder hegemônico, processo que se expressa no campo ideológico e político por meio do neoliberalismo. Como nos informam os autores (ANTUNES e SILVA, 2015, p. 516; MATTOS, 2015), do ponto de vista das condições de trabalho, podemos considerar como marca do período que se inicia a partir dos anos 1970 no mundo e 1990 no Brasil o avanço da “Informalidade, flexibilização e terceirização” que “passam a ser imperativos empresariais” (ANTUNES e SILVA, 2015, p. 515-516). Segundo Antunes (2002), tal movimento do capital, como não poderia deixar de ser, teve um forte impacto sobre o mundo do trabalho, tendo implicações diretas para os organismos representativos da classe trabalhadora. Nesse sentido, qual tem sido os efeitos das mudanças citadas acima sobre a classe trabalhadora e os sindicatos?

Como apontam nossos autores (ANTUNES e ALVES, 2004), as mudanças apontadas acima na dinâmica do modo de produção capitalista afetaram diretamente a classe trabalhadora, dotando-a de uma nova morfologia do trabalho, tal mudança caracteriza-se pelo crescimento das exigências de qualificação das trabalhadoras e trabalhadores, degradação do trabalho, aumento da intensidade e extensão das jornadas de trabalho, aprofundando o padrão já

característico da superexploração do trabalho no país (MARINI, 2005; LUCE, 2012), ampliação da utilização de trabalho infantil e do trabalho análogo a escravidão, ampliação do emprego de mulheres nos mesmos cargos que os homens, porém com salários mais baixos, avanço da terceirização, do trabalho informal, dos contratos de trabalho temporários e em tempo parcial, além da presença constante de um crescente desemprego estrutural. Em suma, ocorreu uma diversificação da classe trabalhadora acompanhada da corrosão do trabalho pelas *velhas novas estratégias* de exploração capitalista potencializadas pelas condições de crise estrutural do capital em que se inserem. Tais transformações podem ser percebidas claramente quando observamos a expansão do setor de serviços na economia mundial no último quarto do século XX, suas formas de exploração do trabalho e a presença majoritária do trabalho feminino no telemarketing (ANTUNES, 2012; BRAGA, 2013). Os sindicatos não poderiam passar ilesos por um processo de transformações de tal magnitude. Como aponta Mattos (2007, p. 51), “tudo isso se refletiu em fragmentação das organizações e diminuição da filiação sindical, em várias partes do mundo.”. E no Brasil? Qual foi a particularidade da atuação sindical no período?

Conforme Alves (2010), Antunes e Silva (2015), a partir do surgimento do novo sindicalismo ao fim da década de 1970, inaugurou-se uma nova fase do sindicalismo brasileiro, onde a incompatibilidade entre os interesses da classe trabalhadora e da burguesia era colocada em evidência na atuação sindical, nesse sentido, o confronto era colocado em primeiro plano. Porém, passadas três décadas, o que vimos foi o abandono sistemático do confronto de classes em prol de uma perspectiva negocial e conciliadora dos interesses de classe. Como apontam Antunes e Silva (2015, p. 512), “O desdobramento desta mutação vem consolidando entre nós uma prática sindical que, para além de fetichizar a negociação transforma os dirigentes em novos gestores [...]”, estes, “[...] encontram na estrutura sindical mecanismos e espaços de realização, tais como operar com fundos de pensão, planos de pensão e de saúde [...]”, além das vantagens próprias do “[...] aparato burocrático típico do sindicalismo de estado vigente no Brasil desde a década de 1930.”. Segundo nossos autores (ANTUNES e SILVA, 2015), tais mudanças além de alterarem o perfil das lideranças sindicais e das práticas sindicais adotadas também levaram a um redirecionamento do discurso sindical que, a partir de então colocou de lado o sindicalismo de classe e trouxe ao primeiro plano o sindicalismo cidadão, para o qual chamam a nossa atenção Boito Jr (1999) e Coimbra (2006).

Como apontam Arbia (2010), Antunes e Silva (2015), já a partir do III Congresso da CUT (III CONCUR) em 1988, como efeito da mudança de conjuntura a partir do início da implementação da perspectiva neoliberal no Brasil ao fim dos anos 1980, é importante

observarmos que a CUT também mudou, passando a ganhar espaço nas resoluções da central uma concepção etapista na qual a solução das “[...] questões relativas ‘às políticas sociais, ao crescimento econômico e à distribuição de renda’ aparecem como base para construção de uma ‘sociedade democrática rumo ao socialismo’” (ARBIA, 2010, p. 115). Nessa concepção a luta pelo socialismo é legada a um futuro mais ou menos distante. Tal mudança tem seu corolário com a ascensão do PT ao governo em 2002 e a cooptação da CUT pelo mesmo, tornando-a um instrumento da ordem, a favor da conciliação e do apaziguamento da luta de classes (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007).

4. OS GOVERNOS DO PT: APAZIGUAMENTO OU ACELERAÇÃO DA DINÂMICA DAS GREVES NO BRASIL?

A bibliografia consultada, nos sugere que os governos PT, longe de se contraporem a herança neoliberal deixada pelos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, contribuíram para consolidar o modelo liberal periférico no Brasil caracterizado pela *liberalização, privatização, desregulação das relações de trabalho, subordinação, vulnerabilidade externa estrutural e dominância do capital financeiro* (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007), além de levar a frente um processo de desarme da classe trabalhadora (IASI, 2013), o qual, tem como uma de suas características a cooptação das principais centrais sindicais brasileiras (ANTUNES e SILVA, 2015).

Como aponta Mattos (2015), tanto o governo Lula quanto o governo Dilma levaram a frente os ataques exigidos pelo bloco dominante hegemônico pelo capital financeiro em meio à crise estrutural do capital e seu aprofundamento em 2008, temos alguns exemplos da ligação direta entre os governos PT e o bloco dominante hegemônico pelo setor financeiro, na composição ministerial de ambos os governos, onde o grande empresariado sempre esteve representado nos ministérios da Indústria e Comércio, no ministério da Agricultura e no Banco Central com Meirelles sob Lula e Tombini no governo Dilma (MATTOS, 2015). Além deste elemento, Lula “recolocou na ordem do dia a continuação do modelo liberal ao implementar a reforma da Previdência dos servidores públicos, iniciar o processo de reforma sindical e sinalizar a reforma das leis trabalhistas.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 24).

Porém, frente a crise econômica, aos ataques perpetrados pelos governos do PT contra a classe trabalhadora brasileira e aos indícios de cooptação das centrais sindicais apontados na

literatura atual (MATTOS, 2015; ANTUNES e SILVA, 2015; FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007)), sustentamos que tais condições contribuíram para a aceleração da dinâmica grevista, um processo silencioso, mas de metabolismo vigoroso quando observado mais de perto a luz dos dados disponíveis.

O estágio atual de nossa análise dos balanços das greves (DIEESE, 2005a; 2006b; 2008a; 2009a; 2012a; 2012b; 2013a; 2015) produzidos pelo DIEESE nos permite constatar que, no período de 2004 a 2013 ocorreu um aumento exponencial do número de greves e horas paradas no país, principalmente no biênio 2012-2013 onde a variação do número de greves de um ano para o outro alcançou o patamar de 134%, as greves que eram 877 em 2012 saltaram para 2050 greves em 2013. Tal pico de greves, do ponto de vista do número de horas paradas, é o maior desde 1990 onde foram alcançadas 117.027 horas paradas. Constatação a partir da qual, podemos afirmar que vivenciamos o segundo maior pico de greves da história do Brasil neste início de segunda década do século XXI. Em 2004 observamos a ocorrência de 302 greves e 23 mil horas paradas, enquanto, em 2013 tais números se elevam a 2050 greves culminando com um total de horas paradas de 111.342 horas. Cremos que tais dados confirmam a ocorrência de um importante ciclo de greves no período em questão, o que significa, a intensificação da ocorrência de espaços de construção da luta coletiva genuínos da classe trabalhadora, e que hipoteticamente tem potencial para abalar o domínio da conciliação de classes imposta pelo PT/CUT no último período. O ciclo de greves em questão tem como uma de suas características marcantes, um forte aumento das greves no funcionalismo público e na esfera privada.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO

Com base na bibliografia consultada, verificamos que, a partir dos anos 1970, o capitalismo entrou em uma crise estrutural que tem colocado em evidência os limites inerentes ao processo de acumulação capitalista (MÉSZÁROS, 2011), deste modo, tal situação reatualizou a perspectiva marxiana da conformação da classe trabalhadora como classe dominante, ou como aponta MéSZáros (2011), colocou na ordem do dia a necessidade de uma ofensiva socialista, porém, a classe trabalhadora mundial dispõe apenas de organizações defensivas forjadas em um momento anterior da luta de classes, onde as exigências eram outras, incapazes de levar a ofensiva à frente. Na particularidade brasileira, a situação não é diferente,

como vimos o novo sindicalismo que nasce nos anos 1980 com verniz classista, logo se enveredou pelo caminho da conciliação de classes abrindo mão da perspectiva da independência de classe e da construção de um novo horizonte societário. Como afirmam Antunes e Silva (2015), passadas três décadas, o que vimos foi o abandono sistemático do confronto de classes em prol de uma perspectiva negocial e conciliadora dos interesses de classe.

Por fim, como procuramos demonstrar a partir da análise dos dados do DIEESE, há indícios de que durante os governos PT ocorreu um importante ciclo de greves da classe trabalhadora brasileira, com potencial para abalar a tentativa de apaziguamento levada a frente pelo PT e pela CUT, o que corrobora com a primeira parte de nossa hipótese de trabalho, qual seja, apesar da cooptação da CUT pelo governo PT, longe de ocorrer um processo de apaziguamento da luta de classes no Brasil, no que tange ao movimento grevista brasileiro, ocorreu pelo contrário, um processo de aceleração da dinâmica das greves, que significa como apontamos acima a intensificação da ocorrência de espaços de educação e luta genuinamente da classe trabalhadora, em outras palavras, uma retomada pelas trabalhadoras e trabalhadores daquilo que os revolucionários chamaram de *escola de guerra* (Lenin, 2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. Caderno CRH, Salvador, v.28, n.75, p. 511-528, set./dez. 2015.

_____. A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. Net. São Paulo. Nueva Sociedad especial em português. p.44-59. 2012.

_____. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: ANTUNES, Ricardo (org). Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. 2º ed. 1º reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educação e Sociedade, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1º ed. 2º reimpressão São Paulo: Boitempo, 2010.

ARBIA, Alexandre Aranha. Contornos de uma práxis sindical: curvatura teórica e ideológica nas concepções e práticas da Central Única dos Trabalhadores. Juiz de Fora, 2010. 169 pp.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, Hermínia et al (org.). Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1º ed. São Paulo: Boitempo e CartaMaior, 2013.

BOITO JR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. 1º ed. São Paulo: Xamã, 1999.

COIMBRA, Ana Livia de Souza. Sindicalismo e Cidadania: análise da participação institucional dos sindicatos dos trabalhadores cutistas em período de crise. Rio de Janeiro, 2006. 230 pp. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DE OLIVEIRA; DA SILVA, Diogo Fernandes. Terceirização e ação sindical no complexo industrial portuário de Suape: o caso do Estaleiro Atlântico Sul. 2015b. Disponível em: <<http://abet2015.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Diogo-Fernandes.pdf>>. Acesso em: 09 de ago. de 2016.

DIEESE. Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2015. Estudos e Pesquisas, São Paulo, n.80, abril. 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2016/estPesq80balancoReajustes2015.pdf>>. Acesso em: 05 de mai. de 2016.

_____. Balanço das greves em 2013. Estudos e Pesquisa, São Paulo, n.79, dezembro. 2015. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>>. Acesso em: 15 de ago. De 2016.

_____. Balanço das greves em 2012. Estudos e Pesquisas, São Paulo, n.66, maio. 2013a. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>>. Acesso em: 15 de ago de 2016.

_____. Balanço das Greves em 2010 e 2011. Estudos e Pesquisas, São Paulo, n.63, novembro. 2012a. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2011/estPesq63balGreves2010_2011.pdf>. Acesso em: 15 de ago de 2016.

_____. Balanço das greves em 2009 e 2010. Estudos e Pesquisas, São Paulo, n.60, abril. 2012b. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2010/estPesq60balGreves20092010.pdf>>. Acesso em: 15 de ago de 2016.

_____. Balanço das greves em 2008. Estudos e Pesquisas, São Paulo, n.45, julho. 2009a. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balançodasgreves/2008/estPesq45balançoGreves2008.pdf>>. Acesso em: 15 de ago de 2016.

_____. Balanço das greves em 2007. Estudos e Pesquisas, São Paulo, 2008a. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2007/estPesq41Greves2007.pdf>>. Acesso em: 05 de fev. de 2016.

_____. As greves em 2005. Estudos e Pesquisas, São Paulo, n.20, maio. 2006. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/observatorio/Prod03_2006.pdf>. Acesso em: 05 de fev. de 2016.

_____. O movimento grevista em 2004. Estudos e Pesquisas, São Paulo, n.12, outubro. 2005a. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2004/estpesq12102005_greve2004.pdf>. Acesso em 05 de fev. de 2016.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. A economia política do Governo Lula. 1º ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

IASI, Mauro Luis. A Rebelião, a Cidade e a Consciência. In: MARICATO, Hermínia et al (org.). Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1º ed. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisa: informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro, n.35, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 06 de ago. 2016.

LENIN, Vladimir Ilich. Sobre as greves, in Paulo (org). O Marxismo e os Sindicatos. 1º ed. São Paulo: Sunderman, 2008.

LIMA, Sonia Lucio R. de; MATIAS, Lilian de S.L. A greve dos operários de Niterói no contexto do pré-sal. Barcelona. III International Conference Strikes and Social Conflicts: Combined historical approaches to conflict. p.97-117, 2016. Disponível em: <http://ddd.uab.cat/pub/caplli/2016/157737/F6ULima_Sonia_Matias_Lilian_OK_.pdf>. Acesso em: 08 de ago. De 2016.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, n.32, p.119-141, junho. 2012.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro(orgs.). Rui Mauro Marini: vida e obra. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MATTOS, M. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. Revista Em Pauta, Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 20,p.33-55, 2007. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/158/183>>. Acesso em: 10 de ago. de 2016.

MATTOS, Marcelo Badaró. Que crise? Elementos para a análise da conjuntura brasileira. Maio, 2015. Disponível em: <[http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/05/Conjuntura-Marcelo-Bada %C3%B3.pdf](http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/05/Conjuntura-Marcelo-Bada%C3%B3.pdf)>. Acesso em: 12 de ago. De 2016.

MÉSZÁROS, István. Política radical e transição para o socialismo: reflexões no centenário de

Marx.In: MÉSZÁROS, Istiván. A crise estrutural do capital. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P.; “Cinco notas a propósito da questão social”. Temporalis. ABEPSS, Brasília, n.3, p.41-49, Janeiro/Junho. 2001.

TROPIA, Patrícia Vieira; GALVAO, Andréia; MARCELINO, Paula. A reconfiguração do sindicalismo brasileiro nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico da Conlutas. **Opin. Publica**, Campinas , v. 19, n. 1, p. 81-117, June 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762013000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de dez. de 2016

GARIS EM MOVIMENTO: a greve de 2014 e o Círculo Laranja

Veronica de Araujo Triani

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense –
PPGSD/UFF

Membro do Grupo de Pesquisa Configurações Institucionais e Relações de Trabalho – CIRT/UFRJ

vetriani@gmail.com

O ponto de partida e as escolhas metodológicas

A investigação proposta partiu da realização de estudo de caso-referência, pretendendo identificar os principais fatores envolvidos no processo da greve realizada pelos garis do Estado do Rio de Janeiro, em meio ao carnaval de 2014, organizada e deflagrada por movimento dissidente do sindicato juridicamente reconhecido.

Tal caso, em particular, demonstrou-se relevante, pois a greve foi impulsionada por fora do sindicato e resultou na reabertura da negociação da data-base da categoria, com participação do movimento. Chamou especial atenção, ainda, a conquista de um reajuste salarial de 37% (maior dos últimos 20 anos), do auxílio alimentação em 66%, além da fundação de um movimento nomeado Círculo Laranja um ano depois.

Para a realização do estudo, foram coletados dados a partir das publicações na mídia *online*, análise do processo de dissídio coletivo de greve instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro e dos Acordos Coletivos assinados desde 1990. Foram realizadas também, visitas na sede do movimento Círculo Laranja para entrevistas de tipo qualitativo com os atores envolvidos no processo de mobilização direta ou indiretamente, as quais se deram utilizando método de entrevista não dirigida, a partir do qual a pesquisadora deu instrução inicial sobre o tema e conferiu liberdade aos entrevistados no tocante à maneira de tratar o assunto (POUPART, 2008).

Por fim, foi realizado levantamento bibliográfico, visando tanto à operacionalização

dos conceitos quanto à delimitação progressiva do objeto de pesquisa (DESLARIERS e KÉRISIT, 2008), simultaneamente ao levantamento de dados para o estudo de caso.

Diversas questões perpassam o processo de organização do movimento objeto de análise, tais como: Como se deu o processo de formação desse movimento? Houve um fator determinante para a aglutinação dos trabalhadores? Havia pauta de reivindicações unificada? Havia presença de forças politicamente organizadas e/ou partidárias na formação do movimento? Há histórico de tentativa de formação de organização dissidente do sindicato registrado? Nas greves anteriores da categoria, houve tentativas de formação de um movimento como o ocorrido em 2014? O fato de 2014 ser ano de realização de Copa do Mundo na cidade do Rio de Janeiro interferiu no processo de mobilização e no processo de negociação? O fenômeno das manifestações ocorridas no ano de 2013 exerceu influência sobre esse movimento?

Tais questões estiveram presentes desde a realização do plano de trabalho e permanecem principalmente na inserção em campo. Contudo, não se tem delineado exaustivamente todos os pontos da pesquisa, por partir de uma compreensão de que a construção do objeto não recai apenas sobre a intenção individual do pesquisador. O estudo preocupa-se, pois, em incorporar materiais encontrados a partir da interação com o campo, buscando preservar o caráter da pesquisa qualitativa, ancorada “na dialética das repercussões, ações e interpretações dos atores sociais em relação ao seu meio” (DESLARIERS e KÉRISIT, 2008).

Os resultados parciais objeto desta pesquisa se deram a partir da análise qualitativa dos dados até então levantados, por se considerar que tal análise é capaz de incorporar os significados inerentes aos atos e às relações sociais (MINAYO, 2001).

As transformações societárias e dos movimentos sociais

A observação das sociedades contemporâneas, segundo Daniel Camacho, sugere que foram surgindo novas formas de agregação social em coexistência com as anteriores já consolidadas, bem como novas formas de solidariedade conflitual foram abrindo novos canais para agrupamento. Por sua vez, um controle de complexidade passou a se ocupar cada vez mais com a relação aos sistemas institucionais de representação e tomada de decisão e novas formas de ação (CAMACHO, 1987).

A partir dos conflitos dos anos 80, implicou-se a redefinição dos movimentos e suas formas de ação, passando os movimentos a se concentrar nas necessidades de auto-realização,

contestação da lógica do sistema no campo cultural e na vida cotidiana. Os conflitos sociais contemporâneos passam a afetar o sistema como um todo e a ação coletiva vai além de “trocar bens em um mercado político”. A esfera de ação dos movimentos contemporâneos, tal qual a nova esfera de conflitos das sociedades pós-industriais, se complexifica, chegando a haver verdadeira alteração morfológica da ação coletiva (MELUCCI, 1989).

Ao longo dos anos 90, os movimentos sociais em geral tiveram que abandonar algumas posturas e adotaram posições mais propositivas. Diferentemente de um passado onde se utilizavam das vias paralelas para alterar as regras burocráticas e as prescrições jurídicas, passaram a atuar em rede, em parceria com outros atores sociais e dentro dos marcos da institucionalidade (GOHN, 2014).

Na atualidade, pode-se apontar um retorno dos movimentos sociais à cena, com a enumeração de quatro pontos de destaque: (i) as lutas contra os efeitos devastadores da globalização, ajudando a construir um novo padrão civilizatório, orientado para o ser humano e não para o mercado; (ii) a reivindicação de ética na política, exercendo vigilância sobre a atuação estatal; (iii) a cobertura de áreas do cotidiano de difícil penetração por outras entidades/instituições e, neste ponto, aspectos da subjetividade como sexo, raça, crença têm encontrado vias de manifestação; e (iv) a autonomia passou a ser ter projetos e a pensar os interesses do grupo, tendo planejamento em termos de metas e programas, tendo crítica, sendo flexível para incorporar os que desejam, dando universalidade à demandas particulares, vencendo localismos, priorizando a cidadania (GOHN, 2014).

O encontro do sindicalismo com os movimentos sociais

No campo do sindicalismo, o debate sobre os movimentos sociais contemporâneos, ou sobre “novos movimentos sociais”, introduziu um feixe de ruptura entre conceitos de movimento sindical e movimento social, considerando aquele apenas as “velhas organizações burocratizadas”, em antagonismo às práticas “renovadoras e democráticas” deste novo insurgente (GALVÃO, 2014, p. 3-4).

Até a década de 80, no Brasil, pode-se dizer que alguns autores também apontavam um cenário de apatia do movimento sindical, o que frequentemente levava a uma caracterização de crise. Eder Sader chegou a caracterizar que, até então, havia uma “humilhante insignificância” dos sindicatos para o governo, eis que sua principal função era apenas figurar em dissídios coletivos por reajustes salariais (SADER, 1989).

Em uma literatura que considera a institucionalização dos sindicatos como responsável

por uma domesticação dos mesmos, autores passam a apontar a perda de autonomia e até mesmo de conflituosidade do movimento sindical, indicando que o sindicato “teria deixado de ser um movimento social para ser um ‘ator’ político, porque reconhecido legalmente e dotado de recursos institucionais”. Segundo essas correntes, os sindicatos seriam ainda “incapazes de se valer de táticas disruptivas e de agir para mudar aspectos da sociedade” (GALVÃO, 2014).

Após este período, contudo, verificou-se a emergência de uma corrente renovadora, diante da qual a literatura passou a reconhecer como um “sindicalismo autêntico” ou mesmo um “novo sindicalismo”, movimento este que buscava superar o esvaziamento, a perda de representatividade e estimular/assumir lutas reivindicativas, quando o discurso da conciliação foi se tornando um discurso de contestação, e as greves, por sua vez, foram passando a ser uma afirmação da dignidade dos trabalhadores (SADER, 1989).

Em trabalho buscando refletir sobre o caráter dos novos movimentos, Ilse Scherer-Warren reproduz a fala de sindicalistas publicada no Jornal “O Estado”, de Santa Catarina, dia 26/05/1984:

“é uma estrutura sindical diversa da atual, em pequenos grupos; engaja todos, homens, mulheres e jovens; faz crescer a consciência de classe; e mais autêntica que o próprio sindicato; é incompatível com a autopromoção; as decisões do trabalhador é quem definem os rumos da luta” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 44).

No bojo de uma literatura mais geral, e impulsionada a partir dos EUA, principalmente a partir do final dos anos 1980, o sindicalismo passou a ser tomado enquanto movimento social, observando-se o desenvolvimento de uma nova geração de ativistas sindicais, que passaram a atuar junto de trabalhadores desorganizados, submetidos a contratos precários, das minorias, promovendo então um “novo associativismo”, a partir da construção de redes de solidariedade e da realização de campanhas baseadas em táticas não convencionais e incorporando reivindicações políticas e sociais abrangentes, além de articularem o local de trabalho com espaços externos e de estabelecerem alianças com outros movimentos sociais (GALVÃO, 2014).

A mudança nos processos organizativos dos trabalhadores ocorre no contexto em que o trabalho também assume novos formatos. A segurança do pleno emprego foi substituída pelo “desemprego de tom perene”, o processo organizativo dos trabalhadores tal como a relação capital/trabalho foram impactados. A avaliação sobre a desigualdade social mudou de perspectiva, trazendo novamente a questão social ao centro das preocupações, inclusive dos trabalhadores. A “nova era das desigualdades”, marcada “pela perda de institutos de proteção social, pelo aumento das taxas de pobreza global, pelo aumento das disparidades sociais e pela ampliação das margens de vulnerabilidade social e econômica” se insere em um processo que

produziria a "decadência do coletivo", a "decomposição do social", a partir dos quais surgiriam "novas formas de expressão da demanda política" (RAMALHO; SANTANA, 2003, p. 12-23).

As jornadas de junho de 2013 e a nova abertura

O ano de 2013, diante da conjuntura local e pela influência do contexto internacional foi marcado pela maior sequência de protestos no Brasil desde o Fora Collor em 1992 (GRIPP *apud* GOHN, 2014). Entre junho e dezembro, foram realizadas diversas manifestações, tendo como ápice a reunião de mais de um milhão de pessoas, em 75 cidades brasileiras.

A literatura se dividiu nas análises sobre tal ciclo de protestos, mas diversos autores identificaram o surgimento de novas características nas manifestações de 2013¹, tanto pelos sujeitos protagonistas quanto pelo repertório de ações utilizadas.

Paulo Arantes aponta considerações sobre as manifestações brasileiras de 2013 com destaque para a preservação de uma autonomia libertária e para a ação direta. Segundo o autor, surgiria um novo paradigma para as lutas sociais no Brasil, baseado em um modelo de ação que combina política horizontalista e contracultural dos novos movimentos sociais e teria caído o consenso de que as mudanças se dão pelas instituições, Estado ou eleições, tendo os manifestantes trocado petições *online* e abaixo-assinados por marchas, pedras, pichações (ARANTES, 2013).

Também indicando um cenário de novidades, Breno Bringel e Geoffrey Pleyers argumentam: “as mobilizações massivas de junho de 2013 produziram uma abertura societária”. E prosseguem concluindo: “Emergiram novos espaços e atores que levaram a um aumento da conflitualidade no espaço público e a um questionamento dos códigos, sujeitos e ações tradicionais que primaram no país durante as últimas duas décadas” (BRINGEL; PLEYERS, 2015).

A greve de 2014 e o Círculo Laranja

Em 1 de março de 2014, diante da frustração das negociações iniciadas em fevereiro, os trabalhadores se reuniram e deliberaram pela deflagração de greve em meio ao carnaval

¹ Considera-se que 2013 foi um ano marcante no cenário brasileiro, mas compreendendo que as mobilizações são fruto de processos políticos que vinham se desenvolvendo não apenas no país, mas internacionalmente.

carioca. Foi instaurado dissídio coletivo de greve² e concedida decisão liminar³ no mesmo dia determinando a suspensão da greve, sob pena de multa diária. Em 03 de março, foi realizada nova rodada das negociações e, mesmo os trabalhadores tendo rejeitado a proposta do empregador, foi assinado Acordo Coletivo entre os sindicatos profissional e patronal e foi formalmente declarado o fim da greve. Contudo, os trabalhadores não reconheceram o Acordo e mantiveram a greve, passando a convocar reuniões em locais públicos de grande circulação, como a Central do Brasil e a Cinelândia e as atividades permaneceram paralisadas.

Diante da adesão crescente, dos efeitos da ausência de recolhimento de lixo na cidade – piorados pelas fortes chuvas do mês de março – e sendo 2014 ano de realização da Copa do Mundo na cidade do Rio de Janeiro, o movimento alcançou repercussão internacional. No cenário de irredutibilidade, o movimento teve sua representatividade e legitimidade reconhecidas pelas instituições jurídicas e passou a integrar a negociação coletiva, através de uma comissão eleita. Dentre os resultados da negociação, reajuste salarial de 37% e aumento do ticket alimentação em 66%, além de adicional de insalubridade de 40%. Após o término da greve, foram recolhidos cerca de 30 mil toneladas de lixo.

Segundo relato de trabalhadores, em entrevista concedida à pesquisadora, não esperavam a tamanha repercussão:

Nós não imaginávamos a proporção do que ia acontecer. Nós nem queríamos fazer greve todos aqueles dias, mas a ideia era buscar nossos direitos. Não era para ser o caos, mas eles foram os culpados. Eles não cediam, diziam que não iam dar o aumento e pronto⁴.

Outro trabalhador relata que as convocações eram feitas maciçamente pelas redes sociais e pelo “boca a boca” nas gerências⁵.

Embora tenha constado do acordo compromisso de que não haveria demissões nem represálias por parte da empresa, passados alguns meses da greve de 2014, cerca de quatrocentos empregados foram demitidos, quase na integralidade trabalhadores mobilizados na greve daquele ano. Segundo relatos, até mesmo as avaliações passaram a ser muito mais

² Dissídio coletivo de greve é o mecanismo processual cabível quando se requer a declaração de ilegalidade de um movimento grevista. O dissídio instaurado no caso em questão foi distribuído sob o nº 0010201-14.2014.5.01.0000.

³ Conceito utilizado pelo Supremo Tribunal Federal: “Ordem judicial emitida de imediato pelo juiz em caso de tutela de urgência, concedida antes da discussão do mérito da ação. Visa resguardar direito do requerente (impetrante), em face da evidência de suas alegações (fumus boni iuris) e da iminência de um dano irreparável (periculum in mora). Possui caráter precário, tendo em vista que o direito sob análise pode ser mantido ou revogado no julgamento do feito”. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=L&id=185>> Acesso em 10/03/2017. No caso em questão, a decisão foi proferida pela Desembargadora do Trabalho Rosana Salim Villela Travesedo.

⁴ Entrevista realizada em 11 de março de 2017, com trabalhadora gari desde 2010.

⁵ Entrevista realizada em 11 de março de 2017, com trabalhador gari demitido em 2014, após a greve.

rigorosas: “Os gerentes falavam aos garis: _Vocês não querem aumento? Então vai ter cobrança!”⁶.

No ano de 2015, foi tentada uma nova greve, seguida de mais centenas de demissões. Segundo um dos trabalhadores, a soma ultrapassa mil demitidos por represália⁷. Em 8 de março de 2015, os trabalhadores demitidos se reuniram e fundaram o movimento Círculo Laranja⁸. O objetivo inicial era reintegração dos demitidos, mas atualmente as pautas englobam desde questões sobre condições de trabalho e dignidade, até questões ambientais.

Na fala de um trabalhador, se externa o tratamento recebido na gerência da Ilha: “No meu primeiro dia de trabalho, fui recebido com a fala: _ Bem-vindo ao inferno”⁹. Na sequência, outra fala: “A primeira instrução do gari é: _ Não pode dar bom dia e boa tarde ao gerente geral”¹⁰. E seguem: “O encarregado me chamava de paraíba e, quando eu questionava, dizia que eu queria saber demais”¹¹. Um dos trabalhadores apontados pela COMLURB como responsável pelas ações de 2014, narra que as manifestações de 2013 foram determinantes para a greve: “Se todo o povo podia ir às ruas, por que os trabalhadores não podiam também?”¹².

Na atualidade, o movimento Círculo Laranja é formado por cerca de setecentos integrantes, tendo representação em todas as gerências¹³ da COMLURB, além de cinquenta e quatro garis demitidos que ainda buscam a reintegração. Apresentam-se como “um movimento autônomo, sem partido, nem de direita e nem de esquerda. O círculo nasceu para romper com a política de esquerda, quer unir as diferenças. Pessoas são diferentes e nessa multiplicidade que se quer construir”. Também declaram ser uma organização horizontal, na qual todos os integrantes possuem o mesmo poder e lugar de fala, relacionando a ausência de hierarquia à própria forma de círculo, o que daria o nome ao movimento. Declaram não acreditar no formato dos sindicatos atuais¹⁴.

O movimento se utiliza de ações diretas, como paralisações, passeatas, ocupações – seja âmbito da empresa ou de pautas mais abrangentes da sociedade civil – e também ações

⁶ Entrevista realizada em 11 de março de 2017, com trabalhadora gari desde 2010.

⁷ Entrevista realizada em 28 de fevereiro de 2017, com trabalhador gari, demitido em 2014.

⁸ A formação do movimento envolve diversos elementos que não estão abordados no presente momento.

⁹ Fala de um trabalhador gari desde 2009, em reunião do movimento Círculo Laranja realizada em 28 de fevereiro de 2017.

¹⁰ Fala de trabalhador gari, demitido em 2014, antes lotado na gerência de Queimados, em reunião do movimento Círculo Laranja realizada em 28 de fevereiro de 2017.

¹¹ Fala de trabalhador agente de preparo de alimentos, demitido em 2015, em reunião do movimento Círculo Laranja realizada em 28 de fevereiro de 2017.

¹² Entrevista realizada em 28 de fevereiro de 2017, com trabalhador gari, demitido em 2014.

¹³ As gerências são unidades operacionais da COMLURB, organizadas por região da cidade.

¹⁴ Fala de integrante do movimento, em reunião realizada no dia 28 de fevereiro de 2017.

institucionais, como participação na comissão de negociação do dissídio anual e busca de parlamentares para apresentação de projetos, como “A COMLURB que queremos”, de autoria coletiva dos trabalhadores.

O movimento também faz parcerias com inúmeros outros segmentos da sociedade, sendo identificadas em campo parcerias desde com a rede Universidade Nômade Brasil, com parlamentares dos partidos Rede Sustentabilidade – REDE, Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, Partido da República – PR, com representantes de outros movimentos de trabalhadores previdenciários, vigilantes sanitários, bombeiros militares do Rio de Janeiro, dos policiais militares do Rio de Janeiro, além do movimento de negros, de professores universitários, artistas musicais, poetas, cinegrafistas.

Reflexões parciais

A partir dos dados até então coletados, pode-se dizer que o movimento grevista dos garis cariocas, em 2014, trouxe novidade ao cenário institucional.

No âmbito jurídico, a representação dos trabalhadores se dá por sindicatos, com categorias e delimitação geográfica previamente estipuladas, além de obrigatoriamente registrados perante o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Não há previsão legal para representação dos trabalhadores por outras organizações.

Pelos parâmetros legais, portanto, o movimento dos garis não teria as prerrogativas sindicais, como o poder de negociação em nome da categoria profissional. Contudo, resta verificável que, diante da repercussão do repertório de ações adotado pelo movimento, foram flexibilizados os critérios da lei, admitindo-se a participação dos trabalhadores organizados por fora do sindicato nas mesas de negociação e reconhecendo-se a legitimidade para representação em negociação que alcançou o maior reajuste salarial dos últimos vinte anos.

A repercussão social da paralisação, deixando aproximadamente trinta mil toneladas de lixo acumuladas, em meio ao Carnaval carioca, com efeitos aprofundados pelas fortes chuvas do mês de março, e em ano de realização da Copa do Mundo na cidade, exerceu papel impulsionador das negociações. Foram fator de pressão também as passeatas e protestos realizados em locais de grande circulação, com participação da sociedade civil.

O movimento Círculo Laranja e seu formato também apresentam pontos peculiares na estrutura de organizações de trabalhadores, iniciando-se pela reunião de empregados demitidos e ativos, não permitida na estrutura sindical oficial. A proposta de estrutura horizontal, sem hierarquia entre os membros, a incorporação de discussões das opressões de

gênero e de raça, a pauta de reconhecimento e dignidade, e os diálogos com mais diversos setores da sociedade, de todas as orientações políticas, também são fatores identificados como incomuns, comparando-se os sindicatos tradicionais.

As especificidades do caso objeto de análise remetem aos estudos dos movimentos sindicais, pois, se é certo que parte da doutrina veio diagnosticando ao longo dos anos um cenário de crise do sindicalismo, outras correntes têm proposições no sentido de que a ‘crise’ não é da instituição de representação dos trabalhadores, mas de um tipo de sindicato atingido duramente pelas transformações na produção” (RAMALHO; SANTANA, 2003).

Sobre o tema, a contribuição de Richard Hyman (1996), apontando que não há crise do sindicalismo, mas crise do estilo e da orientação tradicionais do sindicalismo. Para o autor, “o que certamente se requer é uma nova lógica, um novo vocabulário de motivos para a solidariedade dos trabalhadores” (HYMAN, 1994, p. 112-115).

Larangeira (1998, p. 181-183) enfatiza uma perspectiva de mudança nas atividades mais tradicionais, sugerindo a ampliação das mesmas, para incluir a representação de trabalhadores desempregados, “precarizados” ou excluídos do núcleo central de produção, até mesmo de um “sindicalismo comunitário que, juntamente com outros movimentos sociais, voltar-se-ia para atender as necessidades dos que se encontram excluídos do mundo do trabalho”.

Tais ideias são avançadas por Moody (1997), na proposta de um “sindicalismo tipo movimento social”, que seria mais dinâmico, mais aberto às novas demandas, democrático, militante, lutando pela organização nos locais de trabalho e político, agindo independentemente de partidos, mas multiplicando seu “poder político e social na articulação com outros sindicatos, organizações de bairro ou outros movimentos sociais”. O “sindicalismo do futuro” deveria assumir feição de “redes ampliadas” (OSTERMAN *et al*, 2001, p. 96). O consenso é “de que os sindicatos devem adaptar sua organização, sua estrutura e sua ação à heterogeneidade do mundo do trabalho” (RAMALHO; SANTANA, 2003).

Partindo de tais reflexões, é possível verificar que as ações utilizadas pelo movimento dos garis grevistas em 2014 são reforçadas pelo formato do Círculo Laranja e se inserem nas propostas de análise sobre as transformações e sobre o futuro do sindicalismo, que apontam para uma dinâmica diferenciada das organizações tradicionais, com nova composição, nova forma de aglutinação, até mesmo novas formas de ação, inclusive utilizando maciçamente as redes sociais e as mídias eletrônicas.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRINGEL, Breno M.; TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos Teixeira. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Ligia Helena Hann (Org.). **Movimentos Sociais e Engajamento Político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Cortez, 2015.

BRINGEL, Breno M.; PLEYERS, G. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil, **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, p.4-17, 2015.

CAMACHO, Daniel. Movimentos sociais: teoria e prática em questão. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DESLARIERS, J.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART (Org.). **A pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GALVÃO, Andréia. **O sindicalismo enquanto movimento social**: enfrentando rupturas e dicotomias. Congresso Anual Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 38º, 2014, Caxambu-MG.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **A sociedade brasileira em movimento**: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, ago/2014.

HYMAN, Richard. *Changing Trade Union Identities and Strategies*. In: HYMAN, Richard; FERNER, A. (Org.). **New Frontiers in European Industrial Relations**. Oxford: Blackwell, 1994.

HYMAN, Richard. *Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera*. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, ano 2, nº 4, Cidade do México: Alast, 1996.

KÄRNER, Harmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LARANGEIRA, Sônia Maria Guimarães. Há lugar para o sindicalismo na sociedade pós-industrial? Aspectos do debate internacional. In: **São Paulo em perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, v. 12, n. 1, 1998.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Revista Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, n.17, p.49-66, jun/1989.

MINAYO, Maria. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOODY, Kim. ***Workers in a Lean World: Unions in the International Economy***. Londres/Nova Iorque: Verso, 1997.

OSTERMAN, Paul *et al.* ***Working in America: A Blueprint for the New Labor Market***. Londres: MIT Press, 2001.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART (Org.). **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In: RAMALHO José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SADER, Eder Sader. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. v. 14, n. 41, out/1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.) **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FOXCONN BRASIL: A INCERTA PROTEÇÃO DO TRABALHO NAS RELAÇÕES SINDICAIS

Daide Bubbico
Dipartimento di Scienze Economiche e Statistiche,
Università di Salerno (ITALIA)
e-mail: dbubbico@unisa.it

1. Introdução

Este artigo pode ser concebido como um estudo das condições de trabalho e da ação sindical na mesma trajetória ilustrada de Castro e Leite na descrição da nova sociologia de trabalho industrial brasileira no final dos anos 70. Em outras palavras “a maneira pela qual o capital organiza o consumo produtivo da força de trabalho” (Sorj, 1983, p. 3) e “as formas políticas de resistência cotidianamente desenvolvidas pelos trabalhadores no curso da atividade produtiva” (Castro e Leite, 1994, p. 41). Em acordo com Ramalho os estudos sociológicos dos anos 90 vem revelando a pressão da reestruturação industrial sobre o sindicalismo: “A avaliação é que a introdução de novas formas de gestão da força de trabalho, sobretudo nas empresas associadas a cadeias produtivas globais, em conjunto com transformações na organização da produção e na estrutura de emprego, colocam novas questões, exigindo novas posturas e pondo em xeque a força de barganha acumulada anteriormente” (2000, p. 6).

Neste contexto a nossa atenção fica sobre uma das mais importantes empresas do setor eletroeletrônico do mundo, a taiwanesa Foxconn, que desde a metade da primeira década dos anos 2000 está localizada no Brasil com vários estabelecimentos principalmente para responder ao incremento das vendas no mercado brasileiro de produtos eletrônicos para as mais importantes marcas do setor, incluída a Apple que tem na Foxconn a principal produtora dos seus equipamentos.

As questões que entendemos enfrentar neste trabalho são principalmente as seguintes: qual é o modelo de relações laborais que a Foxconn tem implementado no Brasil comparativamente com a China e com outros países onde está localizada (República Checa, México e outros



países); qual é a capacidade de barganha do sindicato sobre o tema da organização do trabalho e das condições de trabalho.

Conforme a literatura sobre as mais recentes mudanças na organização do trabalho industrial a começar da introdução do padrão japonês na indústria automotiva, os novos padrões produtivos na indústria ficam caracterizados pela ampla utilização da flexibilidade e pelo envolvimento dos trabalhadores em programas de sugestões e no compartilhamento das metas de produção (Mello e Silva, 2015). Do outro lado, esta mudança no modo de produção tem determinado um comportamento empresarial finalizado a reduzir ainda mais o papel do sindicato, consolidando a autonomia das firmas sobre o tema da organização do trabalho, mas de qualquer maneira também na perspectiva do envolvimento do sindicato nas estratégias das empresas. Neste caso, por exemplo na Europa desde os anos 90 a tendência é de falar mais de “diálogo social” em vez que simplesmente de negociação (Hyman, 2010). Numa ótica comparativa pelas relações sindicais precisa, todavia, levar em consideração o contexto institucional e normativo que cada país tem sobre este tema. Neste sentido se as formas de organização do trabalho podem ser as mesmas, indiferentemente dos países em que a empresa está presente, as relações sindicais mudam em relação às leis trabalhistas do país, o modelo sindical, o tipo de contratação coletiva, o poder da Justiça do Trabalho, o papel do Estado e da mesma tradição sindical. A nossa hipótese é que a Foxconn tem tentado aplicar nas fábricas do Brasil o mesmo padrão produtivo utilizado na China, conseguindo por uma parte isso, mas não imaginando também uma capacidade de intervenção do sindicato e do judiciário sobre as questões da relação de trabalho. Em definitivo, nós pensamos é que se no chão da fábrica a capacidade de intervenção do sindicato sobre a organização do trabalho e na prevenção das doenças profissionais é muito fraca, como no resto dos países onde a Foxconn está localizada, diferentemente dos demais países onde ela produz (China, Republica Checa, etc.) a intervenção indireta por meio da Justiça do Trabalho e da fiscalização estadual no Brasil oferecem uma melhor proteção, embora sempre parcial de alguns direitos, mas contribuem também a configurar um específico papel do sindicato se pensamos, por exemplo, a atividade realizada para o departamento jurídico do mesmo sindicato. Neste contexto, todavia, o sindicato risca de ser percebido, como é na realidade muitas vezes, um organismo de defesa externo a fábrica, que cobre mais um papel de “cobrador” do reajuste salarial e da CLT na relação laboral. Nesta diretriz, é preciso também se levar em conta que se os limites de intervenção do sindicato sobre



a organização do trabalho são generalizados (como demonstra a ausência desta questão na pauta reivindicativa), também se isso pode se diversificar na base do perfil político da entidade sindical, como parece mostrar, por exemplo, a comparação (que precisa de mais aprofundamento) das avaliações sobre este tema dos sindicatos metalúrgicos de Jundiaí e Campinas.

Este trabalho é baseado em uma pesquisa de campo ainda em curso sobre o caso de dois estabelecimentos da Foxconn em Jundiaí (Estado de São Paulo). Até agora foram realizadas 15 entrevistas entre trabalhadores, ex-funcionários, diretores de base do sindicato, dirigentes sindicais e funcionários da prefeitura de Jundiaí e Campinas. As entrevistas foram feitas em julho de 2015, abril-maio de 2016 e em março-abril de 2017. No geral o nosso trabalho se coloca no âmbito de um grupo internacional de pesquisa que tem como objetivo descrever as condições de trabalho da Foxconn nas diversas fábricas onde ela está localizada no mundo.

2. IED, multinacionais e relações sindicais no Brasil: o caso da indústria eletroeletrônica

Os investimentos estrangeiros tem tido sempre um papel importante na economia brasileira. Eles têm alimentado um processo de “desnacionalização” do setor manufatureiro, determinado pelo diferente tamanho das empresas nacionais no confronto com as estrangeiras (DIEESE, 1978). Nos anos mais recentes com os governos petistas, o afluxo de novos investimentos tem se caracterizado pela possibilidade de receber incentivos fiscais e de outra natureza em troca da realização de uma parte da produção com conteúdo local. Em outro o baixo custo da mão de obra tem favorecido a implantação de indústrias com elevada intensidade de trabalho (Singer, 2015). Neste modo, as empresas estrangeiras tem conseguido neste período dois objetivos: acessar a um mercado de consumo em crescimento e fazer do Brasil uma plataforma global pelas exportações, aspecto tem que tem se revelado até agora muito fraco.

Em relação aos investimentos realizados no Brasil se deve registrar também que “nas últimas duas décadas, que sua parcela majoritária foi destinada à aquisição de empresas, não resultando em mudança significativa na formação bruta de capital fixo” (Coelho e Olivera, 2012, p. 47), sem uma melhor inserção internacional da indústria brasileira. Em outras palavras pois o aumento de IED no Brasil, que eleva consideravelmente a presença de empresas estrangeiras na estrutura produtiva nacional, vem acompanhado por uma baixa internacionalização



produtiva das empresas do país (Sarti e Hiratuka, 2011). Entre 2001 e 2010 o número de empresas exportadoras no Brasil tem ficado praticamente estagnado. Neste sentido a indústria brasileira, ainda que com algumas exceções, tem continuado a ocupar uma posição periférica na economia global como já no passado com a sua inserção no “fordismo periférico” (Braga, 2016).

Assim, o incentivo pelos IED estrangeiros tem determinado no setor da informática uma queda da produção nacional. Neste sentido, como afirmam Lima e Barbosa, “A Lei de Informática é um grande incentivo para a montagem final de eletroeletrônicos no país, porém o valor agregado localmente por esse setor tem caído, à medida que as empresas se concentram em importar *kits* pré-prontos e somente finalizá-los, perdendo o conhecimento da tecnologia e engenharia embarcadas no equipamento” (2014, p. 68). Em acordo com os autores, se essa legislação tem permitido o desenvolvimento de um relevante ecossistema de montagem de produtos eletrônicos, ainda que não se perceba um adensamento no domínio da tecnologia e em maior valor agregado na maioria dos produtos abarcados por esse incentivo. Uma confirmação indireta disso se encontra na ausência de empresas locais que são fornecedores da Foxconn de Jundiaí, como no resto das empresas asiáticas da região de Campinas. Como evidencia uma recente pesquisa sobre o desenvolvimento deste setor no Brasil e as condições de trabalho associadas a ele, a avaliação dos efeitos dos incentivos a fim de gerar uma ocupação mais qualificada e investimentos em R&D, destaca que até agora estes resultados não foram alcançados (Wetering et al., 2015).

3. O caso da Foxconn Brasil

A chegada da Foxconn em Jundiaí em 2007 é motivada pela proximidade com os armazéns da HP enquanto primeira cliente da empresa taiwanesa no Brasil. A cidade de Jundiaí, com cerca de 400 mil moradores, é um centro industrial desenvolvido sobretudo na primeira metade dos anos 50 com a produção do café, enquanto o desenvolvimento da indústria metalúrgica é mais recente, especialmente o da indústria eletrônica. A chegada da Foxconn em Jundiaí determinou a vinda para a cidade de outras empresa chinesas do mesmo setor concorrentes diretas da Foxconn como a Compaed e a Arima.

No complexo a Foxconn tem no Brasil 5 fábricas: a primeira criada em Manaus em 2005 (celular, componentes para PC, câmeras fotográficas), duas unidades em Jundiaí (Fox 1 em 2007 e Fox 2 em 2010, esta última dedicada especificamente aos produtos da Apple); Indaiatuba (Estado de São Paulo) criada em 2006 mas recentemente fechada (final de 2016) (celular da Sony-Ericsson) e Santa Rita de Sapucaí (Minas Gerais) onde se produzem placas para notebooks. O total dos funcionários da Foxconn hoje são menos de 7 mil, dos quais cerca de 5 mil estão empregados nas duas fábricas de Jundiaí, com uma forte prevalência de mão-de obra feminina como é típico deste setor.

4. Organização de trabalho e condições de fábricas

A maioria dos empregados que trabalham na Foxconn de Jundiaí são jovens, mulheres, com baixa qualificação e com experiência de trabalho em telemarketing ou ainda como a primeira experiência de trabalho. Há alguns anos o papel de intermediação com a empresa é assegurado pelo PAT de Jundiaí (Posto de Atendimento dos Trabalhadores), um serviço da prefeitura de Jundiaí. A responsável pelo PAT afirmou que as características preferidas da empresa pelo candidato que deseja trabalhar na Foxconn é ter concluído o ensino médio completo, faixa etária entre 18 e 45 anos no máximo, sem preferência de gênero, residência nos municípios de Jundiaí e de Várzea Paulista. Há também a proibição em contratar ex-funcionários, mas isso nem sempre é obedecido.

O início da produção é convulso porque a Foxconn precisa produzir para HP no início um número elevado de computadores mesmo com a instalação da fábrica sendo recente. O primeiro contato dos funcionários da Foxconn com o sindicato é através dos contratados que denunciam não receber o justo salário. Em 2009 a Foxconn começa a ficar mais atrativa na comparação com outras fábricas de Jundiaí porque o nível do salário para operador de produção chega a mais de R\$ 2 mil. Fica evidenciado que neste período não está ainda em atividade o galpão da Fox 2 para os produtos da Apple. O crescimento do salário depende unicamente do reajuste salarial obtido pelo sindicato (falta de planos de cargos), mas também da necessidade da empresa ficar mais atrativa para a mão de obra, que começa a perceber que a Foxconn é uma empresa que emprega muito mas que também despede com muita facilidade.

A produção da Foxconn é organizada por linha de produto. Na Foxconn 1 tem produção de desktop e notebooks (DELL) de computador (ASUS), mas outras marcas foram produzidas no passado (HP, LENOVO, SONY-ERICSSON, etc.). Na Foxconn 2 ficam as produções da Apple: iPhones e iPads (embora se o final de março 2017 a produção de iPads estava terminada). A produção da Foxconn em Jundiaí consiste principalmente na atividade de montagem e por isso o problema mais relevante está na repetitividade das operações em linha. A falta de mais de uma pausa de trabalho, que não seja para exigência fisiológica, confirma um regime de produção com elevada intensidade. Também a falta de aplicação do rodizio entre as estações representa ainda um dos maiores problemas, que contribui para o surgimento de doenças profissionais. Mais em geral vale lembrar que os ritmos de trabalho ficam muito elevados também com um nível de produção mais baixo, isso porque a menor produção se acompanha periodicamente com demissões. A elevada rotatividade do trabalho, como no resto do mercado do trabalho no Brasil, é causada também pelas demissões voluntárias. Essas acontecem especificamente na Foxconn em função de um trabalho instável e da falta de oportunidades no avanço profissional.

É importante evidenciar que na fábrica não está desenvolvido um modelo específico de organização do trabalho. A importância da meta de produção faz que o melhor método de trabalho seja aquele que garante a meta. Neste sentido algumas diferenças podem acontecer em relação as diversas experiências profissionais dos gerentes. Por exemplo, quem chega do setor automotivo pode implementar formas de organizações que são típicas do setor como o Total Quality Management.

O cumprimento das metas de produção determina uma pressão muito forte sobre os trabalhadores, muitas vezes sob a forma de assédio moral, como confirmam também outras pesquisas no mesmo setor e na mesma área territorial investigada, em particular em relação a mão de obra feminina (Lapa 2016; Leite e Guimarães, 2015).

O início da produção da fábrica tem tido convulso como afirmamos antes. Isso tem uma consequência sobre a organização do regime horário e da carga horaria individual. Ao mesmo tempo o comportamento assumido pela empresa parece revelar um desconhecimento das normas trabalhistas, a falta de previsão da ação sindical assim como das atividades de controle dos organismos públicos. Neste período a possibilidade de fazer muitas horas extras é alta e a empresa não tem observância dos limites legais. O excesso de horas de trabalho é um fator que



tem contribuído para a doença profissional (casos de tendinite e bursite causadas por lesões por estresse repetitivo, ou distúrbios musculoesqueléticos) e os acidentes de trabalho. Relacionado com tudo isso está também o indicador do absenteísmo, que foi elevado no início, quando a utilização das horas extras era maior, enquanto agora está na média.

5. Fábrica global e especificidade nacional das relações sindicais: algumas conclusões provisórias

A chegada da Foxconn tem representado para o sindicato de Jundiaí algo totalmente novo, também porque é a primeira vez que uma empresa deste tamanho se localiza na área e também porque a empresa começa a contratar com urgência, sem respeito da CLT, fazendo trabalhar sem folga os primeiros funcionários. A Foxconn representa também a vinda da primeira empresa chinesa em Jundiaí. Até agora a presença das empresas estrangeiras era sobretudo de empresas europeias, alemãs em particular, e dos Estados Unidos. A presença mais significativa de uma empresa asiática é a japonesa OKI. Neste sentido a Foxconn traz um padrão organizativo e de relação trabalhista diferente da tradição metalúrgica da área. O sindicato metalúrgico de Jundiaí tem construído a partir dos anos 90 um padrão sindical com boas relações com o conjunto das empresas da área. Neste contexto a Foxconn tem representado uma novidade nas dinâmicas sindical que em um primeiro momento encontra o sindicato despreparado.

E um primeiro nível de análise podemos afirmar que as relações sindicais ficam marcadas principalmente de uma primeira fase onde a empresa atua sem levar em conta o papel da CLT e do sindicato. O mesmo sindicato nesta fase (2007-2008) parece sem condições de negociar as condições de trabalho (o primeiro contato do sindicato com a situação na empresa vem de empregados com irregularidades e outras violações). Na segunda fase (2008-2010), caracterizada pelo temor da empresa de ser comparada às fabricas chinesas determina uma maior disponibilidade da Foxconn a negociar com o sindicato. Na terceira fase (2011 até a hoje) a relação parece mais evoluída mesmo com os conflitos na ocasião das campanhas salariais, onde o sindicato consegue um maior reconhecimento. Na nossa interpretação esta terceira fase da relação empresa e sindicato consolida também a exclusividade das negociações sobre as questões econômicas e de defesa do emprego, considerado que as questões dos cargos e das

condições de trabalho parecem desaparecer da pauta reivindicativa. No caso da tutela das condições de saúde, as providências parecem ficar a cargo, principalmente, se não exclusivamente, do departamento jurídico do sindicato. Ainda sobre este tema, a ginástica laboral parece ser a única coisa que o sindicato tem conseguido e só na Foxconn 1.

Em referência às hipóteses descritas no início os resultados da pesquisa obtidos até agora confirmam algumas questões típicas da prática sindical brasileira e que se podem fixar pelo menos em três âmbitos: a) o modelo de participação dos trabalhadores; b) a prevalência do tema salarial nas reivindicações; c) a dificuldade do sindicato na iniciativa sobre o melhoramento das condições de trabalho. O primeiro tema investe diretamente no aspecto da representatividade, que depende seja da ausência da pluralidade sindical no local de trabalho, mas também das modalidades de seleção dos diretores de base na fábrica. Ao mesmo tempo a falta de diálogo com a base dos trabalhadores confirma uma tendência mais geral presente no sindicato brasileiro, que parece cada vez menos uma exceção no panorama internacional. O segundo assunto, a prevalência do reajuste salarial, se por um lado reflete as preocupações legítimas de reajuste do salário num contexto de alta inflação reflete também a dificuldade de iniciativa sobre outros temas apesar da cobertura assegurada pela lei sobre alguns assuntos. O terceiro assunto constitui a questão mais problemática. Neste horizonte precisa considerar a existência de vínculos que ficam na relação entre o sindicato e a empresa (o número limitado de horas para os diretores de base atuarem na fábrica, a falta de um local sindical na empresa), na previsão que faz a lei sobre este assunto e na falta desta problemática nas convenções coletivas.

Na conclusão deste trabalho desejamos chamar a atenção para duas questões comparativas que se referem às condições de trabalho nas outras fábricas eletrônicas estrangeiras no Brasil e a comparação destas condições com outras fábricas da Foxconn no mundo e por ultimo a questão do tipo de ação sindical que a Foxconn encontra nas suas diferentes plantas no mundo. No primeiro caso, segundo a pesquisa realizada da Wetering et al. (2015) sobre a indústria eletrônica brasileira, o caso da Foxconn confirma os problemas nas condições de trabalho levantadas (elevada quantidade de horas extras, formas irregulares de terceirização e mais em geral condições de trabalho ruim, doenças profissionais, etc.). Todavia a comparação com outras fábricas eletroeletrônicas de Jundiaí mostram uma avaliação diferente das condições de fábrica que podem depender, por exemplo, da ergonomia do trabalho. Existe também uma outra questão que parece comum e que fica relativa aos casos de assédio moral que dependem das



relações entre o management estrangeiro e os trabalhadores. No específico este tipo de conflito classificado como “cultural” parece bastante difundido no resto da indústria estrangeira no Brasil como mostram outras pesquisas sobretudo nas áreas de recente industrialização (Carvalho e Garcia, 2011).

O segundo nível de comparação apresenta uma maior complexidade pela especificidade de cada contexto nacional. Também se a comparação com as fábricas chinesas seja difícil pela diversidade do contexto político-normativo e industrial (dimensão das fábrica e número de empregados na China), a ilustração da situação das fábricas na China como na Europa Oriental mostra que há elementos que são recorrentes também no caso do Brasil. As pesquisas conduzidas da Pung Ngai e o seu grupo (2015) mostram que nas fábricas chinesas da Foxconn os problemas mais recorrentes são também a elevada rotatividade da força de trabalho, horas extras, elevada intensidade do desempenho no trabalho, assédio moral, doenças profissionais, exploração da capacidade física do trabalhador até a sua demissão ou pedido de demissão. Estes elementos são igualmente relevantes na análise de Sacchetto e Andriajasevic (2015) sobre as duas fábricas da Foxconn na República Tcheca. Em relação à avaliação da ação sindical, seja na China, como na República Tcheca, esta ação é muito fraca: no caso da China, o sindicato oficial exerce sobretudo um papel de controle da mão de obra (especialmente de prevenção do conflito), na República Tcheca o nível de sindicalização é muito baixo e não está garantida aos sindicatos a liberdade de movimentos na fábrica. No caso do Brasil, a cobertura da ação sindical é diferente porque o sindicato, além de ser previsto por lei, pode atuar por ocasião da eleição da CIPA, nas eleições dos diretores de bases e pelas periódicas campanhas salariais. Em geral na nossa provisória hipótese é que se o diferente papel do sindicato no Brasil, como evidenciado pelo controle na aplicação da CLT (também se não houver modificação na legislação, pretendida pelo projeto de reforma trabalhista em curso no Brasil) e pela promoção da intervenção do Ministério do Trabalho, permitam uma capacidade de iniciativa mais elevada em comparação com outros países onde a Foxconn está localizada, o sindicato aparece fraco sobre as mudanças das condições de fábrica, sobretudo por quanto atinge a prevenção das doenças ocupacionais que investem o trabalhador por conta de uma forma de organização do trabalho que ainda se mantém muito taylorista.



Bibliografia

BRAGA R. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In SINGER A. e LOUREIRO I. (Org.), *As contradições do lulismo*, Boitempo, São Paulo, p. 55-92, 2016.

CARVALHO, M. G., GARCIA A. Conflito interpessoal entre brasileiros e entre brasileiros e estrangeiros em empresas multinacionais de Manaus, AM. *Caderno de Psicologia Social do Trabalho*, n. 2, p. 79-194, 2011.

CASTRO, N. A.; LEITE M. P. A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 37, p. 39-59, 1994.

COEHLO, D. B.; OLIVEIRA, M. O. As multinacionais brasileiras e os desafios do Brasil no século XXI. *Revista Brasileira de Comercio Exterior*, n. 25, p. 44-57, 2012.

DIEESE, *Multinacionais e indústria nacional*, São Paulo, DIEESE, 1978.

HYMAN R., *Social dialogue and industrial relations during the economic crisis: Innovative practices or business as usual*, ILO, Working Paper n. 11, Geneva 2010.

LAPA, T. de S. Trabalho (Des)qualificado e controle gerencial no setor eletroeletrônico no Brasil: problematizações a partir da perspectiva de gênero. In MELLO e SILVA L. (Org.), *Exercícios de Sociologia do Trabalho*, Fino Traço Editora, Belo Horizonte, p. 127-156, 2016.

LEITE M. P., GUIMARÃES P. C. Tudo muda, nada muda: as implicações do uso das tecnologias de informação sobre o trabalho das mulheres no sector eletroeletrônico. *Cadernos Pagu*, n. 44, p. 333-366, 2015.

LIMA, R. R. de S.; BARBOSA, A. L. M. Complexo Eletrônico. In BNDES (Org.), *Perspectivas do investimento 2015-2018 e panoramas setoriais*, Brasília, BNDES, 2014, p. 66-75.

NGAI, P.; HUILIN, L.; YUSHUA, G.; YUAN, S. *Nella fabbrica globale. Vite al lavoro e resistenze operaie nei laboratori della Foxconn*. Ombre Corte, Verona, 2015.

RAMALHO, J. R. Trabalho e Sindicato: posições em debate na sociologia hoje. *Dados*, v. 43, n. 4, p. 761-782, 2000.

SACCHETTO, D.; ANDREIJASEVIC, R.. Dalla Cina all'Europa: l'onda lunga della Foxconn. In NGAI P. et al. (Org.), *Nella fabbrica globale. Vite al lavoro e resistenze operaie nei laboratori della Foxconn*. Ombre Corte, Verona, 2015, pp.187-215.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros. Texto para discussão IE/ Unicamp, n. 187, janeiro de 2011.

SINGER A. Cutucando onças com varias curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, n. 102, 2015, pp. 39-67.



SORJ, B. O. Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 15, p. 53-55, 1983.

WETERING van H.; GOMES M.; SCHIPPER I. (eds.), *Brazil, the New Manufacturing Hotspot for Electronics?*, GoodElectronics, Amsterdam, 2015.

A dimensão tecnológica do capitalismo contemporâneo e a revitalização sindical: o caso da categoria bancária no Brasil

Gustavo Machado Cavarzan
Doutorando do IE-UNICAMP
gmcavarzan@gmail.com

José Dari Krein
Professor do IE-UNICAMP
dari@eco.unicamp.br

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de indicar os desafios para ação coletiva e organização sindical dos bancários, a partir das categorias de análise da revitalização, considerando as profundas mudanças em curso no setor, a partir da globalização financeira e das inovações tecnológicas. A hipótese é que as inovações na base técnica do setor financeiro transformam de forma relevante as relações de trabalho nos bancos, colocando novos desafios para a organização sindical dos bancários que passa por importantes reconfigurações em suas estratégias de mobilização, organização e atuação a fim de manter sua capacidade de regular as relações de trabalho, no contexto da chamada “4ª revolução industrial.

Além desta introdução, o artigo está dividido em três seções, e considerações finais. A primeira seção traça as características do regime de acumulação flexível; a segunda seção trata das principais transformações tecnológicas observadas no setor financeiro nos últimos anos e a terceira seção apresenta alguns elementos da literatura acerca da revitalização sindical e como este referencial pode ajudar a compreender a forma como as organizações sindicais de bancários no Brasil têm buscado se adaptar ao novo contexto a fim de preservar sua representatividade e capacidade de ação. As

considerações finais destinam-se a apontar desafios futuros para o sindicalismo bancário com base nas discussões apresentadas ao longo do texto, notadamente a partir da importância do debate da revitalização sindical.

1. Acumulação flexível e fragmentação da força de trabalho

De acordo com Streeck (2013) as transformações no capitalismo pós década de 1970 seriam decorrentes de uma revolta do capital contra a economia mista do pós-guerra. Tratou-se de uma crise de legitimação, em que os detentores do capital atuaram na perspectiva de promover a libertação da economia capitalista da intervenção democrática. Visava-se, a partir de então, flexibilizar os mercados, inclusive do trabalho e reduzir o papel do Estado providência.

A acumulação flexível implicava níveis altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, processos estes vinculados à intensa inovação tecnológica, além de modestos ganhos de salários reais e o retrocesso do poder sindical, uma das colunas do regime de acumulação do pós-guerra. Houve ainda uma redução de emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Formou-se assim um mercado de trabalho instável, fragmentado e hierarquizado, sujeito a uma lógica cada vez mais mercantil.¹

A flexibilização não se deu apenas no mercado de trabalho, mas também nos mercados de bens, serviços e capitais. Este capitalismo se caracteriza pela grande concentração de capital fixo apoiada pela dominância dos agentes financeiros. A concorrência sem limites leva a busca desenfreada de redução de custos e do aumento da produtividade obtida através da inovação tecnológica e da terceirização. Deste movimento surge uma nova divisão internacional do trabalho com o redirecionamento dos fluxos de investimento e a deslocalização da indústria em direção as economias asiáticas. (Belluzzo, 2009)

As transformações do capitalismo são acompanhadas por mudanças profundas na estrutura social, com uma crescente polarização das ocupações, em que parte mais expressiva delas concentram-se em atividades que exigem pequena qualificação e baixos

¹ Harvey (2004); (Freysinet, 2009) e Hyman (2015)

salários, inclusive muitas ligadas aos serviços pessoais e domésticos, dependentes da renda de famílias ricas. Além da internacionalização da produção de bens e serviços, há que se considerar o impacto da reestruturação produtiva, que afetaram o nível de empregos tanto na manufatura quando nas áreas de serviços e administrativas, além de vendas, compras, distribuição, etc. (Antunes, 2011)

Nos últimos anos alguns estudos² passaram a utilizar o termo “4ª Revolução Industrial” para descrever uma série de novos processos de inovação tecnológica aplicados a produção de bens e serviços. Schwab (2016) destaca que esta nova revolução teve início na virada do século XX para o século XXI, baseia-se na revolução digital e caracteriza-se por uma internet mais onipresente e móvel, sensores menores, mais potentes e mais baratos e pela inteligência artificial e aprendizagem automática das máquinas. O autor destaca algumas tecnologias características desse contexto: “inteligência artificial (IA), robótica, a internet das coisas (IoT, na sigla em inglês), veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia, biotecnologia, ciência dos materiais, armazenamento de energia e computação quântica, para citar apenas alguns.” (Schwab, 2016 , pg. 11)

De acordo com Belluzzo e Galípolo (2016)³, este movimento ganha força a partir da tentativa de reindustrialização de países europeus e também dos EUA, como resposta à realocação da indústria para regiões de baixos salários observada desde a década de 1970. Se com a 4ª revolução industrial é possível produzir com a utilização de pouquíssima mão de obra, então não seria mais necessário o deslocamento da produção para países asiáticos, por exemplo.

Em publicação recente do Fórum Econômico Mundial intitulada “*The Future of Jobs*” o organismo analisa os impactos da nova revolução industrial sobre os empregos e aponta que uma série de profundas mudanças nos modelos de negócios nos mais diversos setores de atividade econômica, impulsionadas por novas tecnologias causarão a extinção de 5,1 milhões de empregos em escala global até 2020. ⁴ O conjunto de transformações afeta também o setor financeiro, centro da análise deste artigo, de forma bastante

² Ver, por exemplo, Schwab (2016)

³ Belluzzo e Galípolo (2016)

⁴ World Economic Forum (2016)

relevante. Outros estudos mostram que as inovações tecnológicas criam outras ocupações e demandas (AUTOR, 2014).

2. A recente onda de inovações tecnológicas no setor financeiro

É possível identificar dois vetores de transformações no setor financeiro oriundos das inovações tecnológicas. Um vetor interno que consiste na travessia realizada pelos bancos rumo ao chamado “Banco Digital”, que consiste na aplicação de várias das inovações características da chamada 4ª revolução industrial nos serviços financeiros. Os pilares do chamado Banco Digital foram definidos pela Federação Nacional dos Bancos (FEBRABAN), entidade patronal dos bancos no Brasil: consolidação de internet e mobile banking como principais canais bancários; evolução dos papéis das agências como canal de serviços e relacionamento com os clientes; busca da automação e digitalização de processos com alavanca de eficiência operacional; investimentos em segurança das transações; diversificação dos meios de pagamento para novas plataformas eletrônicas. (FEBRABAN, 2013)

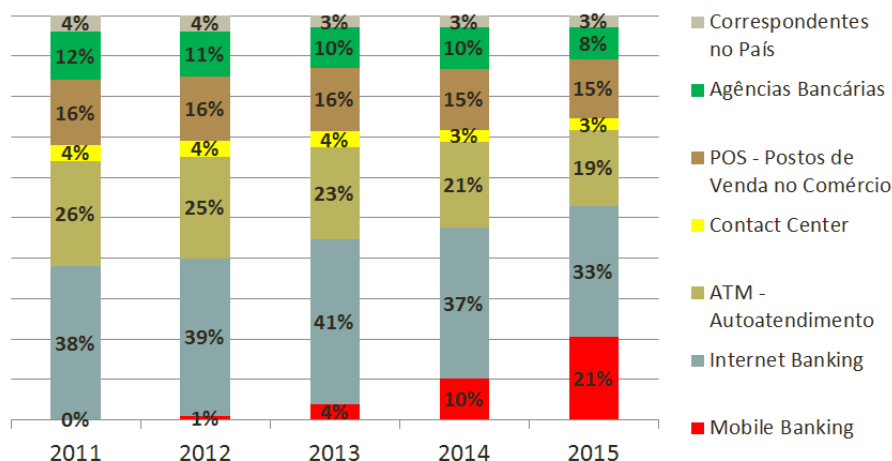
O vetor externo, por sua vez, consiste no surgimento das *Fintechs*, *startups* de serviços financeiros. Em suma são empresas não financeiras, sem nenhum tipo de presença física para contato com clientes, altamente especializadas oferecendo serviços financeiros em plataformas exclusivamente digitais, geralmente em aplicativos para smartphones. A atuação das *fintechs* encontra-se ainda em fase inicial.

Os pilares da mudança referentes ao vetor interno, por outro lado, encontram-se em fase avançada. O gráfico abaixo mostra a velocidade com que as transações bancárias por meios digitais vêm crescendo. Em 2011 as transações por smartphone nem sequer apareciam no gráfico, enquanto em 2015 já representaram 21% do total de transações financeiras no Brasil. O principal canal de transações é a internet com participação de 33%. Por outro lado, os canais de atendimento que envolvem interação com trabalhadores e trabalhadoras respondem por 3% (correspondentes bancários), 8% (agências bancárias) e 3% (call center). ⁵ Em suma, as estatísticas disponíveis mostram que os clientes dos

⁵ FEBRABAN (2015)

bancos realizam, cada vez mais, suas operações nos canais digitais, plataformas com necessidade quase nula de interação humana.

Gráfico 01: Transações Bancárias no Brasil por canal de atendimento - em percentual de participação



Fonte: Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2015

Se para as instituições financeiras, a nova onda tecnológica representa expressiva redução de custos operacionais com papéis, arquivos físicos, postagem, impressão, transporte de valores e, principalmente, força de trabalho, do ponto de vista dos trabalhadores da categoria bancária os efeitos negativos parecem se sobressair, com redução do emprego, intensificação da jornada, fragmentação sindical e dificuldades de organização. (SANCHES, 2012)

A análise do CAGED-MTE revela que desde o início de 2012 até março de 2017, o saldo de empregos no setor bancário tem sido sistematicamente negativo, acumulando 43.386 postos de trabalho a menos nos bancos brasileiros neste período, o que permite trabalhar com a hipótese de que se trata de uma mudança estrutural na configuração do emprego no setor financeiro brasileiro, decorrente da externalização de parte do trabalho e das inovações tecnológicas no setor.⁶ Entre 2012 e 2015 os bancos privados fecharam 21.657 postos de trabalho, sendo que 78% da redução de empregos se deu nas ocupações

⁶ Vallejos e Cavarzan, (2015)

de caixa e escriturário, ocupações tradicionalmente próximas e leais ao movimento sindical bancário.⁷

3. A organização sindical bancária neste contexto

Na análise⁸ do cenário adverso para a organização sindical dos bancários serão utilizadas as elaborações construídas no âmbito da teoria de revitalização sindical, que nos ajuda a identificar diferentes dimensões de ação estratégica (FREGE, KELLY, 2004). De acordo com Behrens; Hamann, e Hurd (2004), a revitalização sindical pode ser conceituada como a retomada de poder ao longo de quatro dimensões que capturam as principais esferas da atividade sindical: adesão dos sócios, econômica, política e institucional.⁹

Com relação à dimensão da adesão, há que se analisar a evolução do número de sócios, a densidade sindical e a própria composição dos sócios. Nesse sentido, é importante ressaltar inicialmente a tendência à redução do número de bancários e um crescimento das ocupações geradas fora do sistema financeiro, especialmente com o correspondente bancário e o desenvolvimento de outras categorias de trabalhadores no setor, o que indica uma tendência à queda da base sindical.

Uma dificuldade adicional decorre do fato de a redução do emprego bancário concentrar-se nas ocupações que são tradicionalmente a base das mobilizações, assembleias e movimentos grevistas, ou seja, os bancários(as) de agências. As ocupações que ganham importância nos bancos são de nível gerencial e não possuem relação próxima aos sindicatos. Desse ponto de vista percebe-se que há necessidade de traçar novas estratégias para que a composição dos sócios do sindicato reflita as transformações na categoria.

As alterações também afetam a densidade sindical. Há uma queda da taxa de sindicalização do setor financeiro entre 2002 (43%) e 2013 (35%), com retomada parcial

⁷ Dados da RAIS.

⁸ É um estudo em curso, como parte da tese de doutoramento de Gustavo Machado Cavarzan.

⁹ Krein e Dias (2015) acrescentam uma quinta dimensão, a societal, que não será considerada no presente texto.

em 2015 (40%)¹⁰. Esse movimento tem implicações para a legitimidade, representatividade e poder de barganha da categoria. O desafio, na perspectiva da revitalização deve contemplar, portanto, um aumento tanto da filiação como da densidade sindical, e também mudanças apropriadas na composição dos sócios. (Behren; Hamann e Hurd, 2004)

A dimensão econômica inclui o poder de barganha, a capacidade de alcançar melhorias nos salários e benefícios, e mais amplamente o impacto do trabalho na distribuição da riqueza. Desse ponto de vista é fundamental avaliar os métodos e estratégias que estão ao alcance do sindicato para obter ganhos econômicos para a categoria que representam. Entre 2004 e 2016, as greves na categoria foram bastante constantes e volumosas. No entanto, as greves afetam cada vez menos o funcionamento do sistema bancário, diante da digitalização do atendimento bancário e da possibilidade de trabalho a distancia através de dispositivos eletrônicos. (SANCHES, 2012)

A greve, enquanto estratégia caminha para um impasse visto que a possibilidade de sucesso da mesma concentra-se nas paralisações em agências e *call centers*, que juntos respondem por apenas 11% das transações financeiras nos bancos no Brasil. Os sindicatos já têm ampliado suas estratégias para fazer frente a tal cenário através de movimentos de paralisação focados cada vez mais nos centros administrativos e centros tecnológicos das instituições financeiras. (SANCHES, 2012). Mesmo com tais adversidades os resultados econômicos das negociações no período foram bastante satisfatórios, com ganhos reais de salário de 19% desde 2004, elevação substantiva do valor da remuneração variável, especialmente, por meio da PLR, a ampliação de outros benefícios sociais e de combate à discriminação (COLOMBI, KREIN, 2016). No entanto, o avanço tecnológico exigirá cada vez mais criatividade para que a mobilização continue resultando em ganhos para a categoria.

A dimensão política consiste na capacidade de os sindicatos influenciarem o processo político através do apoio a partidos e candidatos, ou a influencia no âmbito da atividade legislativa. Apesar da expressiva participação política dos bancários na ocupação de espaços institucionais de definição de políticas públicas, o marco regulatório não conseguiu colocar limites e nem contrapartidas para o avanço das inovações

¹⁰ Dados da PNAD.

tecnológicas e reconfiguração do sistema financeiro. A única exceção foi a ampliação dos serviços dos bancos públicos, o que explica, entre outras razões, a elevação do emprego bancário, entre 2004 e 2012.

A dimensão institucional aborda as estruturas organizacionais dos sindicatos, bem como suas dinâmicas internas. Compreende a capacidade de adaptação dos sindicatos a novos contextos e o entusiasmo interno por adotar novas estratégias. Na questão organizativa, houve um esforço de ampliar a organização sindical para representar os terceirizados e os trabalhadores do sistema financeiro não bancários, como pode ser observado com a criação da CONTRAF (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramos Financeiro). Apesar de ações coletivas com terceirizados e de abrir os estatutos aos trabalhadores do ramo financeiro, não se avançou na sua representação, devido aos limites da estrutura sindical oficial. Os avanços foram em criar espaços para segmentos historicamente com pouca participação sindical, como as mulheres, assim como os com identidades culturais, de raça e etnia e jovens. Ainda que esta dimensão seja difícil de ser mensurada, pode-se observar iniciativas como a parceria com outras instituições como o IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e movimentos sociais, a criação da Faculdade e do Centro de Pesquisa 28 de Agosto, a aproximação com a academia para a formulação de subsídios à ação sindical..¹¹ Tais aspectos são destacados por Frege, Heery e Turner (2004) que argumentam que a revitalização sindical coloca a necessidade de os sindicatos ampliarem seus objetivos para além de questões imediatas e atuarem em frentes mais amplas de progresso social. Além disso, argumentam os autores que os sindicatos devem ser capazes de agir em conjunto com outras forças sociais progressistas.

A revitalização sindical é considerada como um processo contínuo, em que uma dimensão pode ser mais destacada em determinado período, mas sempre abarca todas ao longo do tempo. O sindicalismo bancário enfrenta adversidades nas dimensões, mas também há iniciativas em curso em cada uma delas, que demonstram a possibilidade de utiliza-las para analisar a ação sindical nos anos recentes.

A título ilustrativo, algumas formulações recentes que surgem na minuta de reivindicações dos bancários sobre o enfrentamento das inovações tecnológicas contribuem para ilustrar a análise. Em 2015, a minuta da categoria incluiu entre suas

¹¹http://www.spbancarios.com.br/Uploads/PDFS/933_cartilha_ref_tributaria.pdf;
http://www.spbancarios.com.br/Uploads/PDFS/1112_CartilhaPrevidencia.pdf

reivindicações salário de ingresso para técnico de Tecnologia da Informação. É possível observar ainda no documento uma série de outros artigos que tratam do tema da tecnologia e seus impactos no emprego como o Artigo 40 que trata de garantias contra dispensa imotivada e o artigo 47 que reivindica a constituição de uma comissão bipartite sobre mudanças tecnológicas.

O artigo 53 incorporou em 2014 a reivindicação para que sejam contemplados como tempo de trabalho a utilização de celular corporativo ou outros meios telemáticos e informatizados. O artigo 55 busca garantir que os funcionários recebam o treinamento e formação adequada em diversas situações, inclusive “*por motivos de introdução de novas tecnologias*”. O artigo 56 trata do horário de atendimento dos bancos e em 2015 foi complementado com os termos “agências digitais, de negócios e quaisquer outros modelos de atendimento”. Tal alteração justifica-se pela criação de modelos de agências digitais. Por exemplo, o Banco Itaú, no relatório aponta que já são 135 agências digitais com atendimento das 07:00 as 24:00 exclusivamente por meios remotos (e-mail, telefone, SMS, chat ou videoconferência).¹²

O artigo 71 da minuta que trata do fim das metas abusivas ganhou novo parágrafo em 2012 para garantir que “*os bancos não efetuarão cobrança de metas por meio de correio eletrônico, SMS ou quaisquer outros meios tecnológicos, inclusive, grupos de redes sociais (WhatsApp, facebook, etc.)*”.

Por fim em 2016, a minuta da categoria incluiu um extenso artigo (48) que visa regular diversos aspectos das condições de trabalho nas chamadas “agências digitais”, desde remuneração, emprego, jornada e ritmo de trabalho, até acesso de dirigentes sindicais aos locais de trabalho. Como resposta ao novo artigo da minuta de reivindicações dos bancários, a Fenaban propôs a criação de um grupo de trabalho para analisar critérios de realocação e requalificação, cujas regras ainda estão por ser estabelecidas.

Ainda que o tema das mudanças tecnológicas esteja presente nas minutas de reivindicações desde os anos 90 com atualizações constantes, os avanços concretos nas campanhas salariais com inclusão de cláusulas na Convenção Coletiva de Trabalho sobre este tema ainda são tímidos. Em 2013, por exemplo, a categoria conquistou cláusula que proíbe que os gestores façam cobrança de metas por mensagens no telefone particular dos

¹² Demonstrações Financeiras do Banco Itaú Unibanco, 4º trimestre de 2016.

trabalhadores(as) . Nenhuma das outras cláusulas sobre tecnologia, no entanto, foi convencionada. Trata-se de um desafio para o sindicalismo bancário nos próximos anos, especialmente sobre os impactos no emprego e nas condições de trabalho, inclusive na saúde em função da intensificação da cobrança de metas e resultados e alterações na jornada.

Considerações Finais

. Os sindicatos continuam tendo importante papel na definição das condições de vida dos trabalhadores no trabalho e na sociedade. Eles estão ou precisam estar em processo de renovação de suas estratégias para enfrentar as mudanças em curso. A observação das ações coletivas a partir da teoria da revitalização contribui para observar o que ocorre no sindicalismo, mesmo ainda não sendo possível apresentar uma conclusão mais precisa sobre os resultados no atual estágio do estudo. Assim, no presente artigo procurou-se trazer elementos concretos que ilustrem o cenário adverso para os trabalhadores e a tendência de aprofundamento deste cenário, mas ainda assim percebe-se que o movimento sindical bancário tem dado mostras de sua capacidade de renovação e de criação de novas estratégias e, nesse sentido, mostra-se como um ator importante do debate e da construção do fortalecimento do movimento sindical brasileiro como um todo.

As entidades sindicais bancárias estão desafiadas a traçar novas estratégias de aproximação com sua base, de mobilização e organização, notadamente porque os bancários mais próximos do sindicato são justamente os trabalhadores de agências, cujas funções tendem a se esvaziar no novo contexto tecnológico aqui apresentado.

Os desafios colocados para a categoria são imensos. Passam pelo debate acerca da configuração do sistema bancário, do marco regulatório do setor, do desemprego tecnológico, das formas de distribuir os ganhos de produtividade provenientes da tecnologia entre os trabalhadores, seja através de remuneração, seja através da redução da jornada de trabalho, pela requalificação profissional de bancários e bancárias que terão suas funções suprimidas pela automação, por novos problemas nas condições de trabalho e na saúde da categoria, pelas alterações na pirâmide cargos e salários, pela representação das novas ocupações que ganham importância nos bancos e, por fim pelos próprios métodos de mobilização, paralisação e negociação, diante de um cenário de automação extrema dos processos de trabalho.

Referências Bibliográficas

Antunes, Davi J. N. **Capitalismo e desigualdade**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da UNICAMP, 2011.

Autor, David. **Polanyi's paradox and the shape of employment growth**. Working paper n 20485. In. <http://www.nber.org/papers/w20485>. Acessado 03/05/2017.

Behrens, Martin; Hamann, Kerstin e Hurd, Richard W. **Conceptualizing Labour Union Revitalization**. In: Frege, Carola; Kelly, John. *Varieties of Unionism: Strategies for Union Revitalization in a Globalizing Economy*, Oxford University Press, 2004.

Belluzzo, Luis Gonzaga. **O regime do capital e o desenvolvimento capitalista**. In: Belluzzo, L.G.. *Antecedentes da Tormenta – origens da crise global*. Campinas/São Paulo. Edições Facamp/Unesp, 2009.

Belluzzo, Luis Gonzaga e Galípolo, Gabriel. **A Nova Revolução Industrial**. Artigo publicado em Valor Econômico em 01/01/2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniao/4762325/nova-revolucao-industrial>

Colombi, A.P. Krein, J.D. *Revista Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro: IFCS, 2016.

FEBRABAN. **Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária**. 2013. Disponível em <http://www.ciab.org.br/Imagem/PublicacaoItem/PDF/3.pdf>.

FEBRABAN. **Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária**. 2015. Disponível em https://issuu.com/revistaciab/docs/pesquisa_febraban_de_tecnologia_ban_547cac9b8acb07/1.

Frege, Carola; Heery, Edmund; Turner, Lowel. **The New Solidarity? Trade Union Coalition-Building in Five Countries**. In: Frege, Carola; Kelly, John. *Varieties of Unionism: Strategies for Union Revitalization in a Globalizing Economy*, Oxford University Press, 2004.

Freyssinet, Jaques. **As trajetórias nacionais rumo à flexibilidade da relação salarial. A experiência europeia**. In: *Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão*. Nadya Araújo Guimarães, Helena Hirata e Kurumi Sugita (orgs.). São Paulo. Editora da USP, 2009.

Harvey, David. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Hyman, Richard. **Europeização ou erosão das relações laborais?** In: Estanque, E. et al. *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. São Paulo. Ed Cortes, 2005.



Krein, J.D. e Dias, H.M.O. **O sindicalismo brasileiro na encruzilhada**. Anais da SBS Porto Alegre, 2015. In.

MINUTA DE REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA BANCÁRIA 1998-2016

Sanches, Ana Tércia. **Dimensões da difusão tecnológica no setor bancário, divisão do trabalho e ação sindical**. Cadernos Ceru (USP), v. 23, p. 31-60, 2012.

Schwab, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. Editora Edipro. 2016.

Streeck, Wolfgang. **Tempo comprado – A crise adiada do capitalismo democrático**. Coimbra: Actual, 2013.

VALOR ECONÔMICO. **“Mais de 400 Fintechs disputam mercado”**. 31/11/2015. Disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/4334666/mais-de-400-fintechs-disputam-mercado>

Vazquez, Barbara Vallejos e Cavarzan, Gustavo Machado. **REDUÇÃO DO EMPREGO BANCÁRIO NO BRASIL: AJUSTE CONJUNTURAL OU NOVA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA?**. XIV Encontro Nacional da ABET –2015 – Campinas

Vazquez, Barbara Vallejos ; Cavarzan, Gustavo Machado e Krein, Dari. **A quinta onda tecnológica e os trabalhadores: novas estratégias e desafios do sindicalismo no setor bancário brasileiro**. VIIICongreso-ALAST-2016, Buenos Aires.

World Economic Forum. **The Future of Jobs: Employment, Skills and Workforce Strategy for the Fourth Industrial Revolution**. Janeiro de 2016. <http://reports.weforum.org/future-of-jobs-2016/press-releases/>.

Anais do XV Encontro Nacional da ABET

Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea
Rio de Janeiro - 06 a 09 de Setembro de 2017
ISSN: 2318-9517



Anais do XV Encontro Nacional da ABET

Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea
Rio de Janeiro - 06 a 09 de Setembro de 2017
ISSN: 2318-9517



Características y determinantes de las huelgas laborales (in)eficaces en el sector privado de la economía en el Chile Actual (2006-2016)

Nicolás Ratto

Licenciado en Sociología

Universidad de Chile

Estudiante de Magister en Ciencias Sociales,

Mención Sociología de la Modernización

Universidad de Chile

Nicolás Selamé

Licenciado Sociología

Universidad de Chile

Correo de contacto:

nicolasrattor@gmail.com

Introducción

Los últimos diez años han sido caracterizados por variados analistas y fuentes de información como años de resurgimiento de las movilizaciones de trabajadores en Chile (Gaudichaud, 2015; Urrutia, 2015; Ruiz & Boccardo, 2014; Aravena & Núñez, 2009; OHL, 2016). Así mismo ha habido una politización de la sociedad chilena (PNUD, 2015) y una emergencia de distintos movimientos sociales (Garretón, 2014; 2016; Barozet, 2016; De la Maza, 2016; Boccardo & Ruiz, 2014). En conjunto, estos movimientos han comenzado a tensionar y agrietar la hegemonía neoliberal que imperó en relativa paz social durante la dictadura militar chilena (1973-1989) y durante gran parte de los gobierno de la Concertación de Partidos por la Democracia (1990-2010).

Estos movimientos sociales se han topado con una institucionalidad que si procesa sus demandas lo hace de manera degenerada, después de fuertes presiones sociales, intentando armonizar los cambios con la base socio económica neoliberal (Gaudichaud, 2015). Se trata de una democracia restringida (Garretón, 1995; Moulian, 2002) que blindo al modelo neoliberal, por la cual la mayoría de estos movimientos sociales no han podido conseguir sus objetivos refundacionales, limitándose a conseguir irritaciones en el sistema político (conformación de la coalición política Nueva Mayoría), y reformas parciales y limitadas al modelo (Barozet, 2016). Es decir, han sido parcialmente ineficaces, hasta el momento.

Respecto a los éxitos de las acciones colectivas de los trabajadores en Chile no se ha dicho casi nada desde las ciencias sociales, en especial cuando la acción colectiva tiene que ver con cuestiones a nivel de empresa, tipo de huelga que prima ampliamente en Chile (Armstrong & Águila, 2006; OHL, 2016). Por un lado, han tomado relevancia los análisis políticos y legales respecto al fracaso que significó para los trabajadores la discusión y aprobación de la Reforma Laboral los años 2015-2016 (Fundación Sol, 2015; Ugarte, 2016), y por el otro, casi todas las investigaciones sobre trabajo y/o sindicalismo, que se posicionan desde una perspectiva crítica, concuerdan en que los trabajadores en Chile tienen un bajo poder de negociación, debido a las reestructuraciones productivas de los últimos 40 años y el Plan Laboral implementado en la dictadura militar (López, 2004; Salinero, 2006; Gaudichaud, 2015; Urrutia, 2015; Julián, 2015). Lo anterior se expresaría en la baja tasa de sindicalización y en la escasa incidencia que tiene la negociación colectiva en Chile para disminuir la desigualdad de ingresos (Durán, 2009; Reinecke & Valenzuela, 2012).

Entonces, no existe ningún dato o estudio que intente observar empíricamente, más allá de las comentadas tasas de sindicalización y negociación colectiva, como se expresa esta determinación estructural pro empresa en Chile en los resultados de los diversos conflictos colectivos en los que participan los trabajadores¹. En esta investigación pretendo aportar en remediar esta situación, realizando un paso previo a cualquier medición objetiva de la

¹ Una excepción puntual es la investigación de Stillerman (2017) que estudia los determinantes de los resultados de las diversas huelgas laborales en la historia de la empresa MADECO en Chile, pero es un estudio de caso, que no logra dar una perspectiva más general de la cuestión.

eficacia de la huelga laboral en Chile: ver qué factores influyen en que una huelga laboral sea eficaz (Burchielli, 2004), y como son las huelgas eficaces.

Antecedentes

Pese a la creciente movilización y conflictividad social en Chile hay una serie de elementos, particularmente en el mundo laboral, que siguen estando presentes y que se configuran como factores comunes que todos los trabajadores que se movilizan deben enfrentar de alguna forma. Estos elementos, siendo esquemáticos, serían: (1) una institucionalidad restringida que intenta limitar la acción sindical (Aguilar, 2017), (2) un movimiento sindical débil, dividido, fruto de la institucionalidad comentada pero también por una serie de derrotas políticas desde 1973 a la fecha, de despolitización de las bases y de varios dirigentes sindicales, entre otros elementos (Julián, 2015), y (3) las formas de organizar el trabajo y de acumular el capital presentes en Chile que se inician desde 1975 con el shock neoliberal, con una serie de políticas posteriores y con grandes cambios económicos y culturales a nivel mundial (Aguilar, 2017).

Todas estas transformaciones llevan a que en Chile los sindicatos sean una realidad excepcional al interior de las empresas, así como también los trabajadores que se encuentren sindicalizados, que no han superado el 15% del total de la fuerza de trabajo ocupada en más de 20 años (Dirección del Trabajo, 2014). Dentro de esta realidad excepcional del sindicato en Chile, se ubica el fenómeno aún más excepcional de la huelga laboral, que involucró el año 2015, en el sector privado de la economía, a menos del 2% de los trabajadores ocupados en el país (OHL, 2016).

Enfoque teórico

Por huelga nos referimos a la negación colectiva (Ermida, 1996) del proceso de trabajo capitalista por parte de los trabajadores, para generar daño económico a la contraparte (Álvarez, 2006) en el marco de una negociación –en sentido amplio- entre sujetos con antagonismos estructurados y con poderes de negociaciones diferenciales (Edwards, 1990; Womack, 2007). En ese marco de negociación, el objetivo último de las partes no es generar daño a la contraparte necesariamente, si no que lograr imponer sus términos, o la mayor parte

de ellos. Por lo mismo, para llegar a ese fin, los trabajadores pueden ocupar un repertorio casi ilimitado de acciones junto a la huelga (Hyman, 1981; Bourdieu, 1990). En la presente ponencia nos centramos en conocer las características y determinantes de las huelgas eficaces.

La eficacia para un sindicato tiene que ver con el grado en el que alcanza sus objetivos cuando realiza determinadas acciones: un sindicato sería eficaz cuando aplica con éxito las palancas o tácticas adecuadas de poder para lograr sus metas (Gall & Friorito, 2014). En este caso, la huelga. Los autores dirán que cualesquiera que sean los objetivos decididos, es necesario tener claridad de cuales objetivos están siendo o no evaluados a la hora de conocer la eficacia sindical, como también importa quién está haciendo la evaluación. Los sindicatos tendrán objetivos sindicales básicos relacionados con el bienestar de sus miembros (Bryson, 2009), es decir, con la defensa de sus intereses, pero estos se expresan en diversas arenas y dimensiones. Habría que preguntarse, entonces, por qué vías o indicadores será medida la eficacia de una huelga (Burchielli, 2004). Para hacer la evaluación de la eficacia de cada huelga que he estudiado consideré los aumentos de salario, los aumentos de beneficios, el recibo de bonos y el aumento de la afiliación sindical (o más bien su no disminución) que esta genera para los trabajadores involucrados en la huelga. Es decir, consideré elementos de corto plazo, fácilmente objetivables, y altamente materiales, lo que choca con las sugerencias que hacen, por ejemplo, Molina & Barranco (2016) de ver la huelga más allá de sus logros inmediatos y materiales.

Metodología

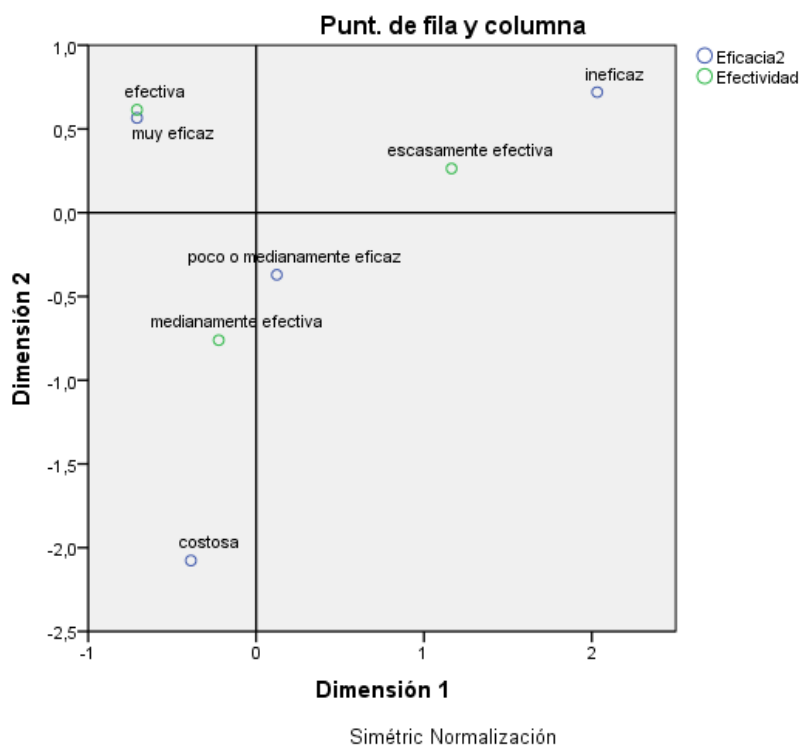
Para producir la información que presentamos a continuación realizamos y analizamos 10 entrevistas semi-estructuradas a dirigentes sindicales que participaron de huelgas laborales entre los años 2006 y 2016, y analizamos mediante el análisis de correspondencia simple una base de datos de 42 huelgas laborales. La base fue generada utilizando a Armstrong-OHL (2006-2015) y a SINDICAL.CL (2016), y si bien no es representativa estadísticamente comparte varias características generales con el universo de huelgas ocurridas en Chile entre 2006 y 2016, y con los resultados cualitativos.

Resultados

La efectividad de la huelga laboral es una importante determinante de su eficacia

La efectividad de la huelga laboral es una de las principales determinantes de la eficacia de la huelga. En la mayoría de los casos el alcanzar una alta efectividad con la huelga laboral implicó lograr una alta eficacia en la misma. Es decir, el generar daño económico a la contraparte con la que negocian los trabajadores es una condición para que éstos alcancen resultados positivos al terminar una negociación (Stillerman, 2017). Aunque también, en sectores de trabajadores con alto poder de negociación, se utiliza bastante el “efecto-demonstración” de la huelga (Ermida, 1996), con diversas acciones de simulación que hacen ver al oponente que la huelga tendrá mucha fuerza y/o con huelgas cortas pero altamente efectivas, que dejan en el oponente la percepción de que la próxima paralización será más fuerte sino acepta parte importante de lo demandado por los trabajadores.

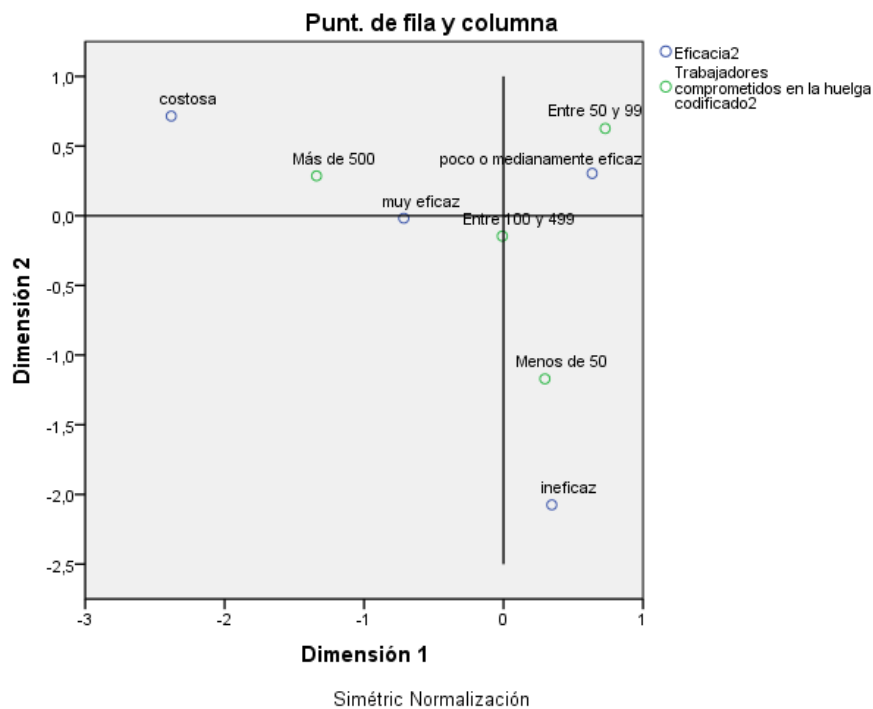
Análisis de correspondencia entre eficacia y efectividad de la huelga laboral



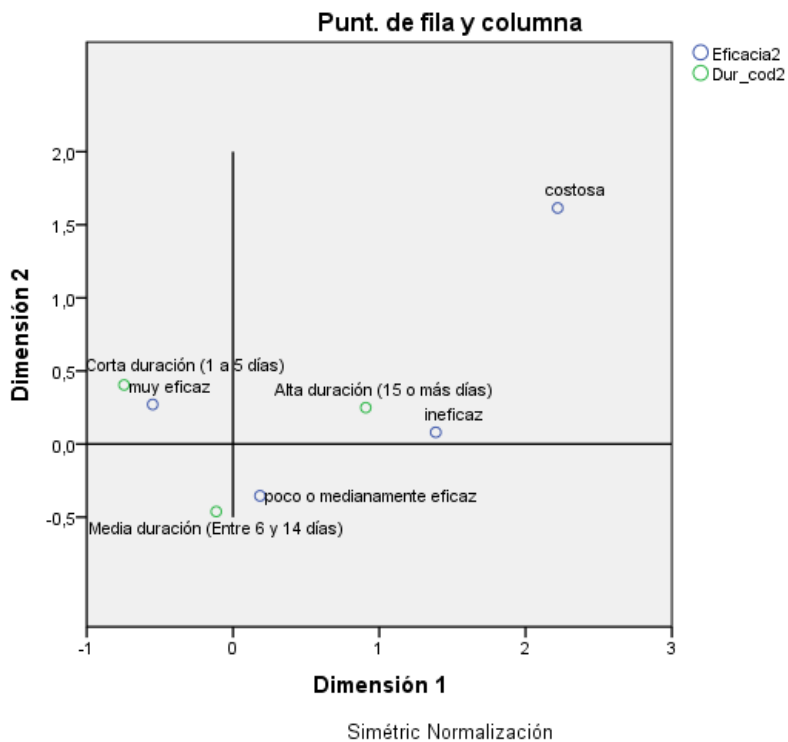
Las huelgas eficaces son de corta duración y representativas

Hay cierta relación entre la eficacia de la huelga y el número de trabajadores comprometidos (TC) en estas (su masividad): las huelgas con un alto número de trabajadores comprometidos son eficaces. Por el otro lado, existe una asociación negativa entre la duración de las huelgas laborales y sus niveles de eficacia. Es decir, a mayor duración, más ineficaz –e incluso costosa- es la huelga.

Análisis de correspondencia entre eficacia y TC en la huelga



Análisis de correspondencia entre eficacia y duración de la huelga



Tradicionalmente la forma de ver el impacto e indirectamente la efectividad de la huelga es mediante los “días hombre de trabajo perdido” (DHTP), es decir, a la multiplicación entre la duración de una huelga laboral y los trabajadores comprometidos en ésta (Armstrong & Águila, 2006). Pero la variable DHTP esconde la acción contraria de dos variables, oscurece la realidad pues combina el efecto negativo sobre la eficacia de la variable duración, con el efecto positivo de la variable trabajadores comprometidos en la huelga. Entonces, a la hora de estudiar las características de las huelgas eficaces, conviene más usar las variables duración y trabajadores comprometidos por separado.

Hay una segunda forma para medir la masividad de la huelga, que parece ser más exacta que la variable TC en la huelga: la representatividad, es decir, el porcentaje de los trabajadores en huelga con respecto al total de la empresa. Este, es un factor determinante de la eficacia de la huelga, según el análisis cualitativo de las 10 entrevista (por la complejidad metodológica de su construcción no abordamos cuantitativamente esta variable). Las huelgas más eficaces, más que involucrar a muchos trabajadores en términos absolutos, involucran a muchos en términos relativos: o son casi todos los de la empresa o son una mitad activa que impide que todos los demás trabajadores puedan continuar con sus labores normales. Esta relación puede darle esperanzas a los sindicatos pequeños por condicionamientos productivos de la empresa (más no por incapacidad de sumar a la mayoría de los trabajadores): incluso teniendo un sindicato pequeño, pero altamente representativo, se puede hacer una huelga efectiva y eficaz. Pero así mismo, los sindicatos pequeños, poco representativos y con huelgas de alta duración en casi todos los casos alcanzan malos resultados al finalizar la huelga.

Duración, TC, efectividad y eficacia de las huelgas laborales cuyos dirigentes fueron entrevistados

Empresa(s)	Duración (días)	TC	Representatividad	Efectividad	Eficacia
Empresa de bombeo de hormigón	5	55	18%	Baja efectividad	Costosa
Empresas recolectoras de basura de Municipios	1	34.000	95%	Alta efectividad	Alta eficacia
Empresa que produce y reparte pizzas	17	65	3,6%	Baja efectividad	Baja eficacia
Cerro Bayo Empresa minera de extracción de oro	10	250	50%	Alta efectividad	Alta eficacia
Contratista de recolección de residuos mineros	1	45	100%	Alta efectividad	Alta eficacia
Empresa que vende al por menor y mayor insumos para la construcción	27	8.300	55%	Media efectividad	Costosa
Fundación que vende seguros y presta servicios de salud	7	225	23%	Baja efectividad	Media eficacia
Empresa de Fabricación y Mantenimiento de semáforos	24	60	30%	Baja efectividad	Baja eficacia
Empresa que tiene la concesión de un puerto del norte de Chile	15	200	100%	Alta efectividad	Alta eficacia

Contratista de transporte de mercancias de Gran Empresa de Bebidas	14	1.500	90%	Media efectividad	Media eficacia
--	----	-------	-----	-------------------	----------------

Fuente: elaboración propia en base al análisis las diez entrevistas semi-estructuradas

La huelga no existe en abstracto, para que sea eficaz hay que articularla a otras acciones

Los trabajadores, cuando se toman en serio el objetivo de afectar a la contraparte –económica y más que económicamente-, para así poder tener una huelga eficaz, acoplan la huelga laboral a una serie de otras acciones, y por lo general, siempre lo hacen (Bourdieu, 1990). Para los sindicatos con bajo poder de negociación las acciones acopladas a la huelga no determinan de forma importante los niveles de la eficacia de la huelga. Para los sindicatos con poder de negociación medio, las acciones acopladas pueden hacer importantes diferencias en la efectividad de la huelga, pero no en sus resultados necesariamente. Para los sindicatos con poder de negociación alto –generalmente de sectores estratégicos de la economía- las acciones acopladas a la huelga son excepcionales, pues importa más en estos casos la posibilidad de la acción, que la acción misma. Pese a esto, en algunos momentos se hace necesario, por diversas razones, ejecutar los acoples. Es aquí cuando las acciones acopladas cobran su esencial determinación para la efectividad y eficacia de las huelgas en estos sectores con alto poder de negociación.

Toda articulación con actores sociales y políticos termina siendo útil para los huelguistas

Por un lado están las articulaciones sociales orgánicas de los huelguistas, dentro de las cuales las más comunes son las vinculaciones con otros sindicatos, federaciones y/o confederaciones. Estos apoyos, al igual que lo excepcionales apoyos de estudiantes y organizaciones política de la nueva izquierda, no hacen más efectiva (y aún menos más eficaz) la huelga laboral, pero sí hacen más grato y digno el tiempo ocupado en la movilización. Hay un tipo de apoyo sindical, hacia los sindicatos de empresa, que si termina siendo eficaz. Este apoyo es la amenaza (como posibilidad real) de paro o huelga general de parte de organizaciones sindicales supra empresa. Hay casos excepcionales en donde las huelgas son apoyadas por las comunidades en donde se incrustan socialmente las empresas

y sus trabajadores. En estos casos los apoyos de la comunidad son claves para la eficacia de las huelgas.

Por otro lado, están las articulaciones sociales inorgánicas de la huelga, es decir, el apoyo más o menos favorable del público, clientes, terceros, de la ciudadanía o de la opinión pública. Estos apoyos si bien no aumentan directamente la efectividad de la huelga si moralizan a los trabajadores, como también difunden la problemática –y eventualmente pueden aumentar la eficacia de la huelga presionando socialmente a la contraparte de los trabajadores-. De parte de los trabajadores en huelga hay una preocupación constante por informar y por conseguir adhesión de estos públicos. En general, en Chile las huelgas son poco difundidas y conocidas por la opinión pública, por la alta concentración de los medios de comunicación en Chile (Gonzalez & Saavedra, 2015). Y cuando excepcionalmente se dan a conocer las huelgas, esto se hace de manera parcial. Cuando, aún más raramente, la ciudadanía se pone del lado de los trabajadores -como sucedió con la huelga de 2016 de Homecenter, cuando la empresa suspendió las actividades de navidad para los hijos de los huelguistas-, las críticas públicas a la empresa hacen su efecto. Por esta presión social, Homecenter tuvo que retirar su medida. En este caso el apoyo inorgánico aumentó de cierta forma la eficacia de la huelga, al evitar una exclusión material y simbólica de las familias de los huelguistas por el solo hecho de estar en huelga, pero la huelga termino siendo ineficaz e incluso costosa para los trabajadores.

Por último, están las articulaciones con la política. Las huelgas más difundidas suelen tener apoyo de personalidades importantes tanto del mundo de la política, los espectáculos e incluso del mundo de la iglesia. Pero estos apoyos no aumentan ni la efectividad ni la eficacia de las huelgas, pero les da esperanzas a los huelguistas y les aumenta la moral. Así también, la presencia de instituciones o cargos públicos tampoco aumenta la eficacia de la huelga. Hay una excepción con los cargos públicos, que se da cuando estos son controlados por los mismos trabajadores en huelga (el CORE² del sindicato de la Minera Cerro Bayo). Cuando una función política como esta, está al servicio del sindicalismo, les permite a los huelguistas

² Consejero Regional.

generar sus propias presiones políticas, conocer información más o menos confidencial, y generar reuniones con autoridades sin mediaciones, y desde una posición no subordinada.

Pese a que en pocos casos las articulaciones aumentan la eficacia de las huelgas, todas las articulaciones que los trabajadores consiguen en sus huelgas son útiles, en algún sentido, para ellos. Especialmente en un país cuyos medios de comunicación en manos de grandes grupos económicos privados, por vinculaciones económicas o solidaridad de clase, vetan de la opinión pública a la mayoría de las huelgas laborales. Esto, sumado a la restrictiva legislación laboral chilena hacia las movilizaciones de trabajadores, hace que los trabajadores agradezcan y le saquen provecho a cada organización o personalidad que aparece en la huelga.

Las acciones de la contraparte disminuyen la eficacia de la huelga

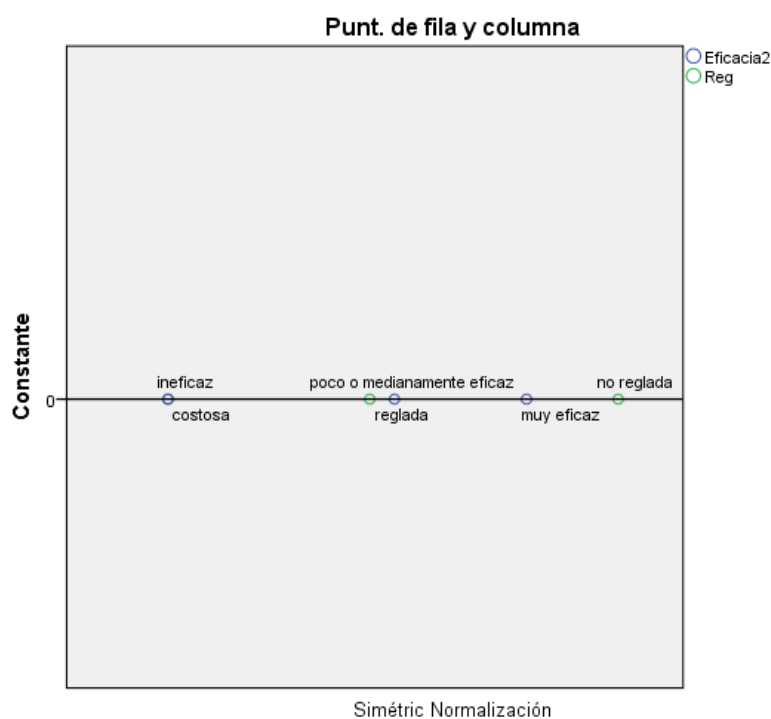
La empresa o la contraparte con la que negocian los trabajadores en huelga usa una serie de acciones –y omisiones de acciones- para contrarrestar el poder de los huelguistas, y así afirmar su poder puesto en duda por los mismos (Edwards, 1990). Son acciones que juegan el papel de determinantes claves de la efectividad de la huelga, pues reducen el daño que esta genera y/o le otorgan un sobre poder a la empresa en la negociación con los trabajadores. Los reemplazos a los huelguistas y las amenazas de despido son una práctica común por parte de las empresas en Chile. Así también juegan un rol importante, las “negaciones del dialogo” por parte de las empresas, lo que potencia el conflicto en general, determinando que se resuelva de forma negativa para los trabajadores con bajo poder de negociación, y de forma positiva para los trabajadores con alto o medio poder de negociación.

Las huelgas eficaces suelen no reglamentarse bajo el Código del trabajo

En las hipótesis identificamos a la institucionalidad laboral existente desde la dictadura militar como la gran expresión en la política de la dominación de una clase sobre otra en Chile. Le dimos a esta expresión un carácter totalizante sobre las diversas expresiones del conflicto colectivo laboral en el país, incluso sobre los conflictos no regidos bajo las normas codificadas en el Código del Trabajo, como las huelgas no regladas. Identificamos a esta superestructura política como el gran elemento determinante de la (baja) eficacia y (baja)

efectividad de la huelga en el Chile de los últimos 10 años. Pero al parecer, esta institucionalidad laboral ha perdido parte (si es que alguna vez lo tuvo) de su carácter totalizante sobre las expresiones conflictivas de los trabajadores. Hay una gran cantidad de conflictos colectivos de trabajadores, que sin ser mayoritarios, ocurren por fuera de estas normas. Lo interesante de estos conflictos, más allá de su carácter “ilegal” para algunos, es que actualmente en Chile son el tipo de conflicto, particularmente el tipo de huelga, que está siendo efectiva y eficaz.

Análisis de correspondencia entre la eficacia y legalidad de las huelgas



Los trabajadores que utilizan estas formas no regladas de huelgas laborales y de acciones colectivas saben que el uso de estas acciones les da ventajas comparativas en las negociaciones con sus contrapartes según lo expresan en las entrevistas. Hay una racionalización, una lectura del escenario y posterior aplicación de tácticas y estrategias. El gran problema es que nadie asegura que este punto de fuga se vaya a mantener en el tiempo ni que se vaya a expandir alcanzando a todos los trabajadores chilenos. Por diversas razones, hay una serie de trabajadores en Chile, posiblemente la mayoría de los que se movilizan, que

actualmente la única opción viable que ven para mejorar sus condiciones de trabajo y empleo, es utilizando la negociación colectiva reglada, y la huelga “legal”, que no asegura ni está asociada fuertemente a una huelga eficaz.

En la minería y en el transporte, y en las grandes empresas, se concentran las huelgas eficaces

Las huelgas muy eficaces ocurren principalmente en la minería, y parece ser que también en los sectores del transporte (sin considerar comunicaciones y almacenamiento): puertos. En el sector manufacturero y el comercio al por mayor y al por menor las huelgas son principalmente poco eficaces.

Si bien la mayoría de las veces no hay una voluntad redistributiva por parte de las grandes empresas, si son las huelgas ocurridas en estos lugares las que son más eficaces, en especial cuando son empresas relevantes para el grupo económico. El diferencial de eficacia en las huelgas de empresas de grandes grupos económicos parece ser provocado por la representatividad y masividad de las huelgas.

Parece ser que la eficacia de las huelgas en empresas “formalmente estratégicas” (puerto, minería, entre otras) se produce por razones bastante más complejas que por la paralización de los altos aportes que hacen al Producto Interno Bruto Nacional. Su efectividad viene dada porque interrumpe otras actividades económicas más allá de la empresa en huelga. Por lo que terceros actores presionan a la contraparte a negociar y/o apoyan la movilización de los trabajadores. Que estas huelgas sean efectivas y eficaces se da por su fuerte incrustación en circuitos económicos y sociales. Y evidentemente, porque estas posiciones estratégicas, incrustadas, son movilizadas con éxito: hay una organización capaz de movilizarse y de movilizar una alta cantidad de trabajadores, como sugiere la siguiente proposición.

Para que la huelga sea eficaz los trabajadores deben tener una organización sólida y preparar la huelga

La eficacia de la huelga está asociada a la experiencia en otras huelgas de los sindicatos que la ejecutan, y a las experiencias en general del sindicato (a los más antiguos les va mejor). Los sindicatos formados el año 2010 o después, suelen no tener experiencias en huelgas laborales antes de realizar su primera huelga, la cual suele terminar siendo ineficaz. Los

sindicatos formados los primeros años del 2000 (con huelgas entre 2006 y 2016) suelen tener más de una experiencias en huelgas o movilizaciones, siendo sus últimas huelgas eficaces (pues hay cierto aprendizaje post huelga que es aprovechado). Con los sindicatos formados en los 90 sucede algo similar. Pese a esto, uno de los sindicatos estudiados se sale de esta forma, pues pese a tener más de 20 años de experiencias en negociaciones colectivas nunca había tenido una huelga laboral. Su falta de experiencia, posiblemente, fue lo que se expresó en los resultados ineficaces de su primera huelga el año 2016.

Las huelgas ineficaces varias veces no son previstas por el sindicato que se ve envuelto en una, y por ende no la prepara ni planifica, como sostiene Juravich et al (2014). Así mismo, estos sindicatos no juntan dinero para afrontar las huelgas (muchas veces no les alcanza, aunque lo quieran), mientras que las empresas siempre tienen un capital del cual pueden disponer para resistir y enfrentar la huelgas. Así también, en estas huelgas ineficaces hay problemas orgánicos con el traspaso de las informaciones, con la comunicación entre bases y dirigentes. De todas formas, el problema o la fortaleza no siempre la tienen los dirigentes. Por ejemplo, también influye, en términos organizacionales, la actitud y disposición de las bases sindicales en la huelga. Un dirigente comenta “sin bases alineadas, formadas y dispuestas a movilizarse ni el mejor líder puede conducir y ganar una huelga”.

Bibliografía

- Aguilar, O. (2016). Introducción. En O. Aguilar, H. Henríquez, & D. Pérez, *Huelgas laborales en Chile. Conciencia y paralización*. (págs. 15-34). Santiago: Editorial Universitaria.
- Álvarez, E. (2006). Apuntes sobre la huelga y el daño. *Revista de Derecho Laboral*(2).
- Armstrong, A., & Águila, R. (2006). *Evolución del conflicto laboal en Chile 1961-2002*. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile.
- Boccardo, G., & Ruiz, C. (2014). *Los chilenos bajo el neoliberalismo*. Santiago: El Desconcierto.
- Bourdieu, P. (1990). La huelga y la acción política. En P. Bourdieu, *Sociología y cultura*. México D.F.: Grijalbo.

- Bryson, A. (2006). Working with dinosaurs?. Union effectiveness in Britain. En G. Gall, *Union Recognition. Organising and bargaining outcomes* (págs. 25-43). New York: Routledge.
- Burchielli, R. (2004). "It's Not Just Numbers": Union Employees' Perceptions of Union Effectiveness. *Journal of Industrial Relations*, 46(3), 337-344.
- Durán, G. (2009). Los resultados económicos de la negociación colectiva. En D. d. Trabajo, *Negociación colectiva en Chile. La debilidad de un derecho imprescindible* (págs. 11-42). Santiago.
- Edwards, P. K. (1990). *El conflicto en el trabajo: un análisis materialistas de las relaciones laborales en la empresa*. Madrid: Ministerio de trabajo y seguridad social.
- Ermida, O. (1996). *Apuntes sobre la huelga*. Montevideo: Fundación Cultura Universitaria (FCU).
- Fundación Sol. (2015). *Reforma laboral. ¿Pone fin al Plan Laboral o lo consolida?* Santiago.
- Gall, G., & Friorito, J. (2016). Union effectiveness: In search of the Holy Grail. *Economic and Industrial Democracy*, 37(1), 189-211.
- Garretón, M. (2016). *La Gran Ruptura. Institucionalidad política y actores sociales en el Chile del siglo XXI*. Santiago: LOM.
- Garretón, M. A. (2014). *Las ciencias sociales en la trama de Chile y América Latina*. Santiago: LOM.
- Gaudichaud, F. (2015). *Fisuras del neoliberalismo maduro*. Santiago: CLACSO.
- Gonzalez, R., & Saavedra, M. (2015). *¡Trabajadores en huelga! La verdad de la noticia. Memoria para optar al título profesional de periodismo*. Santiago: Universidad de Chile.
- Hodder, A., Williams, M., Kelly, J., & McCarthy, N. (2016). Does Strike Action Stimulate Trade Union Membership Growth? *British Journal of Industrial Relations*, 1-22.
- Hyman, R. (1981). *Relaciones industriales: una introducción marxista*. Madrid: Blume.
- Julián, D. (2015). Diez núcleos problemáticos del sindicalismo. Nuevos problemas del mundo sindical en el Chile Neoliberal. En GEIT, *Conflicto y organización del*

- trabajo en Chile. Versión extendida de La Maquila N°2.* (págs. 104-124). Santiago: s/r.
- López, D. (2004). *Derechos, Trabajo y Empleo*. Santiago: LOM.
- OHL. (2016). *Informe anual de huelgas año 2015*. Santiago: COES.
- Reinecke, G., & Valenzuela, M. E. (2012). Oportunidades perdidas: negociación colectiva y distribución de ingresos en Chile. En A. Cárdenas, F. Link, & J. Stillerman, *¿Que significa el trabajo hoy? Cambios y continuidades en una sociedad global* (págs. 109-126). Santiago: Catalonia.
- Salinero, J. (2006). *Veinte años de afiliación sindical y negociación colectiva en Chile: Problemas y desafíos*. Santiago: Departamento de Estudios. Dirección del Trabajo.
- Stillerman, J. (2017). Explaining Strike Outcomes in Chile: Associational Power, Structural Power, and Spatial Strategies. *Latin American Politics and Society*, 59, 96-118.
- Trabajo, D. d. (2014). *Compendio Estadístico*. Santiago.
- Urrutia, M. (2015). *Nuevas formas y horizontes de politización sindical en el marco de conflictos laborales: un estudio exploratorio en la región Metropolitana, de Valparaíso y del Bío-Bío. Informe final*. Santiago: Fondo de investigación disciplinaria. Perfil 2: Equipos de innovación. Universidad de Chile, Poder & Movimientos y CIPSTRA.
- Womack, J. (2007). *Posiciones estratégicas y fuerza obrera*.

Ação sindical e a questão de gênero: um estudo sobre a participação das mulheres nas direções da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Élida Franco de Oliveira¹

Introdução

Este trabalho busca apresentar algumas discussões preliminares sobre a pesquisa de mestrado em andamento, cujo tema é a participação das mulheres nas direções da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Ao escolher analisar a participação das mulheres nas direções sindicais, tendo a Central Única dos Trabalhadores – CUT como objeto de análise, nossa pesquisa busca discutir um tema no movimento sindical que é pouco explorado pela literatura do país. Buscamos compreender qual a inserção das mulheres nas direções da CUT e quais as ações que a mesma promove para o aumento da participação feminina na entidade. Dentre as razões para a escolha desta entidade como objeto de análise está o fato dela ter sido uma das primeiras a inserir o debate de gênero nos seus espaços, e também pela criação da cota de participação de 30% para as mulheres nas suas direções, em 1993, sendo esse um importante avanço na luta pela inserção das mulheres nos espaços de poder no movimento sindical.

Os estudos sobre o sindicalismo brasileiro, em sua maioria, têm enfatizado que a classe trabalhadora é urbana, industrial e masculina. Eles analisam as ações e formas de organização dos sindicatos e das centrais sindicais como as paralisações, as greves gerais, piquetes, negociações, suas políticas, sua estrutura, etc. Portanto, desde a década de 1930 diversos estudos foram produzidos sobre a classe trabalhadora e seus organismos de representação, seu processo de formação, seu ideário,

¹Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal da Bahia.

o perfil dos seus dirigentes, etc. Além disso, um conjunto de pesquisas direcionam sua atenção para o funcionamento do sindicalismo, a sua relação com o Estado, com o patronato e com os trabalhadores. Muitas dessas pesquisas buscaram e buscam analisar, por exemplo, as formas de atuação da CUT, maior central sindical brasileira, e as ações que esta promoveu e promove no país. Diversos autores, a exemplo de Boito Jr. (1981; 1995; 2001), possuem estudos sobre a estrutura do sindicalismo brasileiro, as suas consequências sobre as formas de organização e atuação, os efeitos políticos e ideológicos sobre os trabalhadores, além de expor as posições dos sindicatos e sindicalistas sobre essa estrutura. Apesar dessa diversidade de pesquisas sobre o movimento sindical, existem poucos estudos sobre a participação das mulheres nesta forma de movimento como um todo, e um número menor ainda de investigações que se debruçam sobre a participação das mulheres nas direções desses movimentos.

As discussões sobre o sindicalismo, de acordo com Silva e Campos (2014) sempre foram de grande importância nos estudos sobre o mundo do trabalho na sociedade contemporânea. Os sindicatos são um instrumento de organização e mobilização dos trabalhadores, e seu surgimento se confunde com o próprio desenvolvimento do capitalismo, ao ponto de podermos afirmar o sindicato como resultado do desenvolvimento da própria sociedade burguesa, mas não sendo, vale ressaltar, exclusivo desta formação social. A complexificação das relações econômicas, sociais e políticas, as novas configurações das relações de classes e a feição do estado modificam as formas de organização e atuação dos sindicatos, tornando igualmente complexas as suas contradições internas, suas formas de atuação e instrumentos de mobilização e luta, isso possibilitou novas formas de investigação para melhor entendimento dos seus fenômenos. Carvalho (2001) reforça que as transformações na forma de trabalho, com a fragmentação, heterogeneização e complexificação, criaram obstáculos no aumento da sindicalização, pois as diferentes categorias de trabalhadores produzidas não possuem estabilidade empregatícia, a exemplo dos trabalhadores em pequenos estabelecimentos, trabalhadores em tempo parcial, imigrantes, jovens e mulheres.

Souza-Lobo (2011), afirma que o crescimento da força de trabalho feminina e o aumento da sua taxa de sindicalização não foram suficientes para que as análises sobre o mercado de trabalho e os sindicatos incorporassem a questão de gênero nas suas estratégias de luta. Para que isso ocorresse, foi necessário que um movimento social, os movimentos de mulheres, fosse às ruas e abalasse a produção sociológica para que a questão fosse levada em consideração e começasse a aparecer em seminários, congressos, encontros, livros, artigos e, especialmente, na sociedade. É neste contexto

que estudos sobre as operárias foram desenvolvidos, como os de Heleieth Saffioti (1969; 1976). Porém, a autora afirma que se criou um outro tipo de perversão sociológica, pois os estudos sobre as operárias passaram a ser objeto específico de uma Sociologia, com temas e análises que não incorporavam a categoria gênero aos estudos sobre a classe operária e o movimento operário.

São duas as razões, de acordo com a autora, para a resistência em articular as categorias classe e gênero. A primeira delas refere-se à ideia de homogeneidade da classe operária, na qual não existiria no interior da classe as clivagens de gênero, raça, geração, etc. Além disso, o conceito de homogeneidade é construído a partir do lugar da produção. A classe operária seria vista como a “personificação do trabalho” em oposição à burguesia como a “personificação do capital”. A segunda razão diz respeito à assimilação feita entre heterogeneidade e fragmentação da classe, ao levar em conta aspectos como as clivagens de gênero e raça, por exemplo. Está subjacente neste argumento que a ideia de homogeneidade significaria força, enquanto a heterogeneidade e a fragmentação significariam fraqueza. Logo, a força da classe trabalhadora não deveria ser quebrada por questões que acentuassem suas diferenças internas.

Segundo Souza-Lobo (2011), essas ideias prejudicaram os estudos sobre o operariado feminino, pois a separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo impossibilitava a compreensão da inserção dupla das operárias em ambos os trabalhos. Dificultou também a compreensão nas diferenças da qualificação feminina e qualificação masculina e na assimetria entre o discurso sindical e o discurso das operárias. O esforço de estudo da autora foi criticar este tipo de análise e argumentos que sustentaram a “natural assexualidade da classe operária”. (Souza-Lobo, 2011, p. 126).

Buscando compreender quais ações a CUT realiza para uma maior participação das mulheres nas suas bases sindicais, e, como foco da nossa pesquisa, nas suas direções, apresentaremos nesse texto alguns caminhos metodológicos utilizados no nosso estudo, porém nem todos poderão ser discutidos neste momento. Primeiramente, nossa metodologia consistiu, na revisão da bibliografia sobre sindicatos, com enfoque na participação das mulheres nessas entidades, ou seja, em análises que versem sobre a inserção delas nos espaços de decisão do movimento sindical. Com isso foram construídas tabelas sobre a posição na ocupação, rendimentos, anos de estudo, taxas de desemprego, dentre outras. Para a construção dessas tabelas, utilizamos duas bases de dados, a primeira delas é a Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios – PNAD, realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística – IBGE, exceto nos anos em que ocorrem o censo, desde 1967. A PNAD é uma pesquisa de grande importância para analisar o mercado de trabalho brasileiro, pois através dela é possível observar vários aspectos da dinâmica do mercado de trabalho, a exemplo dos citados acima. Utilizamos o Statistical Package for the Social Sciences – SPSS, software de análise dos dados estatísticos, para processar os micro dados da PNAD. A segunda base de dados é a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada mensalmente, desde 1984, no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos – DIEESE.

Na segunda etapa da pesquisa, são analisados os documentos produzidos pela CUT, como resoluções de congressos e plenárias, jornais, boletins e etc., material este disponível no site da entidade, com o objetivo de identificar quais as ações que a central promove para aumentar a participação feminina nas suas direções, além de quais os espaços que são ocupados por essas mulheres nas instâncias de poder.

Por último, o prosseguimento da pesquisa é aplicar um questionário semi-estruturado com as dirigentes sindicais da CUT-Bahia para, a partir das suas experiências na entidade, compreender quais os desafios, as mudanças e as persistências para as mulheres no interior do movimento cutista. Abordaremos aspectos como: 1. Quais são os fatores que levam as mulheres a reivindicarem maior poder nos sindicatos. 2. Essas reivindicações partem da base ou das lideranças. 3. Há espaço de discussão na CUT sobre essa questão. 4. Qual a importância da participação das mulheres no movimento sindical. Além disso, o questionário também buscará traçar o perfil das lideranças femininas, questões relativas ao nível de renda, nível de escolaridade, estado civil, tempo de sindicalização, tempo de militância sindical, etc. Paralelo a realização de aplicação dos questionários, estamos participando das reuniões do coletivo de mulheres da CUT-Bahia, que ocorrem uma vez por mês, em horário e local definidos pela Secretaria de Mulheres da entidade.

1. A CUT e a representação das mulheres.

Buscando entender as possíveis modificações em relação à participação das mulheres no mundo sindical, escolhemos a CUT para estudo, pois, além de ser a central com maior

representatividade no país, a central possui algumas ações em relação à participação das mulheres nas direções da entidade e dos sindicatos filiados, a exemplo da criação da cota de 30% para mulheres nas direções sindicais. A Central Única dos Trabalhadores é a maior central sindical que atua no país, tendo atualmente 3.806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadoras e trabalhadores na base. Através do site do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE: www.mte.gov.br verificamos os dados recentes das cinco centrais sindicais mais representativas, o último dado divulgado é referente ao ano de 2012, tendo: A CUT com 36,7% de representatividade; Força Sindical com 13,07 % ; União Geral dos Trabalhadores – UGT com 11,3%; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB com 9,2% e a Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST com 8,1%.

Durante o III Congresso da CUT, realizado entre 31 de julho a 3 de agosto de 1986, no Rio de Janeiro, houve um debate sistemático sobre as questões específicas da mulher trabalhadora, a inserção destas na luta de classe e no movimento sindical. De acordo com Costa (1995) discutiu-se nesse congresso a importância da participação feminina no movimento sindical. Constatou-se que estas não participam de forma permanente, tendo como decorrência a dupla jornada de trabalho, a hegemonia da ideologia burguesa e conservadora, que atribui à mulher o papel subalterno e, ao próprio movimento sindical, que não possui uma política de estímulo a essa participação. Através da resolução deste terceiro congresso, percebemos que a entidade afirma que deve haver uma valorização e estímulo à militância sindical da mulher, dos trabalhadores negros e dos demais grupos que são discriminados pela ideologia dominante. A central afirma ainda que a criação de creches é essencial para essa participação das mulheres, pois o cuidado com as crianças é uma das dificuldades dessa maior inserção das mulheres no movimento sindical e indica o dia 12 de outubro como um dia nacional e luta por creches.

Para superação deste quadro, aprovou-se neste terceiro Congresso a criação de Comissões sobre a Questão da Mulher trabalhadora, em níveis nacional e estadual. Estas Comissões eram responsáveis por elaborar propostas e projetos que subsidiassem a ação da CUT e suas entidades filiadas; desenvolver atividades de formação e publicação de material sobre o tema; propor a realização de seminários e encontros; incentivar e prestar assessoria às entidades sindicais, com o objetivo de ampliar a participação da mulher trabalhadora em suas atividades específicas e gerais, etc. (Costa, 1995).

Para Araújo e Ferreira (2000), a criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNMT), criada em 1986, representou um grande avanço na luta das mulheres trabalhadoras nos anos 1980. A criação dessa comissão foi considerada pelas mulheres como o primeiro passo para construir um espaço de atuação feminista no conjunto do movimento sindical cutista.

Essa comissão, de acordo com as autoras, teve um importante papel no debate sobre a suposta homogeneidade da classe trabalhadora, que esconde as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres. A reivindicação pela ampliação dos espaços de participação das mulheres na CUT e a inclusão das demandas específicas destas na agenda sindical, contribuiu, segundo as autoras, para aprofundar a democratização interna da central. A introdução de demandas especificamente femininas nos debates dos congressos gerais de vários sindicatos é um exemplo dessa conquista.

A inclusão das demandas específicas das trabalhadoras na agenda sindical, não significa que estas se tornem pauta de reivindicação para discutir nas negociações com o patronato. As limitações para o atendimento dessas demandas estão relacionadas desde as lideranças que não assumem as reivindicações como relevantes, e também pelo patronato que não as consideram como legítimas. Araújo e Ferreira (2000) destacam o boletim especial, de 1998, do Sindicato dos Bancários da Bahia como exemplo:

Nas diversas campanhas salariais, por diversos motivos, as reivindicações das mulheres têm se diluído em meio às reivindicações mais gerais da categoria. Precisamos mudar isso. É necessário que as mulheres bancárias assumam, junto com o sindicato, a sua importância na luta dos bancários, afinal de contas, as mulheres são praticamente a metade dos bancários da nossa base sindical. (ARAÚJO E FERREIRA, 2000, p. 323).

A busca por igualdade de participação das mulheres na CUT teve a política de cotas da central a expressão de uma vitória para as sindicalistas. Em 1992 foi aprovada a proposta que direcionava 30% dos cargos de direção para as mulheres. Segundo Castro (1995) a política de cotas foi importante para dar visibilidade à luta das mulheres nas organizações sindicais.

Outro momento importante para a melhoria das condições de trabalho das mulheres foi a criação na central, em 2004, da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (SNMT), tendo como objetivo organizar as mulheres e sensibilizar trabalhadores e trabalhadoras, dirigentes sindicais da central, para a superação das desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho e na



sociedade como um todo.

Através do site da CUT obtivemos acesso as resoluções dos congressos nacionais e das plenárias da central. A partir das resoluções verificamos quais as ações que a entidade promoveu sobre as questões referentes às demandas femininas.

2. As ações da CUT referentes às questões das mulheres e a participação nas suas direções.

As resoluções de congresso da CUT são utilizadas para analisarmos como está presente o discurso sobre gênero nos congressos da central. Neste texto apresentaremos a análise sobre a resolução do congresso realizado em 2003 e 2006.

A primeira resolução analisada foi sobre o oitavo congresso nacional da central, realizado em 2003, em São Paulo. A partir da leitura da resolução do congresso de 2003, ano em que Lula foi eleito Presidente pelo Partido dos Trabalhadores (PT), percebemos que a CUT discute esse novo cenário na política brasileira. Afirma-se que a central segue com os princípios que nortearam a criação da mesma e esta segue lutando pelos objetivos imediatos dos trabalhadores, portanto, busca, pela via democrática, estabelecer uma sociedade justa, igualitária, fraterna e socialista, fundada pela superação do capitalismo. Reitera-se na resolução que as mudanças ocorridas tanto no mercado de trabalho quanto no sistema de representação sindical fazem com que a central enfrente a crise no mundo do trabalho. Esse enfrentamento é feito com o capital, representado pelo empresariado nacional e internacional; com as entidades sindicais que estão de acordo com o projeto neoliberal; e com os governos federal, estadual e municipal.

As informações apresentadas na resolução são de extrema importância para o nosso estudo. Aponta-se que dados da pesquisa sindical do IBGE, realizada em 2001 mostram que a participação das mulheres como associadas nos sindicatos ainda está muito abaixo da sua participação no mercado de trabalho. Quanto à participação das mesmas nas diretorias sindicais, a pesquisa do instituto constata que a inserção das mulheres nesse espaço continua ocorrendo majoritariamente nos cargos secundários, como secretarias sem grande visibilidade e poder deliberativo, mas não nos três cargos mais importantes de uma direção sindical: presidente, secretário-geral e tesoureiro.

A CUT também faz uma discussão sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho. Composto quase a metade do mercado de trabalho, as mulheres estão inseridas nos postos de trabalho menos qualificados, com menor prestígio social e com menor remuneração. Elas também

possuem grande inserção no mercado de trabalho informal, ou seja, não possuem a proteção que o mercado de trabalho formal fornece.

Além disso, debate-se na resolução que as mulheres continuam sendo as responsáveis pelo trabalho doméstico, o que acarreta uma dupla jornada para as mesmas. Para a CUT é necessário que o conceito de trabalho seja ampliado, sendo incorporado o trabalho reprodutivo e o trabalho doméstico.

Para alterar essa situação, a CUT apresenta que a organização das mulheres na central deve incorporar as diferentes categorias profissionais e a diversidade existente das instâncias e entidades filiadas à central. Dessa forma, a organização das mulheres deve contribuir para intervenção na realidade, apontando estratégias para serem incorporadas nas políticas sindicais e nas políticas públicas.

Neste oitavo congresso foi eleita uma nova diretoria para a central, que a dirigiria entre 2003 e 2006. A executiva nacional foi composta por 13 membros, sendo oito homens e cinco mulheres, tendo 38,46% da direção composta por mulheres, porcentagem um pouco acima da cota de 30% estabelecida como política afirmativa pela central. Porém, o que a própria CUT discute na sua resolução ocorreu nesta direção, os três cargos mais importantes: presidente, tesoureiro e secretário geral são ocupados apenas por homens. Ou seja, percebemos que a cota de 30% estabelecida pela central para as mulheres foi cumprida nesta eleição, porém, os cargos com maior destaque não foram ocupados por mulheres, estas foram alocadas em cargos de menor destaque na diretoria, como a secretaria de comunicação, secretaria de política sindical, dentre outras.

A segunda resolução analisada diz respeito ao nono congresso, realizado em 2006, na cidade de São Paulo. Nesta resolução, a CUT também apresenta que apoia a reeleição do Presidente Lula por acreditar que o seu primeiro mandato foi marcado por avanços, como a criação de aproximadamente 4 milhões de empregos com carteira assinada; o estatuto do idoso; o combate ao trabalho escravo; aumento real de 20% do salário mínimo, entre outros. Ademais, aponta-se que foram abertos canais de diálogos com o governo que proporcionou uma melhora nas relações do Estado com o movimento sindical.

A resolução novamente afirma a independência da central frente ao governo. Aponta que, durante os anos do governo, a CUT, ao lado de outros movimentos sociais, construiu campanhas que pressionaram a efetivação de mudanças para a superação da herança neoliberal e que fosse

consolidado um projeto democrático e popular.

Ao buscarmos uma discussão sobre a mulher nesta resolução, percebemos que a mesma não deu muita atenção à questão. Apenas uma página é dedicada ao tema, e basicamente reafirma o que foi dito no último congresso, como o compromisso em aumentar a participação das mulheres no interior da central e dos seus sindicatos filiados. A resolução afirma que a Política Nacional de Gênero da CUT será baseada pela articulação dos seguintes eixos:

- a) o combate a todas as formas de discriminação;
- b) a intervenção nas políticas públicas;
- c) a organização das mulheres na CUT;
- d) o fortalecimento da interface com as demais políticas e projetos da CUT;
- e) a articulação com o movimento sindical internacional e com movimentos e organizações não governamentais na defesa dos direitos das mulheres. (RESOLUÇÃO DO NONO CONGRESSO DA CUT, 2006, p. 59).

As resoluções dos congressos da CUT nos permitiram analisar as discussões e planos de lutas sobre as demandas femininas discutidas pela central, com foco na participação dessas nas direções da entidade. Além disso, as resoluções apresentam a diretoria eleita para os três anos seguintes. As tabelas 1 e 2 apresentam a participação das mulheres nos quatro congressos analisados e a participação destas nas diretorias eleitas.

Tabela 1 – Participação nos congressos da CUT

Anos	2003		2006		2009		2012	
Valores	V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%
Mulheres	871	32,12 %	804	32,28 %	873	37,97%	974	41,95%
Homens	1.841	67,88 %	1687	67,72 %	1.426	62,03%	1.348	58,05%
Total	2.712	100%	2.491	100%	2.299	100%	2.322	100%

Fonte: Resoluções de congressos da CUT.

A partir da tabela 1 podemos perceber que o número de mulheres que participaram dos congressos da CUT aumentou ao longo do período. Enquanto em 2003, as mulheres representavam 32,12% dos presentes, em 2012 esta porcentagem passa para 41,95%, um crescimento bastante expressivo.

Tabela 2 – Participação nas diretorias da CUT para as gestões entre 2003 e 2015.

Gestões	2003-2006		2006-2009		2009-2012		2012-2015	
Valores	V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%
Mulheres	10	32,26%	9	28,13%	6	24,0%	9	29,4%
Homens	21	67,74%	23	71,87%	19	76,0%	22	70,96%
Total	31	100%	32	100%	25	100%	31	100%

Fonte: Resoluções de congressos da CUT.

A tabela 2 apresenta uma maior participação dos homens nas diretorias, assim como estes são maioria nos congressos. Nestes dados é importante analisar a aplicação da política de cotas para as mulheres criada pela central em 1992, estipulando que 30% dos cargos da diretoria deveriam ser ocupados por mulheres. Nas últimas quatro gestões percebemos que apenas na gestão de 2003-2006 esta cota foi respeitada. A gestão de 2009-2012 apresenta a menor representação das mulheres no período, com apenas 24%. Ou seja, a entidade não conseguiu tirar do papel as suas normas, as mulheres ainda não estão ocupando nem o mínimo dos cargos que lhe são garantidos nas direções da central.

É importante discutir também que, além da cota de participação nas direções, há que se analisar quais os cargos que estão sendo ocupados pelas mulheres. Dentre todos os cargos de direção, os que mais possuem poder de deliberação são os cargos de presidência, secretaria-geral e tesouraria. Nos quatro últimos congressos analisados em que houve a formação da diretoria da CUT, não há nenhuma mulher ocupando quaisquer um dos três cargos. Estas ocupam cargos como a Secretaria de mulheres, Secretaria de comunicação, Secretaria de igualdade racial, entre outras.

Até o momento da nossa pesquisa, podemos perceber, através dos canais de comunicação e de mobilização da CUT, a exemplo das resoluções dos congressos, percebemos que a central não



discute muito sobre a participação das mulheres em suas diretorias, não possui ações efetivas para atraí-las para o movimento. As resoluções de congresso apenas apontam que essa é uma questão importante para a central, mas analisamos que não há grande mobilização por parte desta para uma ocupação mais efetiva das mulheres nos cargos de direção da central. Ou seja, ainda há um longo caminho a ser percorrido pelas mulheres para alcançar a igualdade de participação nas direções da central em relação aos homens.

Referências

- ARAÚJO, Angela M. Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. **Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva**. In: Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34/CEDEPLAR/UFMG, 2000. p. 309-346.
- CARVALHAL, Terezinha. A questão de gênero na perspectiva sindical. **Revista Pegada**. São Paulo, v. 2, nº 1, 2001.
- CASTRO, Mary. Gênero e poder no espaço sindical. **Estudos feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.29-51, 1995.
- COSTA, Sílvio. Central Única dos Trabalhadores. In: **Tendências e Centrais Sindicais**. São Paulo: Anita Ltda, 1995.
- SOUZA LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991